

Marisa Valle Magalhães

**O PARANÁ E SUAS REGIÕES NAS DÉCADAS RECENTES:
AS MIGRAÇÕES QUE TAMBÉM MIGRAM**

Belo Horizonte, MG

UFMG/Cedeplar

2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marisa Valle Magalhães

**O PARANÁ E SUAS REGIÕES NAS DÉCADAS RECENTES:
AS MIGRAÇÕES QUE TAMBÉM MIGRAM**

**Tese apresentada ao curso de doutorado do
Centro de Desenvolvimento e Planejamento
Regional da Faculdade de Ciências Econô-
micas da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção
do Título de Doutor em Demografia.**

**Orientador: Prof. Dr. José Alberto Magno de
Carvalho**

Co-orientadora: Prof. Dra. Simone Wajnman

**Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG
2003**

... mudar de espaço – deslocar-se no espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, esse conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e com toda a liberdade, como o postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto.

ABDELMALEK SAYAD

*A Luis Uchak,
com quem divido
as alegrias e as tristezas da vida.
Com muito amor.*

*A
Luiz Armando de Medeiros Frias,
demógrafo brilhante,
galanteador e espirituoso.
Um amigo querido do coração,
que já se foi.
Com muita saudade.*

AGRADECIMENTOS

Meses atrás, li um artigo no Caderno Mais!, da Folha de S. Paulo, escrito por um filósofo de quem já não me lembro o nome. O texto era todo muito interessante, porém, o que me chamou a atenção foi a definição proposta pelo autor do que, para ele, são os parâmetros filosóficos que dão sentido à vida. Se não me falha a memória, de acordo com sua concepção, existem três conceitos universais que, se transformados em princípios básicos de vida, conferem-lhe sentido e finalidade: DAR, RECEBER, RETRIBUIR. Talvez a mensagem do autor não tenha sido esta, mas este foi o sentido que dela extraí.

É claro que não pretendo ocupar este espaço com discussões filosóficas sobre o sentido da vida, embora este seja o debate que venho travando comigo mesma, cotidianamente. Por certo, esta é a razão pela qual, quando comecei a elaborar o conteúdo dos meus agradecimentos, percebi que todas as minhas reflexões remetiam a essa tríade, de significado tão visceral na etapa presente do meu ciclo de vida.

Com esses preâmbulos, quero apenas deixar explícito que minhas manifestações de gratidão de forma alguma consistirão em cumprimento de formalidades e demonstração de boa-educação. Cada vez mais, atribuo à solidariedade um papel central em minha existência, e por isso mesmo, sei que não há vocabulário no mundo que me permita traduzir fielmente toda a ajuda que recebi, para a realização do curso e da tese de doutorado, e que me possibilite transformar em palavras todo o sentimento de gratidão para com aqueles que, de alguma forma, contribuíram comigo nessas árduas tarefas.

Portanto, mais do que palavras, estarei expressando emoções que me são muito caras.

Primeiramente, agradeço ao IPARDES, na pessoa da ex-Diretora de Pesquisa, Sieglinde Kindl da Cunha, pela concessão do afastamento para realização do curso, entre 1998 e 2000. Às atuais dirigentes da Instituição, Liana Carleial, Diretora-Presidente, e Maria Lúcia de Paula Urban, Diretora de Pesquisa, agradeço imensamente por me concederem liberdade, nos últimos meses, para o término da tese. Sem estas permissões, o barco teria naufragado.

Aos colegas do Núcleo de Estudos de População e Meio Ambiente, do IPARDES – Marley, Ana Maria, Rosa, Mainha, Paulinho, Débora e Celso –, devo muito, por me substituírem várias vezes no atendimento de demandas de trabalho, poupando meu tempo para o desenvolvimento da tese. Espero ainda poder retribuir-lhes tanto carinho e coleguismo.

Diversos colegas ipardianos igualmente me ajudaram, alguns atendendo a demandas específicas para a tese, outros apenas me transmitindo mensagens de otimismo e

de ânimo, todos demonstrando mais confiança no meu taco, do que eu mesma. Cada um foi fundamental em seu pedaço. Além de agradecer-lhes, só posso assegurar que, muito do meu alento, devo a eles: Paulo Cavazani e Ana Célia Foohs, do setor de informática, geraram alguns dados importantíssimos; Ana Maria Ribas, minha colega de Núcleo, também; Dora, Luíza e Dirce, sempre solícitas e prestativas, cuidaram dos empréstimos e da normalização bibliográfica; Renate e Lucrécia, do geoprocessamento, com a eficiência costumeira, forneceram-me a base cartográfica para os mapas; Nelsinho, um artista das multimídias, preparou, de forma impecável, a apresentação da tese no *powerpoint*, Maria Luíza, Valéria, Marisa Sugamoto, Gracia e Fátima, com freqüência, encorajaram-me a prosseguir.

Devo agradecimentos especiais a três grandes figuras:

- Laura Zocolotti. Fora de série. Cuidou da formatação impecável da minha dissertação de mestrado, e agora, da de doutorado. Nunca diz não a ninguém, e, freqüentemente, atravessa as noites trabalhando, para dar conta de todos os recados. Mesmo assim, esbanja bom humor e energia. Torço para que, um dia, eu possa retribuir tanta generosidade.
- Stella Maris Gazziero. Outra grande profissional, competente e criativa em tudo que faz, confeccionou mapas e gráficos com o primor de sempre. É um alento tê-la por perto.
- Marise Manoel. Mulher das letras, poeta, português incorrigível, também quando fala. Amiga de longas datas, querida, prestativa. Ainda na fase do projeto apresentado para a seleção ao curso de doutorado, ajudou-me a tornar o texto agradável e competitivo. Nesse momento, torno a recorrer à sua sapiência. Sinto-me grande, quando penso que integro seu rol de amigas.

Ao CEDEPLAR, Instituição que me acolheu desde 1980, por ocasião do mestrado, e onde sempre fui recebida de braços abertos, agradeço, sobretudo, o permanente nível de excelência acadêmica ofertado, garantindo-nos uma formação de alta qualidade e vários pontos no currículo. Nesse sentido, sou, mais uma vez, grata pela oportunidade concedida para a realização do doutorado, e por toda a infra-estrutura disponibilizada aos alunos, em geral, e a mim, particularmente na etapa final da tese, sem a qual teria sido impossível o cumprimento do prazo.

No âmbito do CEDEPLAR, aos professores do Departamento de Demografia, todos gigantes em suas especialidades, agradeço a transmissão do saber, a confiança e o carinho. Agradeço a todos os funcionários, especialmente àqueles que quebraram milhões

de galhos para mim, sempre sorrindo: as supermeninas da Secretaria de Curso, Maria Cecília, Andréia, Margaret e Cleusa; as supersecretárias da Diretoria, Cátia e Édina; o super-Juarez, o homem do xerox; o superpessoal da biblioteca, Maria Célia, Maristela, Mirtes, Zé Henrique, Ricardo, Consolação; o superpessoal da Secretaria Geral, principalmente a Maristela Dória, com quem já fofoquei até dizer chega; por último, mas de forma alguma menos importante, o superpessoal do Laboratório de Informática, Neilton, Gustavo e Luiz, anjos da guarda nas horas de desespero.

Aos colegas de curso – Weber, Ricardo, Luiz Cláudio, Moisés, Aninha, Flávio, Lára, Luiz Bertolucci, Ana Paula e Luciene –, agradeço a deliciosa convivência e os profícuos debates e trocas de conhecimento. Adriana, embora não tenha sido nossa colega, esteve sempre por perto, reforçando, com seu jeitinho manso e apaziguador, a união do grupo. Grande baixinha.

Aos membros da banca do exame de qualificação – José Irineu Rigotti, Ralfo Matos, Fausto Brito –, além dos orientadores, José Alberto Magno de Carvalho e Simone Wajnman, agradeço a enorme contribuição para o aprimoramento do conteúdo e da forma da tese que ora apresento.

Algumas pessoas, que se vinculam às instituições mencionadas, representam, para mim, muito mais do que relacionamentos estabelecidos por força da convivência profissional e/ou acadêmica. Merecem carinhoso destaque:

- José Alberto Magno de Carvalho. Pra lá de professor, de orientador da dissertação de mestrado, e agora, da de doutorado, um amigo. Desses que riem e choram com a gente, que estão sempre “mexendo os pauzinhos” para ajudar, para tornar nossa vida mais fácil, mesmo quando, aparentemente, a complicam. Por vezes, quando me sinto desanimada com a humanidade, consolo-me, pensando no privilégio que tive e tenho de poder contar com este ser humano poderoso, em sua sabedoria mineira, imperfeito, felizmente, mas grandioso em sua humildade e otimismo. De fato, um grande privilégio.
- Simone Wajnman. Pra lá de co-orientadora, supermulher, professora, profissional. De uma eficiência invejável. Várias vezes pensei que, se eu pudesse voltar a ser criança, certamente desejaria “ser como ela, quando crescesse”. Ainda que sua presença em minha vida seja recente, fui amplamente premiada com uma confiança muito maior do que mereço, com uma superforça que me estimulou a empreender a tarefa da tese até o fim. Duplo privilégio.
- Ricardo Alexandrino Garcia. Pra lá de colega de curso, de amigo, uma criatura generosa, que não poupou esforços para produzir a imensa base de dados

que prodigamente utilizei no desenvolvimento da tese. Sem sua ajuda, não sei o que seria de mim. Triplo privilégio.

- Déborah Carvalho. Além de amiga e “irmã de coração”, me ajudou com os dados. Entretanto, justiça seja feita, merece toda a consideração pelo muito que tem feito em prol dos estudos demográficos no Ipardes, garantindo sempre, com a maior competência e boa-vontade, o apoio computacional.
- Maria Lúcia de Paula Urban – a Preta. Também minha “irmã de coração”, amiga de todas as horas, entrou na minha vida para nunca mais sair. Segurou várias pontas, em meus momentos de desânimo, impedindo que eu trilhasse caminhos sem volta.
- Maria do Carmo Fonseca, Fátima Beatriz Fortes, Rosa Moura e Maria de Lourdes Urban Kleinke (Mainha), preciosas amigas, nunca pouparam esforços para me estimular a cumprir meus objetivos. Duval Fernandes, Sílvia Pinheiro e Helenice da Silva, mesmo à distância, torceram por mim.

Aos meus pais, agradeço por tudo. Jamais conseguirei retribuir-lhes o conjunto de condições materiais, afetivas e cognitivas que me disponibilizaram ao longo da vida, tornando-a mais leve e privilegiada. Às minhas irmãs, agradeço todo o carinho, a confiança e o apoio moral, sobretudo nas fases difíceis.

Ao Luis e ao Lucas, minhas fontes de alegria e de crença no futuro, agradeço comovida.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	xii
LISTA DE MAPAS	xiv
LISTA DE TABELAS	xv
1 INTRODUÇÃO	1
2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, DOS SALDOS E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA HISTÓRIA RECENTE DO PARANÁ	12
2.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL DO ESTADO NOS ÚLTIMOS SESSENTA ANOS	12
2.2 EVOLUÇÃO DOS SALDOS E DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO	26
2.3 ORIGENS E DESTINOS DOS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERES- TADUAIS DO PARANÁ	39
3 EVOLUÇÃO POPULACIONAL E MIGRATÓRIA DAS REGIÕES PARANAENSES	65
3.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS REGIÕES PARANAENSES	66
3.1.1 A Região Metropolitana de Curitiba	75
3.2 EVOLUÇÃO DOS SALDOS E DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO DAS REGIÕES PARANAENSES	80
3.3 ORIGENS E DESTINOS DOS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES DO PARANÁ.....	93
3.3.1 Os Fluxos Inter-regionais e Interestaduais Rurais e Urbanos de Última Etapa das Regiões Paranaenses	109
3.3.2 Os Fluxos Intermunicipais de Última Etapa no Interior das Regiões, Segundo Situação do Domicílio na Origem e no Destino	118
4 A MIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ E OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE CURTO PRAZO	123
4.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE RETORNO AO PARANÁ, NAS DÉCADAS DE 1970 E DE 1980: EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS	123
4.2 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE CURTO PRAZO	143
5 CONCLUSÃO	155
REFERÊNCIAS	164

ANEXO 1 - LISTA DOS 399 MUNICÍPIOS DO PARANÁ CONTEMPLADOS NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000, DO IBGE, CLASSIFICADOS SEGUNDO A REGIONALIZAÇÃO ADOTADA NA TESE	172
ANEXO 2	184
ANEXO 3	195
ANEXO 4	262

LISTA DE GRÁFICOS

1	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO - PARANÁ - 1940/1950 A 1990/2000	29
2	TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS RURAIS ESTIMADAS POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990	37
3	TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS URBANAS ESTIMADAS POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990	37
4	TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS ESTIMADAS POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1990/2000	38
5	PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM URBANA, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991	58
6	PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM RURAL, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991	58
7	PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM DESTINO URBANO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991	59
8	PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM DESTINO RURAL, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991	59
9	PERCENTUAL DE IMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM URBANA, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991	60
10	PERCENTUAL DE IMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM RURAL, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991	60
11	PERCENTUAL DE IMIGRANTES COM DESTINO URBANO NO PARANÁ, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991	61
12	PERCENTUAL DE IMIGRANTES COM DESTINO RURAL NO PARANÁ, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991	61
13	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000	68
14	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000	69
15	EVOLUÇÃO DO GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970 A 2000	70
16	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO URBANAS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980	81

17	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO RURAIS, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980	82
18	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO URBANAS, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1980/1990	82
19	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO RURAIS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1980/1990	83
20	TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS RURAIS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990	88
21	TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS URBANAS, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990	90

LISTA DE MAPAS

1	REGIÕES DO ESTADO.....	11
2	TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL 1970/1980 - 1980/1991 - 1991/2000.....	74
3	REGIÕES QUE CONCENTRARAM 84% DOS SALDOS MIGRATÓRIOS URBANOS DO ESTADO NA DÉCADA DE 1970.....	87
4	REGIÕES QUE APRESENTARAM TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS RURAIS SUPERIORES A 100% NA DÉCADA DE 1970.....	89
5	EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA -1970/1980 - EMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À ORIGEM (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO).....	111
6	IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1970/1980 - IMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À PROCEDÊNCIA (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO).....	114
7	EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1981/1991 - EMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À ORIGEM (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO).....	116
8	IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1981/1991 - IMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À PROCEDÊNCIA (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO).....	120

LISTA DE TABELAS

1	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ 1940/1970	16
2	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ E BRASIL - 1940/1950, 1950/1960 E 1960/1970.....	17
3	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ - 1980/2000	22
4	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ E BRASIL - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000.....	22
5	ÍNDICES DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL - PARANÁ E BRASIL - 1930/1940, 1940/1950, 1960/1970, 1970/1980 E 1981/1991.....	27
6	SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO ESTIMADOS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000	34
7	IMIGRANTES E EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS - PARANÁ - 1986/1991, 1991/1996 E 1994/1999.....	36
8	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO ESTOQUE DE IMIGRANTES NACIONAIS DE 1940, DO INCREMENTO IMIGRATÓRIO DAS TRÊS DÉCADAS SEGUINTE E DOS NÃO-NATURAIS DO PARANÁ COM 10 ANOS OU MENOS DE RESIDÊNCIA NO ESTADO, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU REGIÃO BRASILEIRA DE ORIGEM - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960 E 1960/1970	43
9	IMIGRANTES E EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS), COM DISCRIMINAÇÃO DOS IMIGRANTES QUE, APÓS A ETAPA INTERESTADUAL, FIZERAM PELO MENOS UMA INTRA-ESTADUAL, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	49
10	IMIGRANTES E EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1986/1991, 1991/1996 E 1994/1999	51

11	EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	53
12	EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	54
13	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	55
14	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	56
15	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/2000	67
16	INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO NOS INTERVALOS CENSITÁRIOS E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO O PÓLO E CONJUNTOS DE MUNICÍPIOS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/1996	79
17	SALDO MIGRATÓRIO ESTIMADO PARA AS REGIÕES DO ESTADO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - PARANÁ - 1970/1980	85
18	SALDO MIGRATÓRIO ESTIMADO PARA AS REGIÕES DO ESTADO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - PARANÁ - 1980/1990	86
19	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO, ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO, SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000	92
20	EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR DESTINO INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE ORIGEM DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980	95
21	NÚMERO DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980	96

22	IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR ORIGEM INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE DESTINO DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980.....	98
23	NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980.....	99
24	EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR DESTINO INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE ORIGEM DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991.....	100
25	NÚMERO DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - PARANÁ - 1981/1991	102
26	IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR ORIGEM INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE DESTINO DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991.....	103
27	NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - PARANÁ - 1981/1991.....	105
28	MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL) DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980.....	106
29	MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL) DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1981/1991.....	107
30	MIGRANTES INTERMUNICIPAIS INTRA-REGIONAIS DE ÚLTIMA ETAPA, POR TIPO DE FLUXO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980.....	119
31	MIGRANTES INTERMUNICIPAIS INTRA-REGIONAIS DE ÚLTIMA ETAPA, POR TIPO DE FLUXO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991.....	119

32	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO, POR CONDIÇÃO DE RETORNO PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO OU NÃO, COM APENAS UMA ETAPA OU MAIS DE UMA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980.....	130
33	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO, POR CONDIÇÃO DE RETORNO PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO OU NÃO, COM APENAS UMA ETAPA OU MAIS DE UMA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1981/1991.....	131
34	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO POR REGIÃO BRASILEIRA DE ORIGEM, SEGUNDO REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	133
35	PROPORÇÃO DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO, COM INDICAÇÃO DA PROPORÇÃO DOS QUE RETORNARAM TAMBÉM PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO RESIDENTE NO FINAL DO PERÍODO, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	135
36	PROPORÇÃO DO NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA NATURAIS DO ESTADO QUE RETORNARAM, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991.....	136
37	PROPORÇÃO DO NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA NATURAIS DO PARANÁ QUE RETORNARAM, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, POR ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	138
38	TAXA DE RETORNO INTERESTADUAL DE PARANAENSES, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DA DÉCADA ² - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991	140
39	EFEITOS DIRETO, INDIRETO1 E INDIRETO2 DA IMIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO E PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980.....	141
40	EFEITOS DIRETO, INDIRETO2 E INDIRETO1 DA MIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO E PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991	142

41	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	145
42	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	146
43	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS IMIGRANTES DE DATA FIXA POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	146
44	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE DATA FIXA POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	147
45	MIGRANTES E EMIGRANTES DE DATA FIXA, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	147
46	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS IMIGRANTES DE RETORNO PLENO POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	149
47	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE RETORNO PLENO POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	150
48	PROPORÇÃO DO NÚMERO DE IMIGRANTES RETORNADOS PLENOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA, POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	151
49	EMIGRANTES DE DATA FIXA, IMIGRANTES RETORNADOS PLENOS E PROBABILIDADE DE RETORNO PLENO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	152
50	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE PASSAGEM NÃO- RETORNADOS PLENOS, POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	153
51	IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA, EMIGRANTES DE PASSAGEM E PROBABILIDADE DE PASSAGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1986/1991	154

1 INTRODUÇÃO

O Paraná, ao longo do século XX, exibe uma dinâmica populacional que o distingue perante a maioria dos estados brasileiros. Em um curto período de seis décadas, pode-se identificar, a grosso modo, três estágios distintos de evolução demográfica no Estado, em que o componente migratório exerceu um papel fundamental. Entre os anos 40 e os 60, a expansão acelerada da fronteira agrícola estadual atraiu milhares de trabalhadores e seus familiares de outras partes do País, acarretando, simultaneamente, a ocupação extensiva e intensiva do território. Ao final do período, a população paranaense havia mais do que quintuplicado de tamanho. No estágio seguinte, a inserção do Estado no processo de modernização das práticas agrícolas, em que o agro se tornou subordinado ao industrial, promoveu o rápido esvaziamento populacional das áreas rurais, estimulou vigorosamente a urbanização e provocou a formação de imensas correntes emigratórias que transpuseram as fronteiras estaduais em busca de melhores oportunidades de vida. Com isso, nas décadas de 1970 e de 1980, o Paraná foi o Estado de menor crescimento demográfico, entre as Unidades da Federação (UF) brasileiras. Nos anos 90, sob condicionantes de cunho externo e interno, parece ter início um terceiro estágio na dinâmica demográfica paranaense, marcado por uma tênue recuperação do ritmo de crescimento da população, essencialmente devido ao refreamento do ímpeto emigratório e ao ligeiro incremento dos movimentos imigratórios, com um forte componente de retorno.

No Brasil, os censos demográficos mais recentes vêm disponibilizando uma enorme variedade de informações relacionadas à variável migração, com o intuito de municiar os estudiosos do assunto com farto e rico material que dê suporte analítico para um aprofundamento da compreensão acerca dos complexos processos de mobilidade espacial vivenciados pela população brasileira nos últimos períodos. Em paralelo, o desenvolvimento recente, no País, de inúmeras contribuições metodológicas aplicáveis aos estudos migratórios, amplificou os prismas de observação sobre o fenômeno e potencializou a produção do conhecimento na área.

A presente tese objetivou valer-se de todas essas condições propícias para investigar, com maior atenção, os processos migratórios paranaenses, especialmente os das décadas de 1970 e de 1980, tentando, também, avançar na identificação das tendências

anunciadas dos anos 90. O esclarecimento do perfil evolutivo da migração do conjunto do Estado contribui para a delimitação do papel desta variável no crescimento populacional experimentado nas últimas décadas e para a confirmação da importância dos espaços regionais brasileiros que vêm estabelecendo conexões populacionais de idas e vindas com o Paraná. No entanto, tornou-se imprescindível dirigir o foco da análise, também, sobre as diversas regiões que compõem o território estadual, com a intenção de melhor precisar a contribuição de cada uma para o processo migratório mais geral e, por decorrência, de identificar **o quanto e o como** cada região vem atuando para a construção do quadro turbulento da dinâmica populacional evidenciado pelo Paraná em períodos recentes. Nesse contexto, a migração de retorno, fenômeno relevante para o Estado, também mereceu um exame particularizado.

Em termos mais específicos, as perdas populacionais do Estado para outras regiões brasileiras, e mesmo para o Paraguai, a partir dos anos 70, foram por demais volumosas e mereceram uma análise mais detalhada e minuciosa, particularmente no que diz respeito à identificação das áreas do Estado que originaram tais fluxos. Em trabalho anterior, mencionou-se que:

Praticamente a metade do número de emigrantes da década de 70 que declararam algum município do Paraná como de residência anterior dirigiu-se ao Estado de São Paulo, correspondendo a um total aproximado de 670 mil pessoas. (MAGALHÃES, 1996, p.45-46).

Desse fluxo, cerca de 48% direcionou-se à Grande São Paulo. No interior do estado vizinho, destacaram-se a região de Campinas e a de Sorocaba, bem como outras áreas próximas ao Paraná, como São José do Rio Preto, Araçatuba e Marília. Todavia, não se tinha avançado na identificação das principais regiões paranaenses que originaram tais fluxos, nem tampouco no conhecimento acerca da origem/destino rural/urbana dos deslocamentos. O mesmo pode ser dito com relação aos volumes de emigrantes que deixaram o Paraná rumo às áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte do País. Tanto para os anos 70, quanto para a década de 1980, o exame dos vetores de origem e de destino desses e de outros importantes fluxos que ligam regiões do Paraná a outras UF precisaram ser empreendidos, inclusive para auxiliar no esclarecimento de substantivas questões sobre os movimentos de migração de retorno ao Paraná.

Até o momento, muito pouco se tinha investido no conhecimento dos fluxos de imigrantes recebidos pelo Paraná nesse período. Embora a emigração prevaleça, o afluxo de imigrantes ao Estado não constitui fenômeno desprezível e cresce de importância a

migração de retorno, derivada, provavelmente, do esgotamento das oportunidades econômicas nas demais áreas brasileiras que anteriormente haviam exercido forte poder atrativo sobre a população, como também em resposta às vantagens comparativas que, de alguma forma, o Paraná vem obtendo. Segundo estudo realizado no IPARDES, do total da imigração para o Paraná no período 1981/1991, 40% correspondia a fluxos de retorno, computado apenas o movimento de retorno dos naturais do Estado (IPARDES, 1997, p.29). Infelizmente, os censos brasileiros só permitem a identificação do retorno dos naturais da UF (ou do município, dependendo da unidade de análise), não possibilitando a mensuração do retorno de não-naturais aos seus antigos locais de residência.¹ Este, possivelmente, é um fenômeno freqüente no Paraná, no contexto das migrações de retorno mais recentes, já que o Estado expulsou grandes contingentes de gaúchos e catarinenses, por exemplo, em décadas anteriores, e muitos desses, ao reemigrarem, o fazem de novo para o Paraná. Se correta essa suposição, o percentual acima, eleva-se mais ainda. De todo o modo, considerou-se importante investigar determinadas particularidades que envolvem esses movimentos de retorno, como, por exemplo, se a população retorna às áreas de nascimento ou direciona-se a outros destinos; se há mudanças de uma década para outra entre as regiões brasileiras de origem desses fluxos e entre as regiões paranaenses de destino; qual o impacto demográfico indireto da migração de retorno sobre as áreas receptoras.

Do ponto de vista dos deslocamentos internos, as estimativas de saldos migratórios constituem importante indicador analítico e mereceram um maior nível de desagregação. Entretanto, não esclarecem acerca das trajetórias dos deslocamentos, das direções dos fluxos e das trocas inter-regionais. Nesse sentido, a riqueza de informações sobre migração intermunicipal produzida pelos últimos recenseamentos brasileiros, só agora exaustivamente explorada para o caso do Paraná, forneceu elementos preciosos para esse conhecimento.

Os resultados da Contagem da População de 1996, reforçados pelas primeiras indicações fornecidas pelos dados do Censo Demográfico de 2000, apontaram para a necessidade de se aprofundar mais a análise do processo migratório do Paraná, pois evidenciaram uma retomada do ritmo de crescimento populacional do Estado em um nível bastante próximo do vegetativo, indicando um saldo migratório negativo significativamente

¹Exceto o Censo de 1991 e, recentemente, o de 2000, ainda assim para aqueles que residiam em uma UF (ou município) em 1986 e 1995, respectivamente, saíram e retornaram antes de 1991 ou 2000 – retornados plenos.

baixo. Ainda que o principal elemento causador dessa retomada seja o refreamento da evasão populacional, os fluxos de entrada, particularmente os de retorno, têm seu peso. No âmbito intra-estadual, permanece intenso o êxodo rural e o conseqüente processo de urbanização, e algumas regiões do Estado aprofundam seu grau de polarização. A Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que desde os anos 70 cresce a ritmos intensos, voltou a surpreender, sustentando, por mais uma década, uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional dentre as regiões metropolitanas (RM) brasileiras.

Instituída pela Lei Federal 14/73 e inicialmente integrada por quatorze municípios, a RMC configura um espaço metropolitano de forte crescimento populacional, em contraposição ao restante do Estado. Nos anos 70, no contexto das acentuadas transformações operadas na estrutura produtiva paranaense, da aceleração das migrações internas e da crescente tendência à urbanização, a RMC ganhou destaque. Seu processo de ocupação foi intenso e acelerado, transpondo as fronteiras administrativas de Curitiba e estabelecendo manchas contíguas de ocupação com alguns municípios vizinhos. Na década de 1970, foi a região metropolitana que mais cresceu no País – 5,3% a.a. – e, em que pese o declínio do ritmo de crescimento para 3% a.a. no período seguinte, ainda assim a participação da Região na população total do Estado cresceu de 19%, em 1980, para 24%, em 1991. Nos primeiros cinco anos da década de 1990, esse processo acelerou-se, em decorrência do ritmo ascendente da taxa de crescimento populacional metropolitana, 3,4% a.a. No mesmo período, alguns municípios da região sofreram desmembramento, dando origem a novas municipalidades, e os limites oficiais da RMC expandiram-se por força de lei, de tal sorte que, em 2000, a área encontrava-se integrada por vinte e cinco municípios.

A tendência de desaceleração do ritmo de crescimento dos municípios-núcleo das regiões metropolitanas, observada nas principais RM do País, parece ter início em Curitiba apenas muito recentemente, a partir do segundo quinquênio da década de 1990. No período 1991/1996 essa capital manteve a mesma intensidade de crescimento da década de 1980 – cerca de 2,3% a.a. É bem verdade que a RMC também sofre o movimento de periferização, representado por um padrão de crescimento diferenciado entre pólo e periferia, que caracteriza a maior parte das regiões metropolitanas brasileiras. Assim, se desde os anos 80 Curitiba cresce a mais de 2% a.a., os municípios limítrofes crescem a um ritmo muito maior (mais do que o dobro). Com isso, o pólo vai, aos poucos, perdendo peso no conjunto da população metropolitana.

Desde a década de 1970, o êxodo rural vem se constituindo em fator preponderante na concentração da população do Estado na RMC. Parcelas significativas dos fluxos que emigram do campo paranaense destinam-se ao meio urbano do próprio Estado, alimentando os processos concomitantes de urbanização, concentração populacional em centros de maior porte e conformação de aglomerações urbanas em pontos distintos do território. Nesse contexto, mudanças no perfil industrial paranaense, iniciadas ainda nos anos 60, em consequência de medidas desenvolvimentistas e de fomento, sustentadas, sucessivamente, pelos diversos governantes estaduais, reforçaram sobremaneira o peso concentrador da RMC, fazendo com que, já em 1980, esta respondesse por mais de um terço da renda estadual (37%). Essa trajetória se acentuou e, em 1996, esse percentual atingiu mais de 40%, sendo este, também, o percentual de empregos formais da indústria estadual que a RMC concentrava. Cada vez mais, os limites de polarização da região se expandem, consolidando uma macrorregião com funções diversificadas e complementares, que passa a exercer importante atratividade no processo de desconcentração da atividade econômica nacional, ao lado de outras, como Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Porto Alegre (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000).

Todos esses elementos da dinâmica migratória do Estado e do intenso crescimento metropolitano, aliados ao recente desenvolvimento de inúmeras alternativas metodológicas induzido pela riqueza de informações sobre esse componente demográfico que os últimos recenseamentos do País tornaram disponível, ampliaram e potencializaram o leque de temas a serem investigados. Nos últimos vinte anos, inúmeras teses, dissertações, relatórios de pesquisa e artigos científicos desenvolvidos por pesquisadores e alunos de pós-graduação do CEDEPLAR, sob a coordenação e orientação do Professor José Alberto Magno de Carvalho, introduziram importantíssimas contribuições metodológicas para o estudo das migrações internas e internacionais no Brasil, concretizando um inestimável avanço nessa área (CARVALHO, 1982, 1985, 1996 e 1999; CARVALHO e MACHADO, 1992; CARVALHO e RIGOTTI, 1998; RIBEIRO, 1997; RIGOTTI, 1999, entre outros). Nesse contexto, Carvalho, e mais recentemente, Rigotti, têm se dedicado exaustivamente à construção de caminhos metodológicos para estimativas de saldos migratórios intercensitários por meio de

técnicas diretas e indiretas, e à conjugação das informações censitárias sobre migração de última etapa e migração de data fixa,² a fim de identificar importantes categorias migratórias, tais como *migrantes de retorno pleno*, *migrantes de passagem*, *migração por etapas*.³

Além dessas inovações, é digno de nota o esforço desenvolvido pelos pesquisadores do CEDEPLAR no sentido de abrir perspectivas metodológicas para a estimação da emigração internacional, fenômeno que nos últimos anos vem adquirindo importância relativa no contexto da dinâmica migratória de Estados como Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Embora, na tese, não se pretenda investir nesse tópico, estimativas apontam que, no período 1985/1990, o número de emigrantes internacionais dos estados acima, resultou, respectivamente, em 176 mil, 141 mil e 140 mil pessoas. (CARVALHO e GARCIA, 2002).

Da mesma forma, Carvalho, e posteriormente, Ribeiro, desenvolveram um minucioso conjunto de procedimentos voltados a explorar os dados censitários brasileiros de 1980 e de 1991 para a mensuração da migração de retorno. Em sua tese de doutorado, Ribeiro (1997) aplicou o estudo do retorno de migrantes ao Nordeste, fenômeno de crescente importância para a Região. A relevância desse tipo de estudo reside principalmente em tornar possível a estimativa tanto dos efeitos diretos, quanto dos indiretos, causados pelos movimentos de retorno sobre o volume e o perfil da população das áreas de origem e de destino.

Todas essas categorias migratórias certamente integram o quadro da migração no Paraná e cada uma delas tem seu peso explicativo para o crescimento populacional do Estado e para a caracterização da dicotomia de tendências entre Região Metropolitana de Curitiba *versus* interior. As técnicas que vêm sendo desenvolvidas procurando explorar a multiplicidade de informações censitárias relacionadas às migrações têm como escopo

²Nesse caso, a conjugação restringe-se ao Censo de 1991, que pesquisou ambas as informações – o local de residência das pessoas cinco anos atrás e o nome do local de última residência. Uma abordagem exaustiva das potencialidades propiciadas pelo uso combinado desses dois tipos de informação encontra-se em Carvalho (2000). O Censo de 2000 manteve os quesitos de data fixa e de última etapa, porém, em relação à esta última, a indagação relacionou-se apenas ao nome da Unidade da Federação de residência anterior, não inquirindo sobre o nome do município anterior.

³Sobre essas questões, ver, principalmente, Carvalho e Rigotti (1998); Carvalho (2000) e Rigotti (1999). Segundo esses autores, o *migrante de retorno pleno* é aquele que, na data fixa (1986, no caso do Censo de 1991), morava em um determinado local, saiu e retornou antes do fim do intervalo. O *emigrante de passagem*, entre a data fixa e a data do censo, teve como residência imediatamente anterior um local diferente daquele de residência na data fixa, que, por sua vez, é distinto daquele de residência no final do intervalo. Ambas as categorias implicam em *movimentos migratórios por etapas*.

identificar e mensurar, sob prismas distintos, esse complexo fenômeno. A tese que ora se apresenta buscou aplicar grande parte desse instrumental para precisar, com maior acuidade, as singularidades da dinâmica migratória estadual e das suas diversas regiões componentes, à luz da evolução populacional das décadas mais recentes.

Nesse sentido, ainda que se empreenda um resgate dos principais processos que vigoraram no Estado na etapa de rápido povoamento e ocupação territorial do espaço, compreendida entre as décadas de 1940 e 1960, o foco do estudo está centrado no período recente da história do Paraná, analisando mais detidamente o fenômeno migratório a partir dos anos 70 e sua importância no processo de crescimento populacional do Estado e de suas regiões.⁴ Em outras palavras, a tese se propõe a investigar como se deslançaram os processos migratórios urbanos e rurais das diversas regiões do Paraná ao longo das décadas de 1970 e de 1980, rastreando semelhanças e diferenças regionais e intertemporais em termos de: i) importância da variável migratória sobre a dinâmica demográfica das regiões; ii) tipos predominantes de deslocamentos, focalizados do ponto de vista da emigração e da imigração; iii) prevalência da migração de retorno e de relevantes categorias analíticas, tais como, migração de retorno pleno, emigração de passagem, reemigração. A Região Metropolitana de Curitiba, dado seu papel concentrador de população, mereceu enfoque especial.

Em consonância com os objetivos acima propostos, o trabalho apresenta o seguinte formato. No Capítulo 2, prioriza-se o conjunto do Estado do Paraná como objeto de análise, evidenciando as particularidades da dinâmica de crescimento populacional experimentada desde os anos 40 e o papel do componente migratório nesse processo no decurso das várias etapas, com especial ênfase para as tendências observadas a partir dos anos 70. Assim, além de indicadores gerais da evolução do crescimento demográfico e da urbanização do Estado – tais como taxas de crescimento observado e vegetativo, indicadores de participação da população no total brasileiro, de urbanização, de fecundidade e de mortalidade –, o capítulo reúne também um conjunto de informações qualitativas que possibilita uma compreensão, ainda que não aprofundada, dos contextos – estadual e nacional – subjacentes aos processos vigentes nos vários períodos analisados. Essa contextualização se desenvolve mediante a utilização de material bibliográfico já existente.

⁴Para tanto, os Censos Demográficos de 1980 e de 1991 são as principais fontes dos dados apresentados, tendo sido processados via arquivos de microdados.

Além disso, são apresentados indicadores específicos de mensuração dos movimentos migratórios do Estado, principalmente para as décadas de 1970 e de 1980, tais como estimativas de saldos e de taxas líquidas migratórias, bem como dados censitários que permitem a análise dos fluxos de emigrantes e de imigrantes que o Paraná trocou com as outras regiões do País durante os decênios em análise, contempladas as situações urbana ou rural do domicílio na origem e no destino.⁵ Para o período 1990/2000, apresenta-se uma estimativa preliminaríssima de saldo migratório decenal e dados relacionados à migração provenientes da Contagem de População de 1996 e da PNAD de 1999, que fornecem indicativos das tendências mais recentes.

O Capítulo 3, de certa forma, replica o caminho analítico do anterior, porém centrando o foco sobre as diversas regiões do Estado, com ênfase sobre a Região Metropolitana de Curitiba. Esta tem se mantido, no Paraná, como a principal área receptora de migração. Enquanto outras áreas metropolitanas brasileiras já revelam sinais de arrefecimento do crescimento populacional, a RMC ainda se destaca.

Como a descrição do cenário no qual se desenvolveram os processos migratórios recorre a fontes bibliográficas já disponíveis, nesse particular estas não necessariamente contemplam uma regionalização do Estado coincidente com a adotada no presente trabalho, principalmente nos Capítulos 3 e 4.

Na tese, a regionalização, a princípio, privilegiou o uso da unidade espacial Mesorregião Geográfica (MG), segundo classificação do IBGE adotada no Censo Demográfico de 1991, que dividiu o Paraná em dez mesos. No entanto, a classificação do IBGE agrega em uma mesma MG (Norte Central Paranaense) municípios como Londrina e Maringá – segunda e terceira maiores populações do Estado. Nesse caso, como as mesos constituem agregações de Microrregiões Geográficas (MR), trabalhou-se separadamente com as micros de Londrina e de Maringá, reunindo-se os demais municípios em "Restante da Meso Norte Central Paranaense". Processo semelhante ocorreu com a Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Os vinte e cinco municípios que, em 2000, compunham a RMC, tal

⁵Na verdade, os fluxos migratórios de determinado período englobam todos os movimentos nele ocorridos. Quando identificados por meio de dados censitários, como neste trabalho, só são captados aqueles referentes aos indivíduos sobreviventes, mesmo assim relativos apenas à última etapa migratória ou aos locais de residência em duas datas fixas.

como legalmente instituída, pertencem à meso Metropolitana de Curitiba, que, por sua vez, abrange outros municípios não-metropolitanos. Frente a isso, decidiu-se trabalhar com a RMC oficial e agregar os demais municípios em "Restante da Meso Metropolitana de Curitiba". Com esses ajustes, o Paraná estará sendo analisado através de oito mesos, duas micros (Londrina e Maringá, que compõem a meso Norte Central Paranaense), uma região denominada "Restante da Meso Norte Central Paranaense", a Região Metropolitana de Curitiba oficial e uma região denominada "Restante da Meso Metropolitana de Curitiba", perfazendo, no total, treze unidades regionais de análise (mapa 1). É preciso alertar para o fato de que, ao isolar a RMC oficial, a região Restante da Meso Metropolitana de Curitiba resulta descontínua, abrangendo municípios tanto a oeste, quanto a leste da RMC.

Para não estabelecer conflito com a nomenclatura territorial definida pelo IBGE e para amenizar a tarefa analítica, doravante, na presente tese, cada uma das treze unidades espaciais sob estudo, salvo explicitação em contrário, estará sendo denominada simplesmente de "**região**".

Evidentemente, essa regionalização impôs a execução de um trabalho de compatibilização das fontes censitárias adotadas. Assim, considerou-se, como base, a composição municipal das regiões adotada no Censo de 2000 – com 399 municípios (Anexo 1) –, aplicando-se, para os censos anteriores, a mesma composição. No caso dos municípios que sofreram desmembramentos ao longo do tempo, não houve dificuldade em se respeitar a alocação regional dos municípios de origem, de acordo com a dos municípios novos. Com isso, dados e indicadores relativos a cada região são comparáveis nos períodos analisados.

Desse modo, o Capítulo 3 traça uma panorâmica da evolução populacional das distintas regiões do Paraná – ressaltando a dinâmica metropolitana –, procurando situá-las no contexto sócio-econômico-demográfico do Estado, no transcurso das últimas décadas. Além de apresentar estimativas de saldos e de taxas líquidas migratórias referentes aos períodos 1970/1980 e 1980/1990, incluindo resultados estritamente preliminares para a RMC para o período 1990/2000, o capítulo dedica-se, também, à análise de fluxos de emigrantes e de imigrantes que cada região do Estado trocou com as grandes regiões do País durante os decênios em estudo, contempladas as situações urbana ou rural do domicílio na origem e no destino. Ademais, o exame dos deslocamentos de emigrantes e de imigrantes privilegia, igualmente, o intenso fenômeno dos movimentos internos ao Paraná, incluindo aqueles entre setores urbano e rural do domicílio. Para cada região do Estado e décadas consideradas, são identificados os deslocamentos predominantes em termos de distância

dos percursos, principais áreas de expulsão e de atração de migrantes nas trocas inter-regionais e o peso das trocas no quadro domiciliar, no interior de cada região, na migração intermunicipal. Toda essa análise está baseada em informações censitárias sobre UF e município de última residência na década anterior ao censo (migração de última etapa).⁶

O Capítulo 4 contém um exame dos movimentos imigratórios de retorno ao Paraná, segundo as regiões brasileiras de origem e as paranaenses de destino, para cada década. A análise atém-se ao retorno dos naturais do Paraná, visto que os censos brasileiros não possibilitam a identificação do retorno de não-naturais de uma UF que, tendo dela se mudado anteriormente, a ela retornem.⁷ Inclui-se no capítulo também a migração de retorno sob a ótica dos efeitos demográficos indiretos, uma vez que muitos dos paranaenses que retornam trazem consigo outros membros da família, também retornados, porém não-naturais da UF, ou mesmo novos componentes familiares agregados durante o período de residência fora do Estado, e um potencial reprodutivo que se traduz, no período analisado, no nascimento de crianças após o movimento de retorno ao Estado, filhas de indivíduos retornados.

Os movimentos migratórios mais de curto prazo, experimentados pelas regiões paranaenses, são, igualmente, objeto de interesse no Capítulo 4. A mensuração desses movimentos só é possível através dos quesitos pesquisados no Censo de 1991, pois utiliza, metodologicamente, a comparação entre imigrantes e emigrantes interestaduais e intra-estaduais (inter-regionais) identificados através dos dados censitários sobre migrantes de data fixa e de última etapa, ambas as informações pesquisadas naquele Censo. Essa comparação propicia a identificação de importantes categorias de migrantes, participantes de movimentos como a migração de retorno pleno e a emigração de passagem.⁸

Por fim, o Capítulo 5 está reservado à síntese e conclusões.

⁶“Imigrantes de última etapa são aqueles que, durante o período analisado, passaram a residir na unidade geográfica em estudo, lá permanecendo até o final do período, qualquer que tenha sido a unidade de residência no início do período. Emigrantes de última etapa são aqueles cuja unidade geográfica de residência imediatamente anterior, dentro do período analisado, é aquela em estudo, qualquer que tenha sido a unidade de residência no início do período. Os migrantes de última etapa são identificados através dos quesitos *tempo de residência na unidade atual e local de residência anterior*.” (RIBEIRO e CARVALHO, 1999, p.99)

⁷A não ser nas situações explicitadas na nota 1.

⁸O significado dessas categorias encontra-se descrito na nota 3.

ESTADO DO PARANÁ

Mapa 1
REGIÕES DO ESTADO



FONTE: Censo Demográfico 2000 - IBGE

NOTA: Exceto nos casos das mesos Norte Central Paranaense e Metropolitana de Curitiba, as demais seguem a mesma divisão do IBGE. Na meso Norte Central, foram desagregadas as micros de Londrina e Maringá, e na Metropolitana, separou-se a Região Metropolitana de Curitiba oficial.

BASE CARTOGRÁFICA: IAP-1997

2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, DOS SALDOS E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA HISTÓRIA RECENTE DO PARANÁ⁹

Nos últimos sessenta anos, a dinâmica de crescimento demográfico paranaense tem se mostrado bastante instável, fortemente condicionada pelos movimentos migratórios.

Apresentando um reduzido tamanho populacional no início do século, o Paraná, em apenas três décadas – que se estendem dos anos 40 aos 60 –, experimentou um crescimento demográfico extraordinário, dos mais elevados do País, calcado principalmente no afluxo de migrantes, fruto da expansão dinâmica de uma fronteira agrícola capitaneada pela atividade cafeeira, que resultou na ocupação acelerada do território e na integração crescente de suas diversas regiões. As áreas rurais se povoaram, mas dezenas de núcleos urbanos também foram se formando, com funções de apoio à atividade agrícola.

Paradoxalmente, a manutenção do caráter empreendedor e moderno da agricultura paranaense na etapa seguinte se deu através da introdução no setor de rápidas transformações na base técnica de produção e nas relações de trabalho, de cunho concentrador e poupador de mão-de-obra, de tal sorte que, nos dois decênios seguintes – anos 70 e 80 –, passam a predominar no Estado os fluxos migratórios de saída. O ritmo de incremento populacional decresce a níveis irrisórios, bem abaixo do vegetativo, destacando-se como o menor dentre as Unidades da Federação.

Na década de 90, observa-se uma nova tendência de recuperação no crescimento demográfico do Estado – ainda estreitamente condicionada pela *performance* migratória –, que finaliza o século com perdas populacionais bem menores e significativos movimentos imigratórios de retorno.

2.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL DO ESTADO NOS ÚLTIMOS SESSENTA ANOS

Até a década de 1930, o Paraná contava com um modesto número de habitantes, concentrado na porção leste do território. A economia, baseada nas atividades extrativas da erva-mate e da madeira e na pecuária extensiva, mostrava-se débil, pouco diversificada, e com baixa capacidade de acumulação de excedentes. O sistema viário, extremamente precário, limitava-se a conectar o porto de Paranaguá, no litoral, à capital, Curitiba, no planalto. No interior

⁹Vários aspectos da história recente do Paraná, resgatados de forma resumida neste capítulo, estão contemplados em Magalhães (1996).

do Estado, escassamente habitado, predominavam grandes latifúndios, atividades agrícolas pouco dinâmicas e técnicas rudimentares de produção.

A instauração do ciclo cafeeiro, a partir dos anos 30, propiciou a expansão acelerada da fronteira agrícola paranaense e deu suporte a uma das mais impressionantes ondas de povoamento observadas no País.¹⁰ Cultivado no Estado já desde o final do século XIX, em grandes fazendas e sob o predomínio de relações de colonato, o café se expande rapidamente por sobre as férteis terras roxas do Norte/Noroeste do Paraná. A grosso modo, pode-se afirmar que a convergência de uma série de fatores comandou esse processo. Sem dúvida, constituíram importantes molas propulsoras a busca de novos investimentos lucrativos por parte dos cafeicultores e grandes empresários paulistas – frente à crise de superprodução do setor e às restrições impostas pelo Convênio de Taubaté ao aumento da produção dos estados do Sudeste – e os esforços de negociação empreendidos pelo governo estadual junto ao poder central para contornar os entraves ao plantio do café no Estado. Porém, não há como ignorar o papel da imensa oferta de terras de altíssima qualidade, desocupadas, e extremamente próximas do núcleo central da economia nacional.

Adicionalmente, é importante destacar que um dos principais fatores responsáveis pela viabilização bem sucedida do ciclo do café no Paraná, nos moldes em que se processou, consiste no estilo de colonização dirigida que se implantou no Estado desde os anos 1920. Várias iniciativas se desenvolveram, tanto públicas quanto privadas, destacando-se o grande empreendimento sob a responsabilidade da companhia inglesa Paraná Plantations.

Inicialmente interessada no plantio de algodão voltado à indústria de fiação e tecelagem inglesa, esta companhia, através de sua subsidiária Companhia de Terras Norte do Paraná,¹¹ adquiriu do Estado, em menos de dez anos, cerca de 550 mil alqueires paulistas¹² de

¹⁰É bastante extensa a literatura que trata sobre a etapa de expansão da atividade cafeeira no Estado e sobre os movimentos populacionais a ela subjacentes. Destacam-se, entre outros, Westphalen (1968), Fundação IPARDES (1976), Padis (1981), Graham e Hollanda Filho (1984), Raggio (1985), Magalhães Filho (1994). Graham e Hollanda Filho (1984, p.66) chegam a afirmar que "o desenvolvimento do Paraná apresenta-se como um dos mais rápidos crescimentos de fronteira no mundo, neste século."

¹¹Durante a Segunda Guerra Mundial, um grupo empresarial de São Paulo adquiriu e transformou a companhia inglesa em Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

¹²Um alqueire paulista equivale a 2,42 ha.

terras devolutas de excelente qualidade no Norte e no Noroeste paranaenses. Devido ao insucesso do empreendimento algodoeiro, a companhia redirecionou os negócios para a comercialização de terras e implantação de projetos de colonização. A estratégia de vendas baseou-se no parcelamento dos terrenos em pequenos lotes e na oferta de pagamento a prazo. Além disso, a empresa se comprometeu a fornecer assistência técnica aos novos colonos e viabilizou a infra-estrutura viária – abrindo novas estradas, construindo linhas férreas e pontes –, facilitando os sistemas de comunicação entre as propriedades e os centros urbanos emergentes e garantindo o escoamento da produção. (MAGALHÃES, 1996, p.17).

Em paralelo à iniciativa privada, o próprio Governo do Paraná, ainda detentor de vastas áreas no Estado, promoveu a implantação de projetos de colonização com características semelhantes, loteando as terras em pequenas parcelas e abrindo várias frentes de povoamento no Norte, Leste e Sudoeste paranaenses.

Mediante a veiculação de intensa propaganda, particularmente em São Paulo e nos demais estados do Sudeste, os projetos de colonização atraíram milhares de famílias interessadas em se instalar como produtores rurais. Além de formarem pequenas propriedades dedicadas ao plantio de café, os colonos mantinham lavouras de subsistência e criação de animais domésticos, empregando, essencialmente, mão-de-obra familiar.

No entanto, as perspectivas de alta lucratividade com os empreendimentos e a imensa disponibilidade de terras virgens fertilíssimas no meio agrícola do Norte paranaense atraíram também um expressivo número de produtores aptos a se integrar ao processo produtivo e à comercialização segundo padrões capitalistas. Muitos adquiriram amplas extensões de terra e viabilizaram a produção mercantil, mesclando a utilização do trabalho familiar com a adoção de contratos de arrendamento, colonato, parceria ou assalariamento.

Assim, o movimento de expansão da fronteira agrícola do Norte do Estado assentou-se substantivamente no trabalho de uma categoria de produtores que, em geral, detinha a posse, mas não a propriedade da terra. Tal perfil de organização das relações de produção acabou por induzir a uma crença ilusória no caráter democrático da constituição da estrutura fundiária do Paraná. (MAGALHÃES, 1996, p.20).¹³

¹³O importante trabalho de Raggio (1985) oferece uma ampla compreensão sobre o significado da expansão cafeeira no Norte paranaense, bem como sobre o perfil fundiário e as relações de trabalho dela decorrentes.

À medida que avançava o povoamento do Norte paranaense, as áreas do Sudoeste e do Oeste mantinham-se praticamente desabitadas e sem meios de comunicação com o restante do Estado. A escassa população existente limitava-se a produzir para o sustento, lançando mão, por vezes, da extração predatória da erva-mate e da madeira.

De acordo com a literatura disponível,¹⁴ duas ordens de fatores estimularam a ocupação dessas regiões do Estado, em particular a partir dos anos 40. Nesse período, o Rio Grande do Sul passava por processos distintos de mudanças em seu meio agrícola, que culminaram com a formação de grandes excedentes populacionais. De um lado, um sistema de subdivisão das terras por herança familiar provocou um grande fracionamento das propriedades, liberando levas de famílias em busca de sobrevivência em outras regiões. Paralelamente, um movimento de expansão das grandes estâncias dedicadas à pecuária no centro-sul do Estado também liberou volumes expressivos de trabalhadores rurais. Essas correntes migratórias dirigiram-se então de forma espontânea às áreas despovoadas do Sudoeste/Oeste paranaenses, "[...] formando pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar e dirigindo a produção para lavouras de subsistência, cereais e criação de porcos. Todavia a região continuava se ressentindo da inexistência de estradas e disponibilidade de infra-estrutura urbana". (MAGALHÃES, 1996, p.21).

O segundo fator a impulsionar o povoamento dessa vasta região do Paraná resultou da implantação de projetos colonizadores públicos e privados, em moldes similares àqueles instalados no Norte. Seduzidos pela oferta abundante de terras, a preços acessíveis, amplos contingentes de produtores gaúchos e catarinenses adquiriram pequenas parcelas de terras na região, reproduzindo em áreas paranaenses suas precedentes condições de produtores rurais. Devido às características adversas do relevo da região, que a torna pouco propensa à mecanização, e à escassez de meios de comunicação e de transporte, as famílias de migrantes, a maioria de origem ítalo-germânica, mantiveram durante longos anos uma produção restrita praticamente ao autoconsumo, com o auxílio da força de trabalho familiar.

A integração e dinamização do Oeste/Sudoeste teve início nos últimos anos da década de 50 com os primeiros esforços para implantação de um sistema viário que, conjugado à capacidade técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos, viabilizou e impulsionou a

¹⁴Ver, por exemplo, Westphalen (1968), Fundação IPARDES (1976), Padis (1981).

produção de excedentes para comercialização. Aos poucos a renda monetária da população foi se elevando, o mercado se ampliando, o comércio se expandindo. Novos capitais acorreram à região e grandes propriedades agrícolas se formaram, principalmente em áreas ainda não ocupadas. (MAGALHÃES, 1996, p.23).

Evidentemente, os mesmos processos que deflagraram a ocupação do meio rural das várias regiões do Estado fomentaram o surgimento e a proliferação de inúmeros núcleos urbanos, que desenvolviam atividades de suporte à agricultura em expansão e funcionavam como elos primários da cadeia de comercialização. Padis (1981) menciona que Londrina, no Norte, fundada em 1930, foi escolhida pela companhia inglesa de colonização para sediar seus escritórios e para nuclear as atividades comerciais da região, mas em poucos anos polarizava mais de vinte novos núcleos urbanos. Segundo o autor,

[...] em apenas um quarto de século, na área adquirida pela companhia inglesa, surgiram nada menos que 110 núcleos urbanos, na grande maioria transformados em cidades. Dentre eles, 62 foram criados pela própria companhia colonizadora, enquanto os outros 48 foram fundados por diversos outros grupos, formalmente organizados ou não. (PADIS, 1981, p.93).

Na mesma proporção em que as ondas de povoamento se sucediam e avançavam por sobre o interior do Estado, pequenos povoados e cidades iam se formando a um ritmo frenético, dando origem ao movimento horizontal de urbanização, que se consolidaria de forma intensa nas décadas seguintes.

Foi nesse contexto que, em apenas três décadas – entre 1940 e 1970 –, a população paranaense mais do que quintuplicou de tamanho (tabela 1). Seu ritmo de crescimento, no decurso do período, suplantou o das demais regiões brasileiras, exceto o do Centro-Oeste, na década de 1960 (tabela 2).

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ 1940/1970

ANO	TOTAL	POPULAÇÃO		GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS (%)
		Urbana	Rural		
1940	1.236.276	302.272	934.004	24,5	3,0
1950	2.115.547	528.288	1.587.259	25,0	4,1
1960	4.268.239	1.305.927	2.962.312	30,6	6,1
1970	6.929.868	2.504.378	4.425.490	36,1	7,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

TABELA 2 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ E BRASIL - 1940/1950, 1950/1960 E 1960/1970

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)					
	PARANÁ			BRASIL		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1940/1950	5,61	5,84	5,54	2,39	3,91	1,60
1950/1960	7,16	9,31	6,33	2,99	5,15	1,55
1960/1970	4,97	6,73	4,10	2,89	5,22	0,57

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

Não somente a população rural se ampliava vertiginosamente, como também a urbana. A cada dez anos seus contingentes praticamente duplicavam de tamanho, revelando o ritmo intenso e acelerado que caracterizou a ocupação do território paranaense,¹⁵ embora ao final do decênio de 1960, a grande maioria da população do Estado ainda fosse predominantemente rural – 64%.

A subdivisão do território em municípios também foi bastante alterada no período, acompanhando o ritmo da ocupação. Em 1940, o mapa político-administrativo do Paraná era composto de 49 municipalidades, quase todas localizadas na porção oriental do território. Em 1970 já havia 288 municípios, e todas as regiões tinham sofrido desmembramentos.

A proliferação exponencial de centros urbanos, contudo, deve ser vista com cautela pois, evidentemente, a maior parte deles surgiu apenas como suporte à acelerada implantação das colônias de povoamento, carecendo em grande medida do mínimo de infra-estrutura urbana. Não se pode esquecer que em 1970 somente 36% da população do Estado era urbana. Na verdade, a produção agrícola gerava níveis elevados de arrecadação fiscal, fornecendo, portanto, os requisitos exigidos por lei para a elevação dos vilarejos à categoria de municípios. Estes, contudo, podiam apresentar uma zona rural populosa, mas em geral eram pouco significativos em termos urbanos. Tanto é assim que dos 49 centros urbanos que o Paraná tinha em 1940, apenas dois (Curitiba e Ponta Grossa) registravam mais de vinte mil habitantes, e juntos concentravam 44% de toda a população urbana do Estado. Em 1970, dos 288 municípios existentes, somente dezenove localizavam-se no estrato de mais de vinte mil habitantes urbanos e abrigavam 57% dessa população do Estado. No outro extremo, 105 municípios apresentavam um tamanho de população urbana inferior a dois mil habitantes, mas se for considerado o estrato de centros com até cinco mil habitantes, então 201 municípios passam a estar aí incluídos. (MAGALHÃES, 1996, p.30).

¹⁵Graham e Hollanda Filho (1984, p.68) informam que "a densidade populacional do Paraná passou de 8,9 para 75,9 num período de tempo muito menor (1920-1965) ao que foi preciso a São Paulo realizar o mesmo feito (1872-1944)".

Em síntese, o Paraná chega ao final dos anos 60 com seu espaço agrícola praticamente todo ocupado, exibindo uma agricultura dinâmica e moderna, acrescida, em apenas trinta anos, de quase 500 mil novos estabelecimentos rurais, a grande maioria de pequeno porte. A despeito do predomínio da categoria de proprietários, cerca de 44% dos estabelecimentos, em 1970, estavam sob a responsabilidade de parceiros, arrendatários e ocupantes. A população ocupada nas atividades agrícolas elevou-se de 225 mil para quase 2 milhões de trabalhadores, no período, e a mão-de-obra familiar representava a principal categoria na estrutura ocupacional.

A maior parte da renda interna do Estado provinha da agricultura, e os demais setores econômicos – indústria e serviços – mostravam-se incipientes e bastante atrelados ao dinamismo do setor primário. Lourenço (2002) chama a atenção para o fato de que

[...] seria muito difícil o aparecimento de capital industrial no norte, uma vez que as facilidades de transporte beneficiavam a indústria paulista. Além disso, as atividades bancárias e comerciais ligadas ao café paranaense estavam sediadas em São Paulo, e seus excedentes financeiros eram investidos na indústria paulista, dado que o norte não dispunha de infraestrutura adequada à indústria (insuficiência de energia elétrica, principalmente). Em paralelo, a agricultura de pequenos produtores do norte do Estado apresentava poupanças atomizadas, que se destinavam fundamentalmente à construção civil ou a outras atividades urbanas não industriais. Logo, o crescimento da economia cafeeira não conseguia impulsionar a indústria local nem estimular a do restante do Estado, devido à precariedade do sistema de transporte estadual. (LOURENÇO, 2002, p.77-78).

Adicionalmente, no decurso dos anos 60, as ameaças de uma superprodução cafeeira induziram o governo central a intervir no setor, com o objetivo de manter o nível dos preços internos, e a erradicação de cafezais começou a ser estimulada. Os impactos dessa política restritiva logo se fizeram sentir sobre a agricultura paranaense. Aos poucos, o café passou a ser substituído por outros produtos e atividades, como a soja e a pecuária, menos absorvedores de mão-de-obra. Em conseqüência, deflagrou-se um processo de liberação de milhares de trabalhadores agrícolas e de suas famílias que, em parte, se deslocaram para outras áreas do Estado ainda em fase de ocupação – como o Oeste e o Sudoeste –, mas muitos transpuseram a fronteira estadual, em um movimento precursor do intenso êxodo rural observado a partir da década de 1970.

Em paralelo aos acontecimentos que afetaram o setor cafeeiro paranaense, os anos 60 produziram também as bases de um novo modelo de produção agrícola no País,

que revolucionou as práticas de produção, mecanizou processos, substituiu produtos, alterou relações de trabalho e estimulou a concentração fundiária.

Na raiz desse novo modelo encontravam-se as exigências do padrão de industrialização brasileiro, implantado inicialmente nos anos 50, através do Plano de Metas, e aprofundado pelos sucessivos governos militares da década de 60. Os diversos pacotes de políticas econômicas adotados no período convergiam para o reforço do setor industrial, que passou então a comandar a economia, e introduziam medidas para estreitar as relações entre o agro e o industrial. "A agricultura [...] passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista. Surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura." (MARTINE e BESKOW, 1987, p.20). Ademais, não se pode perder de vista que a crescente urbanização do País ampliava a necessidade de expansão da agricultura de alimentos, fosse pela ótica da demanda ou do imperativo de preservação do baixo custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Nesse contexto, um dos vetores mais importantes introduzidos no País, na época, para a consolidação dos vínculos de dependência entre a agricultura e a indústria advinha do pacote tecnológico conhecido como a "Revolução Verde", que propunha a combinação do uso intensivo de sementes melhoradas com o uso de máquinas e de inovações químicas (adubos e agrotóxicos).

Fatores adicionais, porém não menos relevantes, como conjuntura de preços internacionais de matérias-primas extremamente favorável, adoção maciça de medidas eficazes de governo destinadas a impulsionar a modernização – tais como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa tecnológica e serviços de extensão, preços mínimos, política de câmbio etc. – complementaram o cenário em que se desenvolveu o intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira. (MAGALHÃES, 1996, p.34).

A estrutura agrícola paranaense, que vinha de um processo de rápida expansão produtiva, porém ainda com o predomínio da utilização da força humana e de instrumentos rudimentares de trabalho, absorveu intensivamente a nova matriz tecnológica de produção.¹⁶

¹⁶Alguns estudos constituem bibliografia básica para a compreensão das mudanças produtivas do Estado, nos anos 70. Consultar, entre outros, IPARDES (1982), IPARDES (1987), Fleischfresser (1988), Leão (1989).

Em um curto espaço de tempo, milhares de estabelecimentos agrícolas do Estado, particularmente de médios e grandes produtores, passaram a empregar força mecânica nas tarefas e a produzir segundo os novos parâmetros tecnológicos, ancorados pela generosa política rural de créditos subsidiados, sem dúvida alguma, o principal instrumento viabilizador da capitalização e da mercantilização das atividades agrícolas no País.

No bojo das tendências modernizantes, a pauta de produtos alterou-se substancialmente, com a soja e o trigo ascendendo rapidamente ao topo da produção estadual. Sendo culturas de exportação – interna ou externa –, de alto valor comercial, apresentavam, ainda, alta resolubilidade com respeito às inovações biológicas e de mecanização, atendendo plenamente, portanto, aos interesses dos segmentos industriais produtores de máquinas e de insumos químicos, bem como aos agroindustriais, beneficiadores de grãos e exportadores (FLEISCHFRESSER, 1988). É preciso destacar, no entanto, que, embora em menor escala, o caráter modernizante da produção agrícola se estendeu também a outras culturas, como o milho, o algodão, o arroz, e mesmo ao café, contribuindo para que o Paraná não perdesse sua importância na produção agrícola nacional.

Em suma, o advento da modernização na agricultura paranaense, respaldada pela ação do Estado, traduziu-se na crescente subordinação desse setor aos ditames da indústria, viabilizou a acelerada expansão das culturas de mais rápida absorção tecnológica, que atingem alta cotação comercial, reforçou o peso dos médios e grandes estabelecimentos na estrutura fundiária e de produção, modernizou as relações comerciais e, principalmente, elevou rapidamente a produtividade do trabalho utilizado.

É sob a vigência de todos esses condicionantes que ocorreu, entre 1970 e 1980, a eliminação de 109 mil estabelecimentos no Estado, cerca de 20% do total de estabelecimentos existentes em 1970. Em termos de área, a redução correspondeu a 894 mil ha, 6,1% do total de áreas dos estabelecimentos de 1970. E todos de pequenos produtores rurais [...]. Destes, 74% eram estabelecimentos de até 10 ha, e o percentual eleva-se a 94% ao se considerar o conjunto de produtores de até 20 ha. Por outro lado, a imensa maioria dos produtores eliminados, 87%, era composta de não-proprietários. Segmentos como parceiros, ocupantes e pequenos arrendatários praticamente desapareceram do campo paranaense. Os arrendamentos e parcerias remanescentes, em termos gerais, passaram a constituir segmentos capitalizados, explorando estabelecimentos de maior tamanho e com uma base técnica assentada na utilização intensiva das inovações tecnológicas. Ou seja, permaneceram porque se modernizaram." (MAGALHÃES, 1996, p.39-40).

Evidentemente que a estrutura do emprego agrícola, durante esse processo, também sofreu uma substancial alteração, ocorrendo a eliminação de milhares de postos de trabalho no campo paranaense. Da mesma forma que a dinâmica de modernização agrícola

experimentou ritmos e intensidades diferenciados, dependendo do tipo de cultura e da região do Estado, igualmente as categorias de trabalhadores rurais foram afetadas de maneira heterogênea. Assim, nos anos 70, houve uma redução líquida de 170 mil pessoas ocupadas na agricultura paranaense. Porém, na categoria de membros não-remunerados da família, houve um decréscimo de 330 mil pessoas. As únicas categorias que demonstraram crescimento foram a dos assalariados, em particular os temporários, e, em menor medida, a dos parceiros. (MAGALHÃES, 1996, p.40). É dessa forma que uma massa de produtores paranaenses e de suas famílias renuncia ao meio rural como local de moradia, "[...] ficando esse espaço reservado principalmente aos que se modernizaram, restando aos demais, expulsos da condição de produtores, habitar as cidades, muitos dependendo ainda do trabalho temporário". (IPARDES, 1987, p.143).

A economia urbana, por seu turno, demonstrou, no período, um surto notável de expansão, em decorrência do dinamismo experimentado pelas atividades industriais e terciárias.¹⁷ Leão (1989), Magalhães Filho (1994), bem como Lourenço (2002), enfatizam a importância da atuação do Estado paranaense, que remonta ainda aos anos 60, na montagem de um aparato infra-estrutural (principalmente transportes e energia) e no desenvolvimento de mecanismos institucionais de apoio e de atração de investimentos privados para o setor industrial. Aliado a isso, o surto de crescimento da economia nacional, observado no final da década de 1960 e início da de 1970, constituiu elemento fundamental para a impulsão das atividades industriais no Estado. O certo é que, nos anos 70, a indústria passou a liderar a geração interna de renda na economia paranaense, especialmente o segmento agroindustrial.

O mercado de trabalho urbano, nesse contexto, ampliou-se enormemente:

[...] o crescimento do emprego industrial atingiu a elevada cifra de 8,9% a.a. entre 1970 e 1980, a despeito do perfil moderno do parque industrial instalado. No mesmo período, a PEA empregada na Construção Civil cresceu 8% a.a. Na esteira do intenso crescimento industrial e do rápido processo de urbanização, também o setor Terciário cresceu a altas taxas, 7% a.a., passando a absorver 40% da mão-de-obra do Estado.

¹⁷ Análises detalhadas sobre o desempenho desses setores econômicos, no período, podem ser encontradas em IPARDES (1982), IPARDES (1983a), Leão (1989), Bandeira (1995).

Essa *performance* positiva do mercado de trabalho urbano, entretanto, foi insuficiente para contrabalançar os efeitos perversos da intensa modernização das atividades agrícolas, que poupou mão-de-obra, provocou o desaparecimento de milhares de postos de trabalho no meio rural paranaense e expulsou população rural". (MAGALHÃES, 1996, p.43).

Desse modo, em um curto intervalo de tempo, ocorre uma ruptura com o padrão migratório vigente nas décadas anteriores e o Paraná inverte sua condição de grande absorvedor de população, passando à de expulsor, a um ritmo surpreendente. A população rural, após reduzido incremento nos anos 60 (0,57% a.a.), decresceu a 3,4% a.a., entre 1970 e 1980, a maior taxa negativa de crescimento populacional do País, no período. Uma substancial parcela do êxodo rural transferiu-se para o meio urbano do Estado, que experimentou um vigoroso crescimento de 6% a.a., mas significativos contingentes de emigrantes rurais abandonaram o Estado, e o Paraná atravessou o decênio crescendo a menos de 1% a.a., a menor taxa de crescimento demográfico apresentada pelas UF brasileiras entre 1970/1980 (tabelas 3 e 4).

TABELA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ - 1980/2000

ANO	TOTAL	POPULAÇÃO		GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS (%)
		Urbana	Rural		
1980	7.629.392	4.472.561	3.156.831	58,6	6,4
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	73,4	5,8
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	81,4	5,6

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

TABELA 4 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ E BRASIL - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)					
	PARANÁ			BRASIL		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1970/1980	0,97	5,97	-3,32	2,48	4,44	0,62
1980/1991	0,93	3,00	-3,03	1,93	2,97	-0,67
1991/2000	1,40	2,59	-2,61	1,63	2,45	-1,32

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

No decurso dos anos 70, a população rural paranaense decresceu, em termos absolutos, 1,3 milhão de pessoas, e a urbana, por sua vez, praticamente dobrou de tamanho, provocando um salto notável no grau de urbanização do Estado, de 36% para 59%.

É importante salientar que o processo de esvaziamento rural e o intenso crescimento e proliferação de áreas urbanas foram fenômenos observáveis no País como um todo na mesma época, variando de região para região, magnitudes e taxas. Assim, entre 1970 e 1980 o Brasil assistiu ao decréscimo absoluto de 2,5 milhões de habitantes do meio rural. Da mesma forma, o grau de urbanização em 1980 já atingia 68%, ao passo que em 1970 o País tinha recém-ultrapassado a marca dos 50% de pessoas residentes em ambientes urbanos. Entretanto, o que imprime relevância ao caso do Paraná é a velocidade e a magnitude das mudanças demográficas que atingiram o Estado, além da característica de reversão das tendências populacionais em diversas regiões do território estadual. Vale notar que processos semelhantes levaram, em geral, décadas para se concretizar em outros Estados brasileiros, por exemplo, Rio Grande do Sul e São Paulo.¹⁸ (MAGALHÃES, 1996, p.44-45).

O decênio 1980/1990, no Brasil, apelidado de "década perdida", conformou uma etapa de grande instabilidade econômica, marcada por períodos alternados de forte recessão e de movimentos de recuperação. O enfraquecimento dos mecanismos de estímulo que sustentaram o modelo de desenvolvimento da década precedente e a incapacidade de se equacionar uma série de obstáculos estruturais que entravavam a retomada auto-sustentada do crescimento, definiram um quadro de relativa estagnação da economia.

O Paraná atravessou esse crítico período com um desempenho econômico razoavelmente melhor do que o nacional – a despeito da desaceleração observada em seu ritmo de crescimento –, devido, em grande medida, às especificidades de sua estrutura produtiva, que apresentava um perfil diversificado, porém sob o predomínio das atividades agropecuárias e agroindustriais (LOURENÇO, 1990; LEÃO, 1991; OLIVEIRA, 1994; URBAN, 1995). A agricultura paranaense, na década de 1980, prosseguiu na trajetória dinâmica e moderna dos anos anteriores, incorporando avanços tecnológicos, aumentando a produtividade, diversificando a produção e consolidando os médios e grandes produtores capitalizados (LEÃO, 1991).

Do ponto de vista populacional, os anos 80 voltaram a surpreender pelo reduzido crescimento que experimentaram. Pela segunda década consecutiva, o Paraná cresceu a menos de 1% a.a. (ver tabela 4), novamente a menor taxa de crescimento do País, na comparação com os demais estados. O êxodo rural permaneceu expressivo, de tal sorte que, computado o período 1970/1991, o contingente de população rural do Estado se reduziu à metade.

¹⁸“Nesse processo, o Rio Grande do Sul, por exemplo, levou 40 anos para saltar de um grau de urbanização de 31% para 53%; São Paulo, pelo menos três décadas”. (MAGALHÃES, 1996, p.45).

O processo de urbanização, pelo seu lado, prosseguiu celeremente, apesar do declínio na taxa de crescimento da população urbana entre os anos 70 e 80 (ver tabelas 3 e 4). Neste último período consolidam-se as tendências de urbanização que afloraram com maior nitidez no decênio anterior: aumento da proporção de pessoas residindo em áreas urbanas disseminado por todo o território estadual; reforço absoluto e relativo do crescimento do número de centros urbanos de maior porte (mais de 50 mil habitantes) e do volume de população urbana que eles concentram; delimitação de eixos de aglomeração urbana em alguns pontos do território, conformando uma espacialização concentrada da urbanização (MAGALHÃES, 1996, p.79). Tais processos estruturam uma rede de cidades no Estado com características de funcionamento, inter-relações e hierarquização mais complexas.

A década de 1990 parece configurar uma nova etapa na trajetória populacional do Paraná. O Censo Demográfico de 2000 registrou um contingente de quase 9,6 milhões de habitantes, revelando uma taxa de crescimento da ordem de 1,4% a.a. (ver tabelas 3 e 4). Evidencia-se, portanto, uma recuperação no ritmo de incremento da população paranaense, certamente ainda vinculada às tendências migratórias, a despeito dos indícios continuarem apontando perdas populacionais para o agregado da década, só que, agora, de reduzidas dimensões.

Na realidade, alguns importantes condicionantes dos deslocamentos populacionais no Estado continuam operando. O movimento de modernização das atividades agropecuárias prossegue inexorável, cada vez mais impulsionado pelos preceitos da competitividade frente ao desvio paulatino de ramos modernos do agronegócio para o Centro-Oeste e parte do Nordeste brasileiros, e às exigências impostas pela maior abertura do País ao comércio externo. Libardi e Delgado (1999), analisando a evolução da ocupação agrícola no Paraná no decênio 1985/95, percebem que as tendências recentes de inovação nos sistemas de cultivo, de alteração da pauta de produtos e de aprofundamento da mecanização, têm intensificado enormemente a desarticulação das unidades de produção familiar e o processo de liberação de força de trabalho do campo paranaense.¹⁹ Se nos anos 70, que representaram o período mais drástico de

¹⁹Para os autores, uma das mudanças mais significativas recentemente introduzidas nas práticas agrícolas do Paraná consiste no sistema de plantio direto, importante avanço do ponto de vista das práticas conservacionistas dos solos e das águas, porém pouco demandante de mão-de-obra.

transformação da base produtiva agrícola do Estado e de mudanças nas relações de trabalho, houve um declínio de mais de 170 mil postos de trabalho na agricultura paranaense, os resultados do Censo Agropecuário de 1995 demonstram que, no período 1985/95, essa redução foi de 600 mil pessoas. Ou seja, restringem-se ainda mais as oportunidades de trabalho no meio rural do Paraná e sua população permanece decrescendo.

O mercado de trabalho urbano, por sua vez, revela reduzida capacidade para inserir produtivamente os amplos contingentes de mão-de-obra liberados do campo. Uma grande parte dos municípios paranaenses, em geral de pequena dimensão, desenvolve funções urbanas restritas, intimamente associadas ao dinamismo rural, dependendo quase sempre da agricultura para ocupar produtivamente sua população. Para muitos desses municípios, a perda de população rural passa a vir acompanhada de uma redução também da população urbana.

É bem verdade que a herança de uma estrutura industrial dinâmica e diversificada construída nas décadas anteriores, conjugada aos impulsos advindos da expansão econômica da etapa recente de reestruturação produtiva, de caráter desconcentrador, e a dotação de elementos infra-estruturais físicos e de suporte científico e tecnológico, são elementos que propiciaram ao Paraná um desempenho favorável na "guerra" pela atração de novas inversões produtivas em ramos de alta densidade tecnológica e de maior capacidade de agregação de valor (LOURENÇO, 2002).²⁰ Além disso, esse recente movimento de reconfiguração produtiva do Estado, liderado por setores industriais tecnologicamente avançados, privilegia alguns espaços regionais "que já tenham desenvolvido um sistema de inovação capaz de criar sinergia e para aglomerações industriais que tenham acumulado conhecimento tácito e capacidade endógena de crescimento". (CUNHA e OLIVEIRA, 2002, p.2). Nesse sentido, o dinamismo econômico tende cada vez mais a se concentrar na Região Metropolitana de Curitiba e em aglomerações interiores de porte médio.

²⁰O autor resume da seguinte forma a atual guinada produtiva do Estado: "Concretamente, a mudança no perfil produtivo do Estado está ancorada em seis vetores estreitamente articulados: o pólo automobilístico, a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas), a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papeleiro, a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul, o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais e a retaguarda infra-estrutural, sobretudo na área de ciência e tecnologia e na otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações." (LOURENÇO, 2002, p.111). Outras duas importantes contribuições para o esclarecimento do tema encontram-se em Urban e Besen (1997) e Quandt (1997).

No entanto, esse recrudescimento do ímpeto industrial do Estado se realiza sob parâmetros organizacionais modernos e de competitividade, o que implica no reforço de segmentos pouco intensivos em mão-de-obra. Apesar disso, são inegáveis os efeitos multiplicadores que daí emanam, inter-setorial e inter-regionalmente, sustentando, até certo ponto, o processo de urbanização verificado na década de 1990. Este, embora em ritmo desacelerado, consolida a demarcação de aglomerações formadas por centros urbanos de grande e/ou de médio portes que, juntamente com municípios adjacentes, tornam-se áreas de atração, tanto populacional, quanto de atividades econômicas.

Mas a principal mudança no padrão migratório do Paraná, no período mais recente, refere-se ao declínio significativo da emigração interestadual. O estreitamento das oportunidades de trabalho e de obtenção de renda verificado no País, particularmente a partir dos anos 80, seja em função do prolongado período de crise, seja porque o movimento de reestruturação produtiva em curso tende a substituir mão-de-obra por tecnologia, conjugado ao esgotamento das áreas de fronteira agrícola do Oeste e do Norte brasileiros, têm desestimulado o ímpeto emigratório do Estado. É difícil precisar até que ponto o novo ciclo expansivo da economia paranaense, exaltado continuamente pelos meios de comunicação de massa e pelas campanhas oficiais de *marketing*, exerce peso nesse refreamento emigratório para fora do Estado, reforçando os deslocamentos internos. O certo é que uma grande parcela da retomada do crescimento populacional do Paraná nos anos 90 pode ser atribuída ao forte declínio da emigração interestadual.

Ademais, e em grande medida associados aos mesmos fatores de expulsão e de atração acima mencionados, adquirem relevância os movimentos de retorno daqueles indivíduos e famílias que emigraram do Estado em períodos anteriores, e que a ele regresam em busca de alternativas de sobrevivência. Este tema será tratado no Capítulo 4 da presente tese.

2.2 EVOLUÇÃO DOS SALDOS E DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO

Sob o prisma dos componentes do crescimento populacional, é evidente que não apenas o fator migratório o condiciona, mas também as demais variáveis demográficas – fecundidade e mortalidade.

No Brasil, a mortalidade vem apresentando tendência de queda praticamente desde o final do século XIX e início do XX, com fases de declínio mais acelerado entre as décadas de 1940 e 1960, e reduções lentas e graduais antes e após esse período.

Embora não estejam totalmente esclarecidas as causas que tenham levado a essa redução da mortalidade, cabe mencionar, dentre elas, o impulso dado ao sistema de saúde pública, a previdência social, a infra-estrutura urbana, e a regulamentação do trabalho nas principais regiões do país, a partir dos anos 30. Esses fatores institucionais, conjuntamente com os avanços da indústria químico-farmacêutica, concorreram para o controle e redução de várias doenças, principalmente as infecto-contagiosas e pulmonares que até então tinham forte incidência sobre a população, com altos níveis de letalidade". (OLIVEIRA e SIMÕES, 1997, p.4).

Esse processo, no Paraná, acompanha de certa forma a trajetória nacional. A esperança de vida ao nascer da população paranaense, estimada em 44 anos na década de 1930, situava-se acima da média brasileira – 41 anos. Na evolução positiva que ambas mantêm até os anos 90, essa superioridade permanece (tabela 5).

TABELA 5 - ÍNDICES DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL - PARANÁ E BRASIL - 1930/1940, 1940/1950, 1960/1970, 1970/1980 E 1981/1991

PERÍODO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (e ⁰)		TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (TFT)	
	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil
1930/1940	43,9	41,2	5,9	6,5
1940/1950	45,9	43,6	5,9	6,3
1960/1970	61,9	55,7	6,3	6,0
1970/1980	64,4	60,1	4,1	4,4
1981/1991	69,1	66,3	2,7	2,9

FONTES: Para 1930/1940, 1940/1950 e 1960/1970; Carvalho (1974); para 1970/1980 e 1981/1991 (exceto TFT Paraná); ABEP/FNUAP (1996); para TFT Paraná 1981/1991; IPARDES (1997)

A fecundidade, por sua vez, apresenta-se elevada em todo o País até os anos 60, quando, então, experimenta um declínio sem precedentes.²¹ Até aquele decênio, as taxas

²¹ Alguns importantes estudos sobre a evolução da fecundidade no Brasil ao longo do século XX atestam que seu declínio, na verdade, teve início ainda nas quatro primeiras décadas do século, porém de forma bastante lenta e gradual, seguido de uma leve recuperação até o início dos anos 60. Ver, por exemplo, Frias e Oliveira (1991) e Frias e Carvalho (1992).

de fecundidade total²² estimadas para o Paraná e para a média brasileira apontam um número médio em torno de 6 filhos, por mulher, e em apenas 30 anos, o nível de fecundidade havia declinado para menos de 3 filhos, por mulher.

Inúmeros condicionantes atuaram na deflagração desse processo. Entre outros, merecem destaque a intensa e diversificada urbanização, concretizada, muitas vezes, a partir da desarticulação de um padrão rural de sobrevivência, substituído pela necessidade de acesso ao mercado para aquisição dos itens de subsistência; as tendências de crescente assalariamento da economia brasileira e o engajamento acelerado da mulher no mercado de trabalho urbano; a opção por um estilo de crescimento econômico apoiado no consumo de bens duráveis; a elevação dos custos de reprodução familiar e social; a disseminação acelerada dos meios de comunicação de massas e a decorrente difusão de novos valores e de parâmetros "modernos" de comportamento; por fim, mas de forma alguma menos importante, a introdução, e rápida generalização, do uso de meios anticoncepcionais modernos e eficazes.²³

Sem dúvida alguma, a rápida e forte queda da fecundidade da população paranaense, a partir do final da década de 1960, influenciou o ritmo de crescimento demográfico do Estado, refreando-o. Mesmo considerando-se que a redução da mortalidade atua em sentido oposto, esta tem seguido uma tendência bem mais modesta do que a da fecundidade, não chegando a compensá-la através de seus efeitos sobre o crescimento vegetativo.

Além disso, não se pode esquecer que há inter-relações estreitas entre as três variáveis demográficas, de complexas determinações. No caso da queda da fecundidade, um dos seus efeitos imediatos é provocar a redução dos volumes de potenciais emigrantes nas áreas de origem. Assim, uma unidade espacial que esteja vivenciando, durante um intervalo de tempo, os dois processos – emigração e queda da fecundidade –, terá seu estoque populacional reduzido, ao fim do período, em decorrência da atuação das duas forças. Por outro lado, o crescimento populacional da área de destino, durante o mesmo intervalo de tempo, sofrerá os

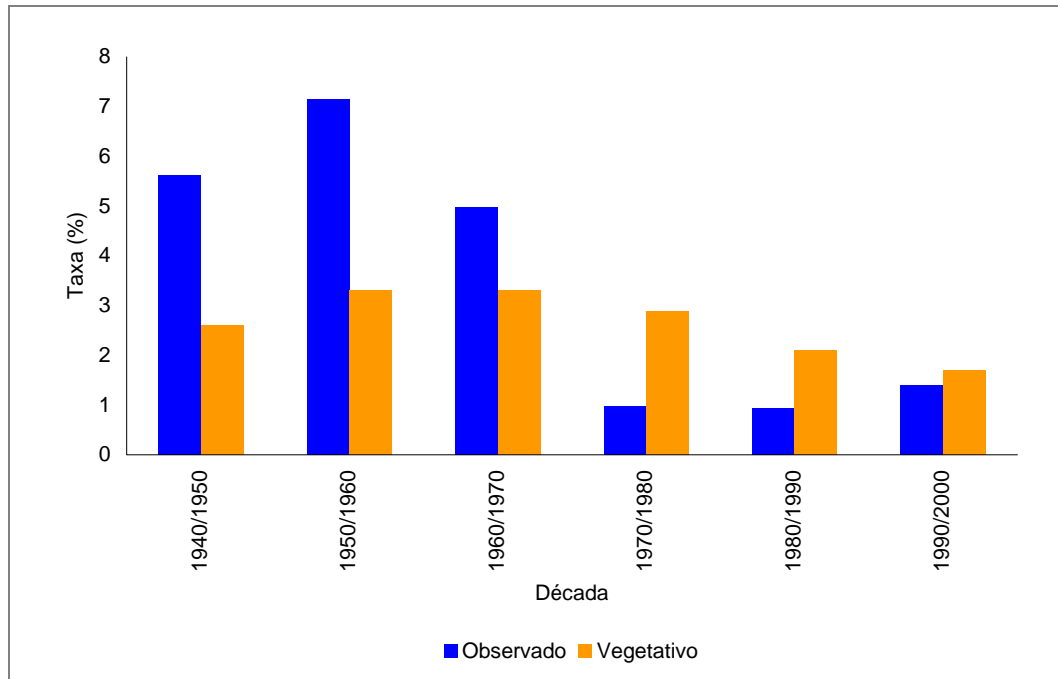
²²A taxa de fecundidade total representa o número médio de nascidos vivos por mulher, tidos até o final do seu período reprodutivo.

²³A complexidade do tema, que não constitui objeto desta tese, permite apenas que se mencionem rapidamente alguns condicionantes intervenientes no processo. Para maiores incursões no assunto, ver, principalmente, Paiva (1980); Carvalho et al. (1981); Merrick e Berquó (1983); Martine e Camargo (1984); Faria (1997/1998).

efeitos, entre outros, do *timing* e da capacidade de adaptação do comportamento reprodutivo que a população imigrante demonstre na nova área de residência. Esses constituem somente alguns singelos exemplos das múltiplas possibilidades de inter-relações entre os componentes do crescimento de uma população e sua indicação objetiva, apenas, alertar para a complexidade do tema e para parametrizar as considerações que virão a seguir.

O exame da evolução das taxas de crescimento vegetativo estimadas para o Paraná, relativas aos decênios em foco, e sua comparação às taxas de crescimento observado, põem em evidência o processo de queda da fecundidade e o papel da variável migração no crescimento demográfico do Estado (gráfico 1 e tabela A.2.1).

GRÁFICO 1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO - PARANÁ - 1940/1950 A 1990/2000



FONTE: Tabela A.2.1

As taxas de crescimento vegetativo permanecem elevadas até os anos 60, passando a apresentar um comportamento decrescente a partir daí, sob a influência do declínio da fecundidade. Além disso, observa-se que, nas décadas em que predominou a expansão da fronteira agrícola no Estado – entre 1940 e 1960 –, as taxas de crescimento observado quase sempre suplantaram o dobro das taxas de crescimento vegetativo, indicando que o peso do fator imigratório no incremento populacional do período prevaleceu.

Nos anos 70 e 80, em que o Paraná tornou-se uma região de forte emigração, são as taxas de crescimento vegetativo que superam em muito as observadas, revelando que, se a população do Estado fosse fechada à migração, ou seja, se crescesse apenas ao ritmo vegetativo, teria contingentes bem superiores àqueles recenseados.

As estimativas de saldos migratórios (SM) fornecem uma razoável dimensão quantitativa deste fenômeno. Este constitui um importante indicador, pois, dado o crescimento (ou decréscimo) populacional de fato experimentado por uma unidade espacial no intervalo entre dois censos, o SM mede a contribuição das migrações sobre o estoque de população observado no fim do período. Refere-se, assim, ao balanço do movimento migratório da unidade espacial de análise com o "resto do mundo". O SM pode ser estimado, a partir dos dados censitários brasileiros, através de métodos de mensuração direta ou indireta.²⁴ As estimativas apresentadas neste capítulo foram obtidas por meio de técnica indireta.

Dados dois censos consecutivos, este procedimento parte da noção de que, se a população se mantiver fechada à migração no período intercensitário, "espera-se" que, no segundo censo, ela seja constituída pelos sobreviventes do primeiro censo, acrescida dos nascimentos que ocorram e que sobrevivam no período. A diferença, ao final do intervalo intercensitário, entre a população recenseada e a população "esperada" (fechada), constitui o saldo migratório, "na suposição de ausência de erro de declaração de idade, de cobertura censitária perfeita e do uso de funções de fecundidade e mortalidade realmente experimentadas pela população do 1º censo durante o período intercensitário". (CARVALHO, 1982, p.557).

No SM decenal:

Para as idades acima de dez anos no segundo censo, a diferença entre a população observada e a população esperada é explicada pelos efeitos diretos da migração. Nos grupos etários abaixo de dez anos esta diferença é explicada pelos efeitos diretos e indiretos da migração. (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.9).

Os efeitos diretos, nas idades abaixo de dez anos, relacionam-se ao movimento de crianças não nascidas na região em estudo que, no período intercensitário, para ela

²⁴Discussões minuciosas sobre esse tema podem ser consultadas em Carvalho (1982), Carvalho e Rigotti (1998) e Rigotti (1999).

imigram e dela não reemigram, e de crianças nascidas na região que emigram e a ela não retornam, todas sobreviventes à época do segundo censo. Por outro lado, os efeitos indiretos referem-se aos filhos nascidos, no período em análise, de imigrantes na região em questão, que não reemigram e sobrevivem até o final do período, bem como aos filhos de emigrantes que nascem no local de destino no intervalo intercensitário, não morrem e não retornam à região em estudo (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.8).

Como ressaltam ainda os autores, esse método de estimação produz resultados líquidos – agregados para o período intercensitário –, que contêm o verdadeiro conceito de saldo migratório. Implícita está a noção de diferença entre os volumes de imigrantes e emigrantes de data fixa, descontados os efeitos da mortalidade e da reemigração. (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.8).

Um saldo positivo reflete o predomínio da imigração (fluxos de entrada) sobre a emigração (fluxos de saída), e um negativo, o inverso. Um resultado nulo não implica necessariamente ausência de migração numa determinada área. "Pode ocorrer que os volumes de imigrantes e emigrantes sejam iguais, resultando em saldo nulo, inclusive sendo possível a alternância de saldos positivos e negativos nos diversos grupos etários, mas com saldo nulo para a população total. Neste caso, haveria efeitos sobre a distribuição etária da população". (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.8).

No presente estudo, a taxa líquida de migração (TLM), por sua vez, resulta do quociente entre o saldo migratório e a população observada no segundo censo. Uma taxa positiva indica a proporção da população observada no segundo censo que é resultado do processo migratório. Quando negativa, aponta a proporção em que a população observada seria acrescida na ausência de migração. (CARVALHO, 1982, p.566).

Neste capítulo, serão apresentados os SM e as TLM estimados para o Paraná, relativos a cada decênio do período 1940 a 2000. Para as décadas de 1940 a 1960, adotaram-se as estimativas divulgadas em estudo anterior do IPARDES (1983b), em que apenas os saldos para o decênio 1960/1970 foram estimados com desagregação urbana e rural. Para as décadas de 1970 e de 1980, as respectivas populações "esperadas" de dez ou mais anos de idade para a data do segundo censo foram estimadas por meio do método

das Razões Intercensitárias de Sobrevivência (RIS)²⁵ do País, ajustadas ao nível de mortalidade do Estado, para minimizar os problemas decorrentes de erros de declaração de idade e de deficiência de cobertura censitária presentes nos dois censos envolvidos.²⁶

Uma condição fundamental para a utilização do método das RIS é de que a população do País seja fechada à migração, condição esta bastante realista no caso da população brasileira, na década de 1970. "Contudo, a partir dos anos 80 há evidências de que a migração internacional tenha sido significativa,²⁷ fato que desaconselha o uso das RIS do Brasil com dados do Censo Demográfico 1991". (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.10).

Assim sendo, com relação aos anos 70, para se estimar as RIS da população fechada do Paraná – desagregadas por sexo, situação do domicílio e grupos etários –, necessárias para se estimar a população "esperada" para o final da década, ajustam-se as RIS do País (calculadas) ao nível de mortalidade do Estado. Para isso, tem-se que ter, para o mesmo decênio, tabelas de sobrevivência do País, como um todo, por sexo, bem como tabelas de sobrevivência do Paraná, por sexo e setores rural e urbano. Todas estas tabelas, para o presente trabalho, foram extraídas de Carvalho e Pinheiro (1986).²⁸

Como nos anos 80 a população brasileira não pode ser considerada fechada, estimam-se as RIS de sua população fechada a partir das RIS calculadas da década de 1970, ajustando-as ao nível de mortalidade do País dos anos 80 (CARVALHO e RIGOTTI, 1998), para o quê lança-se mão de tabelas de sobrevivência do total do País, por sexo. As RIS da população fechada do Paraná são estimadas ajustando as RIS estimadas do País ao nível de mortalidade do Paraná dos anos 80. Para isso, recorre-se, de forma semelhante, a

²⁵A razão intercensitária de sobrevivência refere-se à relação entre a população de um determinado grupo etário em um censo e a população da mesma coorte no censo precedente.

²⁶Uma discussão minuciosa e elegante desse método é apresentada em Carvalho (1982), Carvalho e Rigotti (1998) e Rigotti (1999).

²⁷"Ver a esse respeito Carvalho (1996)." (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.10).

²⁸Foram testadas também tabelas de sobrevivência estimadas para o Estado de São Paulo, desagregadas por sexo, para os biênios 1975/76 e 1980/81 (ORTIZ e GIRALDELLI, s.n.t). As de Carvalho e Pinheiro mostraram-se mais apropriadas aos objetivos desta tese, pois, além da desagregação por sexo, apresentam também estimativas para setores urbano e rural.

tabelas de sobrevivência construídas para o Estado, referentes à década de 1980. Tanto para o Brasil quanto para o Paraná, foram adotadas tabelas de sobrevivência geradas no âmbito do Projeto PRONEX/CEDEPLAR.²⁹ (CEDEPLAR, 1999). Convém mencionar que, para alguns grupos etários (0-4, 55-59 e 60e+ anos de idade, em 1980), o procedimento não se mostrou adequado. Como a migração internacional de pessoas desses grupos etários é geralmente pequena, optou-se por considerá-los fechados à migração internacional durante a década, e o ajuste do nível de mortalidade do Paraná, nesses grupos etários, foi feito a partir das RIS do País calculadas para o período 1980/1990.³⁰ (CARVALHO e GARCIA, 2002).

Com relação aos anos 90, e em caráter estritamente preliminar – uma vez que ainda não se dispõe dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000 –, o método das RIS foi adotado para gerar estimativas de saldos migratórios decenais apenas para o conjunto do Estado e para a Região Metropolitana de Curitiba, por sexo e grupos etários.³¹ O Projeto PRONEX/CEDEPLAR também foi a fonte das tabelas de sobrevivência do País e do

²⁹As tábuas de mortalidade geradas para todas as UF brasileiras através do Projeto PRONEX/CEDEPLAR basearam-se em dados de óbitos provenientes do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM – do Ministério da Saúde, corrigidos por fatores de correção de sub-registro estimados através das técnicas de Growth Balance e de Preston e Coale. Para maiores detalhes, consultar CEDEPLAR (1999). Para o Paraná, foram testadas também como estruturas padrão as funções de mortalidade obtidas através da construção de tábuas de vida baseadas na média dos óbitos de residentes no Estado para o triênio 1984/86, desagregadas por sexo. Esses dados de óbitos igualmente foram extraídos do SIM/Ministério da Saúde, e corrigidos por fatores de correção de sub-registro, diferenciados por sexo e grupos etários, fornecidos por técnicos do IBGE. A preferência pelas tábuas PRONEX fundamentou-se em critérios de rigor metodológico.

³⁰Esses esclarecimentos sobre a técnica utilizada para a obtenção dos saldos migratórios do Paraná relacionados às décadas de 1970 e de 1980 serão retomados no próximo capítulo, ao se tratar dos saldos das regiões do Estado.

³¹No caso dessas estimativas preliminares, o ajuste do nível de mortalidade do Paraná e da RMC, a partir das RIS do País observadas para o período 1990/2000, foi adotado para todos os grupos etários. Embora existam indicações de que, no decênio 1990/2000, o Brasil ainda tenha experimentado saldo migratório internacional negativo – fato que desaconselha o uso das RIS relativas a um período no qual a população brasileira não pode ser considerada fechada, pois haveria subestimação da população “esperada” para o final do período –, por outro lado, também existem indicações de que houve melhoria de cobertura do Censo Demográfico de 2000, em comparação ao de 1991, fato que geraria um efeito de “sobreenumeração” da população observada no final do período. A grosso modo, considerou-se que um efeito compensaria razoavelmente o outro, em termos do SM da década.

Paraná, desagregadas por sexo, referentes ao decênio 1990/2000 (CEDEPLAR, 1999). Para a RMC o procedimento adotado para a obtenção das tabelas de sobrevivência foi distinto, e será apresentado no Capítulo 3.

Quanto à população nascida no período intercensitário, os saldos migratórios para as faixas etárias de 0 a 4 e de 5 a 9 anos, relativos às três décadas em estudo, foram estimados através da Razão Criança-Mulher, procedimento este que incorpora no cálculo os efeitos diretos e indiretos da migração.³²

Isso posto, tem-se, na tabela 6, os SM e as TLM estimados para o Paraná, para as décadas do período 1940/2000, sendo que as estimativas para as décadas a partir de 1960 estão desagregadas por situação urbana e rural do domicílio.³³ Estes SM estimados para as décadas em estudo quantificam os volumes de ganhos e de perdas populacionais líquidas sofridas pelo Paraná, fornecendo uma dimensão absoluta do fenômeno.

TABELA 6 - SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO ESTIMADOS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000

PERÍODO	SALDO MIGRATÓRIO			TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO (%)		
	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural
1940/1950	510.083	-	-	24,0	-	-
1950/1960	1.329.272	-	-	31,0	-	-
1960/1970	1.024.857	782.504	203.232	15,0	31,0	5,0
1970/1980	-1.605.376	1.319.593	-2.924.969	-21,0	29,5	-92,7
1980/1990	-1.074.806	608.562	-1.683.367	-12,9	10,1	-72,8
1990/2000 ¹	-293.915	-	-	-3,1	-	-

FONTES: Para 1940/1950, 1950/1960 e 1960/1970; IPARDES (1983a); para 1970/1980, 1980/1990 e 1990/2000; dados básicos provenientes dos Censos Demográficos – IBGE (arquivos de microdados)

(1)Estimativas preliminaríssimas.

Na etapa em que o Paraná foi palco de intenso povoamento, compreendida entre os anos 40 e 60, os saldos migratórios, incluído o efeito indireto da migração, alcançam uma cifra de quase 3 milhões de migrantes, evidenciando a magnitude do fator migratório para o crescimento populacional do Estado. Nas duas primeiras décadas em questão, pelo menos

³²Tal procedimento foi proposto por Lee (1957). Consta também em United Nations (1970) e em Carvalho (1982).

³³No anexo 2, tabelas A.2.2 a A.2.7, constam os SM e as TLM estimados por sexo, situação do domicílio e grupos etários, para as décadas de 1970/1980, 1980/1990 e 1990/2000 (apenas sexo e idade).

¼ da população recenseada ao final do decênio resultava do processo migratório – TLM de 24% e 31%, respectivamente. Nos anos 60, em que a fronteira agrícola estadual encontrava-se praticamente consolidada e a principal atividade econômica do Estado – o café – começa a enfrentar períodos de crise, o SM, embora ainda elevado, declina, bem como a TLM (15%), porém percebe-se que o decréscimo maior atinge o meio rural, mantendo as áreas urbanas um saldo bastante expressivo. É evidente que, se a base populacional registrada no segundo censo for maior do que aquela do primeiro, a menos que o saldo migratório apresente tendência crescente entre um período e outro, a TLM tenderá a declinar. Isto explica, em parte, a redução da TLM para o total do Estado e uma taxa tão baixa para o meio rural na década de 1960, mas é indiscutível que os fatores que desencadearam a dinâmica migratória da fase seguinte começavam a atuar.

Os saldos estimados para as décadas de 1970 e de 1980 revelam a extraordinária reversão do processo migratório sofrido pelo Estado, particularmente no meio rural, em um curto espaço de tempo. A perda populacional experimentada pelo campo paranaense em apenas 20 anos, elevou-se acima de 4,6 milhões de pessoas, demonstrando a força e a velocidade com que o processo de modernização agrícola substituiu mão-de-obra e inviabilizou a sobrevivência, no meio rural, de ampla parcela da população do Estado. A magnitude das TLM rurais desse período é espantosa. Em 1980, a população rural do Paraná deveria atingir quase o dobro (93%) do seu montante recenseado, caso tivesse se mantido fechada, nos anos 70, à migração. Em 1991, esse percentual – 73% –, embora inferior, ainda foi extremamente alto.

Os saldos urbanos, por seu turno, apontam a expressiva capacidade manifestada pelos centros urbanos do Paraná na absorção da população expulsa do meio rural, e atestam o papel da migração no acelerado processo de urbanização do Estado. Entretanto, dada a magnitude das perdas rurais, grandes contingentes migratórios atravessam as fronteiras estaduais, invertendo a direção dos fluxos populacionais dos decênios anteriores e provocando o declínio acentuado do ritmo de crescimento da população do Estado.

Ao mesmo tempo, a estimativa para os anos 90 demonstra o quanto os movimentos migratórios interestaduais perderam força no Estado, indicando um aumento relevante do seu poder de retenção populacional. Dito de outra forma, traduz o ganho de importância do componente vegetativo na definição do ritmo de crescimento observado da

população estadual, no período, não em decorrência de mudanças significativas das variáveis natalidade e mortalidade, e sim, devido principalmente às alterações da migração.

Para ilustrar esse processo mais recente de redução das perdas populacionais do Estado, é interessante comparar os dados referentes à migração de data fixa disponíveis para os períodos 1986/1991, 1991/1996 e 1994/1999,³⁴ oriundos, respectivamente, do Censo de 1991, da Contagem de 1996 e da PNAD de 1999 (tabela 7).

TABELA 7 - IMIGRANTES E EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS - PARANÁ - 1986/1991, 1991/1996 E 1994/1999

PERÍODO	MIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA ¹		
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas Líquidas
1986/1991	269.540	475.190	-205.650
1991/1996	234.004	291.427	-57.423
1994/1999	343.112	280.942	62.170

FONTES: Censo Demográfico, Contagem da População e PNAD - IBGE (arquivos de microdados)

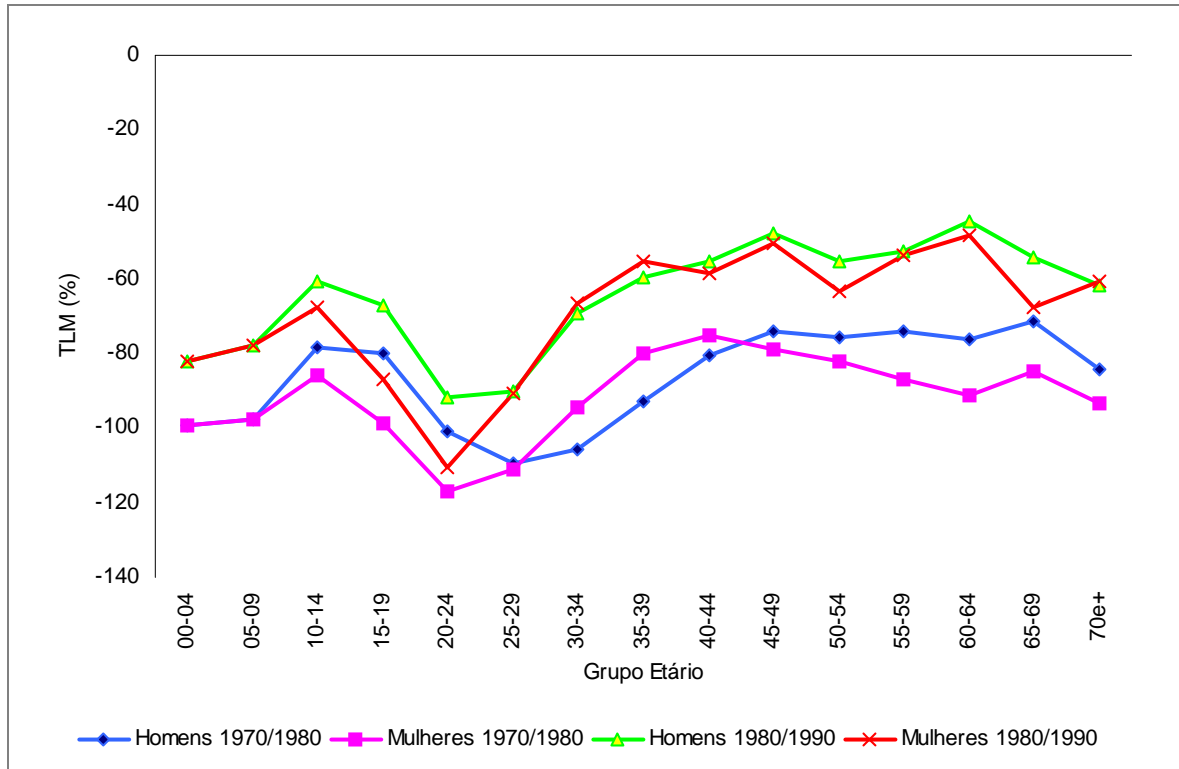
(1) Refere-se aos migrantes e às trocas líquidas migratórias das pessoas que, ao final de cada quinquênio, tinham 5 ou mais anos de idade.

Embora seja preciso uma certa cautela para se comparar dados das pesquisas censitárias com os da PNAD – pois esta última, além de não pesquisar as áreas rurais da Região Norte do País, está mais sujeita a problemas de amostragem e de fatores de expansão da amostra –, os dados da PNAD de 1999 fornecem um bom indicativo para que se possa completar o quadro das tendências da migração interestadual do Paraná na década passada. Entre o final dos anos 80 e primeira metade dos anos 90, ocorre um expressivo declínio do número de emigrantes do Estado e do saldo negativo interestadual, tornando-se este praticamente nulo. Já a PNAD de 1999 indica um saldo bastante pequeno, porém positivo, em função do aumento no volume da imigração. É recomendável que se aguarde os resultados do Censo de 2000, pertinentes ao tema, para uma confirmação dessas observações, mas, ao que parece, o Paraná recupera um certo poder de atração migratória.

Nos gráficos 2, 3 e 4 estão plotadas as TLM por situação do domicílio, sexo e grupos etários, relativas às décadas em estudo, sendo, para o último período, apenas por sexo e idade.

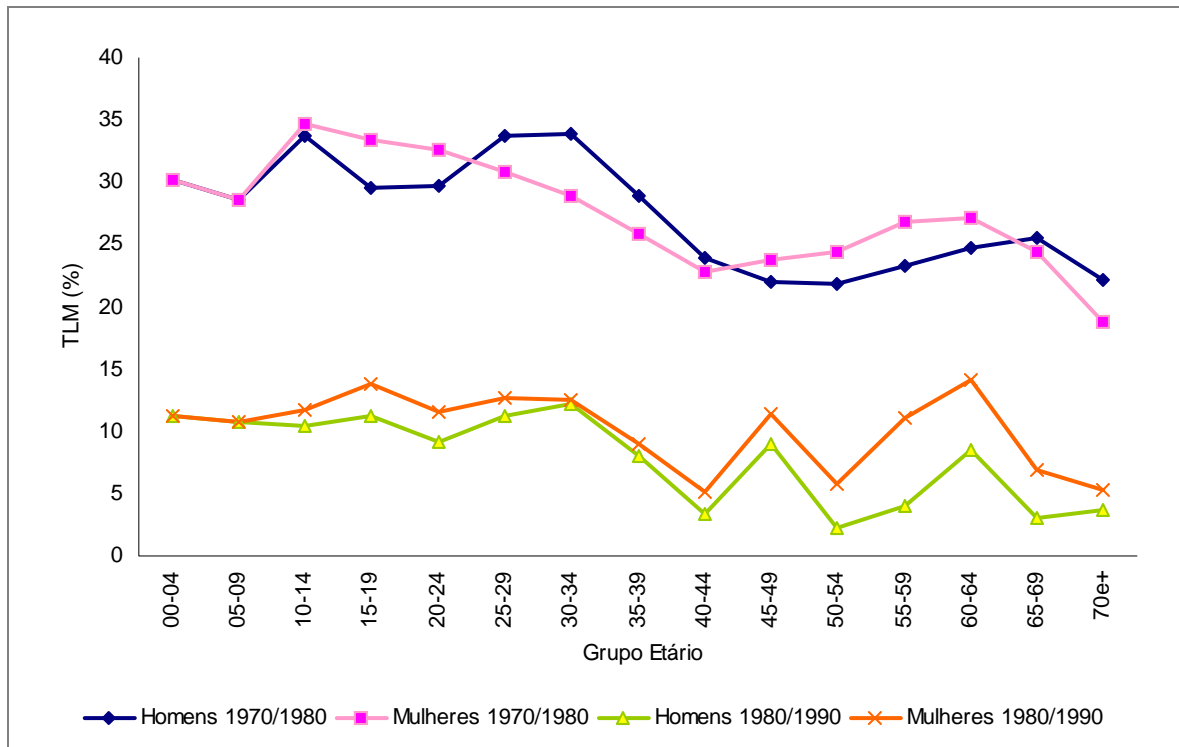
³⁴ Para cada um desses quinquênios, o imigrante não residia na área em estudo 5 anos antes, apenas na data final; o emigrante residia na primeira data, mas não na segunda. Do balanço entre imigrantes e emigrantes de data fixa tem-se o saldo migratório entre a região em estudo e o resto do País, porém somente para as pessoas com 5 ou mais anos de idade na data da pesquisa.

GRÁFICO 2 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS RURAIS ESTIMADAS POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990



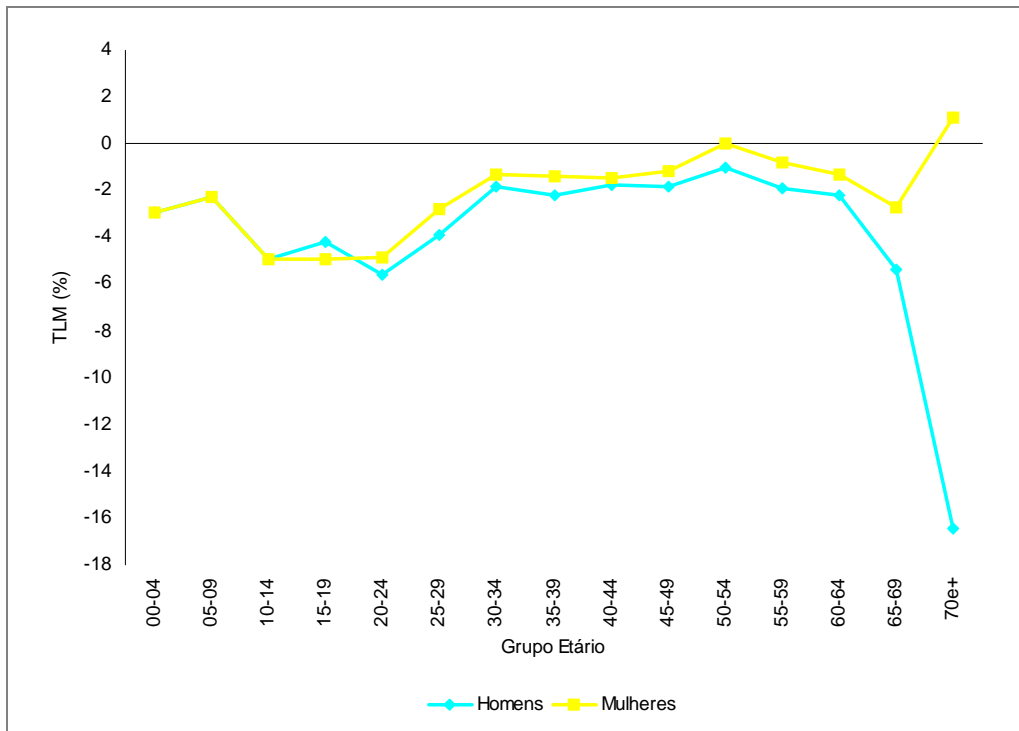
FONTE: Tabelas A.2.5 e A.2.6

GRÁFICO 3 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS URBANAS ESTIMADAS POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990



FONTE: Tabelas A.2.5 e A.2.6

GRÁFICO 4 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS ESTIMADAS POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1990/2000



FONTE: Tabela A.2.7

As TLM estimadas para o meio rural, negativas em todas as idades e nos dois decênios, evidenciam claramente que as maiores proporções de emigração, tanto para homens, quanto para mulheres, recaem sobre o intervalo etário entre 15 e 45 anos – representativo da etapa de maior atividade do ciclo vital – e sobre as faixas etárias infantis, abaixo de 10 anos, sugerindo um padrão familiar de emigração. Entre 15 e 30 anos de idade, o nível das TLM femininas é negativamente superior ao das masculinas, indicando maior evasão rural das mulheres dessas idades. Nos anos 70, os níveis se inverteram entre 30 e 45 anos, apontando uma emigração masculina mais expressiva, porém, na década de 1980, homens e mulheres experimentaram TLM de níveis similares, a partir da idade de 30 anos.

Nas áreas urbanas, as TLM mostram-se positivas de forma generalizada, e pode-se dizer, a grosso modo, que os níveis mais elevados associam-se às idades entre 15 e 35 anos, embora o auge da curva nesse intervalo não seja tão pronunciado quanto o declive da curva rural, na faixa correspondente. Chama a atenção, também, o fato de que as taxas urbanas dos anos 80 evidenciam níveis bem inferiores aos do período precedente, para todas as idades e ambos os sexos. Ademais, nota-se uma proximidade considerável do

nível e do padrão etário das TLM masculinas e femininas dos anos 80, havendo uma ligeira superioridade das taxas femininas entre as idades de 10 e 35 anos e, mais marcante, a partir dos 50 anos.

As taxas estimadas para o período 1990/2000 referem-se à população total, não havendo desagregação urbana e rural. Excetuando-se os últimos grupos etários, para os quais dados censitários e pressupostos da técnica de estimação de saldos migratórios são mais frágeis, observa-se que o conjunto de taxas é negativo, havendo um comportamento análogo das curvas masculina e feminina no que tange a nível e estrutura, sendo nítido, em ambas, o predomínio de maiores proporções de emigração nas idades ativas.

2.3 ORIGENS E DESTINOS DOS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS DO PARANÁ

A identificação dos espaços regionais brasileiros que deram origem aos fluxos imigratórios recebidos pelo Paraná na etapa de expansão da fronteira agrícola e de ocupação demográfica do território, bem como daqueles que constituíram o destino de milhares de emigrantes que deixaram o Estado no período subsequente, só adquire significado a partir da compreensão dos distintos momentos que caracterizaram a redistribuição espacial da população brasileira no transcurso do século XX.

George Martine seguramente é um dos autores contemporâneos que mais se dedicaram à análise dos movimentos migratórios do País que conformaram, em particular a partir dos anos 30, o processo de redistribuição espacial da população brasileira nos cinquenta anos seguintes. Em sua vasta bibliografia sobre o assunto,³⁵ o autor avalia que a crise mundial iniciada no final dos anos 20 e a deterioração dos preços agrícolas repercutiram enormemente sobre a estrutura econômica brasileira, de caráter primário-exportadora e profundamente dependente do dinamismo cafeeiro nucleado por São Paulo.

³⁵Ver, entre outros, Martine (1987; 1989a; 1989b; 1992a; 1992b; 1994; 1995). Nesses, e em outros trabalhos igualmente importantes sobre o tema, o autor dissecou o significado da expansão fronteiriça no Brasil e seus diversos ciclos; as características do padrão brasileiro de urbanização e de concentração espacial da população; a influência do Estado brasileiro, via políticas públicas, na organização espacial da população. Essas discussões, embora riquíssimas, ultrapassam em muito o limite desta tese, e serão resgatadas apenas na medida do necessário.

A desestruturação da economia rural dispersou grandes contingentes populacionais que, alimentados pela aceleração do crescimento demográfico decorrente do declínio da mortalidade, deram origem a duas tendências migratórias simultâneas e aparentemente contraditórias: "a concentração da população em localidades economicamente dinâmicas e densamente povoadas, junto com a dispersão e interiorização via ocupação sucessiva de novas fronteiras agrícolas". (MARTINE, 1987, p.69).

O movimento interiorano, de força centrífuga, se desenvolveu em três fases sucessivas de ocupação. A primeira, iniciada a partir da década de 30 e se estendendo até meados dos anos 60, ocupou o oeste de São Paulo, o norte e oeste do Paraná – com a transferência da fronteira cafeeira –, o oeste de Santa Catarina e o sudeste do então Estado de Mato Grosso. O segundo impulso direcionou-se a Goiás, atual Estado do Mato Grosso do Sul e Maranhão, iniciando-se na metade da década de 40 e perdurando até fins da década de 60. A última fase fronteira, deslançada durante a década de 70, abrangeu a vasta região amazônica e se distinguiu das anteriores pela ingerência decisiva do Estado no processo de colonização da área. (MARTINE, 1994).

O movimento concentrador, de força centrípeta, propiciou uma intensificação da migração rural-urbana e do crescimento urbano. O modelo de industrialização, via substituição de importações, reforçou o mercado interno e estimulou a geração de empregos nas atividades de cunho urbano. No período pós-Segunda Guerra verifica-se uma intervenção mais abrangente do Estado na economia, mediante incentivos à ampliação do parque industrial – beneficiando amplamente o eixo Rio-São Paulo –, modernização das relações de trabalho e investimentos, ainda que incipientes, na infra-estrutura de transportes e de comunicações, facilitando, progressivamente, as migrações inter-regionais. A partir de 1965, os governos militares privilegiaram a modernização dos setores produtivos e deram enorme impulso à melhoria da base infra-estrutural, propiciando, assim, a intensificação dos movimentos migratórios e do processo de urbanização do País. (MARTINE, 1995).

Brito (2000a), ao empreender um interessante debate sobre o ingresso do Brasil, nas últimas décadas, numa etapa de transição para um novo padrão migratório, e abordando a história das migrações internas do País sob um enfoque distinto do de Martine, introduz o conceito de "trajetórias migratórias" como um mecanismo fundamental de realocação espacial da força de trabalho, no País, e um componente do processo de

integração social e cultural do território.³⁶ Para o autor, os fluxos migratórios – entendidos como processos sociais –, quando assumem regularidade de ordem estrutural transformam-se "[...] em trajetórias migratórias que a sociedade, a economia e o Estado desenham, espacialmente, em função das suas necessidades e, portanto, podem ser redesenhadas, desde que essas necessidades se modifiquem". (BRITO, 2000a, p.5).

Na história das migrações internas brasileiras da segunda metade do século XX, é possível identificar claramente que, no período 1940/1960, as trajetórias migratórias dominantes transferiam excedentes demográficos dos dois grandes reservatórios de força de trabalho do País – Nordeste e Minas Gerais –, para as principais áreas do Centro-Sul em que o dinamismo econômico se traduzia em oportunidades de emprego e de ascensão social – o núcleo urbano-industrial, formado pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e a fronteira agrícola em expansão, localizada no Paraná e emergente no Centro-Oeste. Em paralelo às trajetórias dominantes, outras, denominadas secundárias, ou ainda circuitos migratórios regionais, também vigoravam, geralmente entre estados vizinhos. (BRITO, 2000a).

São bons exemplos: os fluxos do Espírito Santo para o Rio de Janeiro; de São Paulo e do Extremo Sul para o Paraná; de São Paulo para a região Centro-Oeste e do Nordeste Meridional para Minas. As trajetórias secundárias, ou os circuitos migratórios regionais, correspondiam não só à proximidade geográfica destes estados fronteiriços, mas, também, às articulações econômicas regionais, que não obedeciam aos limites políticos impostos aos estados. (BRITO, 2000a, p.8).

Levando em conta que os dados sobre migrações internas, fornecidos pelos Censos de 1940, 1950 e 1960, referem-se à classificação da população residente em cada Unidade da Federação segundo o lugar de nascimento, sem identificação do ano de chegada do migrante e nem das etapas migratórias por ele percorridas,³⁷ Brito trabalha com a variação dos estoques

³⁶Na verdade, as reflexões do autor sobre o tema das trajetórias migratórias predominantes no cenário das migrações internas do Brasil, no decurso do século XX, e sobre a transição para um novo padrão migratório, são anteriores. Consultar, por exemplo, Brito (1997) e Brito (2000b).

³⁷Através dessa informação tem-se, portanto, a migração acumulada, ou o "estoque de migrantes, sobreviventes ou que não reemigraram, à época do censo, [...]" (BRITO, 2000a, p.6). Na realidade, o Censo de 1960 perguntou sobre o tempo de residência ininterrupto no município e UF de residência, porém apenas aos não-naturais dos municípios. Ademais, boa parte dessas informações não foi tabulada e se perdeu posteriormente.

de migrantes, entre dois censos, como um indicador aproximado dos fluxos migratórios interestaduais da década, medindo a contribuição relativa de cada UF ou região brasileira para o incremento absoluto do estoque de migrantes, no período.³⁸ (BRITO, 2000a, p.6).

Com base nos resultados obtidos, o autor destaca, entre outras evidências, que o Paraná, nas décadas de 1940 e de 1950, foi responsável por quase 1/3 (32,6% e 30,2%, respectivamente) da variação total da imigração interestadual acumulada de não-naturais das UF no País, e no decênio subsequente, por cerca de 18%. O Nordeste e Minas Gerais, por sua vez, "foram responsáveis, na década de 40, por 65,0% da variação da emigração acumulada e, na década de 50, por 70,0%, aumento devido ao grande crescimento da emigração nordestina". Nos anos 60, esse quadro persistiu, mantendo-se novamente os dois grandes reservatórios de força de trabalho do País como principais transferidores de população para outros estados. (BRITO, 2000a, p.7-8, 12).

Entretanto, o autor ressalta que:

No Paraná, apesar de ter havido uma expressiva presença de mineiros e nordestinos, estes últimos mais nos anos 50, os paulistas eram em número muito maior. Os nascidos nos estados do Extremo Sul tiveram também uma participação significativa na década de 50, menor do que a dos paulistas, mas semelhante à dos nordestinos. (BRITO, 2000a, p.8).

Os dados da tabela 8 ilustram essas observações de Brito. Trabalhando com o mesmo conceito de imigrantes interestaduais não-naturais acumulados, recenseados em 1940, 1950, 1960 e 1970 no Paraná, e observando a participação relativa dos principais estados ou Regiões de origem (naturalidade) no incremento do estoque imigratório do Estado, nas três décadas em estudo, identifica-se com clareza o predomínio de São Paulo e Minas Gerais, num primeiro momento, acrescido do Nordeste e dos demais estados da Região Sul, no restante do período, como principais áreas de naturalidade dos migrantes.

³⁸A despeito desse indicador se revelar razoavelmente adequado como *proxy* para a compreensão do perfil de origem ou de destino da migração interestadual intercensitária, sua maior ou menor eficácia depende da intensidade e do padrão migratório vigente, que condiciona a variabilidade do grau de coincidência entre última UF de origem e UF de nascimento.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO ESTOQUE DE IMIGRANTES NACIONAIS DE 1940, DO INCREMENTO IMIGRATÓRIO DAS TRÊS DÉCADAS SEGUINTE E DOS NÃO-NATURAIS DO PARANÁ COM 10 ANOS OU MENOS DE RESIDÊNCIA NO ESTADO, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU REGIÃO BRASILEIRA DE ORIGEM - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960 E 1960/1970

UF OU REGIÃO BRASILEIRA DE NASCIMENTO OU PROCEDÊNCIA ¹	ESTOQUE EM 1940 NO PARANÁ (%)	DISTRIBUIÇÃO % DO INCREMENTO IMIGRATÓRIO			NÃO-NATURAIS DO PARANÁ COM 10 ANOS OU MENOS DE RESIDÊNCIA NO PR (%)
		1940/50	1950/60	1960/70	1960/1970
Norte	0,2	0,0	0,2	0,1	0,0
Nordeste	4,0	6,1	22,9	15,1	6,4
Minas Gerais	18,9	26,0	17,6	27,3	12,5
São Paulo	53,8	53,0	34,7	11,7	20,2
Demais UF Sudeste	2,6	2,1	1,8	4,8	2,5
Paraná ²	-	-	-	-	28,6
Santa Catarina	13,3	7,8	10,4	17,4	13,9
Rio Grande do Sul	6,9	4,7	12,1	23,0	15,1
Centro-Oeste	0,3	0,3	0,4	0,6	0,8
Brasil (Total)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL ABSOLUTO	214.247	447.209	1.015.315	790.922	1.197.207

FONTES: Censos Demográficos - IBGE

(1) Exclusive Brasil sem declaração da Unidade da Federação de nascimento, país estrangeiro de nascimento e a bordo de embarcação.

(2) Refere-se à proporção dos não-naturais do Paraná que migraram a 10 ou menos anos para o Estado e que realizaram pelo menos mais um etapa intermunicipal (intra-estadual).

É interessante observar que, já em 1940, considerando somente os nascidos no País, 93% dos não-naturais do Paraná que lá residiam eram naturais de apenas quatro estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, naquele ano, quase 82% da população recenseada no Estado era constituída de paranaenses (dado não apresentado). Entre 1960 e 1970, aqueles estados, e mais a Região Nordeste, constituíram as áreas de naturalidade de 95% do incremento do estoque imigratório do período, ao passo que a proporção de paranaenses no conjunto da população estadual, segundo o Censo de 1970, havia decrescido para 64%, em virtude do grande afluxo de migrantes interestaduais das décadas precedentes.

Entretanto, a melhor forma para se avaliar o peso de cada UF ou região de origem no conjunto da imigração interestadual, no período intercensitário, é através da informação sobre última UF de procedência, conjugada ao tempo de residência na UF atual (última etapa). A partir do Censo de 1970 esta informação passa a estar disponível, porém, naquele Censo, refere-se apenas à última UF de procedência dos **não-naturais** dos municípios de residência em 1970.

A última coluna da tabela 8 apresenta esses dados. É necessário mencionar que o Censo Demográfico de 1970, em sua publicação, agrupa em uma mesma classe os migrantes com 6 a 10 anos de residência na UF, fato que distorce a medição intercensitária, pois inclui deslocamentos ocorridos também entre 1º de setembro de 1959 e 31 de agosto de 1960. Apesar disso, a observação dos dados permite duas considerações interessantes. Em primeiro lugar, um percentual grande de não-naturais do Paraná, com menos de 11 anos de residência na UF, declarou o próprio Paraná como última UF de procedência (29%), indicando um peso significativo da realização de pelo menos mais uma etapa intermunicipal, depois de se mudar para o Estado. Em segundo, os dados de última etapa interestadual apontam São Paulo, seguido dos estados do Sul vizinhos do Paraná, Minas Gerais e Nordeste, como as principais áreas de origem dos migrantes no período, ao passo que o indicador de variação do estoque de imigrantes para o decênio 1960/1970 classifica Minas Gerais como a principal UF de naturalidade presente na variação do período, deslocando São Paulo para 4º lugar. Percebe-se, assim, que certamente uma expressiva parcela dos que migraram para o Paraná nos anos 60 procedentes de São Paulo era, na verdade, constituída por mineiros que haviam se transferido para São Paulo em épocas anteriores.

A forte reversão nas tendências migratórias interestaduais do Paraná, observadas principalmente a partir da década de 1970, alteraram em boa medida esse quadro migratório inter-regional. No bojo das rápidas e profundas transformações que revolveram a estrutura produtiva do Estado, em particular no meio agrícola, instaurando a chamada "industrialização do campo", as transferências populacionais no sentido rural-urbano, no âmbito intra-estadual, se intensificaram enormemente, mas, ao mesmo tempo, o Paraná passou a expulsar população em uma magnitude sem precedentes para outras regiões do País, e até mesmo para países vizinhos.

No cenário nacional, São Paulo alcançava o auge da hegemonia econômica e nucleava a expansão urbana-industrial. Em 1970, este Estado concentrava 56,4% do PIB industrial brasileiro e, no transcurso da década, respondeu por 37% da geração do emprego industrial do País. (BRITO, 2000a, p.10-11) Internamente, anunciava-se o processo de desconcentração das atividades produtivas a partir da área metropolitana, privilegiando alguns espaços interioranos, detentores de vantagens infra-estruturais e tecnológicas, e

áreas periféricas do próprio pólo dominante, estabelecendo a chamada "desconcentração centralizada".³⁹

No setor agrícola, o modelo de modernização implantado pelos governos militares beneficiava a concentração fundiária, fomentava a mecanização e estimulava o crescimento das culturas de mais alto valor comercial, acarretando uma drástica redução da demanda de mão-de-obra rural. "Estima-se que cerca de 28,4 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais entre 1960-80, sendo 12,8 milhões na década dos 60 e 15,6 milhões na dos 70." (MARTINE, 1995, p.64).

Paralelamente, a década dos 70 foi palco do maior esforço já realizado pelo poder público para ocupar uma região nova. Pretendia-se incorporar a Amazônia definitivamente à vida econômica e política nacional. Para tanto, um grande número de pequenos produtores seria assentado através de um vasto programa de colonização dirigida.

Embora essa proposta de colonização dirigida tenha sido logo abandonada, enormes expectativas já haviam sido geradas entre os milhares de pequenos produtores que estavam sendo expulsos de suas terras. Esses contingentes começaram a chegar em grande número e obrigaram o poder público a buscar novas alternativas para sua absorção. Os esforços de colonização dirigida em Rondônia, embora tenham tido pouco êxito em radicar os colonos, acabaram conferindo a essa unidade federativa as maiores taxas de crescimento demográfico nas décadas dos 70 e 80. (MARTINE, 1995, p.64).

O período 1980/1990 foi marcado por grande instabilidade econômica, retratada na alternância entre anos de forte recessão e de retração dos mercados de trabalho, sobretudo nas grandes cidades, seguidos por fases de expansão do nível de atividade. A crise só não foi mais profunda porque os estímulos desencadeados no ciclo expansivo precedente ainda surtiam efeitos sobre os diversos setores produtivos e garantiram um razoável desempenho global.

A fronteira agrícola da Amazônia, além de absorver um volume populacional bem inferior ao planejado pelos projetos públicos de colonização, fugiu aos moldes clássicos de ocupação de fronteira em que os fluxos migratórios apresentam origens e destinos rurais, e

³⁹ Expressão adotada por Martine e Diniz (1991). Muitos autores têm se debruçado sobre o significado do processo de desconcentração industrial de São Paulo, deflagrado nos anos 70. Consultar, entre outros, Diniz e Lemos (1990); Martine e Diniz (1991); Diniz (1993); Cano (1995); Cano (1997). Matos (1995), conquanto não analise especificamente esse movimento, tece instigantes e competentes reflexões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço e suas intrincadas relações com a dinâmica econômico-espacial lato sensu.

expandiu enormemente as localidades urbanas da região. Adicionalmente, diversos fatores – aumento da distância, solos de fertilidade inferior, intensa especulação com a terra, exigências de modernização – têm contribuído para o encurtamento do ciclo de vida da fronteira no Brasil. O ciclo inteiro de atração intensiva, estagnação e expulsão populacional durou aproximadamente 30-35 anos no Paraná, 20-25 anos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão, e 10-15 anos nas áreas de recente ocupação amazônica. (MARTINE, 1987).

É sobre este pano de fundo, apenas resumido em poucas linhas, que adquire significado a observação das origens e dos destinos associados aos movimentos migratórios paranaenses do período.⁴⁰ Os dados relacionados aos fluxos de imigrantes e emigrantes de última etapa, captados através dos censos de 1980 e de 1991, contribuem para um dimensionamento mais preciso das trocas migratórias do Paraná com o restante do País, no decurso das décadas de 1970 e de 1980, possibilitando, inclusive, o exame da origem e do destino rural ou urbano dos fluxos. No entanto, como as informações sobre migração de última etapa⁴¹ não captam todos os movimentos "de fato" ocorridos em um intervalo de tempo entre dois censos,⁴² sua utilização, neste e no próximo capítulos, serve para indicar ordens de grandeza dos contingentes migratórios envolvidos, mas associa-se, principalmente, à análise dos tipos de emigração e de imigração que prevaleceram no Estado e em suas regiões⁴³ entre as décadas de 1970 e de 1980.

⁴⁰Baeninger (2000), em sua tese de doutorado, teceu um exaustivo e competente panorama das migrações internas no Brasil, nos anos 70, 80, e início dos 90, em que as trocas populacionais do Paraná com as demais Unidades da Federação constituíram apenas um dos objetos de análise. Na medida do possível, algumas conclusões da autora serão resgatadas na presente tese, mas a amplitude do seu trabalho é muito maior. Na verdade, a produção de Baeninger sobre o tema, individualmente ou em equipe, é vasta. Ver, por exemplo, Baeninger (1997); Baeninger (1998); Cunha e Baeninger (2000); Patarra et al. (2000).

⁴¹O mesmo ocorre com as informações de data fixa. Só seria possível captar todos os movimentos, mesmo assim dos sobreviventes na data do censo, se se inquirisse sobre toda a história migratória do período (por exemplo, último quinquênio ou decênio), o que não é possível em um censo demográfico.

⁴²São inúmeras as situações possíveis de migrantes que entraram (ou saíram) da unidade espacial de estudo no intervalo censitário e que o dado de última etapa não capta. Um exemplo simples refere-se àqueles indivíduos que entraram em uma UF no decênio anterior ao censo, saíram após algum tempo, indo para outra UF e, ainda no intervalo intercensitário, foram para uma terceira UF. Eles fazem parte do quadro migratório "real" da primeira UF no decênio em questão, mas não aparecem no dado de última etapa. Assim, pela própria natureza dessa informação, nem todos os movimentos ocorridos são registrados. Abordagens mais extensas sobre os limites e possibilidades dessa informação censitária encontram-se em Carvalho e Machado (1992), Ribeiro (1997) e Rigotti (1999).

⁴³A análise dos fluxos migratórios de última etapa para as regiões do Paraná será apresentada no capítulo 3.

Convém lembrar que, nos Censos de 1980 e de 1991, o migrante de última etapa é identificado através da combinação dos quesitos censitários *lugar de última residência* e *duração ininterrupta de residência (ou tempo de residência)*. Para a análise dos deslocamentos interestaduais ocorridos no intervalo intercensitário, poderia ser satisfatório o cruzamento das informações *última UF de residência* e *tempo de residência na UF atual*, não fosse a existência de imigrantes e de emigrantes interestaduais de última etapa do decênio que realizaram, após o movimento interestadual, pelo menos mais uma etapa migratória intermunicipal dentro da UF (intra-estadual). Para esses, não há informação sobre a última UF do deslocamento interestadual, pois a UF anterior que declaram, já que fizeram uma etapa intra-estadual, é a mesma de residência no momento da pesquisa. No caso da imigração, chega-se a um número de imigrantes interestaduais de última etapa que uma determinada UF recebeu, no período intercensitário, sendo, no entanto, necessário estimar a procedência daquela parcela que fez migração intermunicipal na UF de destino. No caso de se tentar saber o número de emigrantes de última etapa que uma UF forneceu aos demais estados brasileiros, o procedimento é bem mais vulnerável.

A título de exemplo, considere-se a situação do Paraná. Para aqueles indivíduos que, no período intercensitário, deixaram o Estado dirigindo-se a uma outra UF e não se movimentaram mais no decênio, é possível identificá-los, com relativa facilidade, através das informações sobre *UF de residência anterior* e *tempo de residência na UF atual*. Entretanto, para aqueles que, após chegarem do Paraná, efetuaram no mínimo mais um deslocamento intra-estadual, perde-se a informação de *UF de residência anterior = Paraná*. Para se tentar "estimá-los", é necessário que se identifique, para cada uma das demais UF brasileiras, aquelas parcelas de imigrantes interestaduais da década procedentes de *qualquer* outra UF que fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual, prorateá-los, em cada uma delas, segundo a distribuição da imigração interestadual intercensitária conhecida, quanto à procedência (outras UF) e, só então, considerar os montantes que couberam ao Paraná, após o prorateio. Percebe-se, assim, que a "correção" do dado de emigração interestadual de uma UF depende do número de distribuições – quanto à imigração de procedência conhecida –, igual ao número de UF receptoras de imigrantes daquela unidade espacial, o que torna a "estimativa" bem mais frágil.

No presente trabalho, foram mensurados e prorateados apenas os imigrantes interestaduais de cada decênio que efetuaram mais uma etapa migratória dentro do Paraná, sendo que, para os emigrantes dos anos 70 não houve prorateio e, para o período

1981/1991, foram considerados os dados já prorratedados fornecidos por Ribeiro⁴⁴ (tabela 9). Os dados por situação do domicílio, apresentados nas tabelas seguintes, só foram rateados no caso dos imigrantes.⁴⁵

De imediato, chamam a atenção os volumes de emigrantes interestaduais de última etapa que deixaram o Paraná em cada um dos decênios, e que sobreviveram até o final dos períodos e não reemigraram. Para a década de 1970, a despeito de não estarem computados aqueles que fizeram deslocamento intra-estadual na UF de destino, após a etapa interestadual, o número de emigrantes alcança 1,2 milhão de pessoas, sendo que mais de 60% deste tipo de emigração dirigiu-se para a Região Sudeste, a grande maioria para o Estado de São Paulo (682 mil pessoas). Dentre os demais, o destino preferencial foram as áreas de fronteira agrícola em expansão do Centro-Oeste e do Norte brasileiros, sobressaindo-se os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

No decênio seguinte, a magnitude do processo se repete, pois quase 1,1 milhão de migrantes interestaduais do período 1981/1991 recenseados em outros estados do País declararam o Paraná como UF de residência anterior. A distribuição dos emigrantes interestaduais do Paraná apresenta-se comparativamente menos concentrada, prevalecendo, ainda, a Região Sudeste – e São Paulo – como destino preferencial dos migrantes, porém em menor proporção, ampliando, em contrapartida, o peso das áreas de fronteira e dos estados sulistas nesse processo. Em ambos os períodos, a Região Nordeste teve uma reduzida migração proveniente do Paraná.

No que tange à imigração, nos anos 70, mais de 500 mil pessoas, que sobreviveram até o Censo de 1980 e não reemigraram, cruzaram as fronteiras do Paraná procedentes de outra UF brasileira, sendo que cerca de 22% delas (114 mil) também realizaram pelo menos mais um movimento intra-estadual, após a imigração interestadual. Indiscutivelmente, naquele decênio, ainda no rastro das tendências observadas no período anterior de povoamento do Estado, as maiores proporções de imigrantes tiveram como origem os dois Estados da Região Sul – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e a Região Sudeste, em particular o Estado de São Paulo, responsável por quase $\frac{3}{4}$ do fluxo oriundo desta Região.

⁴⁴Matriz de migração da década 1981/1991 por UF de residência atual e UF de residência anterior – Brasil 1991, produzida por José Teixeira Lopes Ribeiro, a partir do arquivo de microdados do Censo Demográfico de 1991, do IBGE.

⁴⁵As informações sobre migrantes interestaduais de última etapa, dos decênios 1970/1980 e 1981/1991, englobam tanto os naturais, quanto os não-naturais, das UF e municípios.

TABELA 9 - IMIGRANTES E EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS), COM DISCRIMINAÇÃO DOS IMIGRANTES QUE, APÓS A ETAPA INTERESTADUAL, FIZERAM PELO MENOS UMA INTRA-ESTADUAL, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E ALGUMAS UF DE ORIGEM/DESTINO	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE U.E. DA DÉCADA ¹								EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE U.E. DA DÉCADA ²			
	Origem Intermunicipal de Última Etapa				TOTAL				Absoluto		%	
	Outra UF		Outro Município do Paraná		Absoluto		%		Absoluto		%	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Norte	4.119	30.768	1.125	6.792	5.244	37.560	1,0	6,4	116.565	125.661	9,7	11,6
Rondônia	1.196	22.534	353	5.023	1.549	27.557	29,5	73,4	95.131	104.084	81,6	82,8
Pará	1.358	4.834	362	1.053	1.720	5.887	32,8	15,7	15.281	12.884	13,1	10,3
Tocantins	653	682	178	141	831	823	15,9	2,2	1.929	1.794	1,7	1,4
Nordeste	22.993	19.753	6.995	4.417	29.988	24.170	5,9	4,1	20.062	17.280	1,7	1,6
Sudeste	156.862	219.331	43.181	46.451	200.043	265.782	39,2	45,0	747.121	489.499	62,4	45,3
São Paulo	117.117	183.148	31.547	38.688	148.664	221.836	74,3	83,5	682.123	440.281	91,3	89,9
Sul	187.911	134.613	56.234	30.620	244.145	165.233	47,9	28,0	108.681	207.861	9,1	19,2
Santa Catarina	103.608	85.897	30.338	19.456	133.946	105.353	54,9	63,8	82.663	153.243	76,1	73,7
Rio Grande do Sul	84.303	48.716	25.896	11.164	110.199	59.880	45,1	36,2	26.018	54.618	23,9	26,3
Centro-Oeste	23.533	79.443	6.748	18.007	30.281	97.450	5,9	16,5	205.169	241.232	17,1	22,3
Mato Grosso do Sul	14.731	27.742	4.350	6.195	19.081	33.937	63,0	34,8	99.061	64.602	48,3	26,8
Mato Grosso	3.458	43.245	1.043	10.023	4.501	53.268	14,9	54,7	96.921	164.597	47,2	68,2
TOTAL	395.418	483.908	114.283	106.287	509.701	590.195	100,0	100,0	1.197.598	1.081.533	100,0	100,0

FONTES: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Exclusive: Brasil não especificado; país estrangeiro ou origem mal definida; ignorado.

(2) Para 1970/1980, não inclui os emigrantes interestaduais do Paraná que, ao chegarem ao destino, fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual. Para 1981/1991, essas parcelas de emigrantes foram prorrateadas segundo a imigração de origem conhecida.

Na década seguinte, o número de imigrantes interestaduais de última etapa elevou-se para quase 600 mil, declinando para 18% a proporção dos que registraram, no mínimo, mais uma etapa intra-estadual. A participação da Região Sudeste, bem como a do Estado de São Paulo, como origem de última etapa dos imigrantes interestaduais aumentou ainda mais, tanto em termos absolutos quanto relativos, certamente impulsionada por movimentos de retorno. A imigração oriunda dos Estados do Sul, por seu turno, sofreu forte redução, com destaque para o declínio do Rio Grande do Sul, elevando-se sobremaneira, em contrapartida, os volumes e as proporções de imigrantes procedentes do Centro-Oeste e do Norte do País, também, provavelmente, sob o impulso do retorno. No âmbito destas Regiões, adquirem peso, entre uma década e outra, os Estados de Mato Grosso e de Rondônia como áreas de origem dos imigrantes do Paraná.

A comparação dos dados de imigrantes e emigrantes interestaduais de data fixa,⁴⁶ desagregados segundo as Regiões brasileiras e algumas Unidades da Federação, relativos aos quinquênios 1986/1991, 1991/1996 e 1994/1999 (tabela 10), indica a redução dos fluxos procedentes do Norte do País, em particular de Rondônia, e o aumento da imigração vinda das demais Regiões, embora, em termos relativos (tabela A.2.8), apenas a elevação do peso da Região Sudeste se destaque. Convém observar, ainda, o expressivo crescimento do fluxo proveniente do Mato Grosso do Sul, compensado pela queda da imigração com origem no Estado do Mato Grosso.

Com relação aos emigrantes de data fixa, os dados absolutos indicam o nítido e expressivo declínio dos movimentos de saída do Paraná, qualquer que seja a Região de destino considerada. Em termos proporcionais (tabela A.2.8), as maiores reduções associam-se às áreas de fronteira agrícola, evidenciando uma tendência à perda de importância de movimentos migratórios de mais longa distância, tanto no que se refere à emigração, quanto à imigração.

⁴⁶Ver nota de rodapé n.34.

TABELA 10 - IMIGRANTES E EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1986/1991, 1991/1996 E 1994/1999

REGIÃO BRASILEIRA E ALGUMAS UF DE ORIGEM/DESTINO	MIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA ¹								
	Imigrantes			Emigrantes			Trocas Líquidas		
	1986/1991	1991/1996	1994/1999	1986/1991	1991/1996	1994/1999	1986/1991	1991/1996	1994/1999
Norte	21.181	14.985	5.251	31.438	12.207	8.337	-10.257	2.778	-3.086
Rondônia	16.321	8.913	3.800	23.475	7.791	7.412	-7.154	1.122	-3.612
Pará	2.855	2.743	1.190	4.381	2.194	153	-1.526	549	1.037
Tocantins	466	452	261	1.119	842	422	-653	-390	-161
Nordeste	11.527	13.538	12.999	7.166	5.814	6.917	4.361	7.724	6.082
Sudeste	117.774	108.636	146.291	239.184	141.205	146.062	-121.410	-32.569	229
São Paulo	97.961	89.935	124.063	217.415	126.897	128.040	-119.454	-36.962	-3.977
Sul	73.704	62.163	82.390	108.324	86.447	87.752	-34.620	-24.284	-5.362
Santa Catarina	47.327	42.662	57.940	81.685	68.064	71.539	-34.358	-25.402	-13.599
Rio Grande do Sul	26.377	19.501	24.450	26.639	18.383	16.213	-262	1.118	8.237
Centro-Oeste	44.896	34.682	51.153	89.078	45.754	31.874	-44.182	-11.072	19.279
Mato Grosso do Sul	14.806	12.614	30.690	27.412	14.724	9.324	-12.606	-2.110	21.366
Mato Grosso	25.514	18.061	12.467	55.218	26.057	13.610	-29.704	-7.996	-1.143
TOTAL	269.082	234.004	298.084	475.190	291.427	280.942	-206.108	-57.423	17.142

FONTES: Censo Demográfico, Contagem da População e PNAD - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Refere-se aos migrantes e às trocas líquidas migratórias das pessoas que, ao final de cada quinquênio, tinham 5 ou mais anos de idade.

A avaliação desses fluxos de emigrantes e imigrantes interestaduais, à luz da origem/destino, segundo os setores urbano e rural, amplia o quadro descritivo dos principais movimentos populacionais que interconectaram o Paraná ao restante do País, nos anos 1970 e 1980, reforçando a caracterização dos processos a eles subjacentes. São múltiplas as possibilidades de análise dessas trajetórias. Os volumes absolutos envolvidos nos fluxos geram interesse, na medida que apontam a ordem de grandeza dos deslocamentos populacionais de partida e de chegada no Estado. Entretanto, as distribuições percentuais refletem as estruturas predominantes em cada período, e podem resultar de inúmeros prismas de observação. A análise, a seguir, busca salientar as principais tendências reveladas de ambas as formas – números absolutos e relativos.

Assim sendo, os totais absolutos das tabelas 11 e 12 confirmam que, nos anos 70, os maiores contingentes de emigração do Estado tiveram origem rural, como era de se esperar, exceto no que diz respeito ao fluxo em direção aos estados da Região Sul, na maioria com origem urbana. Contudo, é interessante notar que, nos casos do Sudeste e do Sul, prevaleceu o destino urbano desses emigrantes e, a despeito da destinação rural ter predominado nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, no cômputo geral do Estado, o destino urbano sobressai, tanto para os fluxos de origem rural, quanto urbana.

No que diz respeito à emigração rural, os dados da tabela 11 indicam um declínio substancial dos volumes absolutos, entre os dois decênios, exceto no caso da Região Sul, para a qual ocorre um aumento. Além disso, possibilitam a identificação nítida das três áreas – Sudeste, Centro-Oeste e Norte – de grande absorção de migrantes provenientes do Paraná, nas duas décadas em análise, tanto no sentido rural/urbano, em que o Sudeste se sobressai, quanto no rural/rural. Através dos dados da tabela 12, essa observação ganha reforço, uma vez que são os Estados de São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul que se distinguem.

TABELA 11 - EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS EMIGRANTES ¹					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Norte	116.565	100.757	32.882	55.784	83.683	44.973
Urbano	38.973	54.830	23.910	41.801	15.063	13.029
Rural	77.592	45.927	8.972	13.983	68.620	31.944
Nordeste	20.062	14.211	9.228	10.701	10.834	3.510
Urbano	10.730	10.269	7.242	8.852	3.488	1.417
Rural	9.332	3.942	1.986	1.849	7.346	2.093
Sudeste	747.121	394.328	310.242	232.742	436.879	161.586
Urbano	630.358	328.806	288.996	209.875	341.362	118.931
Rural	116.763	65.522	21.246	22.867	95.517	42.655
Sul	108.681	169.524	62.163	105.774	46.518	63.750
Urbano	84.440	143.670	57.380	96.086	27.060	47.584
Rural	24.241	25.854	4.783	9.688	19.458	16.166
Centro-Oeste	205.169	195.145	84.503	124.205	120.666	70.940
Urbano	96.701	131.923	69.419	103.631	27.282	28.292
Rural	108.468	63.222	15.084	20.574	93.384	42.648
TOTAL	1.197.598	873.965	499.018	529.206	698.580	344.759
Urbano	861.202	669.498	446.947	460.245	414.255	209.253
Rural	336.396	204.467	52.071	68.961	284.325	135.506

FONTES: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Não inclui os emigrantes interestaduais do Paraná que, ao chegarem ao destino, fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual.

TABELA 12 - EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

ALGUMAS UF E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS EMIGRANTES ¹					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Rondônia	95.131	83.415	24.268	45.256	70.863	38.159
Urbano	32.306	45.763	18.466	34.263	13.840	11.500
Rural	62.825	37.652	5.802	10.993	57.023	26.659
Pará	15.281	10.101	5.167	5.841	10.114	4.260
Urbano	2.924	4.494	2.508	3.859	416	635
Rural	12.357	5.607	2.659	1.982	9.698	3.625
Tocantins	1.929	1.453	1.245	1.099	684	354
Urbano	1.570	1.051	1.160	837	410	214
Rural	359	402	85	262	274	140
São Paulo	682.123	354.074	278.368	205.161	403.755	148.913
Urbano	585.392	298.319	260.008	185.804	325.384	112.515
Rural	96.731	55.755	18.360	19.357	78.371	36.398
Santa Catarina	82.663	126.778	45.604	79.910	37.059	46.868
Urbano	62.967	105.909	41.597	72.035	21.370	33.874
Rural	19.696	20.869	4.007	7.875	15.689	12.994
Rio Grande do Sul	26.018	42.746	16.559	25.864	9.459	16.882
Urbano	21.473	37.761	15.783	24.051	5.690	13.710
Rural	4.545	4.985	776	1.813	3.769	3.172
Mato Grosso do Sul	99.061	52.480	45.488	35.220	53.573	17.260
Urbano	55.641	36.893	39.322	29.597	16.319	7.296
Rural	43.420	15.587	6.166	5.623	37.254	9.964
Mato Grosso	96.921	132.067	31.789	80.411	65.132	51.656
Urbano	32.911	86.514	23.246	66.536	9.665	19.978
Rural	64.010	45.553	8.543	13.875	55.467	31.678
Demais UF	98.471	70.851	50.530	50.444	47.941	20.407
Urbano	66.018	52.794	44.857	43.263	21.161	9.531
Rural	32.453	18.057	5.673	7.181	26.780	10.876
TOTAL	1.197.598	873.965	499.018	529.206	698.580	344.759
Urbano	861.202	669.498	446.947	460.245	414.255	209.253
Rural	336.396	204.467	52.071	68.961	284.325	135.506

FONTES: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Não inclui os emigrantes interestaduais do Paraná que, ao chegarem ao destino, fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual.

Quanto aos imigrantes recebidos pelo Paraná, há um aumento absoluto do contingente entre a década de 1970 e a de 1980, nos fluxos urbano/urbano, urbano/rural e rural/urbano, verificando-se, em contrapartida, uma queda substancial do fluxo rural/rural (tabelas 13 e 14).

TABELA 13 - IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO DOS IMIGRANTES ¹					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Norte	5.244	37.560	4.143	31.742	1.101	5.818
Urbano	3.535	26.035	3.367	23.697	168	2.338
Rural	1.709	11.526	777	8.046	932	3.480
Nordeste	29.988	24.170	17.233	20.523	12.755	3.648
Urbano	11.982	15.200	10.872	14.104	1.110	1.096
Rural	18.007	8.970	6.361	6.418	11.646	2.552
Sudeste	200.043	265.782	136.676	229.792	63.367	35.990
Urbano	132.959	227.751	114.490	205.137	18.470	22.613
Rural	67.084	38.031	22.186	24.654	44.898	13.377
Sul	244.145	165.233	153.106	126.721	91.039	38.512
Urbano	107.894	111.553	101.288	101.009	6.606	10.545
Rural	136.250	53.679	51.818	25.712	84.433	27.967
Centro-Oeste	30.281	97.450	21.658	79.879	8.623	17.571
Urbano	17.209	59.143	15.292	54.110	1.918	5.033
Rural	13.071	38.307	6.366	25.769	6.705	12.537
TOTAL	509.701	590.195	332.816	488.657	176.885	101.538
Urbano	273.580	439.682	245.308	398.057	28.272	41.625
Rural	236.121	150.513	87.508	90.600	148.613	59.913

FONTES: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Exclusive: Brasil não especificado; país estrangeiro ou origem mal definida; ignorado. Os imigrantes interestaduais de última etapa da década que fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual foram prorateados segundo a distribuição conhecida quanto à origem.

TABELA 14 - IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO DECÊNIO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO, SEGUNDO ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

ALGUMAS UF E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO DOS IMIGRANTES ¹					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Rondônia	1.549	27.557	1.068	22.766	481	4.790
Urbano	762	18.556	692	16.663	70	1.893
Rural	787	9.000	376	6.103	411	2.897
Pará	1.720	5.887	1.421	5.161	299	726
Urbano	1.250	4.176	1.219	3.827	32	349
Rural	470	1.711	202	1.334	267	377
Tocantins	831	823	644	751	187	71
Urbano	562	761	528	716	34	45
Rural	269	61	116	35	153	26
São Paulo	148.664	221.836	106.099	191.079	42.564	30.756
Urbano	107.667	193.142	91.308	172.340	16.359	20.803
Rural	40.996	28.694	14.791	18.740	26.205	9.954
Santa Catarina	133.946	105.353	97.595	81.557	36.350	23.795
Urbano	68.115	71.710	64.435	64.257	3.680	7.454
Rural	65.831	33.643	33.160	17.301	32.670	16.342
Rio Grande do Sul	110.199	59.880	55.510	45.164	54.689	14.716
Urbano	39.779	39.843	36.853	36.752	2.926	3.091
Rural	70.420	20.037	18.658	8.412	51.762	11.625
Mato Grosso do Sul	19.081	33.937	12.508	28.224	6.573	5.714
Urbano	9.480	22.410	8.075	20.481	1.405	1.929
Rural	9.600	11.528	4.433	7.743	5.168	3.785
Mato Grosso	4.501	53.268	3.212	42.633	1.289	10.635
Urbano	1.973	27.973	1.853	25.393	120	2.580
Rural	2.528	25.295	1.359	17.240	1.169	8.055
Demais UF	89.211	81.655	54.758	71.323	34.453	10.333
Urbano	43.991	61.110	40.345	57.629	3.646	3.481
Rural	45.220	20.545	14.412	13.694	30.807	6.851
TOTAL	509.701	590.195	332.816	488.657	176.885	101.538
Urbano	273.580	439.682	245.308	398.057	28.272	41.625
Rural	236.121	150.513	87.508	90.600	148.613	59.913

FONTES: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Exclusive: Brasil não especificado; país estrangeiro ou origem mal definida; ignorado. Os imigrantes interestaduais de última etapa da década que fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual foram prorrateados segundo a distribuição conhecida quanto à origem.

Apenas duas Regiões – Sudeste e Sul –, nos anos 70, constituíam a origem de mais de 80% da imigração para o Paraná, contempladas todas as combinações de situação do domicílio possíveis – urbana/urbana, urbana/rural, rural/urbana e rural/rural (tabelas A.2.11 e A.2.12). No decênio posterior, o predomínio de ambas as Regiões permanece, porém cresce de forma expressiva o peso da Região Centro-Oeste como área de

procedência dos migrantes. No âmbito interno dessas Regiões, os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, posteriormente, Mato Grosso (*ver* tabela A.2.12), se destacam, devendo-se notar, no entanto, que, em termos absolutos (*ver* tabela 14), a grande maioria das UF em foco passou a ceder volumes bem maiores de migrantes de origem urbana para o Paraná, entre uma década e outra, independente do destino urbano ou rural, exceção feita aos Estados do Sul, que mantiveram os mesmos volumes de fluxos urbanos/urbanos. Quanto à origem rural, comparando-se os anos 70 aos 80, pode-se dizer que apenas Rondônia e Mato Grosso apresentaram aumentos significativos dos fluxos de emigrantes em direção ao Paraná, tanto no sentido rural/urbano quanto no rural/rural.

Os gráficos 5 a 12, assim como os dados das tabelas A.2.13 e A.2.14, exibem, ainda, a distribuição rural e urbana, tanto na origem quanto no destino, dos emigrantes e dos imigrantes de última etapa trocados entre o Paraná e as grandes regiões brasileiras.

É interessante observar que, nos anos 70, apenas a Região Sul recebeu migrantes provenientes do meio urbano paranaense em proporção superior a 50% (*ver* gráfico 5 e tabela A.2.13). As demais, em particular o Norte, acolheram principalmente imigrantes de origem rural. Nos anos 80, a emigração paranaense de origem urbana prevaleceu de forma generalizada. Já, quanto à situação do domicílio nas regiões de destino, observa-se, na década de 1970, que os emigrantes do Estado que se dirigiram às áreas de fronteira do Norte e do Centro-Oeste buscaram ainda, em sua maioria, a possibilidade de reproduzir um padrão de vida rural fora do Paraná, particularmente no caso dos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso (*ver* gráfico 8 e tabela A.2.13). Nos demais casos, os fluxos direcionaram-se predominantemente para as áreas urbanas. Na década seguinte, a exemplo do que sucedeu com a origem urbana, o destino urbano dos emigrantes passou a prevalecer.

No tocante às tendências reveladas pela imigração, percebe-se, através do mapa 4, que as correntes migratórias provenientes das Regiões Nordeste e Sul, nos anos 70, tinham origem, principalmente, no meio rural, embora, entre estas, apenas o fluxo sulista fosse bastante expressivo em termos absolutos (*ver* tabela 13). No período seguinte, há o largo predomínio da origem urbana. Quanto à direção adotada pelos fluxos migratórios no Paraná, chama a atenção o fato de que, já no período 1970/1980, a busca pela localização urbana era significativamente maior, tendência que se aprofunda no decênio seguinte (*ver* gráfico 11).

GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM URBANA, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991

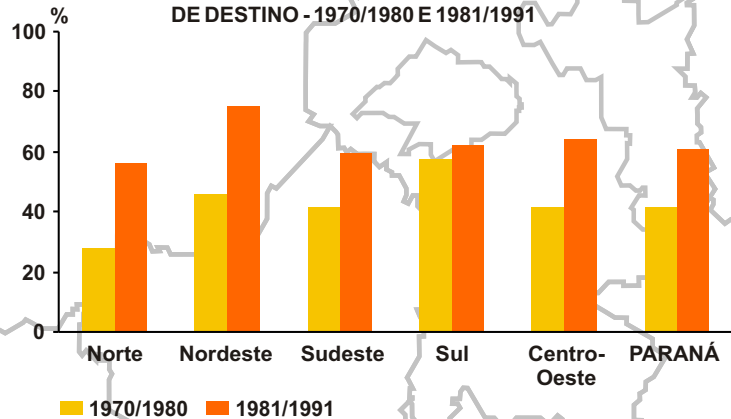


GRÁFICO 6 - PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM RURAL, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991

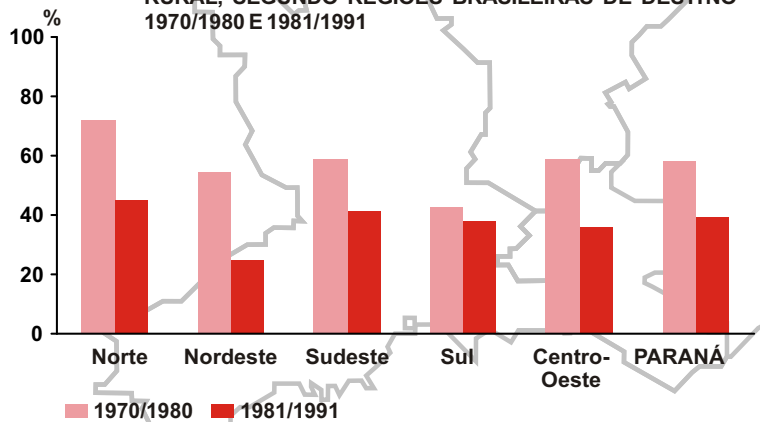


GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM DESTINO URBANO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991

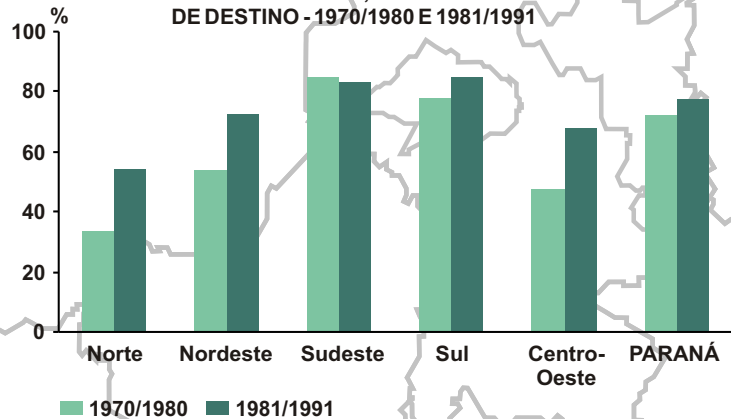


GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DE EMIGRANTES DO PARANÁ COM DESTINO RURAL, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - 1970/1980 E 1981/1991

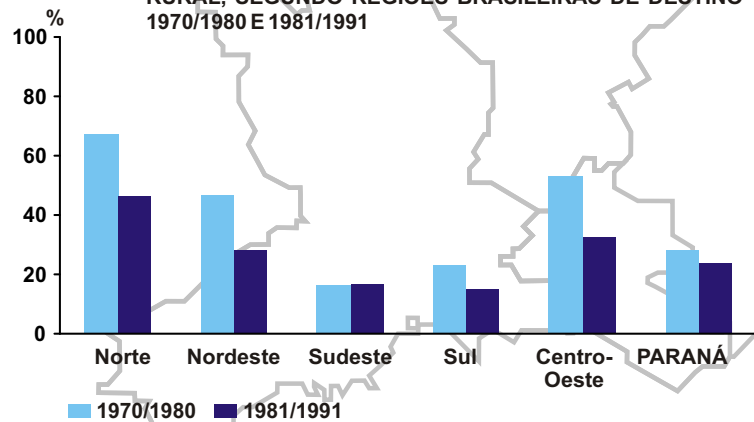


GRÁFICO 9 - PERCENTUAL DE IMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM URBANA, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991

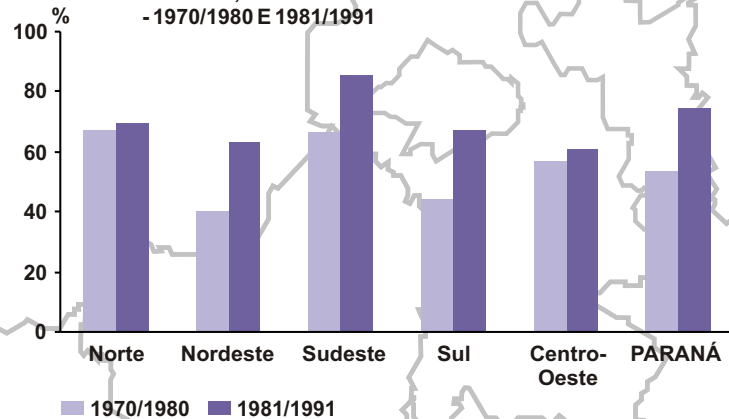


GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DE IMIGRANTES DO PARANÁ COM ORIGEM RURAL, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991

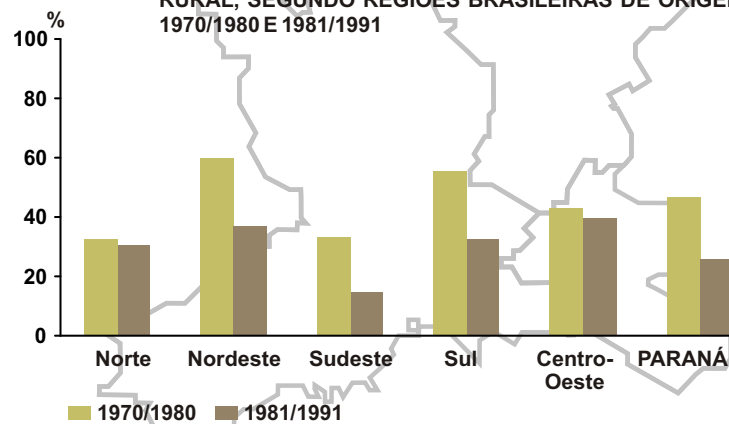


GRÁFICO 11 - PERCENTUAL DE IMIGRANTES COM DESTINO URBANO NO PARANÁ, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991

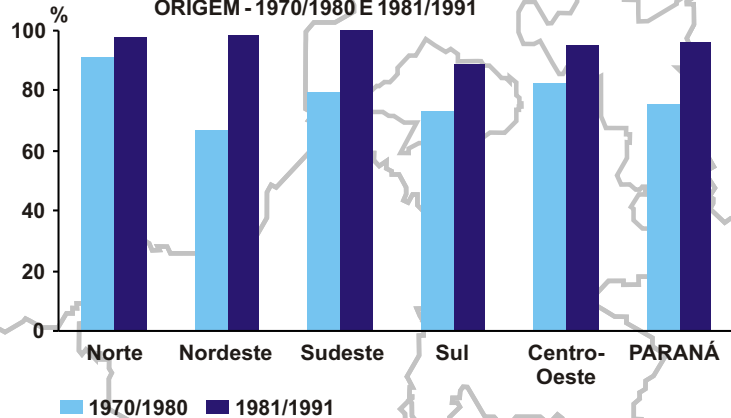
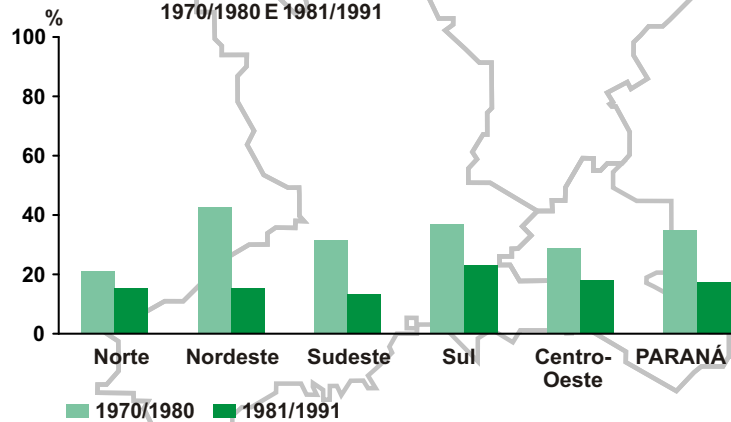


GRÁFICO 12 - PERCENTUAL DE IMIGRANTES COM DESTINO RURAL NO PARANÁ, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - 1970/1980 E 1981/1991



Em síntese, após atravessar três décadas de extraordinário crescimento populacional, garantido fundamentalmente pelo afluxo de imigrantes originários de São Paulo, Minas Gerais, Regiões Nordeste e Sul do País, o Paraná, em poucos anos, a partir do final dos anos 60 e início dos 70, reverteu o processo migratório, passando a expulsar população com a mesma intensidade. No curto período de duas décadas, a população rural do Estado reduziu-se à metade e, a despeito das áreas urbanas terem absorvido parte significativa do êxodo rural, grandes contingentes de migrantes transpuseram as fronteiras estaduais.

Os principais fluxos da fase emigratória do Estado dirigiram-se para as áreas urbano-industriais de maior dinamismo econômico, nucleadas por São Paulo, para os Estados vizinhos do Sul e para as regiões de fronteira agrícola em expansão, em particular, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. As perdas rurais do Paraná, de acordo com os dados de emigração interestadual de última etapa, foram substanciais nas duas décadas, porém, superaram os fluxos de origem urbana apenas nos anos 70. Certamente, teriam sido ainda mais elevadas, não fosse a ocorrência anterior de deslocamentos intra-estaduais dos migrantes de sentido rural/urbano. Na década seguinte, com a continuação intensa desse processo, os fluxos de origem urbana predominaram.

A Região Sul, entre 1970 e 1980, foi a única do País que recebeu migrantes paranaenses de procedência majoritariamente urbana, cabendo, às demais, a predominância de fluxos de origem rural. No que tange à situação do domicílio de destino dos fluxos, para a maioria dos que deixaram o Estado naquela década em direção às áreas de fronteira, o rumo adotado foi o das áreas rurais, cabendo nas demais regiões, a busca por inserções urbanas. No período seguinte, as áreas urbanas predominaram, tanto na origem dos emigrantes, quanto no destino.

É necessário que se acrescente a esse panorama emigratório do Paraná o movimento de correntes populacionais em direção a países vizinhos, particularmente para o Paraguai. A bibliografia sobre o assunto é razoavelmente extensa e quase toda ela

converge ao elencar os principais condicionantes que, nos anos 70, impulsionaram a saída de brasileiros para além do Rio Paraná.⁴⁷

Simultaneamente ao processo de modernização agrícola do Brasil, implantado de forma abrangente e acelerada nas áreas do centro-sul, e que promoveu a valorização exponencial das terras rurais, concentrou a estrutura fundiária e liberou milhares de trabalhadores e de pequenos proprietários do campo, a fronteira agrícola paraguaia, na verdade, uma extensão das atividades que vinham se desenvolvendo nas áreas férteis do oeste paranaense, encontrava-se ainda em expansão, impulsionada pela disponibilidade de imensas áreas de terras férteis e desocupadas, ofertadas a preços baixos e pelo estímulo de políticas governamentais daquele país dirigidas à colonização e modernização da fronteira. Além disso, é preciso que se adicione aos fatores de expulsão dos brasileiros moradores da região, o papel da construção da usina hidroelétrica de Itaipu, que alagou vastas porções de áreas vizinhas à fronteira internacional, tanto do lado brasileiro, quanto do paraguaio.

O certo é que, nesse contexto, milhares de trabalhadores e suas famílias, com o predomínio de gaúchos, paulistas, catarinenses e paranaenses, dirigiram-se à porção oriental do Paraguai, tentando reproduzir, no país vizinho, o estilo de agricultura praticado na região de origem. Sales considera esse fluxo "quase como um desvio de rota das grandes levas de migrações internas, também de desbravamento de fronteiras". (SALES, 1996, p.2).

São muito imprecisas as cifras a respeito do fluxo migratório Brasil-Paraguai, variando de 300 mil a 500 mil o total do contingente que teria emigrado do Brasil rumo ao Paraguai somente durante o período do governo Figueiredo (1979-1985). O Censo Demográfico paraguaio de 1992 computa em 112 mil o número total de brasileiros residindo no país. Já os movimentos sociais ligados à Igreja estimam em 500 mil esse contingente, sendo que, entre 1972 e 1977, os imigrantes brasileiros no país seriam constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de nordestinos e mineiros. (SALES, 1996, p.93).

Desse modo, conjugando os grandes fluxos interestaduais aos movimentos internacionais, confirma-se a característica mais saliente do perfil demográfico paranaense, nos

⁴⁷Inúmeros autores têm se dedicado à compreensão da emigração internacional de brasileiros, que se acentuou de forma significativa nas duas últimas décadas. Para uma análise mais dirigida ao caso dos países latinoamericanos, em especial ao do Paraguai, consultar, entre outros, D'Angelis e Mazarollo (1981), Wagner (1989), Palau (1995), Patarra e Baeninger (1995), Reydon e Plata (1995), Salim (1995), Sales (1996), Pellegrino (s.d.).

anos 70 e 80: a perda populacional devido ao processo migratório. Entretanto, não há como desprezar a magnitude dos movimentos imigratórios recebidos pelo Estado, nas últimas décadas. O Censo de 1991, computando-se os deslocamentos de última etapa, registrou cerca de 600 mil imigrantes que entraram no Paraná nos 10 anos anteriores à pesquisa, cifra considerável. Além disso, as unidades espaciais de origem dos imigrantes – São Paulo e Estados do Sul, num primeiro momento, complementados por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, no decênio seguinte – sugerem nitidamente a intensificação da migração de retorno ao Estado.

3 EVOLUÇÃO POPULACIONAL E MIGRATÓRIA DAS REGIÕES PARANAENSES⁴⁸

Os processos que marcaram a história recente do Paraná e que imprimiram especificidades à sua dinâmica populacional e migratória desenvolveram-se de forma heterogênea no âmbito interno do Estado, conformando espaços regionais com características díspares e desempenhos diferenciados ao longo do tempo.

Historicamente, a porção leste do território recebeu as primeiras ondas de povoamento, impulsionadas sob o domínio dos ciclos da mineração, do tropeirismo e da erva-mate, reforçadas pela migração internacional do final do século XIX e início do XX. Entretanto, naquele período, as regiões paranaenses eram escassamente povoadas e não ofereciam condições infra-estruturais de integração.

O ciclo cafeeiro, instaurado no norte, como um prolongamento da cafeicultura paulista, e posteriormente estendido em direção ao oeste do Estado, promoveu a ocupação acelerada dessas regiões no período 1940/1960, incrementando vertiginosamente a população das áreas rurais e fomentando o surgimento de inúmeros centros urbanos. Em parte, esse processo se desenrolou mediante transferências populacionais no próprio Paraná, que se deslocavam de áreas de ocupação antigas para as novas regiões em expansão. Mas, fundamentalmente, o povoamento dessa vasta área do Estado efetivou-se com o aporte de milhares de imigrantes procedentes de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste.

As áreas do sudoeste e de parte do oeste paranaenses tiveram seu auge de ocupação nos anos 50 e 60, em decorrência, principalmente, da entrada de fortes correntes migratórias provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Entretanto, as condições de integração econômica e populacional destas regiões com o restante do Estado só foram viabilizadas a partir dos anos 60.

O impulso modernizante introduzido na agricultura paranaense, a partir da década de 1970, e o surto industrial – impulsionado por medidas agressivas de atração de investimentos, por parte do governo estadual, e pela ascensão dos ramos agroindustriais –, foram processos que se deslançaram em graus e ritmos diferenciados nas várias regiões do Estado, com repercussões igualmente distintas sobre as respectivas dinâmicas populacionais e migratórias. O presente capítulo objetiva aclará-las.

⁴⁸Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses analisadas neste e no próximo capítulos estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

3.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS REGIÕES PARANAENSES

As regiões integrantes do norte e oeste do Paraná, e de uma parte da área central, alcançam o final do período de consolidação da fronteira agrícola exibindo os maiores contingentes de população rural do Estado e, juntamente com a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), as áreas urbanas mais populosas (tabela 15). Em 1970, sete regiões, correspondentes a cerca de 50% da área total do Paraná – Noroeste, Centro-Occidental, Maringá, Londrina, Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro e Oeste – abrigavam mais de 70% dos habitantes rurais e, em conjunto com a RMC, concentravam cerca de 80% da população urbana estadual (tabela A.3.1).

Entretanto, o processo de modernização das práticas agrícolas e de substituição de culturas implantado no Estado, a partir dos anos 70, solapou as bases de sustentação do intenso crescimento populacional das áreas rurais mais densamente povoadas, e acelerou a tendência de urbanização. Exatamente as regiões do norte e grande parte do oeste do Estado lideraram o movimento de incorporação das inovações tecnológicas na agricultura, constituindo as áreas onde, no decurso daquela década, as transformações sociais ocorreram de forma mais intensa. A região do Norte Pioneiro, com uma história de ocupação mais antiga, sustentada principalmente em grandes propriedades e baixas densidades de população urbana, antecedeu às demais no tocante aos efeitos da crise cafeeira e, embora não reunisse os mesmos elementos estruturais que favorecessem a substituição da pauta de produtos agrícolas por culturas mais competitivas, por isso mesmo sendo menos propensa à modernização, absorveu máquinas e inovações a um ritmo considerável.

A região Sudoeste, ainda consolidando seu processo de ocupação – centrado na pequena produção agropecuária e com uma utilização intensiva de mão-de-obra familiar – e apresentando um clima mais frio, além de extensas áreas com declividades acentuadas, impróprias para a introdução em larga escala das práticas mecânicas, demonstrou, nos anos 70, uma certa capacidade de resistência à modernização tecnológica, sem perda do dinamismo produtivo e comercial, vindo a fragilizar-se apenas no período seguinte.

TABELA 15 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/2000

REGIÃO ¹	TOTAL				URBANO				RURAL			
	1970 ²	1980	1991	2000	1970 ²	1980	1991	2000	1970 ²	1980	1991	2000
Noroeste	966.991	746.472	655.509	641.084	255.233	360.966	441.840	495.342	711.758	385.506	213.669	145.742
Centro-Occidental	531.448	417.452	387.451	346.648	102.104	170.444	236.216	251.525	429.344	247.008	151.235	95.123
Maringá	203.538	247.027	361.181	450.936	126.303	215.470	338.711	433.487	77.235	31.557	22.470	17.449
Londrina	342.871	424.643	542.886	638.945	214.194	358.775	499.497	605.462	128.677	65.868	43.389	33.483
Restante da Meso Norte Central	987.014	808.180	734.610	739.187	276.174	390.857	496.167	578.598	710.840	417.323	238.443	160.589
Norte Pioneiro	709.842	571.679	555.339	548.190	211.643	271.153	357.019	411.731	498.199	300.526	198.320	136.459
Centro-Oriental	360.088	472.643	547.559	623.356	185.493	287.542	404.605	506.227	174.595	185.101	142.954	117.129
Oeste	756.649	960.709	1.016.481	1.138.582	150.558	484.504	728.448	929.092	606.091	476.205	288.033	209.490
Sudoeste	450.028	521.249	478.126	472.626	82.290	166.906	225.666	283.044	367.738	354.343	252.460	189.582
Centro-Sul	340.706	453.030	501.428	533.317	82.633	181.685	241.766	324.571	258.073	271.345	259.662	208.746
Sudeste	270.083	302.521	348.617	377.274	76.377	114.461	154.004	202.084	193.706	188.060	194.613	175.190
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	893.008	1.497.308	2.061.531	2.726.556	678.254	1.331.597	1.886.946	2.500.105	214.754	165.711	174.585	226.451
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	180.699	206.479	257.995	326.757	108.257	138.201	187.068	264.816	72.442	68.278	70.927	61.941
PARANÁ	6.992.965	7.629.392	8.448.713	9.563.458	2.549.513	4.472.561	6.197.953	7.786.084	4.443.452	3.156.831	2.250.760	1.777.374

FONTE: Censos Demográficos - IBGE

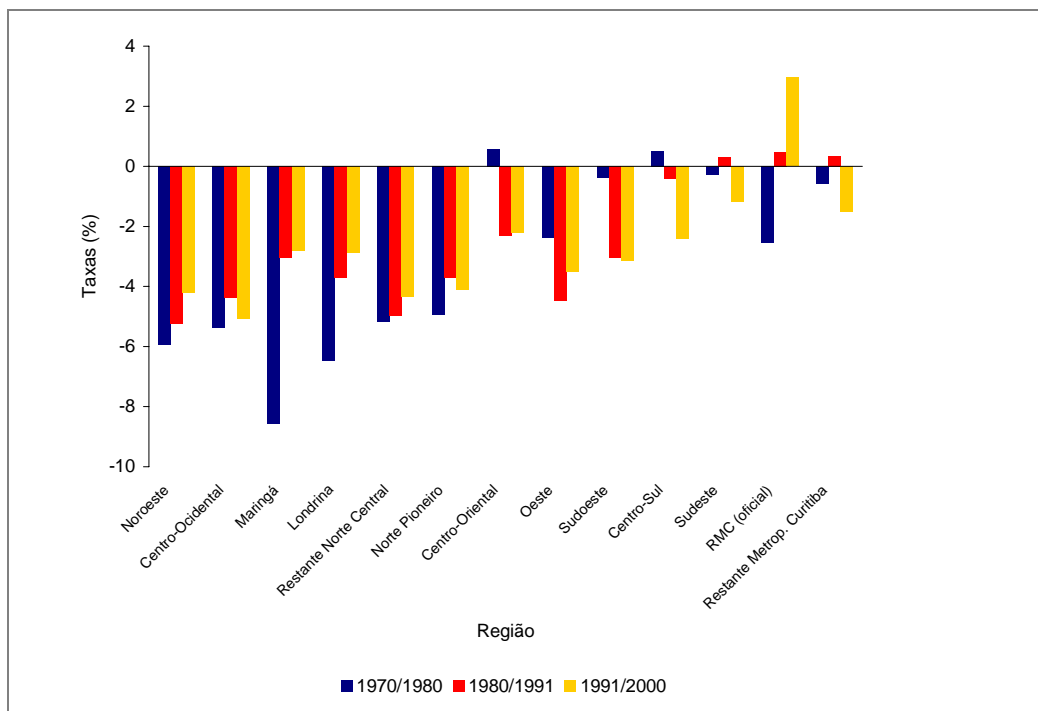
(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) Os totais relativos à população do Paraná para 1970 não coincidem com os da tabela 1, do Capítulo 2, porque aqueles referem-se à pesquisa censitária do universo, e os dados para a montagem da população das regiões paranaenses foram obtidos através do arquivo de microdados, que se referem à pesquisa da amostra.

As demais regiões do Estado, também de ocupação mais antiga, exibiam um perfil agrícola bem menos dinâmico, com o predomínio de atividades extrativas vegetais – erva-mate e madeira – e da pecuária extensiva, presença de grandes propriedades, ao lado de pequenos estabelecimentos voltados a uma agricultura de subsistência. Nestas áreas, a adoção das novas tecnologias mecânicas e químicas ocorreu em ritmo mais lento. De certa forma, atravessaram a etapa de modernização do campo paranaense como uma espécie de "reserva" de fronteira agrícola a ser ocupada.

As maiores perdas de população rural do Estado, nos anos 70, couberam às regiões que haviam protagonizado, nas décadas anteriores, um dos mais extraordinários e acelerados processos de povoamento e de expansão de fronteira agrícola, e que, na etapa de transformação, mais rapidamente se modernizaram (ver tabela 15, gráfico 13 e tabela A.3.2). Todas as regiões ao norte experimentaram taxas negativas de crescimento rural bem superiores à média do Estado, que, por sua vez, mostrava-se já bastante expressiva. A região Oeste, uma das mais populosas do campo paranaense, a despeito de evidenciar uma taxa negativa um pouco inferior às demais, sofreu uma perda absoluta de 130 mil habitantes, em dez anos. As outras regiões – com exceção da RMC, que sofreu um processo acelerado de urbanização, naquela década –, experimentaram decréscimos populacionais na área rural bem menores, ou, até mesmo, pequenos acréscimos.

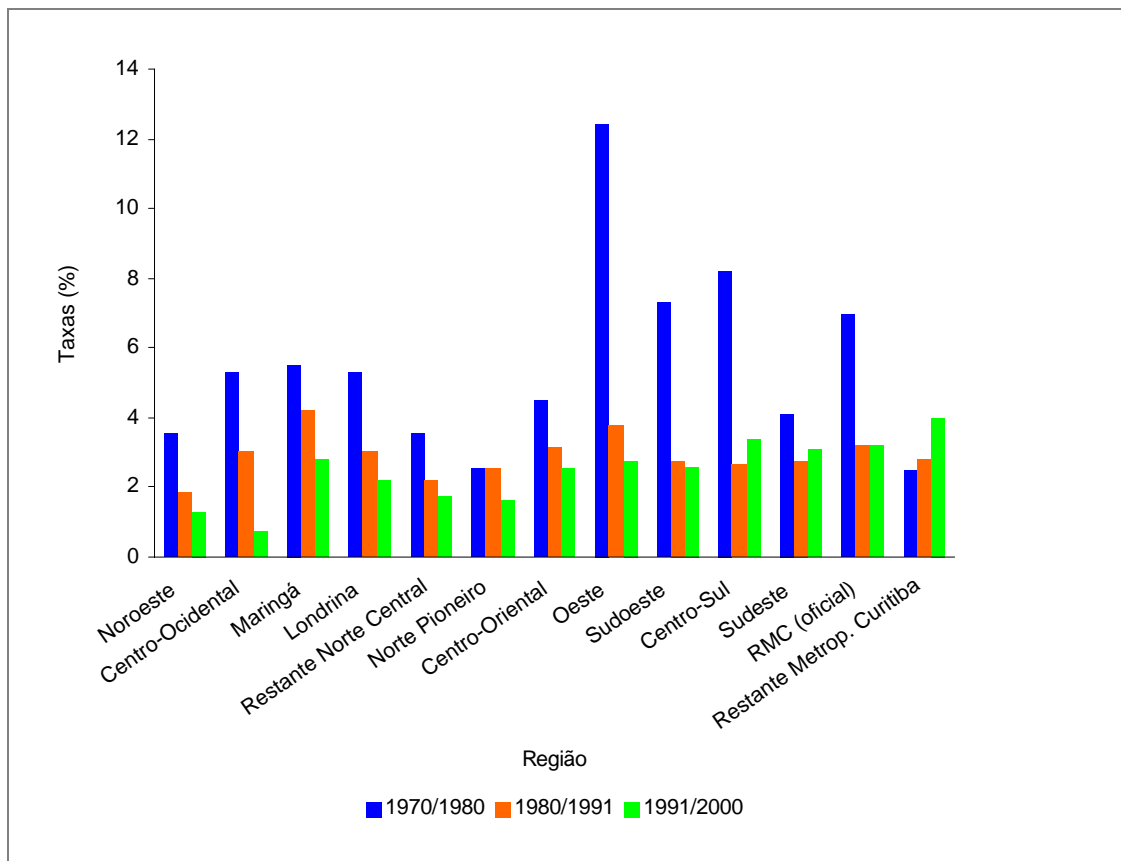
GRÁFICO 13 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000



FONTE: Tabela A.3.2

As áreas urbanas do Estado receberam de imediato o impacto do intenso êxodo rural (ver tabela 15, gráfico 14 e tabela A.3.2).⁴⁹ Todas as regiões obtiveram ganhos substanciais de população urbana, algumas mais do que duplicando esses contingentes, entre 1970 e 1980, em especial o Oeste e a RMC. Em grande medida, o elevadíssimo ritmo de crescimento da população total do Oeste esteve associado, naquele período, à mega operação de montagem do pátio de obras e de construção da usina hidroelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Parte da perda rural da região deveu-se ao alagamento da área, necessário à instalação da usina. Em apenas uma década, a população daquele município saltou de 34 mil para 125 mil habitantes, gerando reflexos dinamizadores em toda a região. A RMC, por sua vez, comandou o impulso industrializante dos anos 70, passando a concentrar, sobremaneira, atividades econômicas e população.

GRÁFICO 14 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/2000

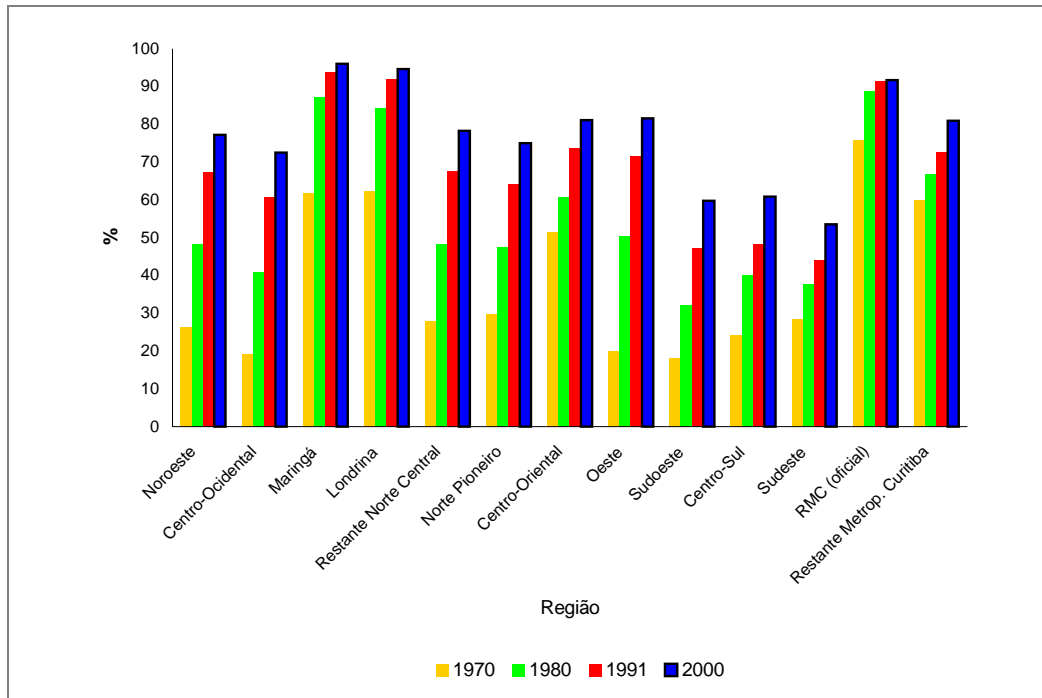


FONTE: Tabela A.3.2

⁴⁹Os traços mais marcantes do processo de urbanização do Paraná, observado nos anos 70 e 80, e a configuração espacial que daí decorre, são temas tratados em Magalhães (1996), Moura e Magalhães (1996), IPARDES (1997), Moura e Kleinke (1999).

Em suma, como resultado da interação entre as dinâmicas regionais, o Paraná, em apenas dez anos, não só ultrapassou o percentual de 50% de população residindo em centros urbanos, como praticamente atingiu a mesma proporção que, em 1970, cabia às áreas rurais (tabela A.3.3 e gráfico 15). Dentre as UF brasileiras, o Paraná foi o Estado que, no período, experimentou o maior incremento do grau de urbanização.

GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DO GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970 A 2000



FONTE: Tabela A.3.3

Convém salientar, no entanto, que o padrão de urbanização do Estado, deslançado com maior vigor nos anos 70, delimitou basicamente três processos simultâneos de distribuição espacial da população (IPARDES, 1992). Por um lado, as transferências de população do meio rural para o urbano disseminaram por todo o território a tendência ao crescimento do grau de urbanização dos municípios, reforçando, inclusive, o aumento – absoluto e relativo – do número de municípios com mais de vinte mil habitantes.⁵⁰ Paralelamente, o processo migratório privilegiou o crescimento – absoluto e relativo – do número de centros urbanos maiores (mais de 50 mil habitantes), o que, por decorrência, elevou a proporção de população urbana que eles

⁵⁰Há um certo consenso de que municípios que dispõem de população urbana superior a vinte mil habitantes, tendem a apresentar uma "rede de oferta de bens e serviços que, embora seja articulada à atividade rural subjacente, possui uma relativa autonomia, com efeitos multiplicadores sobre o dinamismo das cidades. Ou seja, os bens e serviços aí ofertados não se subordinam ao dinamismo do entorno rural como nos centros menores." (IPARDES, 1992, p.88).

concentravam. O terceiro processo resultou da concentração espacial da urbanização, fruto da formação de eixos de aglomeração urbana em pontos específicos do território. (MAGALHÃES, 1996, p.79).

Nesse contexto, o complexo urbano formado pelas regiões de Londrina e de Maringá expande-se aceleradamente a partir dos anos 70, nucleado pelos dois maiores pólos regionais do Estado que, crescendo a taxas elevadas, extravasam sua ocupação em direção aos municípios limítrofes. Sem sombra de dúvida, esse eixo de aglomeração constitui a principal área do interior do Estado absorvedora do movimento migratório inter-regional, dado o peso de sua economia e a gama de funções urbanas que oferece. (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000).

Na região Oeste, a modernização agrícola e a construção de Itaipu originaram um segundo eixo de aglomeração urbana, no período, integrando Toledo/Cascavel/Foz do Iguaçu. Com características distintas do complexo nortista, essa aglomeração, polarizada por Cascavel, desenvolve-se em torno do dinamismo agroindustrial, tornando-se, rapidamente, a maior produtora de grãos do Estado. Adicionalmente, Foz do Iguaçu distingue-se como pólo turístico e centro comercial de fronteira, conformando, juntamente com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina, uma aglomeração internacional. (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000).

O terceiro, e principal, eixo forma-se a partir da expansão extraordinária da Região Metropolitana de Curitiba – impulsionada, principalmente, pela política de industrialização do Estado – e por sua localização estratégica entre as Regiões Sudeste e Sul do país, bem como entre o litoral e o interior do Estado.

A década de 1980, surpreendentemente, assistiu à continuidade do esvaziamento rural do Estado a um ritmo tão intenso quanto o do período precedente, estendendo-se o perímetro do processo a outras regiões. Esperava-se que as crises recorrentes que marcaram os diversos setores econômicos, inclusive a agricultura, ao longo da "década perdida", arrefecessem o ímpeto perverso das transformações modernizantes, permitindo uma sobrevida às categorias de agricultores mais frágeis e menos aptas à incorporação do progresso técnico. O que se viu foi a continuidade das tendências anteriores, em moldes mais complexos no que tange aos requisitos necessários à reprodução da eficiência competitiva, e o aprofundamento do caráter excludente do modelo de desenvolvimento implantado na agricultura.⁵¹

⁵¹Para uma visão mais abrangente desse processo, consultar Raggio (1987), Germer (1987), Fleischfresser (1987) e Magalhães (1996).

Assim, não apenas as regiões do norte paranaense permaneceram expulsando população rural a ritmos elevados, como também as regiões Centro-Oriental, Oeste e Sudoeste, passaram a fazê-lo. No cômputo geral, em duas décadas, a população rural do Paraná diminuiu, em números absolutos, cerca de 2,2 milhões de pessoas (ver tabela 15). Obviamente, como o crescimento vegetativo era significativamente positivo, suas perdas, através dos efeitos diretos e indiretos das migrações, foram substantivamente superiores àquele número.

As áreas urbanas, por seu turno, continuaram a absorver parcelas expressivas do êxodo rural e, a despeito da taxa de crescimento urbano do Estado nos anos 80 ter sido inferior à da década de 1970, o processo de urbanização permaneceu substantivo. Em 1991, apenas três regiões – Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste – ainda não haviam atingido a marca de 50% de grau de urbanização (ver tabela A.3.3 e gráfico 15).

Na década de 1990, algumas tendências anteriormente delineadas se consolidaram e novas especificidades adquiriram contorno.⁵² A perda populacional das áreas rurais prossegue, em algumas regiões a ritmos mais lentos, até porque o estoque populacional é cada vez menor,⁵³ e a taxas mais elevadas, nas regiões de modernização tardia. Por decorrência, o processo de urbanização se acentua e a concentração urbana também, mas o Estado, que já vinha apresentando elevadas proporções de municípios com redução absoluta de população desde 1970 – condicionada pelo êxodo rural –, começa a presenciar a ocorrência expressiva de municípios com decréscimo inclusive de população urbana.⁵⁴

Evidentemente que o movimento desenfreado de fragmentação do território para criação de novas municipalidades⁵⁵ acirra a formação de áreas de esvaziamento, frente à incapacidade que muitos dos municípios desmembrados – os novos e os de origem –

⁵²Urban et al. (1999) realizaram um importante trabalho sobre os movimentos migratórios do Paraná e de suas Mesorregiões Geográficas, relativos ao quinquênio 1986/1991, tecendo comparações, quando possível, com os dados sobre migração do período 1991/1996, pesquisados pela Contagem da População de 1996.

⁵³Em paralelo à atuação da emigração, o estoque de população rural também decresce por força do declínio da fecundidade.

⁵⁴Na década de 1990, mais de 10% dos municípios do Estado apresentaram taxas negativas de crescimento urbano.

⁵⁵Em 1970, o Paraná dividia-se em 288 municipalidades. Entre 1970 e 1980, foram criados apenas 2 novos municípios, nos anos 80, foram 33 e, na década de 1990, 76. Com isso, o Estado compunha-se, no ano 2000, de 399 municípios.

demonstram de sustentar o nível de atividade local. Entretanto, as tendências de distribuição espacial da população paranaense, alimentadas, em grande medida, pelos processos migratórios inter e intra-estaduais, determinam a vigência simultânea de espacialidades de concentração populacional e de áreas de esvaziamento (mapa 2).⁵⁶

Os estímulos concentradores têm múltiplas e intrincadas determinações. No âmbito mais geral, sobressai o recrudescimento da propensão da economia nacional no sentido da desconcentração industrial do Sudeste brasileiro, em que um dos vetores destina-se ao Centro-Sul do País. Em seu bojo, o movimento desconcentrador envolve condicionantes de localização próprios, guiados por componentes de mercado. Para Lourenço (2002), a inserção do Paraná no cenário mais recente de reorganização das atividades econômicas no território brasileiro associa-se à combinação de fatores de expulsão e de atração, subjacentes aos planos de expansão dos capitais privados para fora do eixo Rio-São Paulo.

As decisões de saída, notadamente da Região Metropolitana de São Paulo, decorreram da permanência ou da acentuação das restrições à operação ou ampliação das plantas fabris em alguns pontos saturados em razão das progressivas deseconomias de aglomeração, sintetizadas no aumento dos custos médios privados, associado à oferta insuficiente, deterioração e elevação dos gastos com manutenção da infra-estrutura econômica e social, aos altos custos dos terrenos e da mão-de-obra e à forte organização e atuação sindical.

O alvo alternativo das preferências locacionais passou a privilegiar os centros de dimensão média e grande, dotados de excelência em equipamentos infra-estruturais – nas áreas de transporte, energia elétrica e telecomunicações –, de retaguarda científica e tecnológica, de mão-de-obra qualificada, de incipiente ação dos movimentos sindicais, e situados próximos dos mercados fornecedores e consumidores do país e do Mercosul. O Centro-Sul brasileiro apresentou encaixe perfeito dentro desse conjunto de requisitos." (LOURENÇO, 2002, p.2-3).

Pelo lado dos condicionantes internos ao Paraná, os principais traços das políticas estaduais dos últimos trinta anos que, direta ou indiretamente, interferiram na redistribuição espacial das atividades econômicas, indiscutivelmente tiveram cunho fortemente indutor à concentração.⁵⁷

⁵⁶Para maiores detalhes sobre essas espacialidades, consultar IPARDES (1997) e Moura e Kleinke (1999).

⁵⁷Importantes estudos ressaltam a tônica da concentração espacial da industrialização paranaense e do papel desempenhado nesse processo pelas políticas públicas estaduais. Ver, entre outros, Leão (1989), IPARDES (1991), Firkowski (1997 e 1999), Lourenço (2002), Cunha e Oliveira (2002).

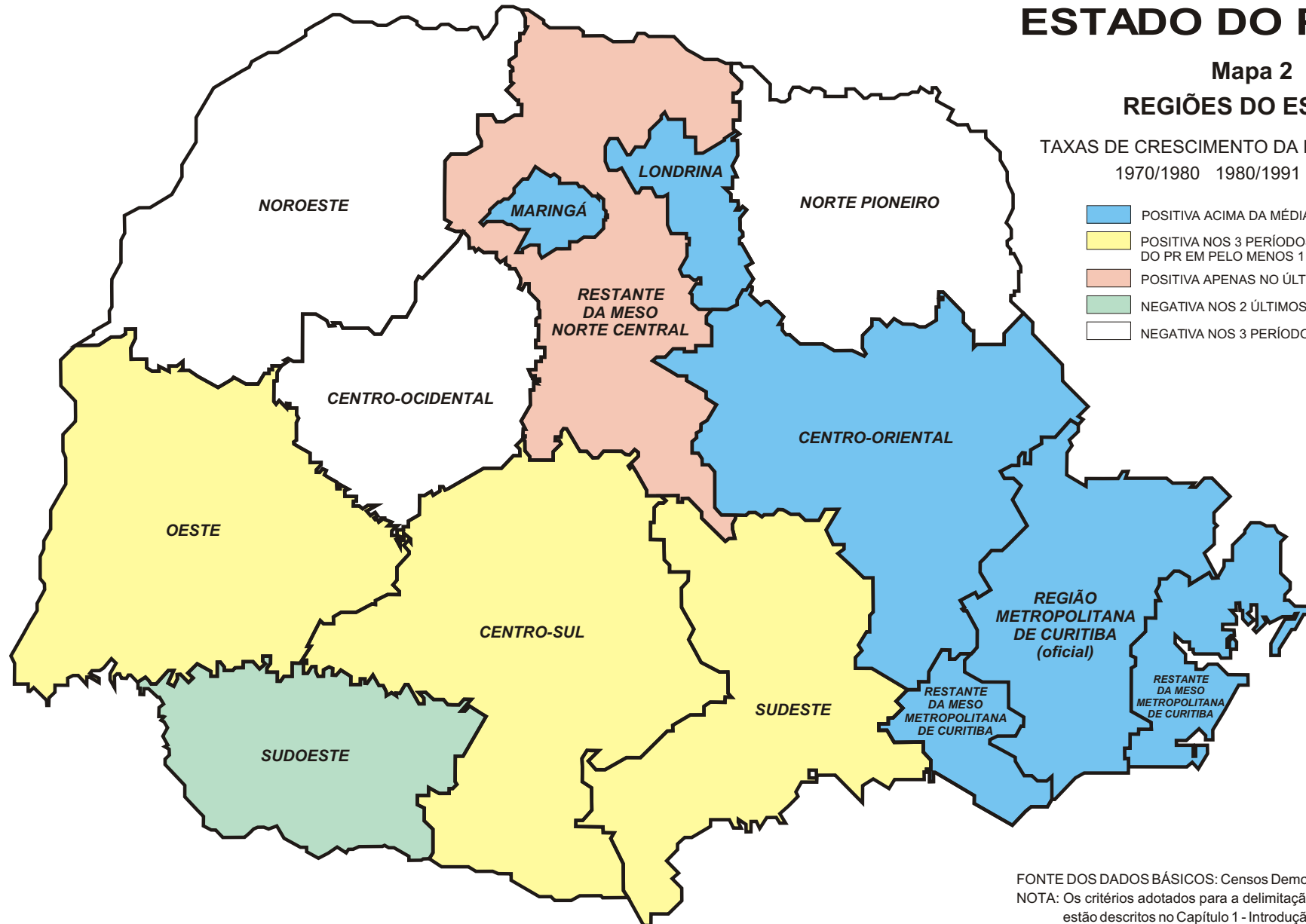
ESTADO DO PARANÁ

Mapa 2

REGIÕES DO ESTADO

TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL
1970/1980 1980/1991 1991/2000

- POSITIVA ACIMA DA MÉDIA DO PR NOS 3 PERÍODOS
- POSITIVA NOS 3 PERÍODOS, MAS ABAIXO DA MÉDIA DO PR EM PELO MENOS 1 PERÍODO
- POSITIVA APENAS NO ÚLTIMO PERÍODO
- NEGATIVA NOS 2 ÚLTIMOS PERÍODOS
- NEGATIVA NOS 3 PERÍODOS



FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos - IBGE

NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

No interior do Estado, o reforço da vocação agrícola, via estímulo à expansão da produção e da comercialização de importantes *commodities* – soja, trigo e milho –, associado ao forte crescimento das atividades agroindustriais, inclusive com a participação crescente de grandes cooperativas, vêm sustentando o dinamismo econômico daquelas regiões mais aparelhadas em termos de infra-estrutura e de base urbana de suporte, embora os segmentos industriais ligados à agricultura venham cedendo espaço, nos últimos anos, aos segmentos da indústria moderna da metal-mecânica, concentrados na RMC. Desse modo, particularmente as regiões de Londrina, Maringá, Oeste e Centro-Oriental e, em menor escala, o Centro-Sul – polarizados, respectivamente, por Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava –, destacam-se no cenário interiorano em função do seu peso concentrador de atividades econômicas e de população (ver tabela A.3.1), exibindo, cada vez mais, as contradições inerentes aos espaços adensados.⁵⁸

Paralelamente, desde os anos 70, a RMC vem capitaneando a mudança do perfil industrial do Estado, constituindo o principal espaço regional de crescimento e de concentração populacional, o que lhe confere destaque no quadro das regiões metropolitanas brasileiras.

Próximo a essa área, e compondo com a RMC oficial a Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba, encontra-se a região qualificada, neste trabalho, como Restante da Meso Metropolitana de Curitiba. Em seu âmbito, localizam-se os balneários litorâneos, alguns deles experimentando taxas de crescimento populacional das mais elevadas do Estado, demonstrando uma expansão periférica, com grande frequência de invasões e degradação ambiental. Paranaguá, município também integrante dessa região, destaca-se por sua função portuária, articulando-se mais estreitamente à dinâmica econômica metropolitana. (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000).

3.1.1 A Região Metropolitana de Curitiba

A RMC, instituída nos anos 70, vem experimentando uma dinâmica de crescimento e de adensamento populacional que se relaciona intimamente ao processo contínuo de esvaziamento das áreas rurais do Estado, bem como ao redesenho espacial da estrutura produtiva, altamente concentrado na região.

⁵⁸Para uma excelente visualização das tendências recentes dos fenômenos econômicos, populacionais, sociais e dos arranjos territoriais das mesorregiões geográficas do Paraná, que constituem a base da regionalização adotada no presente trabalho, consultar IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES (2000).

Beneficiada por condições favoráveis no nível nacional e por mecanismos institucionais de estímulo propiciados pelo poder estadual, que tiveram na formação da Cidade Industrial de Curitiba um dos seus mais importantes pilares, a RMC, ainda naquele momento, passou a sediar importantes plantas industriais dos segmentos modernos da metal-mecânica – Volvo, New Holland, Bosch, entre outras –, além da refinaria de petróleo de Araucária. A multiplicação dos efeitos dinamizadores desses investimentos, aliada aos processos interioranos de esvaziamento rural, provocaram uma expansão notável do ritmo de incremento populacional da região, de tal sorte que, na década de 1970, a Região Metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu, dentre as áreas metropolitanas do País – 5,3% a.a. no total, e 7% a.a., no meio urbano (ver tabela A.3.2). Com isso, a participação da população da RMC no conjunto do Estado saltou de 13% para 19%, em apenas um decênio (ver tabela A.3.1).

Nos anos 80, a RMC, a despeito de experimentar um ritmo de crescimento inferior ao da década precedente, continuou sendo um foco receptor de grandes fluxos migratórios, passando a concentrar, em 1991, quase $\frac{1}{4}$ da população estadual. Contrariando as tendências de declínio no ímpeto de crescimento que vêm sendo observadas nas principais áreas metropolitanas do País, a RMC, na década de 1990, voltou a crescer a uma taxa ascendente, ampliando ainda mais seu peso concentrador no contexto estadual.

O movimento recente de reconfiguração produtiva do Estado, em direção a um novo padrão de industrialização, reforça alguns "arranjos produtivos locais" em aglomerações de médio porte, espalhadas pelo interior do Estado, mas, indiscutivelmente, alimenta a tendência à concentração de atividades industriais tecnologicamente avançadas e diversificadas na RMC (CUNHA e OLIVEIRA, 2002).⁵⁹ Importantes inversões produtivas realizadas nos últimos anos, em especial através da implantação de montadoras de veículos do porte da Renault, Volks/Audi e Chrysler, esta última, já desativada, reforçaram o pólo automotivo do Estado, altamente concentrado na RMC, e provocaram o adensamento da matriz de relações interindustriais da região.⁶⁰

⁵⁹O excelente artigo das autoras levanta as principais especificidades delineadas pelo novo padrão de industrialização da economia paranaense e aponta seus rebatimentos em termos da reorganização espacial da indústria, identificando os contornos das distintas aglomerações especializadas que vão se formando, ou se consolidando, no Estado, nos últimos anos.

⁶⁰O novo ciclo industrial do Estado tem sido tratado em inúmeros estudos recentes. Ver, entre outros, Füsse e Esquivel (1997); Meiners (1998 e 1999); Lourenço (2002); Cunha e Oliveira (2002).

A maior parte dos investimentos que ocorreram no Paraná na década de 90 foram realizados pelo setor automotivo, consolidando a Região Metropolitana de Curitiba como um dos mais importantes pólos industriais brasileiros, fortemente articulado com os núcleos dinâmicos da economia nacional e com tendência de acentuar sua integração externa. (CUNHA e OLIVEIRA, 2002, p.17).

No bojo de todo esse processo, a RMC saltou de uma população de 893 mil habitantes, em 1970, para 2,7 milhões, trinta anos depois, cabendo ao pólo de Curitiba um papel central nessa expansão. Embora o padrão de crescimento da RMC apresente a mesma tendência de periferização demonstrada por outras regiões metropolitanas brasileiras, em que o município-núcleo passa a crescer a ritmos inferiores aos das áreas periféricas, Curitiba ainda constitui um dos pólos metropolitanos do País que mais cresce, sustentando, nos anos 90, taxas de incremento populacional superiores a 2% a.a.

Nesse movimento expansionista, a Região agrega, cada vez mais, parcelas territoriais distantes do pólo, abrangendo municípios mais frágeis econômica e financeiramente, muitas vezes localizados em áreas ambientalmente vulneráveis e detentores de mananciais de abastecimento hídrico de toda a Região (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000, p.127). Inicialmente composta por 14 municípios, nos anos 70, a RMC, em decorrência de desmembramentos e por força de lei, passa a contar com 25 municipalidades, em 2000.⁶¹

Moura (1998b),⁶² analisando a evolução das taxas de crescimento e da distribuição espacial dos acréscimos populacionais que a Região sofreu desde 1970 até 1996, no nível dos municípios,⁶³ qualifica o processo de periferização e aponta para a formação de "três círculos concêntricos distintos:

⁶¹Após 2000, mais um município, Lapa, passou a integrar a RMC oficial.

⁶²Rosa Moura, individualmente ou em conjunto com outros pesquisadores, tem produzido um farto e importante material analítico sobre os processos de formação e consolidação da RMC. Ver, por exemplo, Ultramari e Moura (1994), Moura (1998a, 1998b e 2001), Kleinke et al. (2000).

⁶³Até meados dos anos 90, a RMC oficial era integrada por 24 municípios.

- primeiro anel: limítrofe ao pólo, composto por 11 municípios⁶⁴ que, numa mancha contínua de ocupação, formam com Curitiba um fato urbano único;
- segundo anel: composto por 7 municípios⁶⁵ integrantes ou desmembrados de integrantes da composição original da Região definida pela lei complementar federal 14/73, que não descrevem continuidade de ocupação com o pólo mas estabelecem relações intensas com ele e com os demais municípios da mancha contínua;
- terceiro anel: composto por 5 municípios⁶⁶ integrados aos limites regionais pelas legislações estaduais 11.027/94 e 11.096/95, mantendo relações mais tênues com o restante da Região". (MOURA, 1998b, p.58).

Na tabela 16 constam os dados levantados pela autora para fundamentar sua análise. No transcurso dos anos 70, 67% do incremento populacional da RMC concentrou-se no pólo de Curitiba, cabendo aos municípios integrantes do primeiro anel, outros 31%. No decênio seguinte, a distribuição do acréscimo demográfico distribuiu-se de forma mais equilibrada, porém Curitiba ainda respondeu pelo maior percentual. No período 1991/1996, o crescimento periférico prevaleceu, de tal sorte que o conjunto formador do primeiro anel (que não contém o município de Curitiba), passou a concentrar a maior proporção do incremento populacional da região. (MOURA, 1998b).

As taxas de crescimento também evidenciam a intensidade do crescimento metropolitano do período e reforçam a visualização dos 4 conjuntos territoriais em que Moura subdividiu analiticamente a Região, sob o prisma da evolução populacional experimentada. Tanto o pólo, quanto o conjunto formado pelo primeiro anel, tiveram seu ritmo de incremento acelerado entre os anos 80 e a primeira metade dos anos 90, sendo que, neste último período, a taxa de crescimento dos municípios do primeiro anel foi mais do que o dobro da de Curitiba. Adicionalmente, observa-se que o conjunto de 5 municípios, que formam o segundo anel, evidencia taxas em um patamar bem inferior, embora, em termos absolutos, isto tenha representado o acréscimo de mais de 10 mil habitantes, apenas entre 1991/1996.

⁶⁴"Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais." (MOURA, 1998b, p.58).

⁶⁵"Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná". (MOURA, 1998b, p.58).

⁶⁶"Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Quitandinha e Tijucas do Sul". (MOURA, 1998b, p.58).

TABELA 16 - INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO NOS INTERVALOS CENSITÁRIOS E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO O PÓLO E CONJUNTOS DE MUNICÍPIOS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1970/1980, 1980/1991 E 1991/1996

ÁREA	1970/1980			1980/1991			1991/1996		
	Incremento		Taxa de Crescimento (%)	Incremento		Taxa de Crescimento (%)	Incremento		Taxa de Crescimento (%)
	Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%	
Pólo	415.949	66,8	5,21	290.060	51,5	2,27	161.218	43,6	2,31
Primeiro anel	190.056	30,5	8,06	238.556	42,3	4,79	197.174	53,3	5,63
Segundo anel	13.338	2,1	2,05	31.563	5,6	3,30	10.436	2,8	2,49
Terceiro anel	2.878	0,5	0,58	3.168	0,6	0,54	1.135	0,3	0,41
Total	622.221	100,0	5,40	563.347	100,0	2,91	369.963	100,0	3,31
Total excluindo o pólo	206.272	33,2	5,83	273.287	48,5	4,19	208.745	56,4	4,97

FONTE: Moura (1998b)

Digno de nota, também, é o ganho de população rural evidenciado pela RMC na última década, constituindo a única região do Estado a apresentar esse comportamento (ver tabela 15). Em parte, essa dinâmica reflete o crescimento exponencial da oferta de produtos agrícolas e de atividades hortifrutigranjeiras, em especial no ramo dos produtos orgânicos, que acompanha a expansão do mercado metropolitano. Entretanto, parte do crescimento rural associa-se ao próprio processo de expansão urbana das áreas de forte adensamento populacional, não podendo ser considerada uma "volta ao campo".⁶⁷ Nesse particular, registra-se a presença crescente de populações que trabalham nas áreas urbanas, mas transferem residência para chácaras nos entornos das cidades e de estabelecimentos especializados em atividades de lazer – restaurantes, pesque-pagues, pousadas que oferecem turismo rural, etc.– nos arredores dos perímetros urbanos. Porém, ao que parece, o processo dominante associa-se à presença de pequenos loteamentos que vão surgindo velozmente nas franjas urbanas, havendo um descompasso entre a realidade do avanço ocupacional e a capacidade que a gestão administrativa municipal demonstra de regularizá-lo enquanto área urbana.

3.2 EVOLUÇÃO DOS SALDOS E DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO DAS REGIÕES PARANAENSES

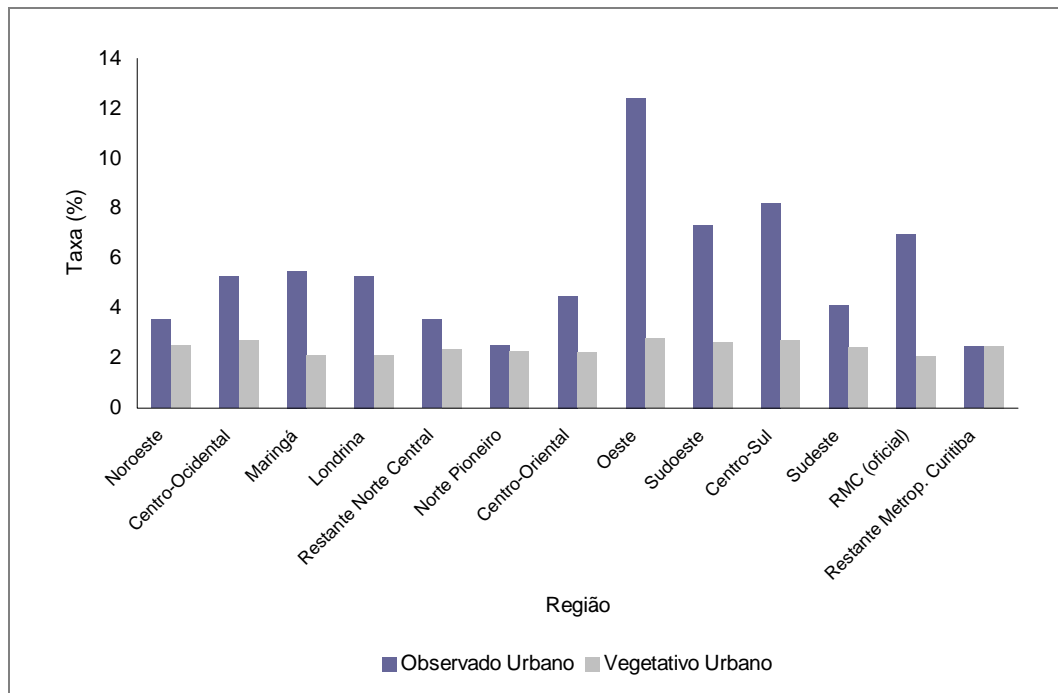
Com exceção da migração, os demais componentes demográficos das distintas regiões do Paraná, a grosso modo, evidenciam níveis razoavelmente similares, com tendências nítidas de evolução convergente. Assim, a mortalidade vem experimentando declínios em todas as regiões do Estado, para ambos os sexos e setores urbano e rural do domicílio, resultando em ganhos generalizados de expectativa de vida ao nascer ao longo das décadas em estudo. Porém, de modo geral, ganhos mais elevados associam-se às regiões que, nos anos 70, demonstravam piores níveis de mortalidade (tabelas A.3.4 e A.3.5). O mesmo comportamento é verificado com relação às tendências da fecundidade (tabelas A.3.6 e A.3.7). As proporções de

⁶⁷Cunha e Rodrigues (2000) elaboram uma metodologia interessante para melhor qualificar o "real" significado do crescimento da população rural em áreas totalmente urbanizadas, como a Região Metropolitana de São Paulo, região de Campinas e de Sorocaba. Ao final, concluem que, pelo menos o Estado de São Paulo, não passa por um processo de "volta ao campo", e que, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas, tudo aponta para um "pseudo" rural.

queda dos níveis das taxas de fecundidade são expressivas para todas as regiões, notando-se uma razoável convergência para as médias estaduais.

A comparação entre as taxas de crescimento observado e vegetativo, estimadas para todas as regiões paranaenses, para as décadas de 1970 e de 1980, indica as tendências evidenciadas pelos dois componentes – vegetativo e migratório – no transcorrer do período,⁶⁸ possibilita a visualização de diferenças inter-regionais e posiciona o papel do componente migratório no desenrolar da evolução populacional de cada uma, confirmando sua relevância, em maior ou menor grau (gráficos 16 a 19 e tabelas A.3.8 e A.3.9).

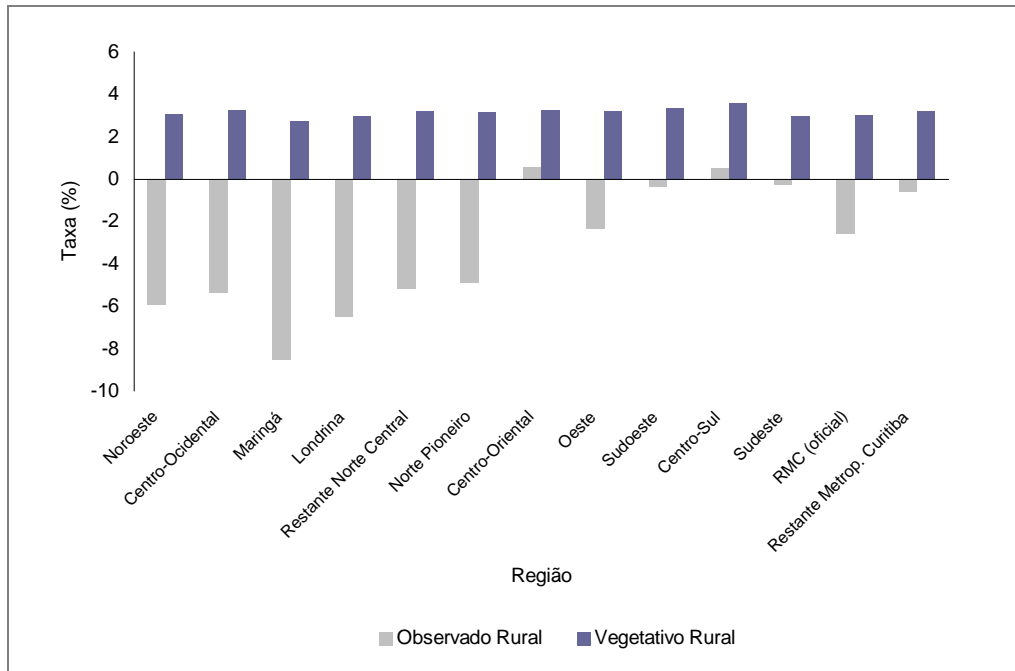
GRÁFICO 16 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO URBANAS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980



FONTE: Tabela A.3.8

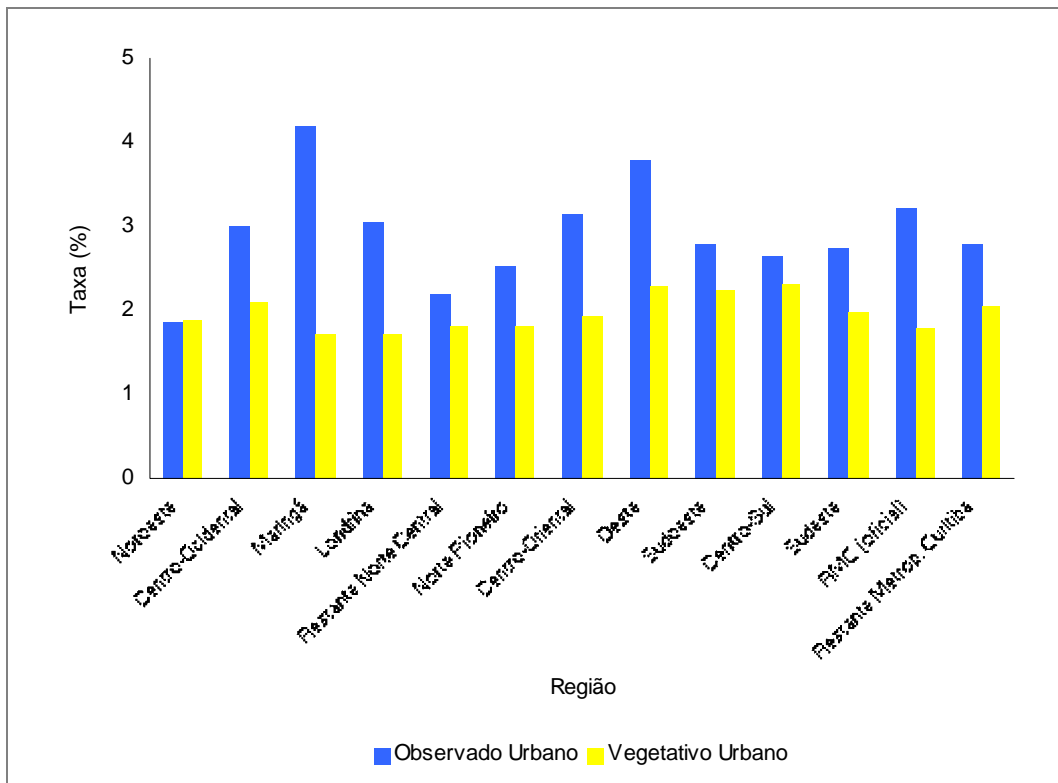
⁶⁸No Capítulo 2, item 2.2, foi feita menção à complexidade que envolve as inter-relações entre os três componentes demográficos e à necessidade de se relativizar as conclusões sobre as tendências observadas.

GRÁFICO 17 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO RURAIS, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980



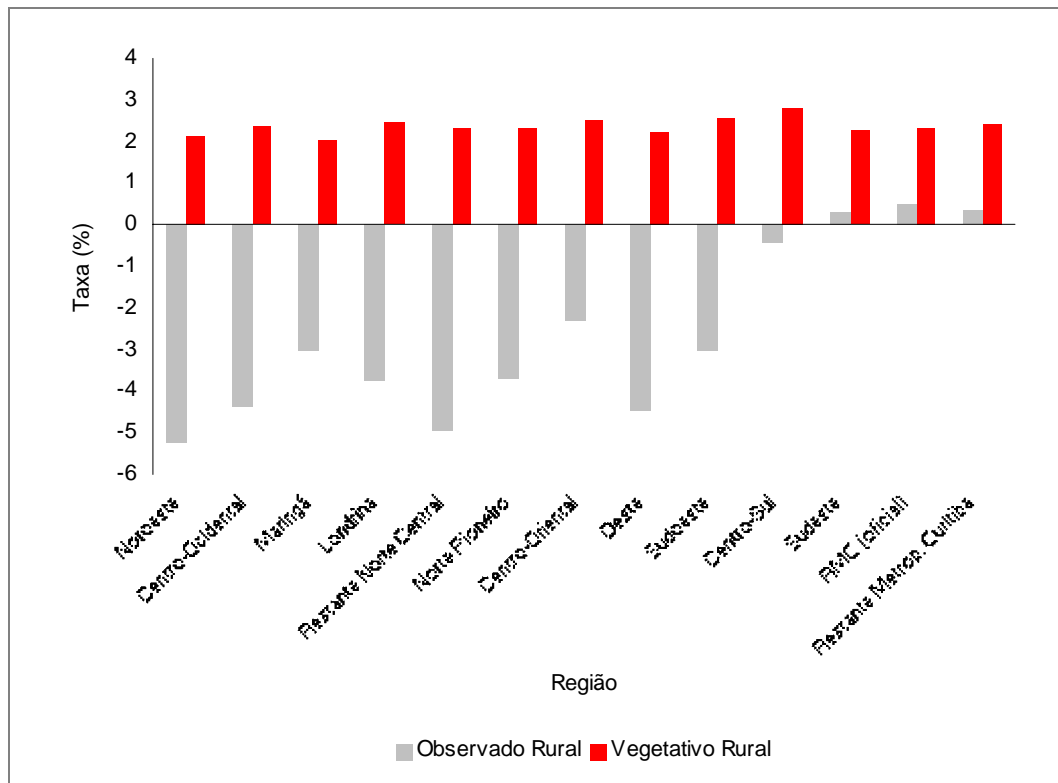
FONTE: Tabela A.3.8

GRÁFICO 18 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO URBANAS, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1980/1990



FONTE: Tabela A.3.9

GRÁFICO 19 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO RURAIS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1980/1990



FONTE: Tabela A.3.9

Com relação às taxas rurais, em ambas as décadas todas as regiões do Estado tiveram um comportamento populacional amplamente determinado pelos processos migratórios, tanto aquelas que apresentaram crescimento positivo, quanto, principalmente, as que experimentaram decréscimos populacionais. No que tange à dinâmica urbana dos anos 70, em algumas – Noroeste, Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro, Sudeste e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba –, o peso do componente vegetativo foi maior, em outras – Maringá, Londrina, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e RMC –, que incluem os principais pólos regionais interioranos, prevaleceu a força da migração como elemento condicionador do crescimento populacional. Em duas regiões – Centro-Occidental e Centro-Occidental –, os pesos se equilibraram. Nos anos 80, com exceção da região de Maringá, todas as outras passaram a ter seu incremento populacional urbano essencialmente garantido pelo componente vegetativo.

Os saldos e as taxas líquidas migratórias dão dimensão a esses processos e permitem as comparações inter-regionais. Os conceitos intrínsecos aos indicadores e os

caminhos metodológicos que nortearam sua obtenção constam em detalhe no Capítulo 2, item 2.2, da presente tese. São necessários, no entanto, dois esclarecimentos.

As tabelas de sobrevivência das regiões paranaenses, por sexo e situação do domicílio, foram geradas através de transformação logital das tabelas do Paraná, usadas como padrão.⁶⁹ Essa transformação tem por objetivo ajustar a mortalidade do Estado ao nível de cada região, através das probabilidades de sobrevivência até as idades 2, 3 e 5 (l_2 , l_3 , l_5), estimadas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass,⁷⁰ a partir dos dados dos Censos de 1980 e de 1991.

Além disso, após a obtenção dos saldos migratórios das regiões, desagregados por sexo e situação do domicílio, para as décadas de 1970 e de 1980, julgou-se adequado ajustar a somatória das regiões aos saldos estimados para o Paraná, por sexo e situação do domicílio, apresentados no Capítulo 2, prorrateando as diferenças. Assim, a soma dos saldos migratórios estimados para as regiões paranaenses são compatíveis com os totais apresentados anteriormente para o Estado (tabelas 17 e 18).

Nos anos 70, os saldos migratórios das áreas rurais foram negativos em todas as regiões do Estado, especialmente nas do norte, parte do centro e oeste, revelando a força expulsora das transformações deslanchadas na agricultura paranaense, naquele período (tabela 17). Somente sete regiões – Noroeste, Centro-Occidental, Maringá, Londrina, Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro e Oeste – responderam por cerca de 82% dos saldos rurais do Paraná, resultando em uma queda de sua participação na população rural do Estado de 71% para 61%, entre 1970 e 1980.

Os saldos urbanos, por seu turno, foram positivos e substantivos em praticamente todas as regiões, com exceção do Restante da Meso Metropolitana de Curitiba. As regiões que mais vêm se destacando no cenário estadual, em termos urbano-industriais – Londrina, Maringá, Centro-Oriental, Oeste, Centro-Sul e RMC –, absorveram 84% dos saldos urbanos do Estado, confirmando seu poder concentrador regional (mapa 3).

⁶⁹Para os anos 70, foram adotadas como padrão as tabelas de sobrevivência do Paraná, estimadas por Carvalho e Pinheiro (1986), e, para a década seguinte, aquelas do Estado, estimadas no âmbito do Projeto PRONEX/CEDEPLAR (CEDEPLAR, 1999).

⁷⁰Uma descrição desse método pode ser encontrada em Brass e Coale (1975).

TABELA 17 - SALDO MIGRATÓRIO ESTIMADO PARA AS REGIÕES DO ESTADO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO ¹	URBANO			RURAL			TOTAL		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Noroeste	16.565	18.928	35.493	-296.725	-279.792	-576.517	-280.160	-260.864	-541.024
Centro-Occidental	18.850	20.080	38.930	-177.306	-169.003	-346.309	-158.455	-148.923	-307.379
Maringá	30.044	32.683	62.727	-35.628	-34.087	-69.715	-5.583	-1.404	-6.987
Londrina	47.565	50.787	98.351	-54.958	-52.130	-107.088	-7.393	-1.344	-8.737
Restante da Meso Norte Central	21.493	22.361	43.853	-285.213	-271.642	-556.855	-263.720	-249.281	-513.001
Norte Pioneiro	3.209	3.166	6.375	-193.235	-186.810	-380.045	-190.026	-183.644	-373.670
Centro-Oriental	29.381	29.041	58.421	-26.679	-28.266	-54.945	2.702	775	3.476
Oeste	148.471	149.988	298.458	-183.786	-170.852	-354.638	-35.315	-20.864	-56.179
Sudoeste	30.492	32.149	62.642	-78.549	-78.141	-156.690	-48.057	-45.991	-94.049
Centro-Sul	37.929	39.253	77.182	-46.546	-49.467	-96.013	-8.617	-10.214	-18.831
Sudeste	9.174	8.761	17.935	-34.434	-36.910	-71.344	-25.260	-28.149	-53.409
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	252.835	266.773	519.608	-61.205	-62.597	-123.803	191.630	204.176	395.806
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	-87	-297	-384	-15.432	-15.575	-31.007	-15.519	-15.872	-31.392
PARANÁ	645.921	673.672	1.319.593	-1.489.695	-1.435.273	-2.924.969	-843.775	-761.601	-1.605.376

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos – IBGE (arquivos de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

TABELA 18 - SALDO MIGRATÓRIO ESTIMADO PARA AS REGIÕES DO ESTADO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - PARANÁ - 1980/1990

REGIÃO ¹	URBANO			RURAL			TOTAL		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Noroeste	-2.915	770	-2.145	-129.007	-123.203	-252.209	-131.922	-122.432	-254.354
Centro-Occidental	8.827	10.709	19.537	-78.674	-76.743	-155.418	-69.847	-66.034	-135.881
Maringá	33.147	36.754	69.901	-7.808	-7.620	-15.428	25.339	29.134	54.473
Londrina	26.914	32.423	59.337	-19.586	-19.421	-39.007	7.328	13.002	20.329
Restante da Meso Norte Central	8.178	9.839	18.017	-140.267	-135.475	-275.742	-132.089	-125.636	-257.725
Norte Pioneiro	11.057	12.897	23.954	-87.518	-86.262	-173.780	-76.461	-73.364	-149.825
Centro-Oriental	20.538	23.836	44.374	-45.580	-45.575	-91.155	-25.042	-21.740	-46.782
Oeste	43.478	50.393	93.871	-149.930	-143.995	-293.925	-106.452	-93.602	-200.054
Sudoeste	3.365	7.452	10.817	-99.917	-97.792	-197.709	-96.552	-90.340	-186.892
Centro-Sul	2.618	4.517	7.135	-47.611	-49.196	-96.806	-44.992	-44.679	-89.671
Sudeste	5.104	5.588	10.692	-19.524	-22.048	-41.572	-14.420	-16.460	-30.880
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	107.088	133.157	240.245	-15.850	-18.674	-34.525	91.238	114.483	205.720
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	6.068	6.760	12.828	-7.762	-8.329	-16.091	-1.694	-1.569	-3.263
PARANÁ	273.468	335.094	608.562	-849.035	-834.332	-1.683.367	-575.568	-499.238	-1.074.806

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

ESTADO DO PARANÁ

Mapa 3

REGIÕES DO ESTADO

REGIÕES QUE CONCENTRARAM 84% DOS SALDOS
MIGRATÓRIOS URBANOS DO ESTADO NA
DÉCADA DE 1970



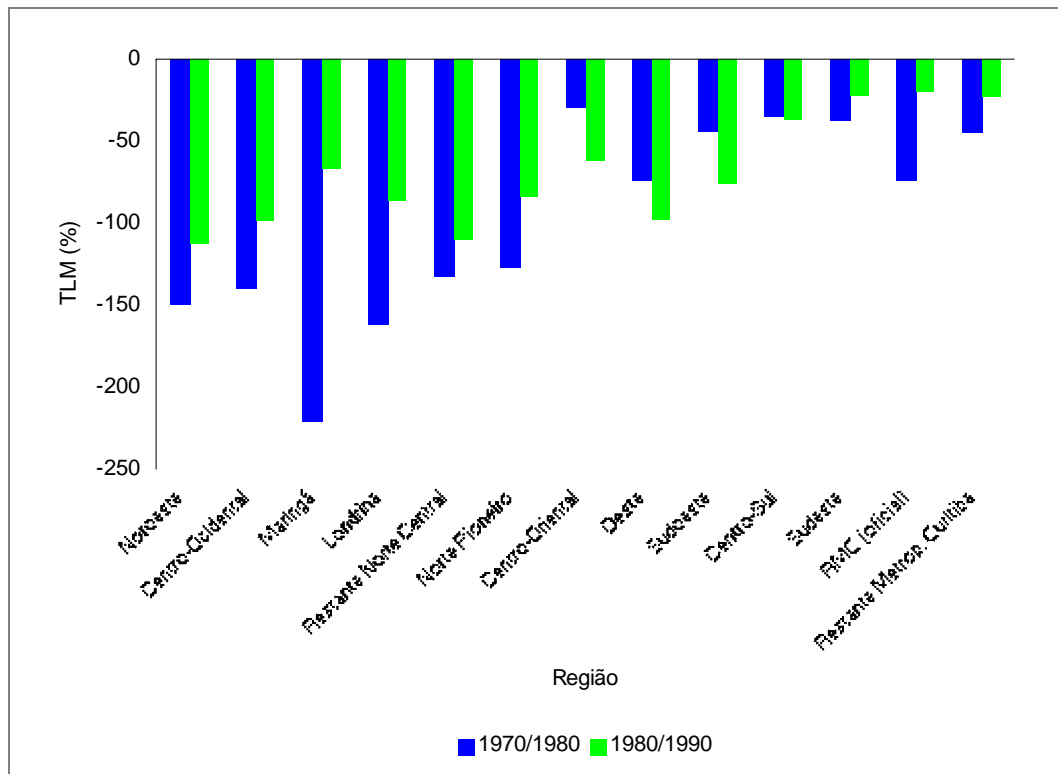
FONTE: Tabela 17

NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

As perdas rurais foram de tal monta, que a maior parte das regiões, a despeito de experimentarem saldos urbanos significativamente positivos, evidenciaram SM negativos, no cômputo geral, exceção feita à RMC e, em escala muito menor, ao Centro-Oriental (ver tabela 17).

As TLM, na medida que associam os montantes de saldos migratórios aos volumes populacionais resultantes ao final do processo, resultam mais apropriadas na comparação inter-regional e inter-temporal (tabelas A.3.10 e A.3.11). Na década de 1970, com exceção da Oeste, todas as regiões do norte e de parte do centro que se destacaram como perdedoras de população rural exibiram TLM rurais negativas superiores a 100%, evidenciando que suas respectivas populações rurais, em 1980, deveriam ter mais do que o dobro do contingente recenseado, caso tivessem se mantido fechadas à migração, no transcorrer da década (mapa 4). Nesse contexto, Maringá e Londrina se destacaram com as mais elevadas taxas negativas do período. Embora não tão elevadas, todas as demais regiões do Estado apresentaram TLM negativas em níveis expressivos, confirmando que a perda rural foi generalizada e substancial (gráfico 20).

GRÁFICO 20 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS RURAIS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990



FONTES: Tabelas A.3.10 e A.3.11

ESTADO DO PARANÁ

Mapa 4

REGIÕES DO ESTADO

REGIÕES QUE APRESENTARAM TAXAS LÍQUIDAS
MIGRATÓRIAS RURAIS SUPERIORES A 100% NA
DÉCADA DE 1970

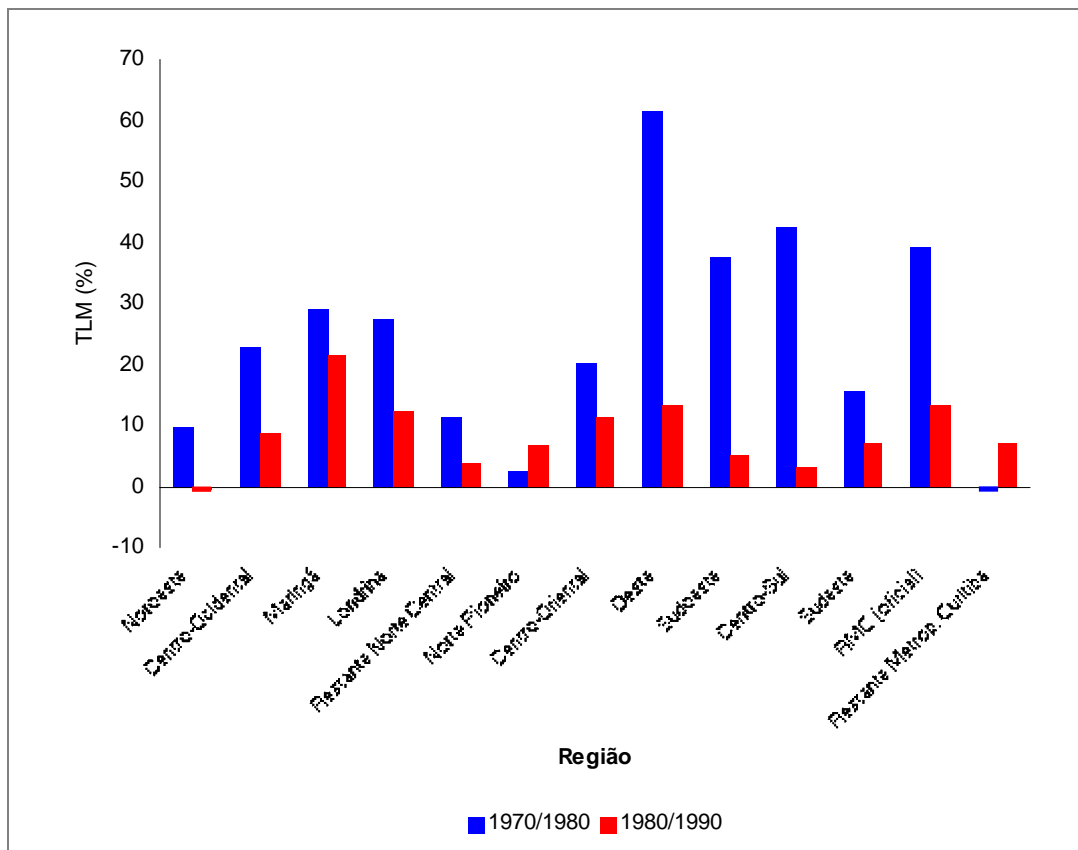


FONTE: Tabela A.3.10

NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

As áreas urbanas igualmente exibiram TLM significativas, porém com sinais positivos, exceto as regiões Norte Pioneiro (com uma taxa positiva, porém baixa) e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba (com taxa negativa), apontando, para cada região, a proporção da população urbana censitária de 1980 que resultou do processo migratório da década (ver tabela A.3.10 e gráfico 21).

GRÁFICO 21 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS URBANAS, SEGUNDO REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1990



FONTE: Tabelas A.3.10 e A.3.11

Agregando-se as populações rural e urbana e relacionando-se o SM à população do fim do período, sobressaem-se as TLM das regiões Noroeste, Centro-Occidental, Restante da Meso Norte Central e Norte Pioneiro, com níveis negativos expressivos (ver tabela A.3.10).

Nos anos 80, os saldos rurais apresentaram-se negativos para todas as regiões e em volumes inferiores aos da década precedente, exceto nas regiões Centro-Oriental e Sudoeste, em que as perdas resultaram mais elevadas (ver tabela 18). Entretanto, os montantes ainda se mostraram substanciais, indicando a persistência do movimento expulsor de população, ao longo do decênio.

Os saldos urbanos mantiveram-se positivos e, de modo geral, declinantes, – exceto para Maringá, Norte Pioneiro e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba –, embora ainda elevados. O saldo do Noroeste, positivo e significativo, nos anos 70, passou a praticamente nulo, no período seguinte. Mas, o importante a destacar é que o conjunto das principais aglomerações regionais do Estado manteve seu peso concentrador de população, respondendo ainda por 85% dos saldos urbanos do Paraná. Nesse contexto, as regiões Maringá, Londrina e RMC se sobressaem, pois foram as únicas a compensarem as perdas rurais com os ganhos urbanos, apresentando, no total, saldos positivos.

As TLM, no período 1980/1990, permaneceram indicando a importância da migração para o crescimento (ou decréscimo) da população das diversas regiões paranaenses. As TLM rurais, todas negativas, declinaram para grande parte das regiões, mas mantiveram-se elevadas, em particular nas áreas do norte do Estado (ver tabela A.3.11 e gráfico 20). É interessante observar, no entanto, que as regiões Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste e Centro-Sul demonstraram acirramento do processo expulsor entre uma década e outra, fato indicativo da propagação dos ventos modernizantes, e dos seus efeitos perversos, do ponto de vista social, sobre o território estadual.

O meio urbano, por sua vez, apresentou TLM inferiores às do decênio anterior, com exceção das taxas das regiões Norte Pioneiro e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, esta última indicando o significado da migração para o forte crescimento populacional dos municípios litorâneos (ver tabela A.3.11 e gráfico 21).

As TLM totais, sintetizando os processos urbano e rural de cada região, permaneceram negativas, porém em declínio, para quase todas, elevando-se expressivamente, em contrapartida, nas regiões em que a perda rural foi agudizada (ver tabela A.3.11). As únicas regiões que mantiveram taxas positivas no total, conforme explicitado acima, foram Maringá, Londrina e RMC.

A análise precedente reforçou a compreensão da importância do fenômeno migratório para a RMC, nos últimos trinta anos. Apesar da tendência declinante dos saldos e das TLM, as magnitudes dos indicadores são elevadas. Em um esforço preliminaríssimo, e que, portanto, deve ser entendido com cautela, estimou-se saldo migratório e TLM para a RMC, relativos ao decênio 1990/2000, adotando-se método análogo ao utilizado para

a obtenção das estimativas do Paraná, para o mesmo período, descrito no item 2.2, do Capítulo 2 (tabela 19). As tábuas de mortalidade (por sexo) para o ajuste que o método das RIS exige foram construídas a partir da média trienal dos óbitos informados para a RMC pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM –, do Ministério da Saúde, referentes aos anos 1994, 1995 e 1996.

TABELA 19 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO, ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO, SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)						SALDO MIGRATÓRIO			TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO (%)		
	Observado			Vegetativo								
	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural
1970/1980	5,3	7,0	-2,6	2,3	2,1	3,0	395.806	519.608	-123.803	26,4	39,0	-74,7
1980/1990	2,9	3,2	0,5	1,8	1,8	2,3	205.720	240.245	-34.525	10,3	13,2	-19,9
1990/2000 ¹	3,2	3,2	3,0	1,5	-	-	404.053	-	-	14,8	-	-

FONTE: Para 1970/1980, 1980/1990 e 1990/2000 (somente taxas de crescimento observado): tabelas 17 e 18; tabelas A.3.2, A.3.8, A.3.9, A.3.10 e A.3.11, do anexo 3; para 1990/2000: dados básicos provenientes dos Censos Demográficos – IBGE (arquivos de microdados); SIM – Ministério da Saúde

(1) Estimativas preliminaríssimas, exceto para taxas anuais de crescimento observado.

A comparação das taxas de crescimento observado e vegetativo, por si só, indica claramente a relevância do fator migratório para a dinâmica populacional da RMC, fato que não demonstra sinais de arrefecimento nos anos 90, a julgar pela estimativa apresentada. A tendência declinante das taxas vegetativas reflete principalmente o efeito da redução da fecundidade, processo fortemente em curso na região.

[...] historicamente a RMC experimenta níveis médios de procriação mais baixos do que o resto do Paraná. Sendo uma região altamente urbanizada e desenvolvida, o espaço metropolitano tende a configurar um *locus* de produção, consumo, inserção produtiva e de predominância de características sócio-demográficas que propiciam a adoção de comportamentos reprodutivos mais restritivos e controlistas. Assim, se no início dos anos 90 as mulheres paranaenses tinham, em média, 2,6 filhos ao longo do período reprodutivo, as mulheres da RMC revelavam uma média de fecundidade de 2,2 filhos, por mulher. (LONGO e MAGALHÃES, 1999, p.5).

Entretanto, o crescimento observado mantém-se em patamar expressivo, com ligeira alta. Com isso, o saldo migratório da última década retoma a magnitude dos anos 70,

etapa em que a RMC demonstrou um ritmo de incremento mais acelerado, mas, quando associado à base populacional de 2000, resulta em uma TLM bem inferior. Apesar disso, a noção de que, em um decênio, cerca de 15% do estoque populacional, em 2000, de uma área metropolitana, já populosa, decorreu do processo migratório do período 1990/2000, ainda distingue a força da RMC como espaço absorvedor e concentrador de população, no âmbito do Estado e fora dele.

3.3 ORIGENS E DESTINOS DOS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES DO PARANÁ

Com maior ou menor intensidade, todas as regiões do Paraná têm participado da dinâmica migratória do Estado, seja do ponto de vista das trocas interestaduais, ou intra-estaduais. É evidente que o grau de inserção das regiões nesses processos está estreitamente associado ao modo com que cada uma tornou-se parte integrante da história de ocupação do Estado e com que cada uma submeteu-se às transformações que alteraram o perfil migratório paranaense, nas últimas décadas.

A análise dos fluxos de imigrantes e de emigrantes das regiões paranaenses observados nos períodos em estudo baseia-se, tal como no Capítulo 2, item 2.3, em relação ao Estado, como um todo, nos dados de migração de última etapa pesquisados nos Censos de 1980 e de 1991, derivados da combinação dos quesitos *lugar de última residência* e *duração de residência*. Ainda que esse tipo de informação não capture toda a movimentação migratória que uma unidade espacial de análise experimenta no transcurso do período intercensitário,⁷¹ sua relevância consiste principalmente em indicar as direções dos fluxos estabelecidos, inclusive no que diz respeito às situações urbana ou rural do domicílio, tanto na origem, quanto no destino.

É preciso esclarecer que, ao se adotar um recorte regional para a análise migratória, estarão sendo contemplados os fluxos de imigrantes ou de emigrantes que qualquer dos municípios que integram uma região trocou com outra região do Estado ou UF

⁷¹No item 2.3, do Capítulo 2, constam esclarecimentos sobre as principais limitações do dado de migração de última etapa.

brasileira, sendo que os movimentos de última etapa entre municípios de uma mesma região serão tratados como intra-regionais. Adicionalmente, não se procedeu ao rateio, entre as regiões, do número de imigrantes que, após entrarem no Paraná durante o período intercensitário, fizeram pelo menos mais uma etapa migratória intermunicipal (intra-estadual). De modo similar, foram considerados apenas os emigrantes das regiões que, ao se dirigirem a uma outra UF, não realizaram outras etapas migratórias.

Isso posto, tem-se, na tabela 20, os volumes e as proporções de emigrantes interestaduais e inter-regionais (intra-estaduais) de última etapa para cada região paranaense, relativos à década de 1970/1980. É indiscutível a magnitude da mobilidade espacial da população das regiões do Paraná, naquele período. Mais de 2 milhões de pessoas efetuaram pelo menos um deslocamento entre distintas regiões ou para fora do Estado, sem computar a movimentação intra-regional.

Como não podia deixar de ser, exatamente as regiões do norte, de parte do centro e a do Oeste, que rapidamente incorporaram o progresso técnico nas atividades agrícolas, participaram com os percentuais mais elevados tanto na estrutura da emigração interestadual, quanto na inter-regional. Dentre estas, a maior parte – Noroeste, Londrina, Norte Pioneiro e Oeste – gerou fluxos emigratórios interestaduais em proporções superiores a 50%. Fora desse grupo, apenas a Região Metropolitana de Curitiba também evidenciou um percentual mais elevado de emigrantes interestaduais do que de intra-estaduais.

Os fluxos interestaduais mais volumosos dirigiram-se para o Sudeste, majoritariamente para São Paulo, tendo como origem principalmente o conjunto de regiões do centro-norte do Estado – provavelmente representando papel importante, nesse caso, o fator proximidade geográfica, sem esquecer um possível componente de retorno daqueles que se transferiram para essas áreas nas décadas anteriores –, e as regiões Oeste e RMC (tabelas 21 e A.3.12 a A.3.14). Convém notar, no entanto, que as regiões Noroeste e Oeste também geraram fortes fluxos emigratórios para as áreas fronteiriças do Centro-Oeste e do Norte do País, constituindo, com larga vantagem, as principais áreas do Estado a estabelecerem essa conexão. As regiões ao sul do Estado – Oeste e Sudoeste –, bem como a RMC, todas com volumes emigratórios bem inferiores, transferiram população em maior proporção para os estados vizinhos do Sul, em particular, para Santa Catarina.

TABELA 20 - EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR DESTINO INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE ORIGEM DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO ¹	DESTINO DOS EMIGRANTES				TOTAL		(4) = (1)/(3)	(5) = (2)/(3)	(6) = (4)+(5)
	Interestadual (1) ^{2,3}		Inter-regional (2)		(3) = (1)+(2)				
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	%		
Noroeste	228.088	20,1	120.266	11,9	348.354	16,3	65,5	34,5	100,0
Centro-Occidental	99.740	8,8	108.851	10,8	208.591	9,7	47,8	52,2	100,0
Maringá	51.308	4,5	52.035	5,2	103.343	4,8	49,6	50,4	100,0
Londrina	68.605	6,1	55.983	5,5	124.588	5,8	55,1	44,9	100,0
Restante Meso Norte Central	170.605	15,1	190.875	18,9	361.480	16,9	47,2	52,8	100,0
Norte Pioneiro	124.450	11,0	100.018	9,9	224.468	10,5	55,4	44,6	100,0
Centro-Oriental	18.631	1,6	41.607	4,1	60.238	2,8	30,9	69,1	100,0
Oeste	201.481	17,8	102.899	10,2	304.380	14,2	66,2	33,8	100,0
Sudoeste	40.357	3,6	66.086	6,6	106.443	5,0	37,9	62,1	100,0
Centro-Sul	23.142	2,0	54.512	5,4	77.654	3,6	29,8	70,2	100,0
Sudeste	10.212	0,9	41.189	4,1	51.401	2,4	19,9	80,1	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	83.201	7,3	52.569	5,2	135.770	6,3	61,3	38,7	100,0
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	12.786	1,1	21.946	2,2	34.732	1,6	36,8	63,2	100,0
PARANÁ ²	1.132.606	100,0	1.008.836	100,0	2.141.442	100,0	52,9	47,1	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) A somatória dos emigrantes interestaduais das regiões não coincide com o total das tabelas 9, 11 e 12, do capítulo 2, devido ao número de emigrantes que respondem ao quesito "UF de procedência" mas "ignoram" o nome do "município de procedência".

(3) Não inclui os emigrantes interestaduais do Paraná que, ao chegarem ao destino, fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual.

TABELA 21 - NÚMERO DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO PARANAENSE DE ORIGEM	DESTINO INTERESTADUAL DOS EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA											
	Participação % de SC e do RS no total dos emigrantes para a Região Sul		Participação % da Região Sul no total de emigrantes do PR	Participação % de São Paulo no total dos emigrantes para a Região Sudeste	Participação % da Região Sudeste no total de emigrantes do PR	Participação % de MS e de MT no total dos emigrantes para a Região Centro-Oeste		Participação % da Região Centro-Oeste no total de emigrantes do PR	Participação % de Rondônia no total dos emigrantes para a Região Norte	Participação % da Região Norte no total de emigrantes do PR	Participação % da Região Nordeste no total de emigrantes do PR	Total da participação % de cada região paranaense no conjunto de emigrantes do PR
	SC	RS		SP		MS	MT		RO			
Noroeste	88,1	11,9	0,3	96,4	11,4	58,5	40,3	6,1	81,2	2,0	0,3	20,1
Centro-Occidental	77,3	22,7	0,1	91,6	5,9	41,5	55,1	1,2	90,5	1,4	0,2	8,8
Maringá	75,4	24,6	0,1	93,7	3,6	50,6	40,7	0,6	72,4	0,2	0,1	4,5
Londrina	62,3	37,7	0,2	90,9	5,0	47,2	38,9	0,6	60,4	0,2	0,1	6,1
Restante Meso Norte Central	83,1	16,9	0,3	92,3	12,9	48,2	44,5	1,1	71,0	0,6	0,2	15,1
Norte Pioneiro	74,7	25,3	0,1	94,9	10,2	49,5	38,1	0,4	76,9	0,2	0,1	11,0
Centro-Oriental	64,6	35,4	0,3	91,6	1,2	40,3	32,4	0,1	30,2	0,0	0,0	1,6
Oeste	67,0	33,0	1,8	87,2	6,2	41,3	56,7	5,7	86,5	3,9	0,2	17,8
Sudoeste	71,5	28,5	1,7	83,2	0,6	45,2	52,8	0,7	86,2	0,6	0,0	3,6
Centro-Sul	79,1	20,9	0,7	77,1	0,8	51,2	43,5	0,3	62,7	0,2	0,0	2,0
Sudeste	93,3	6,7	0,6	89,9	0,2	39,1	43,0	0,1	65,3	0,0	0,0	0,9
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	77,5	22,5	2,5	76,3	3,6	34,8	31,6	0,6	50,3	0,3	0,3	7,3
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	89,7	10,3	0,6	81,3	0,4	53,1	21,2	0,0	19,2	0,0	0,0	1,1
PARANÁ	76,1	23,9	9,2	91,6	62,2	48,5	47,0	17,4	81,9	9,7	1,5	100,0

FONTE: Tabela A.3.12

No tocante à imigração, percebe-se que o peso da movimentação inter-regional (intra-estadual), nos anos 70, foi significativamente maior em praticamente todas as regiões, exceto apenas na do Sudoeste (tabela 22). A RMC e a região Oeste concentraram os maiores volumes de imigrantes, interestaduais e inter-regionais, mas as regiões que compõem o centro-norte, assim como a Sudoeste e a Centro-Sul, exibiram contingentes expressivos.

No âmbito da imigração interestadual de última etapa dos anos 70, os maiores contingentes procederam da Região Sul, com destino à RMC e às regiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul do Paraná (tabelas 23 e A.3.15 a A.3.17). Para a Oeste e a Sudoeste, prevaleceram os fluxos oriundos do Rio Grande do Sul, e para a RMC, de Santa Catarina. É interessante notar que, naquela década, essas regiões paranaenses, além da Sudeste e da Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, apresentaram um vetor de imigração interestadual bastante concentrado, com forte peso do fator proximidade geográfica, já que, em todas, os fluxos procedentes dos estados vizinhos do Sul significaram mais de 50% do total da imigração interestadual que cada uma recebeu no período, chegando a alcançar 96,4% no Sudoeste (ver tabela A.3.17).

Ao mesmo tempo, a imigração com origem no Sudeste também foi expressiva, destacando-se os movimentos oriundos de São Paulo em direção às regiões do norte paranaense, à região Oeste e à RMC. Nas áreas do norte paranaense, a questão da proximidade igualmente demonstrou relevância, não de uma forma tão concentrada, uma vez que, além do Sudeste, o Centro-Oeste brasileiro constituiu um espaço de origem imigratória de relativa importância.

Nos anos 80, a mobilidade espacial da população do Paraná permaneceu intensa. Entre os que estavam vivos ao final da década e que não efetuaram reemigração, mais de 1,5 milhão de pessoas haviam feito deslocamento inter-regional no Estado, ou haviam transposto as fronteiras estaduais (tabela 24). Em comparação com o decênio anterior (ver tabela 20), observa-se que a RMC e o conjunto das regiões localizadas na porção sul-oriental do Estado acentuaram suas participações no processo emigratório, em detrimento das áreas do norte. Curiosamente, a distribuição, para o total do Estado, entre os componentes interestadual e intra-estadual da emigração foi a mesma da década anterior – 52,9% e 47,1%, respectivamente –, mas o peso desses componentes em algumas regiões alterou-se. Assim, no período 1981/1991, dos que emigraram das regiões ao sul do Paraná, excetuando-se a RMC, maiores proporções do que aquelas dos anos 70 preferiram destinar-se a outras UF.

TABELA 22 - IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR ORIGEM INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE DESTINO DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO ¹	ORIGEM DOS IMIGRANTES ^{2,3}				TOTAL		(4) = (1)/(3)	(5) = (2)/(3)	(6) = (4)+(5)
	Interestadual (1)		Inter-regional (2)		(3) = (1)+(2)				
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	%		
Noroeste	31.209	7,9	77.743	7,7	108.952	7,8	28,6	71,4	100,0
Centro-Occidental	13.611	3,4	62.644	6,2	76.255	5,4	17,8	82,2	100,0
Maringá	9.662	2,4	68.953	6,8	78.615	5,6	12,3	87,7	100,0
Londrina	19.258	4,9	89.645	8,9	108.903	7,8	17,7	82,3	100,0
Restante Meso Norte Central	26.717	6,7	89.091	8,8	115.808	8,2	23,1	76,9	100,0
Norte Pioneiro	19.815	5,0	24.221	2,4	44.036	3,1	45,0	55,0	100,0
Centro-Oriental	12.382	3,1	57.496	5,7	69.878	5,0	17,7	82,3	100,0
Oeste	79.286	20,0	160.667	15,9	239.953	17,1	33,0	67,0	100,0
Sudoeste	44.753	11,3	21.271	2,1	66.024	4,7	67,8	32,2	100,0
Centro-Sul	21.656	5,5	53.951	5,3	75.607	5,4	28,6	71,4	100,0
Sudeste	9.328	2,4	15.326	1,5	24.654	1,8	37,8	62,2	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	98.949	25,0	270.584	26,8	369.533	26,3	26,8	73,2	100,0
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	9.642	2,4	17.244	1,7	26.886	1,9	35,9	64,1	100,0
PARANÁ	396.268	100,0	1.008.836	100,0	1.405.104	100,0	28,2	71,8	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) Inclusive Brasil não especificado.

(3) Não se procedeu ao rateio dos imigrantes interestaduais da década que fizeram pelo menos mais um movimento intra-estadual. Eles totalizam 114.283 pessoas, de acordo com o dado da tabela 9.

TABELA 23 - NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO PARANAENSE DE DESTINO	ORIGEM INTERESTADUAL DOS IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA											
	Participação % de SC e do RS no total dos imigrantes procedentes da Região Sul		Participação % da Região Sul no total de imigrantes do PR	Participação % de São Paulo no total dos imigrantes procedentes da Região Sudeste	Participação % da Região Sudeste no total de imigrantes do PR	Participação % de MS e de MT no total dos imigrantes procedentes da Região Centro-Oeste		Participação % da Região Centro-Oeste no total de imigrantes do PR	Participação % de Rondônia no total dos imigrantes procedentes da Região Norte	Participação % da Região Norte no total de imigrantes do PR	Participação % da Região Nordeste no total de imigrantes do PR	Total da participação % de cada região paranaense no conjunto de imigrantes do PR
	SC	RS				SP	MS					
Noroeste	66,1	33,9	0,3	83,2	4,8	83,3	12,7	1,4	52,7	0,1	1,2	7,9
Centro-Occidental	39,5	60,5	0,4	63,4	2,2	72,0	17,4	0,3	67,9	0,1	0,4	3,4
Maringá	44,6	55,4	0,2	86,0	1,7	67,0	22,4	0,3	24,1	0,0	0,2	2,4
Londrina	33,5	66,5	0,3	83,6	3,7	48,5	23,1	0,4	1,3	0,1	0,5	4,9
Restante Meso Norte Central	59,8	40,2	0,3	73,7	5,0	50,7	13,9	0,6	27,2	0,1	0,8	6,7
Norte Pioneiro	78,8	21,2	0,1	85,5	4,4	42,4	16,9	0,1	0,0	0,0	0,4	5,0
Centro-Oriental	51,6	48,4	0,9	81,1	1,9	42,9	35,6	0,1	36,6	0,0	0,1	3,1
Oeste	39,6	60,4	12,3	58,0	5,3	59,9	12,7	1,4	38,9	0,2	0,7	20,0
Sudoeste	40,3	59,7	10,9	61,4	0,3	79,2	17,8	0,1	52,1	0,0	0,0	11,3
Centro-Sul	50,5	49,5	4,4	66,5	0,8	49,4	5,3	0,2	39,1	0,0	0,1	5,5
Sudeste	85,4	14,6	2,1	75,7	0,2	33,8	19,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	75,2	24,8	13,9	72,3	8,7	52,3	12,1	1,0	13,5	0,3	1,1	25,0
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	82,5	17,5	1,5	67,7	0,7	52,2	24,3	0,1	0,0	0,0	0,2	2,4
PARANÁ	55,2	44,8	47,5	74,7	39,7	62,6	14,7	6,0	29,2	1,0	5,8	100,0

FONTE: Tabela A.3.15

TABELA 24 - EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR DESTINO INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE ORIGEM DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO ¹	DESTINO DOS EMIGRANTES				TOTAL		(4) = (1)/(3)	(5) = (2)/(3)	(6) = (4)+(5)
	Interestadual (1) ^{2,3}		Inter-regional (2)		(3) = (1)+(2)				
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	%		
Noroeste	130.428	15,7	77.187	10,4	207.615	13,2	62,8	37,2	100,0
Centro-Occidental	59.800	7,2	62.357	8,4	122.157	7,8	49,0	51,0	100,0
Maringá	29.143	3,5	30.505	4,1	59.648	3,8	48,9	51,1	100,0
Londrina	44.778	5,4	38.884	5,3	83.662	5,3	53,5	46,5	100,0
Restante Meso Norte Central	97.089	11,7	106.732	14,4	203.821	13,0	47,6	52,4	100,0
Norte Pioneiro	69.764	8,4	58.205	7,9	127.969	8,1	54,5	45,5	100,0
Centro-Oriental	18.884	2,3	48.275	6,5	67.159	4,3	28,1	71,9	100,0
Oeste	148.281	17,8	81.285	11,0	229.566	14,6	64,6	35,4	100,0
Sudoeste	77.845	9,4	58.826	7,9	136.671	8,7	57,0	43,0	100,0
Centro-Sul	36.621	4,4	62.821	8,5	99.442	6,3	36,8	63,2	100,0
Sudeste	11.876	1,4	27.767	3,8	39.643	2,5	30,0	70,0	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	95.714	11,5	69.604	9,4	165.318	10,5	57,9	42,1	100,0
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	12.332	1,5	18.001	2,4	30.333	1,9	40,7	59,3	100,0
PARANÁ ²	832.555	100,0	740.449	100,0	1.573.004	100,0	52,9	47,1	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

- (1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.
- (2) somatória dos emigrantes interestaduais das regiões não coincide com o total das tabelas 11 e 12, do capítulo 2, devido ao número de emigrantes que respondem ao quesito "UF de procedência" mas "ignoram" o nome do "município de procedência".
- (3) Não inclui os emigrantes interestaduais do Paraná que, ao chegarem ao destino, fizeram pelo menos mais uma etapa intra-estadual.

A emigração de última etapa para a Região Sudeste do País sofreu uma forte queda, entre os anos 70 e 80, em especial a partir das regiões do norte e do oeste paranaense.⁷² É possível que parte dessa dinâmica se associe à crise econômica e ao estreitamento das oportunidades de inserção produtiva que perdurou no período, afetando principalmente os mercados urbano-industriais daquela Região, mas, provavelmente, o próprio dinamismo da economia paranaense, que não pode ser desprezado, também teve seu peso (tabelas 25 e A.3.18 a A.3.20). Entretanto, é preciso realçar que os fluxos com destino às áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte do Brasil permaneceram no mesmo patamar do decênio anterior, perdendo força as saídas com origem no norte e no oeste do Estado e aumentando as do sul e RMC. A persistência desse ímpeto emigratório sem sombra de dúvida reflete a intensa atratividade que o movimento de interiorização nacional exerceu sobre amplas parcelas da população paranaense que deixou o Estado. Paralelamente, elevaram-se, também, as correntes emigratórias com destino aos estados vizinhos do Sul, especialmente as que procediam das regiões Oeste e Sudoeste, significando, em alguma medida, movimentos de retorno, mas, sobretudo, o aumento do poder de atração das economias catarinense e gaúcha no contexto dos ciclos expansivos dos últimos decênios.

Os fluxos imigratórios de última etapa das regiões paranaenses, por seu turno, experimentaram algumas alterações, entre as décadas de 1970 e de 1980 (tabela 26). Os movimentos interestaduais aumentaram de volume em todas as regiões do norte e na RMC, certamente reforçados por migrações de retorno. Por outro lado, a grande maioria das regiões evidenciou declínios substantivos dos fluxos inter-regionais, de tal sorte que, na contramão de algumas tendências, no País, de predomínio de movimentos migratórios de mais curta distância, que afloraram com maior nitidez nos anos 80, o Paraná ainda sustentou, pelo menos no que diz respeito ao conjunto da década, uma migração interestadual preponderante.

⁷²Baeninger (2000), ao analisar os movimentos migratórios de última etapa do período 1981/1991, procurando identificar as UF que mais estabeleceram conexões migratórias com o Estado de São Paulo e com suas regiões, contemplou amplamente as trocas do Paraná com aquela UF. Outros importantes trabalhos fazem o mesmo, alguns também em relação aos anos 70. Ver, por exemplo, Cunha (1987 e 1994) e Baeninger (1996).

TABELA 25 - NÚMERO DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE DESTINO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO PARANAENSE DE ORIGEM	DESTINO INTERESTADUAL DOS EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA											TOTAL da participação % de cada região paranaense no conjunto de emigrantes do PR
	Participação % de SC e do RS no total dos emigrantes para a Região Sul		Participação % da Região Sul no total de emigrantes do PR	Participação % de São Paulo no total dos emigrantes para a Região Sudeste	Participação % da Região Sudeste no total de emigrantes do PR	Participação % de MS e de MT no total dos emigrantes para a Região Centro-Oeste		Participação % da Região Centro-Oeste no total de emigrantes do PR	Participação % de Rondônia no total dos emigrantes para a Região Norte	Participação % da Região Norte no total de emigrantes do PR	Participação % da Região Nordeste no total de emigrantes do PR	
	SC	RS				MS	MT					
Noroeste	88,3	11,7	0,7	92,7	7,5	39,8	58,9	5,2	88,8	2,1	0,2	15,7
Centro-Occidental	81,8	18,2	0,2	93,7	3,7	20,6	73,7	1,9	93,8	1,3	0,1	7,2
Maringá	71,0	29,0	0,2	90,2	1,9	26,8	65,7	1,0	85,0	0,4	0,1	3,5
Londrina	70,9	29,1	0,3	88,1	3,5	30,5	59,4	1,1	75,2	0,4	0,1	5,4
Restante Meso Norte Central	90,3	9,7	0,9	91,6	8,0	27,1	67,9	1,8	86,0	0,9	0,1	11,7
Norte Pioneiro	90,7	9,3	0,2	95,3	7,3	37,0	55,7	0,5	82,4	0,3	0,0	8,4
Centro-Oriental	72,4	27,6	0,5	91,9	1,4	25,5	58,1	0,3	69,1	0,1	0,0	2,3
Oeste	69,7	30,3	3,3	84,2	4,1	21,9	72,9	6,4	83,9	3,7	0,3	17,8
Sudoeste	64,0	36,0	5,6	87,2	0,5	18,5	79,7	2,2	77,7	1,0	0,1	9,4
Centro-Sul	79,3	20,7	2,1	91,1	0,8	17,3	79,1	1,0	77,8	0,5	0,0	4,4
Sudeste	89,8	10,2	1,0	87,8	0,3	10,1	82,7	0,1	47,9	0,0	0,0	1,4
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	78,3	21,7	4,2	79,2	4,5	24,4	60,0	1,5	71,2	0,8	0,4	11,5
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	92,4	7,6	0,8	80,6	0,5	7,1	52,3	0,1	12,3	0,1	0,0	1,5
PARANÁ	74,8	25,2	20,0	90,1	44,0	26,7	68,0	23,0	83,2	11,5	1,5	100,0

FONTE: Tabela A.3.18

TABELA 26 - IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR ORIGEM INTERESTADUAL OU INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL), SEGUNDO AS REGIÕES DE DESTINO DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO ¹	ORIGEM DOS IMIGRANTES ^{2,3}				TOTAL		(4) = (1)/(3) %	(5) = (2)/(3)	(6) = (4)+(5)
	Interestadual (1)		Inter-regional (2)		(3) = (1)+(2)				
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%			
Noroeste	43.194	8,9	43.277	5,8	86.471	7,0	50,0	50,0	100,0
Centro-Occidental	18.611	3,8	39.383	5,3	57.994	4,7	32,1	67,9	100,0
Maringá	29.945	6,2	68.828	9,3	98.773	8,1	30,3	69,7	100,0
Londrina	40.503	8,3	68.210	9,2	108.713	8,9	37,3	62,7	100,0
Restante Meso Norte Central	38.073	7,8	58.263	7,9	96.336	7,9	39,5	60,5	100,0
Norte Pioneiro	26.810	5,5	21.927	3,0	48.737	4,0	55,0	45,0	100,0
Centro-Oriental	16.402	3,4	40.481	5,5	56.883	4,6	28,8	71,2	100,0
Oeste	76.580	15,7	84.667	11,4	161.247	13,1	47,5	52,5	100,0
Sudoeste	30.293	6,2	22.413	3,0	52.706	4,3	57,5	42,5	100,0
Centro-Sul	18.018	3,7	45.623	6,2	63.641	5,2	28,3	71,7	100,0
Sudeste	11.400	2,3	19.153	2,6	30.553	2,5	37,3	62,7	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	123.816	25,5	202.923	27,4	326.739	26,6	37,9	62,1	100,0
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	12.698	2,6	25.301	3,4	37.999	3,1	33,4	66,6	100,0
PARANÁ	486.343	100,0	740.449	100,0	1.226.792	100,0	39,6	60,4	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) Inclusive Brasil não especificado.

(3) Não se procedeu ao rateio dos imigrantes interestaduais da década que fizeram pelo menos mais um movimento intra-estadual. Eles totalizam 106.287 pessoas, de acordo com o dado da tabela 9.

Os maiores acréscimos de imigrantes interestaduais do período 1981/1991, em comparação ao quadro do decênio anterior, tiveram origem no Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, exatamente as regiões que mais vinham recebendo migrantes oriundos do Paraná, desde 1970 (tabelas 27 e A.3.21 a A.3.23). Em números absolutos, todas as áreas do norte do Estado, bem como a RMC, tiveram aumento no fluxo procedente do Sudeste, embora, em termos proporcionais, apenas as regiões Londrina, Maringá e a RMC demonstrem esse acréscimo (ver tabelas A.3.16 e A.3.22). Processo semelhante ocorre no caso dos imigrantes provenientes do Centro-Oeste e do Norte do País. Todas as regiões paranaenses tiveram substanciais acréscimos no número absoluto de imigrantes de última etapa vindos dessas áreas do Brasil, mas, proporcionalmente, as regiões mais dinâmicas do norte, além das regiões Oeste e Sudoeste, demonstraram ganhos nas participações percentuais.

Os estados vizinhos do Sul, na década de 1980, reduziram substancialmente os fluxos emigratórios para o Paraná, notadamente o Rio Grande do Sul (ver tabelas A.3.17 e A.3.23). São Paulo, por sua vez, passou a ter mais peso na composição da imigração procedente do Sudeste, para todas as regiões do Estado, fato bastante sugestivo de movimentação de retorno, o mesmo acontecendo no que diz respeito aos fluxos com origem no Mato Grosso e em Rondônia.

Sob o prisma das trocas migratórias inter-regionais (intra-estaduais) de última etapa, e das alterações havidas entre os anos 70 e 80, observa-se, através das tabelas 28 e 29, que a maior parte das regiões paranaenses experimentou decréscimos expressivos dos fluxos emigratórios e imigratórios, entre um período e outro, com exceção das regiões Centro-Oriental, Centro-Sul e RMC, que apresentaram aumento no número de emigrantes, e das regiões Sudoeste, Sudeste e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, com acréscimos no número de imigrantes.

De modo geral, pode-se inferir que, nos dois decênios, a principal característica que prevaleceu na distribuição espacial dos fluxos foi a da proximidade geográfica, exceto no caso da RMC, ponto de convergência de expressivas correntes migratórias procedentes de todas as regiões do Estado. Assim, tanto numa década, quanto na outra, as regiões do norte trocaram migrantes entre si e com o Oeste em proporções mais elevadas, ocorrendo processo similar entre as regiões do sul (tabelas A.3.24 a A.3.27).

TABELA 27 - NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE CADA REGIÃO PARANAENSE COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM, E COMO PROPORÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DAS RESPECTIVAS REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO PARANAENSE DE DESTINO	ORIGEM INTERESTADUAL DOS IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA											
	Participação % de SC e do RS no total dos imigrantes procedentes da Região Sul		Participação % da Região Sul no total de imigrantes do PR	Participação % de São Paulo no total dos imigrantes procedentes da Região Sudeste	Participação % da Região Sudeste no total de imigrantes do PR	Participação % de MS e de MT no total dos imigrantes procedentes da Região Centro-Oeste		Participação % da Região Centro-Oeste no total de imigrantes do PR	Participação % de Rondônia no total dos imigrantes procedentes da Região Norte	Participação % da Região Norte no total de imigrantes do PR	Participação % da Região Nordeste no total de imigrantes do PR	TOTAL da participação % de cada região paranaense no conjunto de imigrantes do PR
	SC	RS				MS	MT					
Noroeste	53,5	46,5	0,3	90,6	4,6	55,7	41,4	2,7	76,6	0,8	0,5	8,9
Centro-Occidental	52,3	47,7	0,3	87,2	1,9	25,3	63,3	1,0	89,0	0,4	0,2	3,8
Maringá	33,3	66,7	0,3	87,5	3,8	37,7	53,6	1,3	84,4	0,5	0,3	6,2
Londrina	66,9	38,2	0,5	88,9	5,9	43,5	46,6	1,1	73,7	0,5	0,4	8,3
Restante Meso Norte Central	62,3	37,7	0,4	87,7	5,5	35,4	57,2	1,3	73,5	0,3	0,3	7,9
Norte Pioneiro	72,0	28,0	0,2	92,1	4,8	47,8	27,0	0,3	61,9	0,1	0,1	5,5
Centro-Oriental	58,6	41,4	0,8	88,7	2,0	40,8	42,8	0,3	67,5	0,2	0,1	3,4
Oeste	47,9	52,1	5,1	70,9	3,8	25,7	68,8	4,7	76,3	1,7	0,5	15,7
Sudoeste	62,0	38,0	4,7	68,1	0,3	26,3	68,1	0,9	73,4	0,3	0,1	6,2
Centro-Sul	61,0	39,0	2,5	72,8	0,5	22,6	69,0	0,4	65,7	0,2	0,1	3,7
Sudeste	79,1	20,9	1,8	80,8	0,4	31,6	57,8	0,1	37,4	0,1	0,0	2,4
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	69,5	30,5	9,4	75,2	11,0	32,3	36,8	2,4	62,0	1,3	1,3	25,4
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	85,9	14,1	1,6	68,4	0,8	11,9	64,6	0,1	56,5	0,1	0,1	2,6
PARANÁ	63,9	36,2	27,8	83,5	45,3	34,9	54,4	16,4	73,2	6,4	4,1	100,0

FONTE: Tabela A.3.21

TABELA 28 - MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL) DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO PARANAENSE DE ORIGEM ¹	REGIÃO PARANAENSE DE DESTINO													
	Noroeste	Centro-Ocidental	Maringá	Londrina	Restante Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	RMC Oficial	Restante Metrop. Curitiba	Total de Emigrantes Inter-regionais
Noroeste		14.038	17.466	7.869	15.032	1.529	1.236	30.643	734	1.741	150	29.378	450	120.266
Centro-Ocidental	14.230		10.994	5.134	10.843	952	1.785	34.361	382	6.189	281	23.325	375	108.851
Maringá	8.643	6.067		4.132	11.291	953	1.040	7.189	128	510	51	10.747	307	51.058
Londrina	3.711	2.817	3.401		18.960	6.224	2.687	5.668	164	594	95	11.004	329	55.654
Restante Meso Norte Central	24.997	17.986	24.566	36.924		5.362	10.129	20.763	354	5.999	561	41.740	864	190.245
Norte Pioneiro	3.873	3.195	2.365	24.040	12.110		10.081	5.909	191	1.215	204	36.976	737	100.896
Centro-Oriental	973	565	479	2.190	4.196	3.257		1.945	502	2.120	2.225	22.236	1.224	41.912
Oeste	14.703	10.227	5.273	4.482	6.781	1.230	2.414		9.798	9.954	2.184	35.570	896	103.512
Sudoeste	1.548	876	1.099	222	1.497	286	774	32.830		15.825	789	10.046	265	66.057
Centro-Sul	1.184	4.519	459	634	3.685	348	5.562	11.134	6.384		5.486	14.112	767	54.274
Sudeste	1.085	456	160	76	588	204	12.329	1.851	834	6.163		17.132	1.088	41.966
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	2.749	1.800	2.567	3.704	3.916	3.625	8.644	7.710	1.699	3.235	2.797		9.942	52.388
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	498	98	124	238	192	251	815	664	101	406	503	18.318		22.208
Total de Imigrantes Inter-regionais	78.194	48.606	51.487	81.776	74.059	22.692	56.260	130.024	20.537	52.210	15.176	241.206	16.794	1.009.287

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

TABELA 29 - MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL (INTRA-ESTADUAL) DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO PARANAENSE DE ORIGEM ¹	REGIÃO PARANAENSE DE DESTINO													
	Noroeste	Centro-Occidental	Maringá	Londrina	Restante Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	RMC Oficial	Restante Metrop. Curitiba	Total de Emigrantes Inter-regionais
Noroeste		7.920	20.445	5.501	10.331	992	849	11.990	866	723	248	16.739	583	77.187
Centro-Occidental	8.090		9.924	4.134	6.810	643	1.188	11.814	428	4.108	357	14.448	413	62.357
Maringá	4.594	3.857		2.668	7.050	574	582	3.164	368	295	118	5.830	480	29.580
Londrina	2.701	1.681	3.198		12.160	4.749	1.184	2.996	341	394	55	8.551	693	38.703
Restante Meso Norte Central	9.123	6.950	19.579	25.475		3.369	5.608	4.795	265	2.720	452	27.042	711	106.089
Norte Pioneiro	2.142	965	1.780	14.596	4.160		7.431	2.087	262	300	199	24.596	487	59.005
Centro-Oriental	955	657	1.274	3.625	3.943	3.803		2.268	440	2.243	3.238	23.162	2.808	48.416
Oeste	9.443	7.265	6.404	5.287	4.155	928	2.165		9.031	9.647	1.999	24.065	1.138	81.527
Sudoeste	949	853	390	466	297	131	899	23.539		17.630	1.540	11.595	598	58.887
Centro-Sul	641	6.142	931	689	3.804	344	4.161	11.936	7.130		5.705	19.648	1.688	62.819
Sudeste	994	247	72	140	434	125	7.406	1.141	558	3.589		12.464	1.392	28.562
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	3.074	2.764	4.538	5.381	4.874	6.183	8.264	8.460	2.572	3.825	4.770		14.310	69.015
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	245	82	293	248	245	86	744	477	152	149	472	14.783		17.976
Total de Imigrantes Inter-regionais	42.951	31.463	48.383	62.709	47.932	20.935	39.632	72.677	21.547	44.900	18.905	186.184	24.718	740.123

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

No entanto, em ambos os períodos, a região Restante da Meso Norte Central contribuiu com as maiores proporções de emigrantes inter-regionais do Estado – 18,8% e 14,3%, respectivamente –, e ao considerá-la em conjunto com as regiões Maringá e Londrina, resgatando a geografia da Mesorregião Norte Central Paranaense, esses percentuais elevam-se para 29,4% e 23,6%.⁷³

A região Oeste, que nas duas décadas constituiu o segundo principal espaço receptor de fluxos inter-regionais do Estado, exibiu, nos anos 70, uma estrutura de origem da migração mais dispersa, com destaque para a imigração proveniente das regiões Sudoeste e aquelas do norte. No período seguinte, observa-se uma nítida tendência de concentração dos movimentos em direção ao Oeste com procedência nas regiões Sudoeste, Centro-Sul e RMC.

Dentre as três regiões do sul do Estado, a Sudoeste é a que revela um perfil de trocas migratórias mais concentrado, dividindo quase que exclusivamente com a Oeste, a Centro-Sul e a RMC, a origem e o destino dos seus migrantes. Embora em menor proporção, a região Sudeste também evidencia poucos vetores de trocas, sobressaindo-se as regiões Centro-Oriental, RMC e Centro-Sul.

Nos dois decênios em foco, a RMC, indiscutivelmente, representou o maior espaço de absorção migratória do Estado, recebendo fluxos expressivos de todas as regiões, embora com tendência declinante, exceto nos casos das regiões Centro-Sul, Centro-Oriental e Sudoeste. Nos anos 70, os principais fluxos emigratórios de última etapa das regiões Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste, Centro-Sul, Sudeste e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba dirigiram-se para a RMC, chegando a alcançar 53% das saídas do Centro-Oriental e 83% da emigração do Restante da Metropolitana. Na década seguinte, esse quadro se repetiu, passando a integrá-lo também a região Centro-Occidental. Por outro lado, a RMC passou a dirigir maiores volumes de migrantes para todas as regiões do Estado, entre uma década e outra, com exceção da Centro-Oriental. Prevaleceu, nos dois períodos, a evasão com destino à região vizinha Restante da Meso Metropolitana de Curitiba.

⁷³Obviamente, estão incluídos nestes percentuais os migrantes trocados entre elas, o que não aconteceria se as três regiões fossem englobadas em apenas uma única.

3.3.1 Os Fluxos Inter-regionais e Interestaduais Rurais e Urbanos de Última Etapa das Regiões Paranaenses⁷⁴

Para a análise da mobilidade populacional de última etapa das regiões do Paraná, nas décadas em estudo, segundo a situação do domicílio na origem e no destino, conta-se com uma profusão enorme de dados e inúmeras possibilidades de enfoques. Conforme explicitado no Capítulo 2, quando da análise para o conjunto do Estado, por vezes, os valores absolutos precisam ser ressaltados, pois são eles que conferem dimensão aos “processos migratórios” envolvidos que, no final das contas, constituem apenas expressões sintéticas da trajetória de milhares de indivíduos e de famílias postos em movimento por forças estruturais de mudança. A verificação das participações relativas, por seu turno, faculta uma análise hierarquizada do peso de cada região – de origem e de destino – no movimento atinente, mas distintos prismas de observação geram distribuições relativas correlatas, amplificando a tarefa analítica.

Desse modo, no que se segue, buscou-se salientar somente alguns resultados mais proeminentes sobre os fluxos de emigrantes e de imigrantes de última etapa apresentados pelas regiões paranaenses nas décadas de 1970 e de 1980, sob o ponto de vista da origem e do destino por situação do domicílio, diferenciando as conexões interestaduais das inter-regionais (intra-estaduais). Além disso, como as trocas entre setores urbanos e rurais de domicílio freqüentemente ocorrem a curtas distâncias, serão contemplados também os deslocamentos deste tipo observados entre municípios de uma mesma região (intra-regionais). Os dados absolutos e relativos que propiciaram o conjunto de comentários, mas que possibilitam uma visualização bem mais ampla dos processos envolvidos, encontram-se nas tabelas anexas A.3.28 a A.3.87.

⁷⁴Convém lembrar que, nas estimativas de saldos migratórios urbanos e rurais das regiões paranaenses apresentadas no item 3.2, resultantes da aplicação de técnica indireta, está implícito o conceito de migrante relacionado aos locais de residência nas duas datas limites do período de análise (migrantes de data fixa). A diferença entre os dados de imigrantes e de emigrantes intermunicipais de última etapa das regiões – intra-regionais, inter-regionais e interestaduais –, por situação do domicílio na origem e no destino, para cada período, não constitui boa *proxy* daqueles saldos, mesmo se se levasse em conta os migrantes intramunicipais (rural/urbano, urbano/rural). Por se referir à última etapa, subestima, em muito, principalmente os fluxos rural/urbano de data fixa do decênio, pois, uma proporção significativa daqueles que, na primeira etapa, fazem um movimento rural/urbano, logo tendem a fazer, a seguir, uma ou várias etapas intermunicipais de sentido urbano/urbano.

No período 1970/1980, em cinco regiões do Estado – Noroeste, Norte Pioneiro, Oeste, Londrina e RMC – mais de 50% do conjunto de seus emigrantes de última etapa dirigiram-se para outras UF do País, caracterizando deslocamentos de maior distância (tabela A.3.28).⁷⁵ Nas três primeiras, que em 1970 concentravam elevados volumes de população rural, a maior parte dos respectivos emigrantes teve origem rural, os quais se dirigiram, em maior proporção, para outras UF. Nas outras duas, as mais urbanizadas do Estado, juntamente com a de Maringá, a origem foi principalmente urbana (mapa 5⁷⁶ e tabelas A.3.28 a A.3.30). Dentre as três regiões com fluxos de origem majoritariamente rural, apenas na Oeste estes fluxos se dirigiram predominantemente para as áreas rurais das UF de destino. Os fluxos interestaduais dominantes (origem rural ou urbana) das outras quatro regiões tiveram destinação predominantemente urbana.

Das sete regiões, além de Maringá, cujos fluxos emigratórios foram, em maior proporção, inter-regionais (intra-estaduais) nos anos 70⁷⁷ – Centro-Occidental, Restante da Meso Norte Central, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste, Centro-Oriental e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba –, as cinco primeiras tiveram mais de 50% dos seus emigrantes saindo do meio rural e, dentre estas, apenas no Sudoeste prevaleceu o sentido rural/rural da emigração intra-estadual. Nas regiões Centro-Oriental e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, a maioria dos fluxos inter-regionais de última etapa teve origem e destino urbanos.

Nesse quadro, algumas situações chamam a atenção. Na migração inter-regional (intra-estadual) daquela década, apenas quatro regiões apresentaram fluxos de origem rural em que a maioria igualmente direcionou-se para outras áreas rurais – a Sudoeste, região eminentemente ruralizada, mas também Maringá, Londrina e RMC, principais áreas urbanas do Estado em 1970 (ver tabela A.3.28).

⁷⁵Na região de Maringá, apesar de seus emigrantes terem sido de origem predominantemente urbana, que se dirigiram, na sua maioria, para outras UF, no agregado (origem rural e urbana), houve leve preponderância de fluxos inter-regionais (tabela A.3.28).

⁷⁶Para facilitar a interpretação do mapa 5, tome-se, por exemplo, a região Oeste: a maioria de seus emigrantes de última etapa teve origem rural (193.557, em um total de 304.380 – tabela A.3.28), dos quais a maioria (132.936) se dirigiu para outros estados. Nesses estados de destino, em 1980, 56% passaram a residir nas áreas rurais e 44% nas áreas urbanas (74.745 e 58.191, respectivamente – tabela A.3.28).

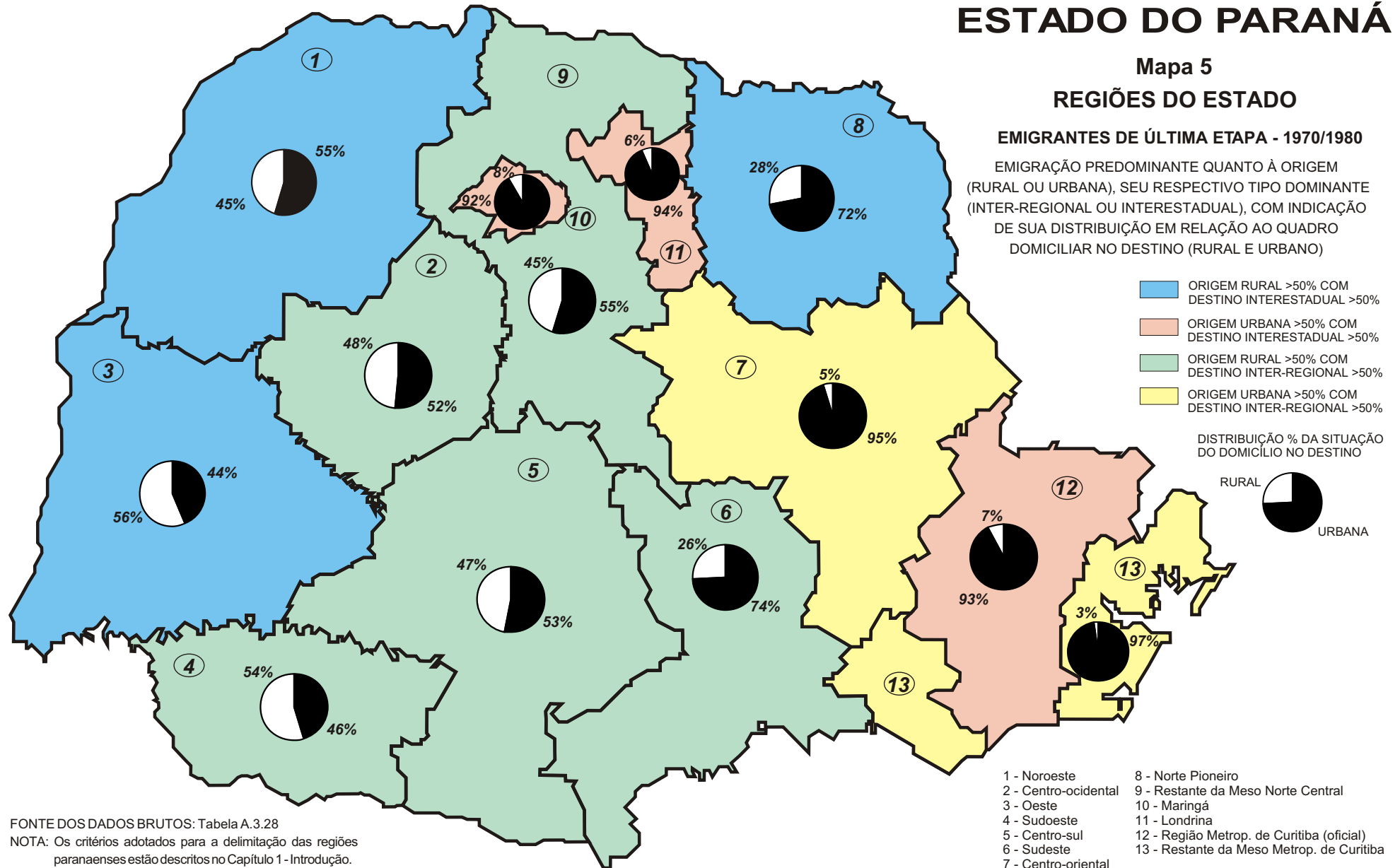
⁷⁷ Maringá, na verdade, faz parte desse grupo, quando se observa a repartição do conjunto dos seus emigrantes de última etapa da década entre destino interestadual ou inter-regional (intra-estadual), mas, para evitar ambigüidade na leitura do mapa 5, optou-se por não incluí-la.

ESTADO DO PARANÁ

Mapa 5 REGIÕES DO ESTADO

EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1970/1980

EMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À ORIGEM (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO)



- 1 - Noroeste
- 2 - Centro-ocidental
- 3 - Oeste
- 4 - Sudoeste
- 5 - Centro-sul
- 6 - Sudeste
- 7 - Centro-oriental
- 8 - Norte Pioneiro
- 9 - Restante da Meso Norte Central
- 10 - Maringá
- 11 - Londrina
- 12 - Região Metrop. de Curitiba (oficial)
- 13 - Restante da Meso Metrop. de Curitiba

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.3.28
 NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

As regiões Noroeste e Oeste, por seu turno, geraram, em conjunto, cerca de 53% do total da emigração interestadual de última etapa do Estado de origem e destino rural. Consideradas juntamente com as regiões Restante da Meso Norte Central e Norte Pioneiro, também responderam por 70% de todo o fluxo interestadual da década de sentido rural/urbano (ver tabela A.3.29). Ademais, essas quatro regiões, acrescidas da Centro-Ocidental e da RMC, constituíram as principais áreas expulsoras de população para o restante do País nos anos 70 (tabelas A.3.34 e A.3.35).

No que tange às direções interestaduais dos fluxos por situação do domicílio na origem e no destino, pode-se apontar a forte conexão estabelecida naquela década entre as regiões do norte paranaense, a do Oeste e a RMC, com o Sudeste brasileiro, em particular, com o Estado de São Paulo, principalmente no que diz respeito aos movimentos direcionados às áreas urbanas (tabelas A.3.31 a A.3.35). Entretanto, o Centro-Oeste e o Norte brasileiros, com destaque para os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, também atraíram expressivos contingentes de migrantes dessas regiões do Paraná, tanto para suas áreas urbanas, quanto, predominantemente, para suas áreas rurais. Além desses fluxos, é preciso apontar as relevantes ligações migratórias entre as regiões Oeste, Sudoeste e RMC com os estados vizinhos da Região Sul, em especial com Santa Catarina, ressaltando o destino urbano dos deslocamentos.

No âmbito inter-regional (intra-estadual), a área urbana da RMC, nos anos 70, constituiu destino preferencial dos emigrantes de quase todas as regiões do Estado, tanto de origem urbana, quanto rural, concentrando proporções expressivas dos fluxos (tabelas A.3.36, A.3.37, A.3.40 e A.3.41). As exceções, nesse caso, relacionaram-se à emigração da região Sudoeste com destino urbano, que se dirigiu, na maioria, para a região Oeste, e ao fluxo que partiu das áreas rurais de Londrina, que buscou, principalmente, a região vizinha Restante da Meso Norte Central.

Ainda do ponto de vista dos fluxos com destino urbano, sobressaem intensas trocas entre regiões próximas, com destaque para as do norte do Estado, particularmente em direção a Londrina, Maringá e Restante da Meso Norte Central, para a região Oeste, que recebeu expressivas correntes oriundas de algumas regiões vizinhas ao norte e ao sul do Estado, e para a Centro-Ocidental, também demandada por fluxos provenientes de áreas próximas, ao sul.

Os movimentos em direção às áreas rurais, na década de 1970, privilegiaram as regiões de forte vocação agrícola no período – Oeste, Restante da Meso Norte Central,

Noroeste e Centro-Occidental – e, em menor proporção, a região Centro-Sul (tabelas A.3.38, A.3.39, A.3.42 e A.3.43). De modo geral, as trocas de maior peso se deram entre regiões próximas, a exemplo dos movimentos entre o Sudoeste, o Centro-Sul e o Sudeste, e entre a RMC e o Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, ainda que envolvendo volumes emigratórios de pouca monta.

A caracterização urbana e rural dos fluxos imigratórios de última etapa dos anos 70, por sua vez, revela um quadro distinto daquele de saída. Por meio do mapa 6⁷⁸ e das tabelas A.3.44 a A.3.46, observa-se que, cruzando situação do domicílio de procedência e de destino dos imigrantes, apenas no Sudoeste o tipo predominante foi de origem rural, interestadual e com destino rural. Todas as demais receberam imigrantes provenientes, em maior proporção, de outras regiões do Paraná. Nota-se claramente que as áreas rurais das outras regiões localizadas na porção centro-oeste do Estado – Centro-Sul, Restante da Meso Norte Central, Centro-Occidental, Oeste e Noroeste –, ainda em processo de consolidação fronteiriça, foram o destino da maior parte dos migrantes componentes do vetor imigratório mais importante de cada região – origem rural, inter-regional –, ao passo que a parcela mais urbanizada do território estadual, no centro-leste, era demandada, principalmente, por fluxos inter-regionais de procedência e destino urbanos.

De modo geral, os principais traços da migração interestadual para o Paraná no decênio 1970/1980 relacionam-se aos importantes fluxos de origem urbana provenientes do Sudeste, com destaque para São Paulo, direcionados principalmente para o meio urbano da RMC, das regiões do centro-norte e da região Oeste do Estado, e aos deslocamentos, com origem igualmente urbana, a partir dos estados vizinhos do Sul, em direção ao urbano da RMC (tabelas A.3.47 a A.3.51). Entretanto, não foram desprezíveis os volumes de imigrantes provenientes das áreas rurais do Sul do Brasil, que buscaram uma inserção, também rural, nas regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste do Paraná e no urbano da RMC, assim como aqueles oriundos do meio rural da Região Sudeste, mais precisamente de São Paulo e de Minas Gerais, que se transferiram, em maior proporção, para o rural do Oeste e das regiões ao norte do Estado.

⁷⁸Para facilitar a interpretação do mapa 6, tome-se, por exemplo, a região Sudoeste: a maioria de seus imigrantes de última etapa teve origem rural (48.105, em um total de 66.024 – tabela A.3.44), dos quais, a maioria (35.744 – tabela A.3.44), de procedência interestadual. Na região de destino – Sudoeste –, destes, 78% residiam, em 1980, na área rural e 22%, na urbana (27.779 e 7.965, respectivamente – tabela A.3.44).

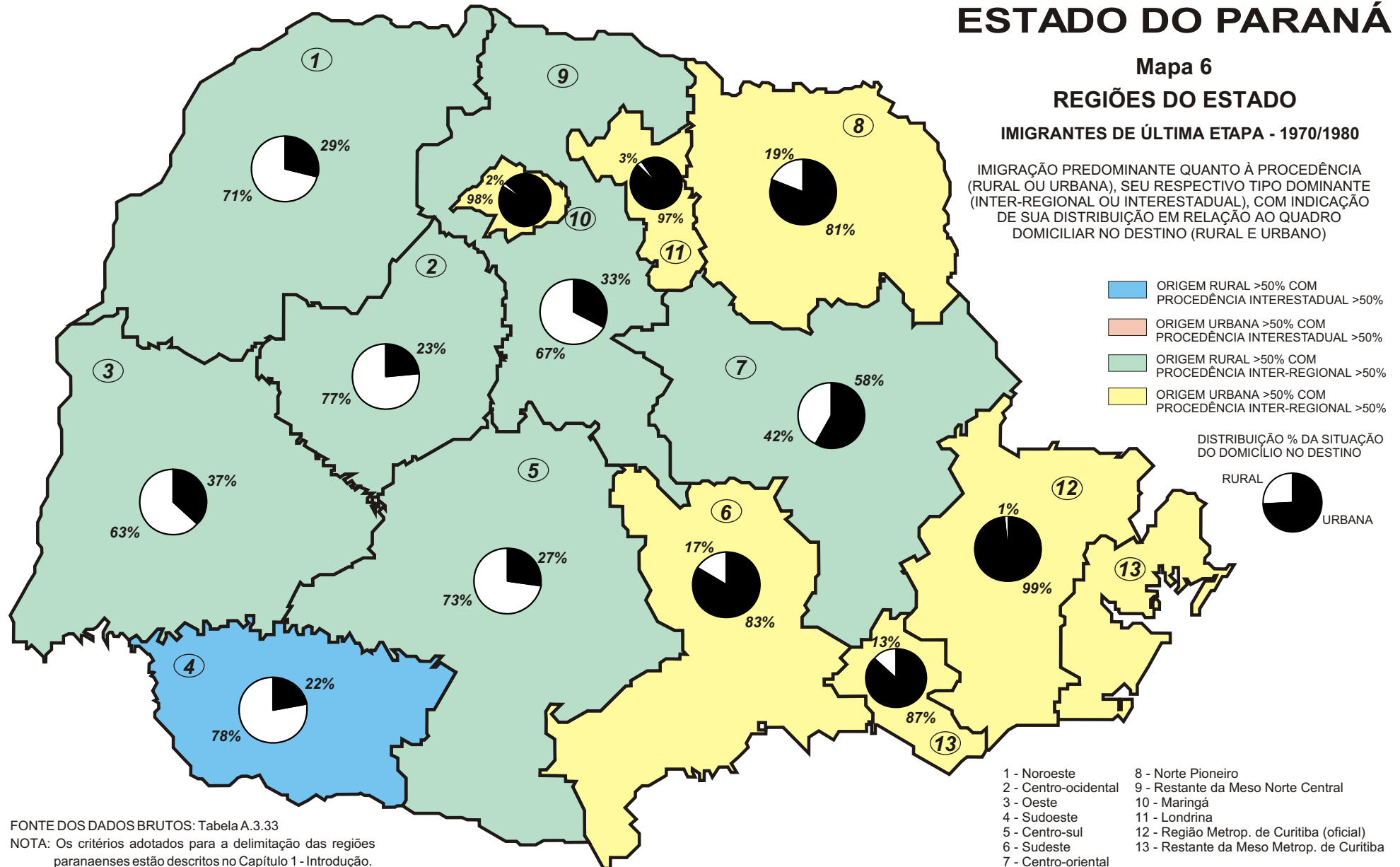
ESTADO DO PARANÁ

Mapa 6

REGIÕES DO ESTADO

IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1970/1980

IMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À PROCEDÊNCIA (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO)



- 1 - Noroeste
- 2 - Centro-ocidental
- 3 - Oeste
- 4 - Sudoeste
- 5 - Centro-sul
- 6 - Sudeste
- 7 - Centro-oriental
- 8 - Norte Pioneiro
- 9 - Restante da Meso Norte Central
- 10 - Maringá
- 11 - Londrina
- 12 - Região Metrop. de Curitiba (oficial)
- 13 - Restante da Meso Metrop. de Curitiba

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.3.33

NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Sob o prisma dos fluxos de imigrantes inter-regionais (intra-estaduais) da década de 1970, a ênfase, já ressaltada anteriormente, recai sobre a atração que as áreas urbanas da RMC e de outras regiões dinâmicas do Paraná – Londrina, Maringá e Oeste – exerceram sobre fluxos de origem, tanto urbana, quanto rural, provenientes de todas as regiões do Estado, no caso da RMC, e das respectivas áreas circunvizinhas, no que diz respeito às outras três regiões (ver tabelas A.3.36 a A.3.39 e A.3.52 a A.3.55). Os movimentos dirigidos às áreas rurais também se caracterizaram pelo fator proximidade, conformando, basicamente, cinco vetores de destinação – Oeste, Restante da Meso Norte Central, Noroeste, Centro-Occidental e, em menor medida, o Centro-Sul –, regiões que, na época, ainda concentravam elevados contingentes de população rural.

Nos anos 80, o predomínio da emigração interestadual sobre os deslocamentos inter-regionais se manteve nas mesmas cinco regiões da década precedente – Noroeste, Norte Pioneiro, Oeste, Londrina e RMC –, porém passando a prevalecer, também nas três primeiras, a origem urbana dos fluxos (mapa 7 e tabelas A.3.56 a A.3.58). Além dessas, em outras duas regiões – Centro-Occidental e Sudoeste –, que nos anos 70 evidenciaram fluxos inter-regionais e com origem rural preponderantes, a emigração interestadual passou a predominar, mas, ainda, com maior peso para a origem rural. Tem-se, assim, entre um decênio e outro, uma ampliação do peso relativo dos fluxos de mais longa distância, retratados pelo destino interestadual *vis-à-vis* o intra-estadual. É interessante observar, no entanto, que os emigrantes interestaduais de última etapa dessas sete regiões buscaram, em sua maioria, as áreas urbanas dos locais de destino, salvo em algumas situações específicas.

Em todas as seis regiões nas quais a emigração inter-regional prevaleceu, no período 1981/1991 – Maringá, Restante da Meso Norte Central, Centro-Oriental, Centro-Sul, Sudeste e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba –, a maior parte dos seus emigrantes de última etapa saiu das áreas urbanas, diferentemente do período anterior, mantendo a direção urbana nas regiões paranaenses de destino.

Quanto à direção interestadual dos fluxos, percebe-se que – em grande medida, para as regiões do norte do Paraná – a busca pelos centros urbanos da Região Sudeste, mais especificamente por São Paulo, sofreu uma forte redução, entre a década de 1970 e a de 1980, embora ainda tenha se mantido como o fluxo mais expressivo, tanto do ponto de vista das grandes regiões brasileiras, quanto das UF (tabelas A.3.59 a A.3.63). Em contrapartida,

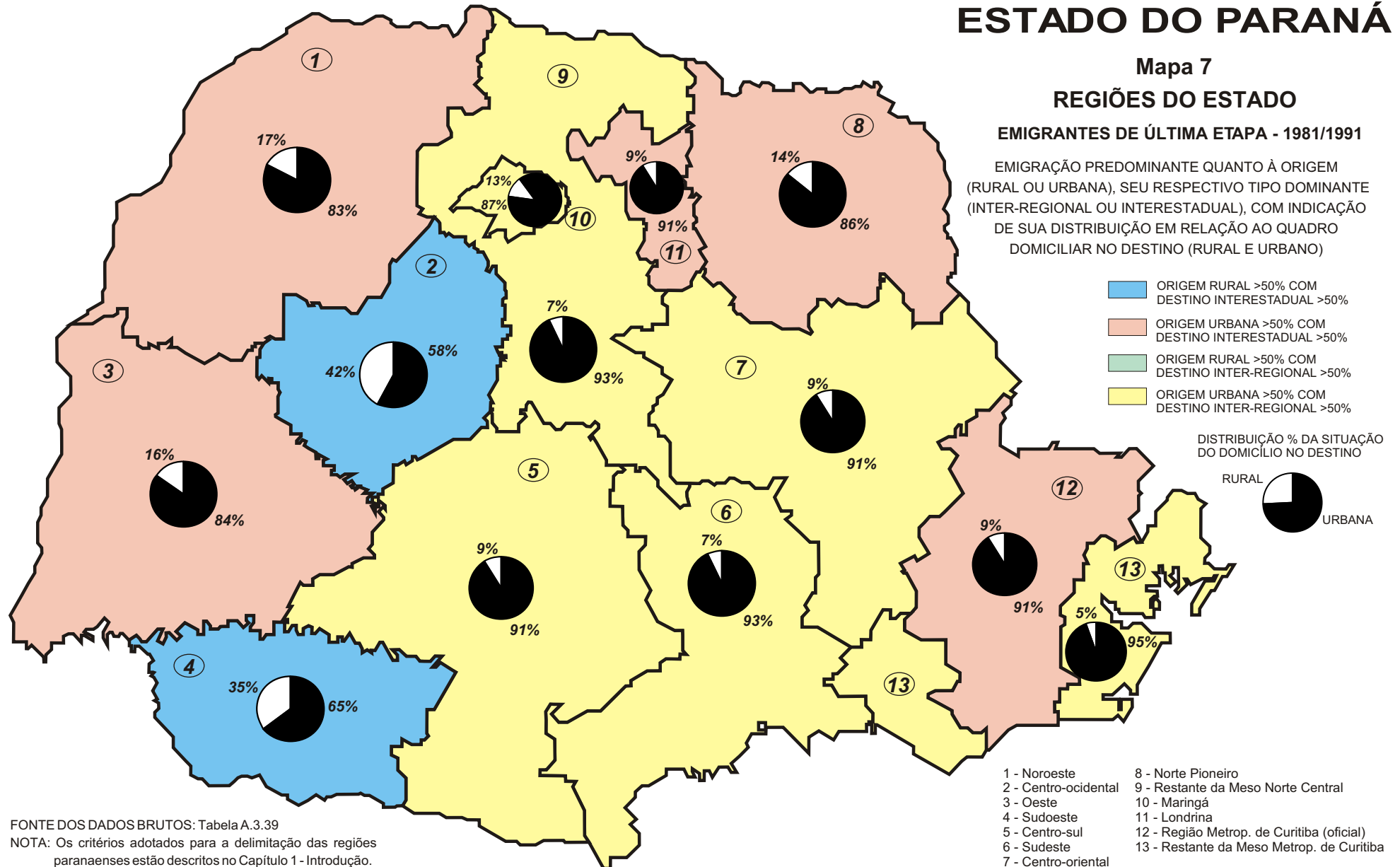
ESTADO DO PARANÁ

Mapa 7

REGIÕES DO ESTADO

EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1981/1991

EMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À ORIGEM (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO)



- 1 - Noroeste
- 2 - Centro-ocidental
- 3 - Oeste
- 4 - Sudoeste
- 5 - Centro-sul
- 6 - Sudeste
- 7 - Centro-oriental
- 8 - Norte Pioneiro
- 9 - Restante da Meso Norte Central
- 10 - Maringá
- 11 - Londrina
- 12 - Região Metrop. de Curitiba (oficial)
- 13 - Restante da Meso Metrop. de Curitiba

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.3.39

NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

os volumes emigratórios com destino a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul elevaram-se substantivamente, entre um período e outro, em especial aqueles com origem urbana nas regiões ao sul do Estado, na RMC e na Oeste, e destino urbano. Ademais, as áreas de fronteira do Centro-Oeste e do Norte do País mantiveram-se como destino de importantes fluxos oriundos do Paraná, que, inclusive, entre um período e outro, aumentaram, particularmente os movimentos com origem urbana nas regiões do norte do Estado, na Oeste e, inclusive, na RMC, e destino urbano nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia.

Internamente ao Paraná, a movimentação inter-regional permaneceu intensa, ainda que em menor volume, com o largo predomínio dos fluxos em direção às áreas urbanas, notando-se, ainda, uma emigração forte de quase todas as regiões do Estado para a RMC e trocas mais expressivas entre regiões com proximidades geográficas (tabelas A.3.64 a A.3.71). Os fluxos rurais/rurais decresceram substancialmente, entre uma década e outra, ocorrendo, no entanto, uma ligeira alteração na participação das regiões na estrutura emigratória deste tipo, elevando-se de forma mais notória o peso das regiões Sudoeste, Oeste, Centro-Sul e Centro-Oriental no total do Estado (tabelas A.3.80 a A.3.83).

No que tange à imigração interestadual de última etapa dos anos 80, a alteração mais expressiva refere-se ao aumento dos fluxos interestaduais, especialmente aqueles com origem urbana, e uma forte redução dos deslocamentos inter-regionais (mapa 8 e tabelas A.3.72 a A.3.74). Das quatro regiões que evidenciaram fluxos imigratórios de origem predominantemente urbana com procedência interestadual superior a 50% – Norte Pioneiro, Noroeste, Oeste e Sudoeste –, apenas a última já havia apresentado essa condição na década de 1970, e, assim mesmo, com o predomínio da origem rural dos fluxos (ver mapa 6). Ao mesmo tempo, observa-se que as áreas urbanas também passaram a constituir o destino preferencial dos migrantes, interestaduais ou inter-regionais, exceto no caso da região Centro-Sul. Essa região, na década de 1980, conformou um derradeiro espaço de expansão fronteiriça no Estado, respondendo por parcela expressiva do crescimento do número de estabelecimentos e da mão-de-obra ocupada nas atividades agropecuárias, verificado no Estado, no primeiro quinquênio (MAGALHÃES, 1996). Essa dinâmica, no entanto, não impediu que a população rural da região decrescesse, em números absolutos, entre 1980 e 1991 (ver tabela 15).

Os fluxos procedentes das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do País elevaram-se substancialmente – seguramente traduzindo, em grande medida, deslocamentos de retorno –, em particular os de origem e destino urbanos. No âmbito dessas Regiões, merece

destaque a imigração proveniente dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, devendo-se apontar o aumento da migração originada em Mato Grosso e em Rondônia, inclusive com destino às áreas rurais do Paraná (tabelas A.3.75 a A.3.79).

A grosso modo, pode-se relacionar os fluxos de última etapa oriundos das áreas urbanas do Sudeste do Brasil, no período 1981/1991, com as áreas urbanas da RMC e das regiões do norte paranaense – especialmente Londrina, Restante da Meso Norte Central, Maringá, Noroeste e Norte Pioneiro. Entretanto, o meio urbano das regiões Oeste e Sudoeste, bem como suas áreas rurais e as da região Centro-Sul, constituíram importantes espaços de destino para a imigração proveniente dos estados do Sul, de Mato Grosso e de Rondônia.

3.3.2 Os Fluxos Intermunicipais de Última Etapa no Interior das Regiões, Segundo Situação do Domicílio na Origem e no Destino

É evidente que, em contextos de intensa mobilidade populacional, os deslocamentos de curta distância têm seu peso. Na verdade, o dado censitário de última etapa certamente subestima esse tipo de movimento migratório, pois são bastante comuns as situações em que os migrantes, inicialmente, trocam de residência dentro do próprio município, transferindo-se, por exemplo, do meio rural para o urbano,⁷⁹ ou se deslocam para municípios vizinhos, e só posteriormente, arriscam-se a efetuar movimentos de mais longa distância. Neste trabalho, a análise estará circunscrita às mudanças intermunicipais de última etapa, em cada região, focalizando-se o quadro domiciliar dos migrantes na origem e no destino.

Os dados de movimentação intermunicipal, intra-regional, por tipo de mudança de situação domiciliar de residência, confirmam que as regiões paranaenses também têm experimentado intensas trocas migratórias em seus espaços internos, sob o impulso das mudanças estruturais que passaram a vigorar nas últimas décadas.

Por meio dos dados das tabelas 30 e 31, constata-se que, dentre os que sobreviveram e não reemigraram até o final dos anos 70, 800 mil pessoas realizaram

⁷⁹Segundo dados apresentados em IPARDES (1997), entre 1981/1991, 570 mil pessoas que residiam há menos de dez anos no município em que foram recenseadas, trocaram, dentro do município, ao menos uma vez, de situação do domicílio, realizando deslocamento intramunicipal. Destes, 469 mil mudaram do rural para o urbano, e 101 mil, do urbano para o rural. Entre a população que declarou estar residindo no mesmo município há mais de dez anos (não-migrante), 448 mil fizeram deslocamento intramunicipal, sendo 360 mil no sentido rural/urbano, e 88 mil, no sentido urbano/rural. (IPARDES, 1997, p.117).

movimento intermunicipal intra-regional de última etapa no Estado e, no decênio seguinte, o montante alcançou pouco menos de 700 mil migrantes.

TABELA 30 - MIGRANTES INTERMUNICIPAIS INTRA-REGIONAIS DE ÚLTIMA ETAPA, POR TIPO DE FLUXO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO ¹	FLUXO INTERMUNICIPAL				
	Rural / Urbano	Urbano / Urbano	Rural / Rural	Urbano / Rural	Total
Noroeste	28.992	27.853	67.135	6.947	130.927
Centro-Occidental	12.405	9.491	29.410	2.424	53.730
Maringá	4.770	9.394	1.406	505	16.075
Londrina	7.096	13.188	3.071	585	23.940
Restante Meso Norte Central	30.215	21.447	56.621	5.872	114.155
Norte Pioneiro	16.808	14.275	36.844	4.193	72.120
Centro-Oriental	10.683	8.092	7.292	1.879	27.946
Oeste	42.885	44.256	57.591	6.850	151.582
Sudoeste	17.575	13.501	31.585	2.651	65.312
Centro-Sul	5.562	5.917	8.268	1.343	21.090
Sudeste	5.029	3.348	4.839	713	13.929
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	21.497	68.050	5.720	6.802	102.069
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	1.653	2.950	1.490	404	6.497
Total Migrantes Intra-regionais u.e.	205.170	241.762	311.272	41.168	799.372

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 Introdução.

TABELA 31 - MIGRANTES INTERMUNICIPAIS INTRA-REGIONAIS DE ÚLTIMA ETAPA, POR TIPO DE FLUXO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO ¹	FLUXO INTERMUNICIPAL				
	Rural / Urbano	Urbano / Urbano	Rural / Rural	Urbano / Rural	Total
Noroeste	18.219	27.791	26.879	7.850	80.739
Centro-Occidental	9.712	12.892	13.104	3.571	39.279
Maringá	2.484	17.804	703	573	21.564
Londrina	4.045	15.263	1.731	755	21.794
Restante Meso Norte Central	17.675	24.647	21.250	6.107	69.679
Norte Pioneiro	12.431	17.058	18.097	6.127	53.713
Centro-Oriental	7.638	13.369	3.820	2.572	27.399
Oeste	29.248	55.507	23.803	9.312	117.870
Sudoeste	14.984	17.253	21.518	4.865	58.620
Centro-Sul	5.790	7.140	9.540	2.866	25.336
Sudeste	4.182	4.285	3.992	1.960	14.419
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	11.932	114.957	3.572	9.959	140.420
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	1.463	2.054	815	430	4.762
Total Migrantes Intra-regionais u.e.	139.803	330.020	148.824	56.947	675.594

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

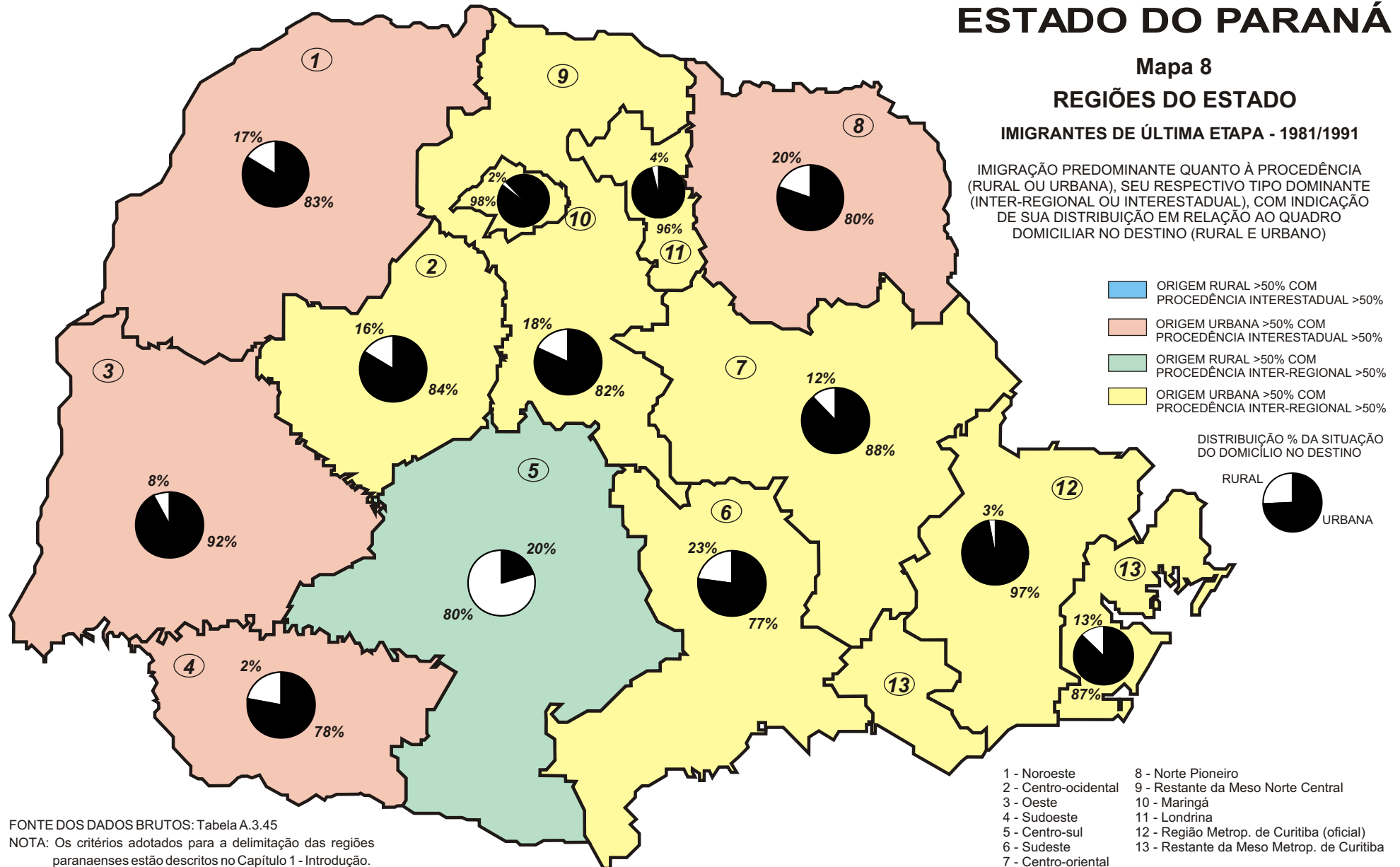
ESTADO DO PARANÁ

Mapa 8

REGIÕES DO ESTADO

IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA - 1981/1991

IMIGRAÇÃO PREDOMINANTE QUANTO À PROCEDÊNCIA (RURAL OU URBANA), SEU RESPECTIVO TIPO DOMINANTE (INTER-REGIONAL OU INTERESTADUAL), COM INDICAÇÃO DE SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO QUADRO DOMICILIAR NO DESTINO (RURAL E URBANO)



- 1 - Noroeste
- 2 - Centro-ocidental
- 3 - Oeste
- 4 - Sudoeste
- 5 - Centro-sul
- 6 - Sudeste
- 7 - Centro-oriental
- 8 - Norte Pioneiro
- 9 - Restante da Meso Norte Central
- 10 - Maringá
- 11 - Londrina
- 12 - Região Metrop. de Curitiba (oficial)
- 13 - Restante da Meso Metrop. de Curitiba

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.3.45

NOTA: Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

No período 1970/1980, a grande maioria dos deslocamentos intermunicipais dentro das regiões teve origem rural, como esperado. O movimento rural/rural resultou o mais volumoso da década (311 mil migrantes), prevalecendo para quase 40% dos fluxos (tabela A.3.84), seguido pelo urbano/urbano (242 mil), o rural/urbano (205 mil) e o urbano/rural (apenas 41 mil). Esse perfil resultou bem diferente das trocas inter-regionais (ver tabela A.3.28), onde predominaram os movimentos urbano/urbano (405 mil) e rural/urbano (306 mil), tendo sido de menor importância relativa o rural/rural (260 mil). Apesar do peso expressivo dos deslocamentos rurais/rurais, já naquele decênio as trocas do tipo urbano/urbano foram substanciais, alcançando 30% dos fluxos intermunicipais intra-regionais do Estado. No agregado do Paraná, o ganho líquido das áreas urbanas, através das migrações intermunicipais intra-regionais, foi de 164 mil pessoas.

No nível das regiões paranaenses e considerando-se os tipos de fluxos, observa-se que a Oeste, a Noroeste, a Restante da Meso Norte Central e a RMC experimentaram as trocas intra-regionais mais volumosas da década, exceto no caso dos deslocamentos rurais/rurais, em que a RMC não participou de forma significativa, ao contrário das regiões Norte Pioneiro e Sudoeste (tabela A.3.85). Adicionalmente, nas regiões de maior expressão rural no período – Noroeste, Centro-Occidental, Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro e Sudoeste – mais de 50% dos migrantes intermunicipais intra-regionais tiveram destino rural, dos quais, 90% tinham, também, origem rural (ver tabela A.3.84). Ainda que a região Oeste tenha registrado predomínio de fluxos em direção às áreas urbanas, sua contribuição para o quadro migratório rural do decênio não foi desprezível (ver tabelas 30 e A.3.85). Pelo lado das trocas intra-regionais de destino urbano do Estado, essas tabelas evidenciam também que as regiões RMC, Oeste, Noroeste e Restante da Meso Norte Central sobressaíram com os fluxos mais volumosos. Contudo, na estrutura interna de cada região, a RMC, Londrina e Maringá, sem dúvida alguma, foram as que concentraram deslocamentos de destino urbano em maiores proporções (ver tabela A.3.84).

No decênio 1981/1991, as conexões de sentido urbano/urbano passaram a prevalecer largamente, e se a elas agregam-se as trocas rurais/urbanas, tem-se quase 70% dos fluxos intermunicipais intra-regionais de última etapa do período dirigindo-se para áreas urbanas do Estado (ver tabela 31 e A.3.86). O declínio dos deslocamentos rurais/rurais, por outro lado, foi substantivo, atingindo todas as regiões, exceto a Centro-Sul. Apesar dessa constatação,

é interessante observar o crescimento absoluto e relativo, entre uma década e outra, das trocas de sentido urbano/rural em todas as regiões, embora de pouca magnitude, sendo as mais volumosas as da RMC, do Oeste, do Sudoeste e do Norte Pioneiro.

Como referido anteriormente, com relação aos processos da RMC, em alguma medida, esse fenômeno pode estar representando uma volta ao campo ou novas inserções em atividades rurais de pessoas anteriormente vinculadas ao mercado de trabalho urbano, mas outros fatores podem estar interferindo nesse resultado. Um deles associa-se à ampliação de alguns tipos de atividade econômica nos entornos das aglomerações urbanas que, embora se localizem em áreas rurais, dependem estreitamente da demanda urbana – pesque-pagues, pousadas campestres, restaurantes rústicos, etc. Ao mesmo tempo, em algumas áreas, registra-se o aumento do número de pessoas que trabalham no centro urbano, mas transferem residência para chácaras e sítios, embora, muito provavelmente, esse comportamento ainda esteja restrito ao entorno de áreas mais densamente povoadas. Porém, sobretudo, convém assinalar a possibilidade de que moradores anteriormente urbanos tenham se mudado, devido ao alto custo dos lotes urbanos, para áreas periféricas das cidades, que estejam em processo de adensamento populacional, mas que, em função do desajuste entre a velocidade da ocupação e a regularização municipal do perímetro urbano, ainda tenham sido registradas como áreas rurais, à época do censo.

Adicionalmente, há de se observar que, a grosso modo, as mesmas regiões que, na década precedente, haviam se destacado em termos de volume dos fluxos – RMC (exceto nas trocas rurais/rurais), Oeste, Noroeste e Restante da Meso Norte Central – mantiveram essa posição, notando-se, no entanto, algumas alterações.

De imediato, chama a atenção o expressivo aumento da participação da RMC no conjunto das trocas intra-regionais do tipo urbano/urbano no Estado, fato que ilustra ainda mais a importância da área metropolitana no cenário migratório paranaense (tabela A.3.87). Entretanto, praticamente todas as regiões registraram incrementos absolutos deste tipo de fluxo, ampliando-se, de forma generalizada, o peso das trocas com destino urbano na estrutura dos fluxos de cada região (ver tabela A.3.86). Em contrapartida, todas apresentaram amplas reduções nos percentuais representativos dos deslocamentos rurais/rurais, especialmente as áreas que, na década anterior, se destacaram nesse sentido.

4 A MIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ E OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE CURTO PRAZO

No cenário turbulento das migrações paranaenses, em que ora o afluxo de imigrantes interestaduais prevalece em larga escala, ora são os movimentos de saída que predominam, o fenômeno da migração de retorno dos naturais do Estado cresce de importância. As determinações subjacentes a esses processos são complexas e intrincadas, orbitando entre fatores infra e superestruturais, de atração e de expulsão, de ordem individual e social, objetiva e subjetiva. Desvendá-las é uma tarefa que ultrapassa em muito o escopo desta tese. No entanto, acredita-se que a identificação e mensuração dessa categoria migratória, delimitando seus contornos no contexto populacional recente do Paraná, além de contribuir para alçá-la a uma posição de interesse como objeto de estudo, abre caminho para uma melhor compreensão do seu papel na dinâmica migratória das regiões paranaenses, ampliando as possibilidades de fundamentação das hipóteses das projeções demográficas do Estado, instrumento relevante no âmbito do planejamento governamental.

Propósito similar estimula a análise exploratória dos deslocamentos populacionais de curto prazo observados nas regiões do Paraná, baseada na conjugação metodológica dos dados de migração de data fixa e de última etapa, relativos ao quinquênio 1986/1991. Tais processos associam-se estreitamente à lógica do dinamismo experimentado pelas regiões no período e, com frequência, sinalizam importantes tendências que se anunciam.

4.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DE RETORNO AO PARANÁ, NAS DÉCADAS DE 1970 E DE 1980: EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS

Sayad (2000), discutindo o fenômeno da migração de retorno como um elemento constitutivo da condição do imigrante, postula, com sensibilidade, que “a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se, de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou.” (SAYAD, 2000, p.12).

No cenário das migrações, no Brasil, o retorno ao local de nascimento com certeza sempre esteve presente, "como um elemento constitutivo da condição do imigrante". A movimentação no espaço, além de responder a estímulos de natureza objetiva, muitas vezes passíveis de serem transformados em números, quantidades, bens tangíveis e intangíveis, carrega intrinsecamente desejos, esperanças, expectativas, sonhos. Nesse sentido, a questão do retorno, mais do que um objeto de estudo das migrações, é, segundo Sayad, "principalmente da ordem do fantasma que ronda as consciências". (SAYAD, 2000, p.12).

Modestamente, no âmbito do presente trabalho, o foco sobre a migração de retorno ao Paraná está restrito à mensuração do fenômeno que, conforme se demonstra, cresce de importância, ao longo do tempo. Adotou-se, como ponto de partida, procedimentos metodológicos desenvolvidos por Carvalho e Ribeiro, e descritos em Ribeiro (1997). Em seu trabalho, o autor considera no rol de migrantes de retorno os indivíduos que, uma vez tendo saído do local de nascimento em algum momento de suas vidas, a ele retornam durante o decênio anterior ao censo utilizado como fonte dos dados. A informação que registra esse tipo de movimento é a de última etapa. É sempre necessário lembrar que o dado censitário registra apenas a situação migratória dos sobreviventes da década e que não efetuaram reemigração, não captando, portanto, a totalidade dos fluxos de fato ocorridos. Ademais, a mensuração direta do retorno dos não-naturais, nos períodos intercensitários, aos antigos locais de residência, não pode ser feita, visto que os censos brasileiros não possibilitam sua identificação (RIBEIRO, 1997, p.41).

Uma vez que a unidade de análise na tese são as regiões paranaenses e os censos demográficos brasileiros não pesquisam o nome do município (ou da região) de nascimento dos indivíduos, foi considerado no trabalho, como efeito direto, apenas o contingente de imigrantes interestaduais de retorno da década (paranaenses), diferenciado por regiões brasileiras de origem – com destaque para algumas UF –, com indicação daqueles cujo destino, nas regiões, foi o município de nascimento.⁸⁰

A relevância da migração de retorno foi medida via distribuições percentuais, proporções e taxas. Ribeiro (1997) enfatiza que:

⁸⁰Ainda que os censos não pesquisem o nome do município de nascimento, há informação se o indivíduo é ou não natural do município de residência.

Ao tratar da migração de retorno, é importante ligar o seu volume às populações afetadas. Se, por um lado, isto pode ser feito do ponto de vista das populações de origem ou de destino, pode-se considerar, por outro, a massa migratória propriamente dita, dado que quem corre o risco de retornar é por definição, apenas o emigrante. (RIBEIRO, 1997, p.77)

Assim, o autor propõe o cálculo: i) do retorno como proporção da população residente na área em estudo ao final do período; ii) do retorno como proporção do total dos imigrantes da década; iii) da taxa de retorno, considerada como o quociente entre os retornados da década e o total constituído pelos naturais da área em estudo residindo fora (emigrantes acumulados) e pelos retornados da década.

Ao volume de imigrantes interestaduais de retorno no decênio, mensurado de forma direta, conforme descrição acima, deve-se agregar os efeitos demográficos indiretos da migração de retorno. Esses efeitos relacionam-se à imigração de não-naturais da UF associada ao retorno de naturais, bem como à

[...] continuidade reprodutiva dos retornados, concretizada pelos nascimentos, dentro do período analisado, após o retorno à UF. Estes filhos nunca saíram da UF e são menores de 10 anos de idade (RIBEIRO, 1997, p.100).

Para a estimação desses efeitos, Ribeiro utiliza o domicílio como unidade de observação.

A partir de relações de parentesco declaradas ou imputáveis entre as pessoas de um domicílio e sua condição de retornado ou não, assume-se que é possível identificar a população que migrou para (ou nasceu no) Nordeste, como consequência dos indivíduos que retornaram. [...] A aplicação do procedimento é feita considerando domicílios que abrigam migrantes retornados, classificados em dois grandes universos: os domicílios cujos chefes são retornados e aqueles que abrigam retornados, porém cujos chefes são não-retornados (RIBEIRO, 1997, p. 97).

Ainda para o autor, conforme já explicitado, um tipo de efeito indireto decorre da imigração de não-naturais, associada ao retorno de naturais. Quando o chefe do domicílio é um retornado da década, pressupõe-se que os não-naturais do domicílio que imigraram no decênio, o fizeram em função do retorno daquele. Por outro lado, se o chefe do domicílio é não-retornado, são computados como efeito indireto *unicamente os não-naturais com tempo de residência igual ao do migrante de retorno de maior hierarquia na estrutura familiar do domicílio*, definindo-se esta hierarquia do seguinte modo: chefe, cônjuge, filho, outros parentes, não-parentes (RIBEIRO, 1997, p.98-102).

O outro tipo de efeito indireto que a migração de retorno provoca, segundo o autor, relaciona-se à concretização do potencial reprodutivo dos retornados. Ribeiro (1997, p. 100-101) sugere que, para a estimação desse efeito, adote-se o critério estabelecido por Lee (1957). Assim, para o grupo etário de 0 a 4 anos, o efeito indireto corresponde a três vezes o total de crianças, da mesma faixa etária, diretamente retornadas e de crianças imigrantes do período, não-naturais. Para o grupo etário de 5 a 9 anos, o procedimento é semelhante, alterando apenas a proporção imputada ao efeito indireto – um terço do total de crianças retornadas e de crianças imigrantes não-naturais, pertencentes a essa faixa etária.

Conceitualmente, os efeitos indiretos associam-se de maneira mais apropriada à família, como unidade de observação, do que ao domicílio. Um domicílio, com certa frequência, abriga mais de uma unidade familiar, com relações de parentesco entre si, ou não. Se a hipótese subjacente à estimativa do efeito indireto é de que um indivíduo que retorna à sua UF de nascimento tende a vir acompanhado dos familiares, naturais ou não da mesma UF, as relações de parentesco sob a ótica da família parecem mais adequadas para sua estimação.

Além disso, até onde se conhece, não existem estudos abrangentes no País que desvendem os padrões de migrações familiares e, conseqüentemente, que forneçam os fundamentos para uma melhor identificação do papel da hierarquia familiar nas estratégias migratórias. Embora os arranjos nucleares, compostos pelo casal e filhos, ainda predominem no quadro familiar brasileiro⁸¹, seguramente os demais arranjos possuem suas especificidades hierárquicas de responsabilidade e de poder decisório no âmbito da estrutura familiar.

Na ausência de parâmetros mais sólidos que orientassem uma redefinição dos critérios adotados por Ribeiro (1997) para estimar o contingente de não-naturais de uma UF que para ela se dirigem como efeito indireto do retorno de um natural dessa UF, optou-se por substituir a unidade primária de análise de “domicílio” para “família”, manter algumas importantes condições por ele estabelecidas, introduzindo, entretanto, algumas iniciativas de flexibilização.

Descreve-se, a seguir, o tratamento adotado na tese para a estimação do número de imigrantes de retorno e seus efeitos indiretos.

⁸¹No Paraná, em 1991, 74% das pessoas pertenciam a famílias nucleares.

MIGRAÇÃO DE RETORNO PARA O PARANÁ – 1970/1980 E 1981/1991

Critérios para Identificação dos Migrantes de Retorno Direto e Indireto

- **Grupo 1:** famílias cujo chefe é um retornado (inclui famílias unipessoais)
 - a) *Retorno direto:* naturais do Paraná (classificados segundo: chefe; cônjuge; filhos; outros parentes; não-parentes);
 - b) *Retorno indireto (IND2)*⁸²:
- **Critérios para identificação dos retornados indiretos em famílias cujo chefe é retornado:**
 - b.1) Independentemente de terem um tempo de residência na UF **maior, igual ou menor** do que o do chefe retornado, desde que tenham migrado no decênio, foram contabilizados, como efeito indireto, os membros da família imigrantes não-naturais do Paraná, identificados como **CÔNJUGE; FILHO; ENTEADO; PAI OU MÃE; SOGRO OU SOGRA**.
 - b.2) Para as demais categorias da família, compuseram o efeito indireto os imigrantes com tempo de residência **igual ou menor** ao do chefe retornado.
- **Grupo 2:** Famílias cujo chefe não é natural do Paraná
 - c) *Retorno direto:* naturais do Paraná (classificados segundo: cônjuge; filhos; outros parentes; não-parentes);
 - d) *Retorno indireto (IND2):*

⁸² Carvalho e Ribeiro, sensatamente, sugerem que se mantenha a denominação de efeito indireto 1 (IND1) àquele tradicionalmente reconhecido na demografia como efeito indireto da migração, relacionado ao nascimento de crianças na região em estudo, no período em análise, filhas de imigrantes do período. No roteiro acima, o efeito indireto 2 é apresentado antes do IND1 apenas em respeito à lógica empregada para a definição de ambos os efeitos.

- **Critérios para identificação dos retornados indiretos em famílias cujos chefes não são retornados:**

d.1) Se um ou mais dos retornados for, em relação ao chefe da família não-retornado, **CÔNJUGE; FILHO; ENTEADO; PAI OU MÃE; SOGRO OU SOGRA:**

d.1.1) serão considerados efeitos indiretos todos os imigrantes do decênio que pertençam a esse subgrupo da família, incluindo aí o **CHEFE**, independentemente de terem um tempo de residência na UF **maior, igual ou menor** do que o tempo desse(s) retornado(s);

d.1.2) para os demais membros da família que não pertençam ao subgrupo acima, serão considerados efeitos indiretos todos os imigrantes que tenham tempo de residência **igual ou menor** ao do membro retornado desse subgrupo que apresente o maior tempo de residência.

d.2) Nas demais famílias em que o(s) retornado(s) natural(ais) não tenha(m) com o chefe da família (não-retornado) uma das relações de parentesco listadas em d.1, foram considerados como componentes do efeito indireto todos aqueles com tempo de residência **igual ou menor** ao do retornado de maior hierarquia na estrutura familiar. Essa **hierarquia** seguiu a mesma ordem adotada nos censos demográficos brasileiros, ou seja, após as posições de chefe, cônjuge, filho(a), enteado(a), pai ou mãe, sogro(a), tem-se: *avô(ó) ou bisavô(ó); neto(a) ou bisneto(a); genro ou nora; irmão ou irmã; cunhado(a); outros parentes; agregado(a); pensionista; empregado(a) doméstico(a); parente do(a) empregado(a) doméstico(a).*⁸³

⁸³Embora, metodologicamente, tenha-se aceitado que, em famílias cujo chefe não fosse um retornado, os não-parentes (agregado(a); pensionista; empregado(a) doméstico(a); parente do(a) empregado(a) doméstico(a)) entrassem como critério para a identificação dos efeitos indiretos, o processamento do arquivo de microdados do Censo de 1980, do Paraná, apontou apenas 70 casos de famílias em que o(s) único(s) retornados pertencia(m) à categoria dos não-parentes e, o de 1991, apenas 839 casos.

Para ambos os grupos de famílias de retornados (*famílias cujo chefe é um retornado e famílias cujo chefe não é natural do Paraná*), o efeito indireto *IND1*, que se refere à concretização, no local de destino – no caso, o Paraná – do potencial reprodutivo dos retornados, foi estimado através do critério de Lee (1957).⁸⁴

Se os critérios adotados podem levar a algum erro, por excesso, nas estimativas dos efeitos indiretos, principalmente naquelas famílias chefiadas por não-retornados, mas com membro(s) retornado(s), por outro lado, há de se levar em conta que não são contabilizados aqueles componentes do efeito indireto que, em algum momento após chegarem à UF, porém no intervalo do período analisado, passaram a residir, dentro do mesmo estado, em famílias onde não há retornado.

Nas tabelas 32, 33, A.4.1 e A.4.2, encontram-se discriminados os dados sobre a imigração interestadual de última etapa de retorno dos naturais do Paraná, sob o enfoque do efeito direto, concretizada, respectivamente, nos períodos 1970/1980 e 1981/1991,⁸⁵ com indicação dos que, ao retornar, o fizeram para o município de nascimento, ou para outro, e com uma etapa, ou mais de uma. Considera-se migrante de retorno com uma etapa, aqueles que, após retornarem ao Paraná, não mudaram de município no período analisado. Aqueles com mais de uma etapa, após o retorno fizeram pelo menos uma mudança de residência entre municípios, dentro do Paraná.

Em ambos os decênios, para todas as regiões do Estado, a maior parte dos paranaenses que retornaram fixou residência em outro município que não o de nascimento. Ao mesmo tempo, tem-se que, nos dois períodos, o retorno foi realizado predominantemente em apenas uma etapa – a interestadual –, situação que se repete para todas as regiões. Entretanto, o que mais se destaca é o elevado acréscimo, entre uma década e a outra, do volume de migração de retorno de naturais ao Estado, que saltou de 73 mil para quase 250 mil imigrantes, confirmando a relevância do fenômeno no quadro migratório estadual.

⁸⁴Ver nota 32, no Capítulo 2.

⁸⁵Em estudo anterior, realizado no IPARDES (1997), constam alguns resultados relacionados à migração de última etapa de retorno dos naturais do Paraná, do período 1981/1991, restritos, entretanto, ao efeito direto do retorno. Baeninger (2000) também aborda, para o mesmo decênio, resultados da migração de última etapa de retorno de paranaenses, igualmente focalizados apenas do ponto de vista dos efeitos diretos, apresentando, inclusive, dados para o quinquênio 1990/1995, extraídos da PNAD de 1995, do IBGE.

TABELA 32 - IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO, POR CONDIÇÃO DE RETORNO PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO OU NÃO, COM APENAS UMA ETAPA OU MAIS DE UMA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO ¹	RETORNO INTERESTADUAL DA DÉCADA						TOTAL				
	Para Município de Nascimento			Para Outro Município			Para Município de Nascimento	Para Outro Município	Com uma etapa ²	Com + de uma etapa ³	TOTAL (7+8) OU (9+10)
	Munic. Resid. Ant. Outra UF	Munic. Resid. Ant. no Paraná		Munic. Resid. Ant. Outra UF	Munic. Resid. Ant. no Paraná						
		Mesma Região	Outra Região		Mesma Região (5)	Outra Região (6)					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1+2+3)	(8) = (4+5+6)	(9) = (1+4)	(10) = (2+3+5+6)		
Noroeste	2.026	109	149	4.102	1.518	1.026	2.284	6.645	6.127	2.801	8.929
Centro-Occidental	769	67	39	1.589	438	597	875	2.623	2.358	1.141	3.498
Maringá	617	9	55	1.595	79	461	681	2.135	2.212	603	2.816
Londrina	1.590	31	122	2.473	290	1.154	1.743	3.916	4.062	1.596	5.659
Restante da Meso Norte Central	2.303	70	144	3.905	1.136	909	2.517	5.950	6.208	2.259	8.468
Norte Pioneiro	2.636	122	63	2.886	983	368	2.822	4.237	5.522	1.537	7.059
Centro-Oriental	1.144	17	119	1.734	215	663	1.281	2.612	2.878	1.015	3.893
Oeste	1.541	161	129	2.717	1.530	1.594	1.830	5.841	4.258	3.413	7.671
Sudoeste	1.046	82	42	1.152	1.014	342	1.169	2.507	2.197	1.479	3.677
Centro-Sul	781	48	75	817	250	580	905	1.648	1.598	954	2.552
Sudeste	484	26	23	794	114	170	533	1.078	1.278	333	1.612
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	4.895	81	282	7.504	663	2.326	5.258	10.493	12.399	3.352	15.751
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	627	4	31	495	87	334	662	917	1.122	457	1.579
PARANÁ	20.459	827	1.273	31.762	8.317	10.525	22.559	50.603	52.220	20.942	73.162

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) Apenas a etapa interestadual.

(3) Além da etapa interestadual, pelo menos mais uma intermunicipal, dentro do Paraná.

TABELA 33 - IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO, POR CONDIÇÃO DE RETORNO PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO OU NÃO, COM APENAS UMA ETAPA OU MAIS DE UMA, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO ¹	RETORNO INTERESTADUAL DA DÉCADA						TOTAL				
	Para Município de Nascimento			Para Outro Município			Para Município de Nascimento	Para Outro Município	Com uma etapa ²	Com + de uma etapa ³	TOTAL (7+8) OU (9+10)
	Munic. Resid. Ant. Outra UF	Munic. Resid. Ant. no Paraná		Munic. Resid. Ant. Outra UF	Munic. Resid. Ant. no Paraná						
		Mesma Região	Outra Região		Mesma Região	Outra Região					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1+2+3)	(8) = (4+5+6)	(9) = (1+4)	(10) = (2+3+5+6)		
Noroeste	7.863	379	400	12.266	2.846	1.602	8.642	16.714	20.129	5.228	25.356
Centro-Occidental	3.836	166	368	5.578	1.069	1.752	4.370	8.399	9.414	3.356	12.770
Maringá	3.359	24	202	9.060	759	2.089	3.585	11.908	12.419	3.074	15.493
Londrina	7.507	71	484	10.489	751	2.955	8.061	14.196	17.995	4.261	22.257
Restante da Meso Norte Central	8.625	437	576	10.502	1.732	2.012	9.638	14.246	19.127	4.757	23.884
Norte Pioneiro	7.594	492	457	6.127	1.842	662	8.544	8.631	13.721	3.453	17.174
Centro-Oriental	2.583	298	268	4.165	820	1.273	3.148	6.258	6.748	2.658	9.406
Oeste	8.460	590	294	19.190	5.234	4.167	9.345	28.591	27.650	10.285	37.936
Sudoeste	4.654	460	231	4.163	1.883	684	5.346	6.730	8.817	3.258	12.075
Centro-Sul	2.554	113	284	2.560	655	1.232	2.951	4.447	5.114	2.284	7.399
Sudeste	1.715	151	348	1.992	419	953	2.214	3.363	3.707	1.870	5.577
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	11.930	546	1.283	23.244	6.613	10.890	13.759	40.747	35.173	19.332	54.505
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	1.664	30	283	1.671	149	1.405	1.977	3.225	3.335	1.867	5.202
PARANÁ	72.347	3.755	5.480	111.005	24.770	31.677	81.582	167.452	183.352	65.682	249.034

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) Apenas a etapa interestadual.

(3) Além da etapa interestadual, pelo menos mais uma intermunicipal, dentro do Paraná.

Nos anos 70, as regiões que mais se sobressaíram como destino de última etapa dos retornados interestaduais da década, naturais do Paraná, foram a RMC, a Noroeste, a Restante da Meso Norte Central, a Oeste e a Norte Pioneiro, observando-se a mesma situação para cada recorte da migração de retorno estabelecido nas tabelas acima – retorno para município de nascimento, para outro município, com uma etapa, com mais de uma etapa (tabela A.4.3). No decênio seguinte, de certa forma esse quadro se mantém, com algumas alterações. Cresce expressivamente a participação da região Oeste como espaço de fixação de última etapa da migração de retorno dos paranaenses, bem como, em menor medida, elevam-se os percentuais de Londrina e de Maringá (tabela A.4.4).

Quanto à procedência interestadual dos retornados, observa-se que, nas décadas focalizadas, a Região Sudeste do País – em especial o Estado de São Paulo –, constituiu a origem dos maiores fluxos de retorno dos naturais do Paraná, o que não causa surpresa, dado que, para essa Região, principalmente para São Paulo, também convergiram as correntes emigratórias mais numerosas do Estado, no período (tabelas 34, A.4.5 e A.4.6). Entre 1970 e 1980, a Região Sul respondeu por 23% dos retornados – com amplo predomínio de Santa Catarina como origem –, e a Centro-Oeste, 14%, provenientes, em sua maioria, de Mato Grosso do Sul. No decênio seguinte, esta situação se inverteu, passando o Centro-Oeste brasileiro a constituir a segunda principal área de procedência dos imigrantes de retorno, com destaque para o Mato Grosso, e o Sul, a terceira, permanecendo Santa Catarina na posição de destaque. A Região Norte, entre uma década e outra, também ampliou sua participação como espaço de origem dos retornados, notando-se, no âmbito da Região, o expressivo aumento do peso de Rondônia nesse processo.

Na década de 1970, todas as regiões do centro-norte do Estado, assim como a Oeste e a RMC, absorveram, em maior proporção, retornados provenientes da Região Sudeste, em particular, de São Paulo, notando-se, em contrapartida, que, nas regiões localizadas no centro-sul do Estado – Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba –, os principais percentuais de retorno associaram-se à origem sulina (*ver* tabela A.4.5). No período seguinte, o quadro foi similar, ressaltando-se, apenas, a dinâmica apresentada pela região Oeste, que passou a absorver, principalmente, imigrantes de retorno ao Paraná procedentes do Centro-Oeste (*ver* tabela A.4.6). A identificação desses vetores induz à inferência de que os retornados, majoritariamente, voltaram não somente ao Paraná, mas, também, às regiões onde residiam antes da partida, embora os dados censitários não permitam essa comprovação.

TABELA 34 - IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO¹ POR REGIÃO BRASILEIRA DE ORIGEM, SEGUNDO REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO ²	REGIÃO BRASILEIRA DE ORIGEM										TOTAL	
	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		1970/1980	1981/1991
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991		
Noroeste	165	833	4.854	12.513	2.905	10.148	334	3.158	326	685	8.584	27.337
Centro-Occidental	138	481	2.313	5.685	681	4.588	118	1.750	54	285	3.303	12.790
Maringá	61	346	2.233	8.943	600	4.959	40	2.272	165	349	3.100	16.869
Londrina	193	1.512	4.427	15.607	770	4.735	145	1.899	156	685	5.691	24.438
Restante da Meso Norte Central	165	1.272	6.865	17.320	1.125	5.480	219	1.527	323	384	8.698	25.982
Norte Pioneiro	237	503	7.165	16.125	216	1.261	6	574	112	173	7.736	18.636
Centro-Oriental	637	1.819	2.928	5.106	303	1.291	122	717	41	237	4.032	9.170
Oeste	1.897	5.385	2.284	7.713	1.329	17.926	302	6.034	155	497	5.965	37.555
Sudoeste	2.550	6.032	257	1.077	173	3.565	55	984	43	315	3.078	11.974
Centro-Sul	1.797	3.139	262	1.287	145	1.445	35	901	0	172	2.239	6.944
Sudeste	1.509	3.015	230	1.348	52	438	0	209	0	25	1.791	5.035
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	6.448	13.208	8.119	21.299	1.710	7.159	375	4.540	719	1.567	17.371	47.774
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	970	2.668	467	1.285	87	337	6	170	41	70	1.572	4.530
PARANÁ	16.768	40.214		115.308	10.097	63.332	1.757	24.736	2.135	5.443	73.162	249.034

FONTE: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) O total de retornados interestaduais que fizeram pelo menos mais um movimento migratório intermunicipal (intra-estadual) foi rateado segundo a distribuição conhecida dos retornados que fizeram apenas uma etapa.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Ainda que a observação dos dados da migração de retorno localize no espaço a distribuição do fenômeno, possibilitando a identificação das áreas de destino de última etapa dos naturais que retornaram ao Estado, a análise de indicadores derivados da associação entre os volumes de paranaenses retornados com alguns volumes populacionais envolvidos – população residente na área de destino, no final do período; número total de imigrantes de última etapa da década, registrado na área de destino; estoque de emigrantes naturais do Paraná residindo nas demais UF brasileiras –, ademais, propicia interessantes inferências, relativizando os resultados.

Assim, na tabela 35, tem-se, para cada região e décadas analisadas, a proporção do número total de paranaenses retornados que, em sua última etapa, fixou residência na região, em relação à população residente na área, ao final de cada período, e a proporção dos que retornaram para o município de nascimento, em relação à mesma população residente ao final do período. De modo geral, nota-se que, na década de 1970, as regiões do norte do Estado – Londrina, Maringá, Norte Pioneiro, Noroeste e Restante da Meso Norte Central – e a RMC apresentaram as maiores proporções de absorção de retornados, em relação às respectivas populações residentes de 1980. Esse quadro, de certa forma, se repete, no que diz respeito ao retorno para os municípios de nascimento, com destaque para os índices evidenciados no tocante aos municípios das regiões Norte Pioneiro e Londrina.

Nos anos 80, todas as regiões absorveram maiores proporções de imigrantes de retorno, em comparação com o total de residentes recenseados em 1991, destacando-se, novamente, Maringá, Londrina e Noroeste, passando a sobressair, também, a Oeste. De forma similar ao período precedente, as regiões Norte Pioneiro e Londrina revelaram as maiores proporções de retornados aos municípios de nascimento, em relação à população residente.

Contudo, ao relacionar, para cada decênio, os volumes de naturais do Paraná que, na última etapa migratória, a ele retornaram, com o total da imigração interestadual de última etapa da década, de cada região, alguns resultados chamam a atenção (tabela 36). Nos anos 70, dentre os imigrantes que vieram de outras UF brasileiras, as maiores proporções dos naturais que estavam retornando ao Estado dirigiram-se às regiões Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Maringá, Restante da Meso Norte Central e Londrina.

TABELA 35 -PROPORÇÃO DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO NATURAIS DO ESTADO¹, COM INDICAÇÃO DA PROPORÇÃO DOS QUE RETORNARAM TAMBÉM PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO RESIDENTE NO FINAL DO PERÍODO, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO ²	POPULAÇÃO RESIDENTE		PROPORÇÃO (%) DO RETORNO INTERESTADUAL			
			Total		Para Município de Nascimento	
	1980	1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Noroeste	746.472	655.509	1,15	4,17	0,31	1,32
Centro-Occidental	417.452	387.451	0,79	3,30	0,21	1,13
Maringá	247.027	361.181	1,25	4,67	0,28	0,99
Londrina	424.643	542.886	1,34	4,50	0,41	1,48
Restante da Meso Norte Central	808.180	734.610	1,08	3,54	0,31	1,31
Norte Pioneiro	571.679	555.339	1,35	3,36	0,49	1,54
Centro-Oriental	472.643	547.559	0,85	1,67	0,27	0,57
Oeste	960.709	1.016.481	0,62	3,69	0,19	0,92
Sudoeste	521.249	478.126	0,59	2,50	0,22	1,12
Centro-Sul	453.030	501.428	0,49	1,38	0,20	0,59
Sudeste	302.521	348.617	0,59	1,44	0,18	0,63
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	1.497.308	2.061.531	1,16	2,32	0,35	0,67
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	206.479	257.995	0,76	1,76	0,32	0,77
PARANÁ	7.629.392	8.448.713	0,96	2,95	0,30	0,97

FONTE: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

- (1) O total de retornados interestaduais que fizeram pelo menos mais um movimento migratório intermunicipal (intra-estadual) foi rateado segundo a distribuição conhecida dos retornados que fizeram apenas uma etapa.
- (2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

TABELA 36 - PROPORÇÃO DO NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA NATURAIS DO ESTADO QUE RETORNARAM, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA¹, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO ²	NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DA REGIÃO		PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DA REGIÃO ³	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Noroeste	46.570	53.681	18,4	50,9
Centro-Occidental	21.044	24.806	15,7	51,6
Maringá	13.498	36.551	23,0	46,2
Londrina	26.020	48.985	21,9	49,9
Restante da Meso Norte Central	39.092	46.777	22,2	55,5
Norte Pioneiro	25.539	32.731	30,3	56,9
Centro-Occidental	16.898	21.565	23,9	42,5
Oeste	115.600	102.881	5,2	36,5
Sudoeste	56.162	38.531	5,5	31,1
Centro-Sul	28.932	22.725	7,7	30,6
Sudeste	11.078	14.400	16,2	35,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	126.620	160.796	13,7	29,7
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	12.142	16.129	12,9	28,1
PARANÁ	539.195	620.557	13,6	40,1

FONTE: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

- (1) O total de retornados interestaduais que fizeram pelo menos mais um movimento migratório intermunicipal (intra-estadual) foi rateado segundo a distribuição conhecida dos retornados que fizeram apenas uma etapa.
- (2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.
- (3) Inclui apenas os efeitos diretos.

No período seguinte, percebe-se que todas as regiões evidenciaram acréscimos expressivos nesse particular, notando-se que as regiões Norte Pioneiro, Restante da Meso Norte Central, Centro-Occidental, Noroeste e Londrina absorveram proporções de retorno de paranaenses iguais ou superiores a 50% do total de imigrantes interestaduais que receberam, fato que as distingue como vetores preferenciais de destino dos naturais de retorno ao Paraná. Apesar de ter sido o destino do maior contingente de paranaenses retornados nos dois decênios, a RMC não está incluída nesse grupo, devido ao grande afluxo de não-paranaenses, realidade que a confirma como espaço de amplo poder atrativo. Além dessas constatações, observa-se que as regiões Oeste e Sudoeste foram as que experimentaram maiores acréscimos, entre um período e outro, nas proporções de imigrantes retornados, dentre os imigrantes interestaduais de última etapa recebidos.

Os dados da tabela 37 ilustram ainda mais esses fenômenos. O componente do retorno de paranaenses, como proporção do total de imigrantes interestaduais de última etapa que cada região recebeu, controlando pela origem dos imigrantes segundo algumas UF selecionadas, elevou-se de forma expressiva, entre um decênio e outro, na quase totalidade dos casos. Nota-se que, para o conjunto do Estado, a variação da proporção de São Paulo praticamente duplicou, a de Santa Catarina, triplicou, e a do Rio Grande do Sul, quadruplicou. Considerando-se os fluxos provenientes do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de Rondônia, as proporções de retornados em relação aos totais de imigrantes interestaduais de última etapa recebidos no Paraná, que, nos anos 70, já eram relativamente elevadas, crescem no decênio seguinte.

É interessante lembrar que os fluxos migratórios totais de última etapa – constituídos tanto por paranaenses, quanto por não-paranaenses –, procedentes dos estados da Região Sul, diminuíram entre os dois decênios (ver tabelas A.3.15 e A.3.21). Essa redução foi totalmente devida ao declínio da imigração de não-naturais do Paraná, pois, os volumes de retornados paranaenses com origem nessas UF aumentaram.

TABELA 37 - PROPORÇÃO DO NÚMERO DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA NATURAIS DO PARANÁ QUE RETORNARAM, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, POR ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES PARANAENSES DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO ¹	PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DA REGIÃO ²											
	São Paulo		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Mato Grosso do Sul		Mato Grosso		Rondônia	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Noroeste	18,3	39,2	10,1	37,3	3,9	38,5	34,1	53,2	40,9	57,9	64,7	63,1
Centro-Occidental	24,3	45,4	5,9	29,8	5,5	15,2	39,6	60,0	42,1	68,1	41,3	57,7
Maringá	22,2	35,0	9,4	28,8	3,6	8,4	31,6	55,6	44,7	56,7	28,2	63,7
Londrina	21,0	38,5	19,7	55,2	8,2	28,3	39,1	58,5	39,8	70,7	0,0	65,5
Restante Meso Norte Central	26,8	46,3	14,0	49,9	4,2	38,8	43,9	55,6	48,9	69,1	55,3	69,6
Norte Pioneiro	28,7	48,9	30,8	52,0	23,0	33,8	40,6	57,8	34,7	69,2	0,0	76,7
Centro-Oriental	26,5	37,0	18,4	38,8	5,3	24,3	40,6	72,4	40,3	76,6	69,2	80,5
Oeste	9,3	32,4	3,0	20,0	2,3	10,5	18,2	45,4	36,3	59,4	31,3	54,8
Sudoeste	14,4	53,4	6,3	20,5	2,2	15,1	27,8	53,6	26,0	60,4	46,0	46,7
Centro-Sul	5,4	37,3	10,8	26,4	2,6	4,1	23,5	44,9	0,0	62,2	14,8	68,4
Sudeste	20,4	51,4	13,4	28,9	2,8	5,5	100,0	60,7	23,1	52,8	0,0	65,7
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	15,9	29,7	7,9	22,4	7,0	14,3	27,6	44,1	41,8	56,8	40,7	56,6
Restante Meso Metropolitana de Curitiba	12,9	24,4	12,0	25,6	5,2	12,4	21,7	27,1	26,0	53,6	0,0	50,0
PARANÁ	20,1	38,3	7,9	24,7	3,3	13,3	30,6	51,8	39,8	61,1	44,7	59,8

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) Inclui apenas os efeitos diretos.

É preciso ter em mente que, nas décadas em análise, o Paraná sofreu fortes perdas populacionais do ponto de vista interestadual, aumentando, sobremaneira, o estoque de paranaenses residindo fora. Uma vez que, no tipo de migração de retorno em pauta, quem corre o risco de retornar são apenas os emigrantes naturais, calcularam-se as taxas de retorno interestadual para as décadas em estudo, segundo as regiões brasileiras de origem. A taxa de retorno é definida “como o quociente entre os retornados na década que tiveram por residência anterior uma determinada unidade espacial, e o total de naturais em estudo residindo na unidade espacial ao final da década, acrescido do total de retornados.” (RIBEIRO, 1997, p.78). Em outros termos:

$$TR_{ij} = \frac{I_{ij}}{P_{ij} + I_{ij}}$$

onde:

TR_{ij} = taxa de retorno no decênio, de naturais da unidade espacial j, a partir da unidade espacial i;

I_{ij} = número de naturais de j, cuja residência anterior na década foi i;

P_{ij} = naturais de j residentes em i no final da década (emigrantes acumulados).

Ribeiro (1997, p.78) esclarece que “o número de retornados foi acrescido no denominador, no estoque de população ao final da década para que a TR representasse, aproximadamente, uma medida de risco, isto é, a probabilidade de um indivíduo, de determinada naturalidade, retornar a sua UF de nascimento no decorrer da década.” Ainda que o dado censitário só permita o cálculo dessa medida de risco para os que sobreviveram até o final do período e que não reemigraram, considera-se este um indicador robusto.

Assim, tem-se, na tabela 38, as taxas de retorno interestadual dos naturais do Paraná, relativas aos períodos 1970/1980 e 1981/1991, segundo as regiões brasileiras de origem, com destaque do Estado de São Paulo na Região Sudeste. No primeiro decênio, a taxa de retorno mais elevada relacionou-se à Região Sul, indicando ter sido este o espaço de onde os paranaenses tiveram a maior probabilidade de retornar. É interessante observar que, já naquele período, a taxa de retorno do Nordeste brasileiro demonstrou ser expressiva. Contudo, nesse caso, os números absolutos envolvidos eram relativamente baixos.

TABELA 38 - TAXA DE RETORNO INTERESTADUAL DE PARANAENSES¹, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DA DÉCADA² - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA	NÚMERO DE PARANAENSES VIVENDO EM OUTRA UF		TAXA DE RETORNO INTERESTADUAL (%)	
	1980	1991	1970/1980	1981/1991
Sul	110.723	221.518	13,2	15,4
Sudeste	846.038	1.095.280	4,8	9,5
Estado de São Paulo	779.037	1.011.353	4,4	9,2
Centro-Oeste	184.790	361.964	5,2	14,9
Norte	94.869	226.159	1,8	9,9
Nordeste	23.452	28.537	8,3	16,0
Brasil, exclusive Paraná	1.259.872	1.933.458	5,5	11,4

FONTE: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

(1) Define-se a taxa de retorno interestadual de uma década, como o quociente entre os retornados na década que tiveram por residência anterior uma determinada unidade espacial, e o total de naturais da área em estudo residindo na unidade espacial de residência anterior ao final da década, acrescido do total de retornados da década.

(2) O total de retornados interestaduais que fizeram pelo menos mais um movimento migratório intermunicipal (intra-estadual) foi rateado segundo a distribuição conhecida dos retornados que fizeram apenas uma etapa.

Nos anos 80, as taxas elevam-se sobremaneira, passando a ser o Nordeste a região com maior probabilidade de retorno de paranaenses, seguido do Sul e do Centro-Oeste. Convém verificar que a taxa de retorno da Região Sul sofreu apenas um leve acréscimo, entre um período e outro, a despeito do substantivo aumento registrado no número absoluto de retornados (ver tabela 34). Isso se deu devido ao substantivo aumento, entre uma década e outra, do estoque de paranaenses residindo nos dois estados vizinhos do Sul.

Resulta instigante, também, o fato de que, em ambos os períodos, as taxas de retorno relativas à Região Sudeste estiveram entre as mais baixas, sugerindo a inferência de que a intensa e volumosa imigração procedente desta origem, em comparação às demais, associa-se menos a movimentos de retorno de paranaenses do que possa parecer. Isto precisa ser relativizado. Veja-se o caso do Estado de São Paulo, responsável por mais de 85% dos movimentos interestaduais do Sudeste para o Paraná, nos dois decênios (tabelas A.4.5 e A.4.6). Suas taxas de retorno, apesar de terem passado de 4,4 para 9,2%, entre uma década e outra, foram menores do que as das Regiões brasileiras, exceto a do Norte, na primeira década (1,8%). No entanto, o peso dos retornados paranaenses no total dos migrantes de São Paulo para o Paraná, nos anos 70 e nos anos 80, foi significativo – respectivamente 20,1 e 38,3% (ver tabela 37).⁸⁶ Como as taxas de retorno associam-se ao estoque de paranaenses residentes em outra unidade espacial, no caso de São Paulo, por ter um estoque de paranaenses grande, o número de retornados é expressivo, apesar de uma baixa taxa de retorno.

⁸⁶ Para efeito de comparação, dentro do total de fluxos interestaduais do Brasil para o Paraná, os paranaenses correspondiam a 13,6%, no decênio 1970/1980, e a 40,1%, no decênio seguinte (tabela 36).

É necessário assinalar, ainda, que, embora a taxa de retorno relativa à Região Norte tenha sido das mais baixas, em ambos os períodos, foi a que sofreu o mais forte acréscimo, de uma década para outra, seguida pelo do Centro-Oeste, resultados que reforçaram a posição destas Regiões como pontos de origem das migrações de retorno de paranaenses.

Sem sombra de dúvida, os dados censitários confirmam a crescente relevância dos movimentos imigratórios de retorno de paranaenses que, em épocas pretéritas, haviam deixado o Estado. Entretanto, se a esse efeito direto da migração de retorno são acrescentados alguns efeitos indiretos – estimados mediante critérios metodológicos descritos acima –, relacionados à imigração de não-naturais do Paraná que para ele se transferem em decorrência do retorno de naturais, bem como à continuidade reprodutiva desse conjunto de imigrantes, a dimensão do fenômeno potencializa-se ainda mais.

Nas tabelas 39 e 40, que sintetizam resultados das tabelas A.4.7 a A.4.14, encontram-se discriminados os efeitos diretos e indiretos da imigração de última etapa de retorno ao Paraná, observada nos anos 70 e 80, segundo as regiões paranaenses de destino.

TABELA 39 - EFEITOS DIRETO, INDIRETO2 E INDIRETO1 DA IMIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO E PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1970/1980

REGIÃO ¹	TOTAL			TOTAL GERAL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO	DISTRIBUIÇÃO % DA MIGRAÇÃO DE RETORNO	PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DA REGIÃO ⁵
	DIR ²	IND2 ³	IND1 ⁴			
Noroeste	8.700	6.999	7.089	22.788	12,4	38,6
Centro-Occidental	3.550	2.613	2.543	8.706	4,7	33,9
Maringá	2.806	2.107	1.820	6.733	3,7	39,5
Londrina	5.404	4.084	3.789	13.277	7,2	39,4
Restante da Meso Norte Central	8.147	5.744	5.891	19.782	10,8	39,6
Norte Pioneiro	6.638	4.263	4.912	15.813	8,6	46,2
Centro-Oriental	3.778	2.243	2.087	8.108	4,4	38,0
Oeste	9.647	9.269	6.948	25.864	14,1	18,8
Sudoeste	3.706	4.355	2.909	10.970	6,0	16,4
Centro-Sul	2.437	2.460	1.554	6.451	3,5	18,0
Sudeste	1.495	1.565	923	3.983	2,2	28,4
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	15.356	13.611	8.031	36.998	20,1	24,6
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	1.498	1.480	1.190	4.168	2,3	26,5
PARANÁ	73.162	60.793	49.686	183.641	100,0	27,8

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(2) O total de retornados interestaduais que fizeram pelo menos mais um movimento migratório intermunicipal (intra-estadual) foi rateado segundo a distribuição conhecida dos retornados que fizeram apenas uma etapa.

(3) Refere-se aos não-naturais do Estado que, de acordo com critérios explicitados no texto, imigraram no decênio para o Paraná, em decorrência do retorno de naturais.

(4) Refere-se à continuidade reprodutiva, no período, dos naturais do Estado que retornaram no decênio e dos não-naturais que imigraram, também no decênio, em decorrência do retorno dos naturais.

(5) Dado que, no numerador, está incluído o efeito indireto 1 da migração de retorno, acrescentou-se, no denominador, estimativa do efeito indireto 1 associado ao conjunto dos imigrantes interestaduais de última etapa das regiões.

TABELA 40 - EFEITOS DIRETO, INDIRETO2 E INDIRETO1 DA MIGRAÇÃO DE RETORNO AO PARANÁ, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO E PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO - PARANÁ - 1981/1991

REGIÃO ⁽¹⁾	TOTAL			TOTAL GERAL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO	DISTRIBUIÇÃO % DA MIGRAÇÃO DE RETORNO	PROPORÇÃO DO RETORNO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DA REGIÃO ⁽⁵⁾
	DIR ⁽²⁾	IND2 ⁽³⁾	IND1 ⁽⁴⁾			
Noroeste	24.646	12.947	7.308	44.901	10,4	68,0
Centro-Occidental	12.392	4.809	3.472	20.673	4,8	67,8
Maringá	14.925	9.201	3.635	27.761	6,4	65,2
Londrina	21.716	10.365	5.553	37.634	8,7	64,0
Restante da Meso Norte Central	23.183	10.300	6.479	39.962	9,2	69,3
Norte Pioneiro	16.511	6.370	4.803	27.684	6,4	68,8
Centro-Oriental	9.572	2.948	2.464	14.984	3,5	56,0
Oeste	40.106	19.079	12.638	71.823	16,6	57,1
Sudoeste	11.997	6.009	4.355	22.361	5,2	47,0
Centro-Sul	7.615	2.791	2.395	12.801	3,0	46,6
Sudeste	5.501	1.995	1.637	9.133	2,1	52,5
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	55.826	24.349	14.507	94.682	21,9	49,8
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	5.057	2.339	1.529	8.925	2,1	44,9
PARANÁ	249.047	113.502	70.774	433.323	100,0	57,7

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

- (1) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.
- (2) O total de retornados interestaduais que fizeram pelo menos mais um movimento migratório intermunicipal (intra-estadual) foi rateado segundo a distribuição conhecida dos retornados que fizeram apenas uma etapa.
- (3) Refere-se aos não-naturais do Estado que, de acordo com critérios explicitados no texto, imigraram no decênio para o Paraná, em decorrência do retorno de naturais.
- (4) Refere-se à continuidade reprodutiva, no período, dos naturais do Estado que retornaram no decênio e dos não-naturais que imigraram, também no decênio, em decorrência do retorno dos naturais.
- (5) Dado que, no numerador, está incluído o efeito indireto 1 da migração de retorno, acrescentou-se, no denominador, estimativa do efeito indireto 1 associado ao conjunto dos imigrantes interestaduais de última etapa das regiões.

Inúmeras situações chamam a atenção. Ao se agregar os efeitos indiretos (IND1 e IND2) ao volume de naturais do Paraná que a ele retornaram, a contribuição da migração de retorno para o estoque populacional do Estado, entre 1970 e 1980, mais do que duplica e, no decênio 1981/1991, quase duplica. Com isso, as proporções da imigração de retorno em relação à imigração total interestadual de última etapa, nessas décadas, que haviam alcançado, respectivamente, 13,6% e 40,1%, computando-se apenas o efeito direto (ver tabela 36), elevaram-se para 27,8%, nos anos 70, e 57,7%, nos 80, ao se incluir, no numerador, os efeitos indiretos causados pelo movimento de retorno dos naturais, tomando-se o cuidado de incluir, no denominador, também uma estimativa do efeito indireto 1 associado ao conjunto dos imigrantes interestaduais de última etapa das regiões. Desse

modo, constata-se não apenas a importância crescente desse processo no quadro migratório paranaense, mas também que mais da metade da imigração interestadual de última etapa do Paraná no período 1981/1991 decorreu, direta ou indiretamente, de movimentos de retorno.⁸⁷

No âmbito das regiões, aquelas que compõem o norte do Estado apresentaram, em ambos os decênios, as proporções mais elevadas de imigração interestadual de retorno, computados também seus efeitos indiretos, *vis-à-vis* o total da imigração interestadual de última etapa, chegando a alcançar percentuais próximos de 70% nas regiões Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro, Noroeste e Centro-Occidental, na década de 1980. Mesmo na RMC e na região Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, onde as migrações de retorno de paranaenses tiveram menor peso naquela década (comparativamente às demais regiões), em relação ao total dos imigrantes (29,7% e 28,1%, respectivamente, conforme tabela 36), quando computados seus efeitos indiretos, passam a explicar quase 50% dos fluxos interestaduais de entrada. É preciso destacar, também, que a inclusão dos efeitos indiretos manteve as regiões Oeste e Sudoeste como as que experimentaram, entre um período e outro, os maiores acréscimos na proporção do retorno em relação ao total de imigrantes interestaduais de última etapa.

4.2 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE CURTO PRAZO

O Censo Demográfico de 1991, ao tratar do tema da migração, acrescentou ao já tradicional quesito que permite a mensuração dos deslocamentos de última etapa, a investigação do local de residência dos indivíduos na data fixa de 01/09/1986. Com base nessas informações, Rigotti (1999) e Carvalho (2000) desenvolveram procedimentos metodológicos que, conjugando as duas informações, possibilitam a identificação de importantes categorias migratórias de curto prazo, tais como *migrantes de retorno pleno*,

⁸⁷ Ribeiro e Carvalho (1999), ao aplicarem esses procedimentos metodológicos ao caso de Minas Gerais, obtêm que, no decênio 1981/1991, “retornaram para o estado cerca de 387 mil mineiros, ou seja, 47,6% do total de imigrantes interestaduais de última etapa.” Ao acrescentarem a esse resultado do efeito direto a estimativa do efeito indireto II (IND2), os autores apresentam a cifra de 542 mil migrantes de retorno no período, o que perfaz cerca de 66,7% do total do fluxo imigratório interestadual de última etapa, de Minas Gerais. (RIBEIRO e CARVALHO, 1999, p.102-103).

migrantes de passagem, migração por etapas.⁸⁸ Por questão de compatibilidade entre os dois tipos de informação, a comparação produz resultados para pessoas com cinco anos ou mais de idade e com menos de cinco anos de residência na localidade em estudo.

Uma forma de se trabalhar esses dados é proposta por Carvalho (2000), via construção de matrizes e diferença entre elas. O autor demonstra que, do ponto de vista interestadual, a diferença, em uma determinada UF, entre imigrantes de última etapa e imigrantes de data fixa, procedentes do conjunto das demais UF, resultará no número de *imigrantes interestaduais de retorno pleno*⁸⁹, ou seja, migrantes que residiam em uma UF em 1986, de lá saíram e retornaram antes de 1991, dirigindo-se para uma determinada região. Já a comparação entre os emigrantes de última etapa e os emigrantes de data fixa apontará o número de *emigrantes interestaduais de passagem*, isto é, pessoas que não residiam na UF em 1986, para lá se mudaram e, antes de 1991, fixaram residência em outra UF. Esse tipo de informação, que possibilita a averiguação da intensidade da mobilidade espacial da população e de possíveis diferenciais entre as regiões, também pode ser produzido no que tange à migração inter-regional (intra-estadual). Conforme bem observa Carvalho (2000, p.1), quando se trabalha com os microdados do censo “algumas das informações produzidas pela diferença de matrizes podem ser obtidas diretamente.”

No presente trabalho, tanto os dados referentes aos movimentos imigratórios e emigratórios de última etapa e de data fixa das regiões paranaenses, para o quinquênio 1986/1991, quanto os dados relacionados aos tipos de migrantes de curto prazo que serão

⁸⁸Carvalho et al. (1998) realizaram um trabalho de checagem da qualidade das informações sobre última etapa e data fixa do Censo de 1991. Esta iniciativa foi necessária devido à identificação de indivíduos com mais de cinco anos de residência na Unidade da Federação (UF), obtida através do quesito de última etapa, que declararam uma outra UF como lugar de residência em 01.09.1986. "Trata-se de uma situação anômala, na medida em que, por princípio, se o indivíduo declarou 5 ou mais anos de residência na UF, deveria ter respondido, no quesito de data fixa, a mesma UF de residência atual". Os autores denominaram este grupo de indivíduos de *transgressores*. No caso do Paraná, o estudo identificou uma proporção de transgressores de apenas 2,5%. Para maiores esclarecimentos, consultar Carvalho et al. (1998).

⁸⁹Pela diferença das matrizes, esse contingente conterà um erro por excesso determinado pelo número de imigrantes internacionais de data fixa que, ao mesmo tempo, tenham se declarado imigrantes interestaduais de última etapa.

focalizados – de retorno pleno e de passagem –, foram gerados diretamente do arquivo de microdados do Censo Demográfico de 1991.⁹⁰ Do ponto de vista da origem e do destino dos movimentos de entrada e de saída das regiões, optou-se por diferenciar entre os deslocamentos de curto prazo inter-regionais (intra-estaduais) e interestaduais.

Nas tabelas 41, 42, A.4.15 e A.4.16, constam os resultados das distribuições absolutas e relativas do número de imigrantes e de emigrantes inter-regionais e interestaduais de última etapa de cada região do Paraná. Nota-se que, em termos absolutos, algumas regiões, RMC, Oeste, Londrina e Maringá, no que tange à imigração, e Oeste, Noroeste, Restante da Meso Norte Central e RMC, no que se refere à emigração, são as que registram os fluxos mais volumosos de migrantes no quinquênio. No entanto, as quatro primeiras constituem destino, majoritariamente, de deslocamentos inter-regionais de última etapa, ao passo que, dentre as outras quatro, as regiões Oeste, Noroeste e RMC originam fluxos emigratórios de última etapa com destino predominantemente interestadual.

TABELA 41 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 1991 ²	ORIGEM DA ÚLTIMA ETAPA				TOTAL DE IMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF ³		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Noroeste	24.131	48,7	25.380	51,3	49.511	100,0
Centro-Occidental	21.083	65,4	11.176	34,6	32.259	100,0
Maringá	41.988	69,8	18.136	30,2	60.124	100,0
Londrina	39.614	62,0	24.286	38,0	63.900	100,0
Restante da Meso Norte Central	33.745	60,5	22.029	39,5	55.774	100,0
Norte Pioneiro	13.225	45,7	15.687	54,3	28.912	100,0
Centro-Oriental	21.732	68,2	10.117	31,8	31.849	100,0
Oeste	46.341	50,7	45.025	49,3	91.366	100,0
Sudoeste	13.605	42,7	18.235	57,3	31.840	100,0
Centro-Sul	24.513	69,0	11.001	31,0	35.514	100,0
Sudeste	11.274	63,5	6.490	36,5	17.764	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	120.003	62,1	73.380	37,9	193.383	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	14.801	65,5	7.807	34,5	22.608	100,0
TOTAL	426.055	59,6	288.749	40,4	714.804	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(3) Exclusive Brasil não especificado; país estrangeiro ou mal definido; ignorado.

⁹⁰É sempre bom frisar que os dados censitários relacionados aos movimentos migratórios – de última etapa e de data fixa – não captam todos os fluxos ocorridos em uma determinada unidade espacial, em um período. A possibilidade de se conjugar os dois tipos de informação, nesse sentido, constitui inegável avanço, pois permite a identificação de tipos distintos de etapas migratórias no intervalo em questão, mas, ainda assim, não cobre a totalidade dos eventos.

TABELA 42 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE ORIGEM DE ÚLTIMA ETAPA ²	RESIDÊNCIA EM 1991				TOTAL DE EMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Noroeste	46.206	42,8	61.671	57,2	107.877	100,0
Centro-Occidental	36.599	57,2	27.383	42,8	63.982	100,0
Maringá	16.791	55,3	13.571	44,7	30.362	100,0
Londrina	21.392	51,7	19.965	48,3	41.357	100,0
Restante da Meso Norte Central	58.930	55,3	47.627	44,7	106.557	100,0
Norte Pioneiro	33.783	46,2	39.336	53,8	73.119	100,0
Centro-Oriental	29.711	73,7	10.599	26,3	40.310	100,0
Oeste	45.751	41,4	64.892	58,6	110.643	100,0
Sudoeste	33.255	42,9	44.301	57,1	77.556	100,0
Centro-Sul	37.916	65,3	20.109	34,7	58.025	100,0
Sudeste	15.661	69,1	7.014	30,9	22.675	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	39.949	44,2	50.396	55,8	90.345	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	10.111	63,5	5.815	36,5	15.926	100,0
TOTAL	426.055	50,8	412.679	49,2	838.734	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Os resultados provenientes dos dados da migração de data fixa mostram um quadro bastante similar ao de última etapa, destacando-se as mesmas regiões e espaços dominantes de conexão anteriormente apontados (tabelas 43, 44, A.4.17 e A.4.18). Percebe-se que, no cômputo geral do Estado, predomina o destino interestadual da emigração de data fixa, no quinquênio, e uma ligeira predominância do destino inter-regional, na emigração de última etapa.

TABELA 43 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS IMIGRANTES DE DATA FIXA POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 1991 ²	RESIDÊNCIA EM 1986				TOTAL DE IMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF ³		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Noroeste	22.305	49,6	22.650	50,4	44.955	100,0
Centro-Occidental	19.612	66,4	9.935	33,6	29.547	100,0
Maringá	42.066	70,9	17.260	29,1	59.326	100,0
Londrina	37.978	62,4	22.881	37,6	60.859	100,0
Restante da Meso Norte Central	30.952	62,1	18.862	37,9	49.814	100,0
Norte Pioneiro	11.670	45,2	14.126	54,8	25.796	100,0
Centro-Oriental	20.584	68,8	9.337	31,2	29.921	100,0
Oeste	44.013	50,9	42.377	49,1	86.390	100,0
Sudoeste	12.862	44,0	16.383	56,0	29.245	100,0
Centro-Sul	23.715	69,5	10.384	30,5	34.099	100,0
Sudeste	10.653	63,5	6.129	36,5	16.782	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	119.203	62,8	70.691	37,2	189.894	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	13.792	63,1	8.067	36,9	21.859	100,0
TOTAL	409.405	60,3	269.082	39,7	678.487	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(3) Exclusive Brasil não especificado; país estrangeiro ou mal definido; ignorado.

TABELA 44 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE DATA FIXA POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 1986 ²	RESIDÊNCIA EM 1991				TOTAL DE EMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Noroeste	46.445	40,8	67.289	59,2	113.734	100,0
Centro-Occidental	35.810	54,1	30.419	45,9	66.229	100,0
Maringá	14.947	51,5	14.097	48,5	29.044	100,0
Londrina	19.148	47,5	21.154	52,5	40.302	100,0
Restante da Meso Norte Central	57.902	52,7	51.911	47,3	109.813	100,0
Norte Pioneiro	33.016	42,8	44.132	57,2	77.148	100,0
Centro-Oriental	29.043	70,4	12.200	29,6	41.243	100,0
Oeste	45.189	38,1	73.487	61,9	118.676	100,0
Sudoeste	32.859	40,7	47.864	59,3	80.723	100,0
Centro-Sul	36.361	61,8	22.475	38,2	58.836	100,0
Sudeste	14.683	65,9	7.582	34,1	22.265	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	34.947	39,7	53.009	60,3	87.956	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	9.055	59,2	6.236	40,8	15.291	100,0
TOTAL	409.405	47,5	451.855	52,5	861.260	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Uma vez que o verdadeiro conceito de saldo migratório associa-se à diferença entre imigrantes e emigrantes de data fixa (CARVALHO e RIGOTTI, 1998), é interessante observar a dinâmica dos saldos migratórios das regiões paranaenses, evidenciada no período 1986/1991, para se ter uma dimensão dos resultados das trocas líquidas migratórias experimentadas pelas regiões, no curto prazo (tabela 45). Esses SM, por não levarem em conta os migrantes internacionais, referem-se aos saldos entre cada região e o restante do País. Por outro lado, incluem apenas as pessoas, em 1991, com cinco ou mais anos de idade.

TABELA 45 - MIGRANTES E EMIGRANTES DE DATA FIXA, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO ²	MIGRANTES DE DATA FIXA		SALDO MIGRATÓRIO ⁽⁴⁾
	Imigrantes ⁽³⁾	Emigrantes	
Noroeste	44.955	113.734	-68.779
Centro-Occidental	29.547	66.229	-36.682
Maringá	59.326	29.044	30.282
Londrina	60.859	40.302	20.557
Restante da Meso Norte Central	49.814	109.813	-59.999
Norte Pioneiro	25.796	77.148	-51.352
Centro-Oriental	29.921	41.243	-11.322
Oeste	86.390	118.676	-32.286
Sudoeste	29.245	80.723	-51.478
Centro-Sul	34.099	58.836	-24.737
Sudeste	16.782	22.265	-5.483
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	189.894	87.956	101.938
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	21.859	15.291	6.568
TOTAL	678.487	861.260	-182.773

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(3) Exclusive Brasil não especificado; país estrangeiro ou mal definido; ignorado.

(4) Como não estão incluídos os migrantes internacionais, refere-se ao saldo intranacional.

No quinquênio 1986/1991, apenas quatro regiões – RMC, Maringá, Londrina e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba – apresentaram saldos positivos, com amplo destaque para o volume do saldo da RMC. Na verdade, as três primeiras regiões, indiscutivelmente, constituem as principais áreas de polarização de atividades econômicas e de população do Estado. Na região Restante da Meso Metropolitana de Curitiba, por outro lado, encontram-se alguns dos municípios – os litorâneos – que, nas últimas décadas, vêm apresentando as taxas de crescimento populacional mais elevadas do Paraná, em decorrência, principalmente, da expansão das atividades turísticas e da construção civil.⁹¹

Há um subgrupo dos imigrantes e dos emigrantes de data fixa que desperta interesse analítico – migrantes de retorno pleno.⁹² Um imigrante retornado pleno, neste estudo, é o indivíduo que residia na unidade espacial em pauta em 1986, assim como em 1991, mas declarou estar residindo ininterruptamente nessa unidade há menos de cinco anos. A informação sobre migração de última etapa fornece, também, além do tempo de residência, o local de residência imediatamente anterior. Colocado nesses termos, evidentemente, esse indivíduo, ao mesmo tempo que é um imigrante retornado pleno da área de residência em 1991, é um migrante de passagem de seu último local de residência, pois, entre as duas datas fixas, houve uma “passagem” por outra unidade espacial.^{93 94}

É preciso alertar para o fato de que, como será visto mais adiante, todos os imigrantes retornados plenos de uma unidade espacial são migrantes de passagem em outra unidade. Porém, há também aqueles imigrantes que passaram por uma determinada

⁹¹Em 2000, o IPARDES dedicou o número 99 da Revista Paranaense de Desenvolvimento ao Litoral do Paraná, reunindo artigos voltados para as questões relacionadas ao desenvolvimento da região.

⁹²A expressão retornado pleno advém do fato de que o migrante em questão completou, no período analisado, todas as etapas migratórias necessárias para configurar o retorno, isto é, dentro do mesmo período, emigrou de uma determinada unidade espacial e imigrou posteriormente para a mesma unidade.

⁹³Na verdade, pode ser que esse indivíduo tenha realizado, fora de sua região de origem, outros movimentos migratórios entre as datas fixas, porém, o dado censitário capta apenas o movimento de última etapa, que é o de retorno.

⁹⁴Raciocínio similar aplica-se ao caso do emigrante de retorno pleno. Este é o indivíduo que, nas duas datas fixas (neste estudo, 1986 e 1991), residia na mesma unidade espacial, que não a de estudo, declarou estar residindo por período menor do que o intervalo entre as duas datas fixas (neste estudo, há menos de cinco anos) naquela unidade, e indicou a unidade espacial de estudo como seu último local de residência. Nesse caso, esse indivíduo é um retornado pleno do local onde residia em 1991, que “passou”, em sua última etapa, pela área em estudo.

unidade espacial, mas que, na data fixa (1986), residiam em uma terceira unidade espacial, não sendo, portanto, retornados plenos da unidade em estudo.⁹⁵

Nas tabelas 46 e 47 encontram-se as distribuições absolutas e relativas, respectivamente dos imigrantes e dos emigrantes de retorno pleno das regiões paranaenses, do período 1986/1991, com indicação das áreas de origem – outras regiões do Paraná ou outras UF – por onde os imigrantes, em sua última etapa, passaram, e das áreas de destino – outras regiões do Paraná ou outras UF – para onde os emigrantes de cada região, após passarem por ela, fizeram retorno pleno.

TABELA 46 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS IMIGRANTES DE RETORNO PLENO POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 1986 E 1991 ²	ORIGEM DA ÚLTIMA ETAPA (PASSAGEM)				TOTAL DE IMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF ³		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Noroeste	2.968	40,6	4.336	59,4	7.304	100,0
Centro-Occidental	1.909	46,3	2.218	53,7	4.127	100,0
Maringá	1.513	49,1	1.566	50,9	3.079	100,0
Londrina	2.066	50,1	2.054	49,9	4.120	100,0
Restante da Meso Norte Central	3.825	48,1	4.135	51,9	7.960	100,0
Norte Pioneiro	2.156	45,5	2.584	54,5	4.740	100,0
Centro-Occidental	1.699	67,1	833	32,9	2.532	100,0
Oeste	4.245	44,0	5.406	56,0	9.651	100,0
Sudoeste	1.806	38,2	2.918	61,8	4.724	100,0
Centro-Sul	1.408	61,6	876	38,4	2.284	100,0
Sudeste	897	62,9	530	37,1	1.427	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	6.245	53,0	5.539	47,0	11.784	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	722	76,3	224	23,7	946	100,0
TOTAL	31.459	48,6	33.219	51,4	64.678	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(3) Exclusive Brasil não especificado; país estrangeiro ou mal definido; ignorado.

⁹⁵Rigotti (1999), em sua tese de doutorado, trabalha minuciosamente esses conceitos, utilizando o recurso, inclusive, de esclarecedores diagramas.

TABELA 47 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE RETORNO PLENO POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE ORIGEM DE ÚLTIMA ETAPA ² (PASSAGEM)	RESIDÊNCIA EM 1986 E 1991				TOTAL DE EMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Noroeste	2.168	44,9	2.663	55,1	4.831	100,0
Centro-Occidental	2.454	69,6	1.073	30,4	3.527	100,0
Maringá	2.028	63,9	1.146	36,1	3.174	100,0
Londrina	2.308	59,1	1.599	40,9	3.907	100,0
Restante da Meso Norte Central	3.454	64,3	1.918	35,7	5.372	100,0
Norte Pioneiro	1.880	51,6	1.761	48,4	3.641	100,0
Centro-Oriental	1.957	75,5	635	24,5	2.592	100,0
Oeste	3.579	49,3	3.685	50,7	7.264	100,0
Sudoeste	1.733	52,3	1.578	47,7	3.311	100,0
Centro-Sul	2.610	75,6	842	24,4	3.452	100,0
Sudeste	1.170	70,5	490	29,5	1.660	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	5.123	51,6	4.807	48,4	9.930	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	995	63,7	568	36,3	1.563	100,0
TOTAL	31.459	58,0	22.765	42,0	54.224	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Quatro regiões se destacaram com os maiores volumes de imigrantes de retorno pleno do quinquênio – RMC, Oeste, Restante da Meso Norte Central e Noroeste. Destas, apenas a RMC exibiu maior proporção de retornados plenos provenientes de outras regiões paranaenses, áreas de passagem desses imigrantes. No cômputo geral do Estado, observa-se uma leve predominância dos movimentos de retorno pleno às regiões do Paraná com passagem de última etapa por outras UF.

No que diz respeito aos emigrantes das regiões, que apenas passaram por elas, realizando retorno pleno aos locais de residência em 1986, as mesmas regiões acima evidenciam os fluxos mais elevados, notando-se, no entanto, que, dentre elas, não apenas a RMC, mas, também, a região Restante da Meso Norte Central, constituem origem predominante de fluxos de migrantes retornados plenos para outras regiões do Estado, situação que resulta similar quando se observa, para o conjunto do Estado, a repartição do número total de emigrantes de retorno pleno, segundo destino inter-regional (intra-estadual) ou interestadual.

A informação sobre a imigração de retorno pleno, quando transformada em proporção do total de imigrantes de última etapa, para o quinquênio 1986/1991 (tabela 48),

indica que as regiões Norte Pioneiro, Noroeste, Sudoeste, Centro-Occidental e Oeste – exatamente as principais áreas expulsoras de população do Estado –, apresentaram as proporções mais elevadas, principalmente tendo-se em conta a origem interestadual dos fluxos. A princípio, esses resultados poderiam sugerir que regiões de forte emigração estariam, ao mesmo tempo, exercendo forte atração migratória, o que parece contraditório. No entanto, é preciso compreender que essas proporções dependem estreitamente do volume de imigrantes de última etapa que as regiões recebem, no período, e se esses montantes forem relativamente pequenos, as proporções podem resultar mais elevadas.

TABELA 48 - PROPORÇÃO DO NÚMERO DE IMIGRANTES RETORNADOS PLENOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA, POR ORIGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO ²	PROPORÇÃO DOS IMIGRANTES RETORNADOS PLENOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA		
	Outras Regiões do PR	Outras UF	TOTAL
Noroeste	12,3	17,1	14,8
Centro-Occidental	9,1	19,8	12,8
Maringá	3,6	8,6	5,1
Londrina	5,2	8,5	6,4
Restante da Meso Norte Central	11,3	18,8	14,3
Norte Pioneiro	16,3	16,5	16,4
Centro-Oriental	7,8	8,2	8,0
Oeste	9,2	12,0	10,6
Sudoeste	13,3	16,0	14,8
Centro-Sul	5,7	8,0	6,4
Sudeste	8,0	8,2	8,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	5,2	7,5	6,1
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	4,9	2,9	4,2
TOTAL	7,4	11,5	9,0

FONTE: Tabelas 46 e 41

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Assim, uma medida mais adequada consiste em relacionar, para cada região e período determinado, o contingente de imigrantes retornados plenos ao contingente de emigrantes de data fixa, obtendo-se a probabilidade de retorno, dentro do período, entre os emigrantes que residiam em uma determinada região, no início do período (tabela 49).⁹⁶

⁹⁶A probabilidade de retorno refere-se ao quociente entre o número de retornados plenos de uma região e a soma de seus emigrantes de data fixa e dos seus retornados plenos.

Esse indicador “está relacionado à capacidade de atração de uma determinada unidade espacial, pois seus emigrantes poderiam, diante de fracasso ou não adaptação no local de destino, se dirigir a outras unidades espaciais que não a de origem.” (BRITO et al., 2002, p.10). Essa observação se coaduna ao quadro das probabilidades de retorno pleno calculadas para as regiões do Paraná, para o período 1986/1991, já que este associa as probabilidades mais elevadas às regiões RMC, Maringá e Londrina, áreas de reconhecido poder atrativo no âmbito do Paraná.

TABELA 49 - EMIGRANTES DE DATA FIXA, IMIGRANTES RETORNADOS PLENOS E PROBABILIDADE DE RETORNO PLENO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO ²	EMIGRANTES DE DATA FIXA	RETORNADOS PLENOS	PROBABILIDADE DE RETORNO ³
Noroeste	113.734	7.304	0,060
Centro-Occidental	66.229	4.127	0,059
Maringá	29.044	3.079	0,096
Londrina	40.302	4.120	0,093
Restante da Meso Norte Central	109.813	7.960	0,068
Norte Pioneiro	77.148	4.740	0,058
Centro-Oriental	41.243	2.532	0,058
Oeste	118.676	9.651	0,075
Sudoeste	80.723	4.724	0,055
Centro-Sul	58.836	2.284	0,037
Sudeste	22.265	1.427	0,060
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	87.956	11.784	0,118
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	15.291	946	0,058
TOTAL	861.260	64.678	0,070

FONTE: Tabelas 46 e 44

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(3) Refere-se ao quociente entre o número de retornados plenos de uma região e a soma de seus emigrantes de data fixa e dos seus retornados plenos.

No que tange aos movimentos de passagem, o exame da tabela 50 indica que as regiões RMC, Oeste, Restante da Meso Norte Central e Noroeste constituíram as principais áreas de passagem no Estado, no período 1986/1991, particularmente para aqueles emigrantes que, após passarem por elas, dirigiram-se para outras UF, exceto no que diz respeito à região Restante da Meso Norte Central, que constituiu área de passagem, principalmente, para emigrantes inter-regionais.

TABELA 50 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMIGRANTES DE PASSAGEM NÃO-RETORNADOS PLENOS, POR DESTINO, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO DE ORIGEM DE ÚLTIMA ETAPA ² (PASSAGEM)	RESIDÊNCIA EM 1991				TOTAL DE EMIGRANTES	
	Outras Regiões do PR		Outras UF			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Noroeste	2.791	46,5	3.215	53,5	6.006	100,0
Centro-Occidental	1.962	54,8	1.618	45,2	3.580	100,0
Maringá	2.097	57,8	1.530	42,2	3.627	100,0
Londrina	2.013	50,7	1.954	49,3	3.967	100,0
Restante da Meso Norte Central	3.918	57,1	2.942	42,9	6.860	100,0
Norte Pioneiro	1.806	49,7	1.829	50,3	3.635	100,0
Centro-Oriental	1.687	72,4	643	27,6	2.330	100,0
Oeste	3.408	48,5	3.620	51,5	7.028	100,0
Sudoeste	2.294	49,9	2.301	50,1	4.595	100,0
Centro-Sul	2.584	64,7	1.407	35,3	3.991	100,0
Sudeste	1.291	67,9	609	32,1	1.900	100,0
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	3.651	49,6	3.708	50,4	7.359	100,0
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	932	64,7	508	35,3	1.440	100,0
TOTALxxxxx	30.434	54,0	25.884	46,0	56.318	100,0

FONTE: Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

Também nesse caso, considerou-se mais adequado relacionar os emigrantes de passagem ao número de imigrantes de última etapa do quinquênio – já que estes é que correm o risco de emigrar –, tomando-se o cuidado de acrescentar a este contingente, no denominador, o próprio número dos emigrantes de passagem. As probabilidades resultantes, para cada região, constam na tabela 51. De imediato chama a atenção o fato de que as probabilidades mais elevadas de se gerar emigrantes de passagem couberam às regiões que mais vêm se destacando como expulsoras de população no Estado – Sudoeste, Noroeste, Restante da Meso Norte Central e Norte Pioneiro –, e as mais baixas, associaram-se à RMC, Londrina, Maringá e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba.

TABELA 51 - IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA, EMIGRANTES DE PASSAGEM E PROBABILIDADE DE PASSAGEM, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO¹ - PARANÁ - 1986/1991

REGIÃO ²	IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA	EMIGRANTES DE PASSAGEM	PROBABILIDADE DE PASSAGEM ³
Noroeste	49.511	6.006	0,11
Centro-Occidental	32.259	3.580	0,10
Maringá	60.124	3.627	0,06
Londrina	63.900	3.967	0,06
Restante da Meso Norte Central	55.774	6.860	0,11
Norte Pioneiro	28.912	3.635	0,11
Centro-Oriental	31.849	2.330	0,07
Oeste	91.366	7.028	0,07
Sudoeste	31.840	4.595	0,13
Centro-Sul	35.514	3.991	0,10
Sudeste	17.764	1.900	0,10
Região Metropolitana de Curitiba (oficial)	193.383	7.359	0,04
Restante da Meso Metropolitana de Curitiba	22.608	1.440	0,06
TOTAL	714.804	56.318	0,07

FONTE: Tabelas 41 e 50

(1) População com 5 anos ou mais de idade em 1991.

(2) Os critérios adotados para a delimitação das regiões paranaenses estão descritos no Capítulo 1 - Introdução.

(3) Refere-se ao quociente entre o número de emigrantes de passagem de uma região e a soma de seus imigrantes de última etapa e dos seus emigrantes de passagem.

Em suma, parece evidente que, mesmo no curto prazo, a mobilidade espacial da população paranaense mostrou-se expressiva, pelo menos no quinquênio 1986/1991, destacando-se as regiões mais dinâmicas do Estado com as maiores probabilidades de apresentarem migrantes de retorno pleno, em contraposição às principais regiões expulsoras de população, que exibiram probabilidades mais elevadas de constituírem áreas de passagem.

5 CONCLUSÃO

A metáfora das “migrações que também migram” parece sintetizar, com densidade, o caráter cambiante dos movimentos migratórios paranaenses que, especialmente na segunda metade do século XX, condicionaram fortemente a dinâmica populacional do Estado e de suas regiões. Ora estimulando a ocupação do território e o incremento intenso e acelerado da população, ora provocando o refreamento desse processo e o redesenho demográfico das unidades regionais, as migrações vêm transformando o Paraná em um espaço privilegiado de análise.

Povoado rápida e vigorosamente a partir dos anos 30, em decorrência principalmente da imigração proveniente de várias partes do País, o Estado permaneceu palco de intensos movimentos migratórios nos últimos decênios, quando substantivas transformações em sua estrutura produtiva deflagraram processos de esvaziamento das áreas rurais, de urbanização acelerada e de expressivas perdas populacionais para fora das fronteiras estaduais. É evidente que esses processos, no âmbito intra-estadual, desenvolveram-se de forma heterogênea e com intensidades distintas ao longo do tempo, imprimindo dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional e provocando reordenamentos contínuos da distribuição espacial da população. Assim, ao mesmo tempo que, por duas décadas consecutivas – anos 70 e 80 –, várias regiões do Estado sofreram significativas reduções de população, não apenas no meio rural, mas, inclusive, no total, e determinaram que o Paraná, em seu conjunto, apresentasse o menor ritmo de crescimento populacional dentre as UF brasileiras, bem abaixo do crescimento vegetativo, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) se destacou entre as metrópoles de crescimento mais acelerado. A década de 1990 assistiu a uma ligeira elevação da taxa de crescimento demográfico do Estado e a RMC permaneceu crescendo a um ritmo intenso, um dos mais elevados na comparação com as demais áreas metropolitanas do País.

Nas duas últimas décadas, foram notáveis as contribuições metodológicas produzidas no País direcionadas aos estudos da migração, interna ou internacional. Impulsionadas pela necessidade de se ampliar o conhecimento sobre os intensos e intrincados processos de mobilidade espacial da população brasileira e estimuladas pela pródiga quantidade e pela variedade de informações sobre migração, pesquisadas através dos censos demográficos mais recentes, essas contribuições têm favorecido o desenvolvimento de inúmeros e importantes estudos que destacam a migração como uma faceta do processo social.

Procurando tirar proveito desses avanços, apresentaram-se, no presente trabalho, estimativas, dados, indicadores, que propiciaram um razoável mapeamento da dinâmica migratória do Paraná e de suas distintas regiões, em particular das décadas de 1970 e de 1980, identificando semelhanças e diferenças no espaço e no tempo em relação a categorias analíticas em que se pode decompor o processo migratório, para sua compreensão. Assim, quantificou-se a magnitude do fenômeno – em termos de saldos migratórios, volumes de emigração e de imigração – e detectou-se seu peso no crescimento demográfico das regiões. Mediante a exploração dos dados censitários sobre migração de última etapa, determinou-se, com maior precisão, os vetores de origem e de destino dos fluxos migratórios trocados entre as regiões paranaenses e outras UF brasileiras, bem como, no âmbito intra-estadual, entre si, com enfoque, inclusive, dos movimentos por situação do domicílio na origem e no destino. A migração de retorno ao Paraná também foi objeto de estudo, tanto do ponto de vista dos efeitos diretos, ocasionados pelo retorno dos naturais do Estado, quanto dos efeitos indiretos, associados à imigração de não-naturais provocada pelo retorno de paranaenses, e à continuidade reprodutiva decorrente de todo esse processo. A mensuração de movimentos de curto prazo, identificados por meio da comparação entre os dados censitários relacionados à migração de última etapa e à migração de data fixa – possível apenas para o quinquênio 1986/1991 –, reforçou a constatação da relevância do fenômeno migratório no contexto estadual e a indicação de diferenciais regionais.

O marco analítico do estudo delimitou os contornos de três etapas distintas de evolução populacional no Paraná, em que o componente migratório atuou com traços marcantes. A etapa compreendida entre as décadas de 1940 e 1960 representou o momento de intenso crescimento demográfico do Estado, alimentado especialmente por fortes correntes migratórias provenientes de São Paulo, Minas Gerais e de estados do Nordeste, que ocuparam sucessivamente as vastas porções do norte e noroeste paranaenses, e por fluxos originários dos estados sulinos, que adentraram pelas regiões ao sul e sudoeste do Estado. Os saldos migratórios estimados para aquele período chegaram a quase 3 milhões de migrantes, incluído o efeito indireto da migração, e as expressivas taxas de crescimento populacional evidenciavam o vertiginoso incremento tanto das áreas rurais quanto das urbanas, embora, em 1970, a população paranaense ainda fosse predominantemente rural.

Os anos 70 assistiram a uma extraordinária reversão do processo migratório paranaense e constituíram o início do segundo estágio de crescimento demográfico do Estado. As profundas alterações na estrutura produtiva agrícola, de caráter modernizante, promoveram um intenso e acelerado esvaziamento das áreas rurais, em particular daquelas localizadas no norte e noroeste do território, exatamente as que mais haviam crescido na etapa precedente. Parcela significativa do êxodo rural transferiu-se para os centros urbanos do Estado, especialmente os de maior porte, acelerando o processo de urbanização e de concentração espacial da população. No entanto, expressivos fluxos migratórios transpuseram as fronteiras estaduais, determinando, em conjunção com os efeitos do declínio da fecundidade em curso, a redução substancial do ritmo de crescimento demográfico do Paraná – nivelando-o em um patamar bem inferior ao do crescimento vegetativo –, tornando-o o mais baixo dentre as UF brasileiras.

O saldo migratório estimado para o meio rural do Estado, nos anos 70, atingiu a espantosa cifra de quase 3 milhões de pessoas e, a despeito da significativa capacidade demonstrada pelos centros urbanos paranaenses de absorver amplos contingentes de população egressa do meio rural, o conjunto do Estado apresentou um saldo migratório negativo estimado de 1,6 milhão de pessoas, na década.

Os dados relacionados à migração de última etapa confirmaram que os principais vetores de destino dos fluxos emigratórios do Paraná, na década de 1970, foram a Região Sudeste, em particular o Estado de São Paulo, as áreas de fronteira agrícola em expansão do Centro-Oeste e do Norte brasileiros, sobressaindo-se os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, e os estados do Sul, principalmente Santa Catarina. Ainda que não se disponha de dados precisos, sabe-se que a entrada no Paraguai de brasileiros procedentes do Paraná, naquele período, foi expressiva.

Como era de se esperar, os fluxos interestaduais mais volumosos, naquela década, tiveram origem nas áreas rurais do Paraná, especialmente as das regiões que integram o centro-norte e a da Oeste, havendo um predomínio do destino urbano, no caso dos fluxos que se dirigiram para o Sudeste, e do destino rural, no tocante aos que se direcionaram para as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Os fluxos em direção à Região Sul, com origem principalmente nas áreas urbanas da RMC e no meio rural das regiões Oeste e Sudoeste, tiveram destino majoritariamente urbano. No cômputo

geral do Estado, é interessante observar que a destinação urbana dos fluxos predominou, tanto para as correntes emigratórias de origem rural, quanto urbana.

No âmbito intra-estadual, todas as regiões, nos anos 70, apresentaram saldos migratórios rurais negativos, sendo que as regiões Noroeste, Centro-Occidental, Maringá, Londrina, Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro e Oeste responderam, em conjunto, por cerca de 82% do saldo rural negativo do Paraná. Os saldos urbanos, positivos para praticamente todas as regiões, mostraram-se expressivos para a RMC, Londrina, Maringá, Centro-Oriental, Oeste e Centro-Sul, regiões onde se localizam os principais centros urbano-industriais do Estado.

Sob o prisma dos deslocamentos de última etapa, cinco regiões, no período 1970/1980 – Noroeste, Norte Pioneiro, Oeste, Londrina e RMC –, apresentaram fluxos emigratórios predominantemente interestaduais, cabendo às demais, o predomínio de fluxos inter-regionais (intra-estaduais). Nesse nível, observou-se uma nítida convergência dos fluxos oriundos de quase todas as regiões do Estado, tanto de origem urbana, quanto rural, na direção da área urbana da RMC. Este também foi o destino preferencial para ¼ dos imigrantes interestaduais de última etapa do período, de modo que, nos anos 70, a RMC experimentou ritmos de crescimento demográfico extraordinários (7% a.a., no meio urbano, e 5,3% a.a., no total), constituindo a região metropolitana que mais cresceu no País.

As trocas migratórias entre as regiões paranaenses, na década de 1970, foram intensas, notando-se claramente que as áreas rurais das regiões localizadas na porção centro-oeste do Estado – Centro-Sul, Restante da Meso Norte Central, Sudoeste, Centro-Occidental, Oeste e Noroeste – continuavam absorvendo as maiores proporções dos imigrantes recebidos, ao passo que as áreas mais urbanizadas do território estadual, no centro-leste, eram demandadas por fluxos com destino urbano.

Resultaram igualmente intensas as trocas intermunicipais de última etapa no interior de cada região paranaense, envolvendo cerca de 800 mil pessoas. Os deslocamentos do tipo rural/rural prevaleceram amplamente, mas, já nos anos 70, os movimentos do tipo urbano/urbano mostraram-se expressivos.

Ainda que, naquele período, os fluxos de saída do Estado prevalecessem sobre os de entrada, a imigração interestadual de última etapa da década não foi desprezível, totalizando quase 540 mil pessoas, considerando apenas os que sobreviveram até o final da

década e que não reemigraram. Desses, cerca de 13,6% eram naturais do Paraná que, após haver emigrado, a ele retornaram, no decênio. As maiores proporções de imigrantes de retorno vieram da Região Sudeste – especialmente de São Paulo –, dos estados da Região Sul e do Centro-Oeste brasileiro, com destaque para o Mato Grosso do Sul. Agregando-se a esse efeito direto da migração de retorno os efeitos indiretos, o percentual elevou-se para 27,8%, na média estadual, alcançando, porém, números próximos a 40% nas regiões do centro-norte do Estado, permitindo a inferência, impossível de se comprovar através dos dados censitários, de que o retorno tenha se dado, principalmente, para as regiões em que se residia antes da partida.

Nos anos 80, a dinâmica populacional paranaense voltou a surpreender, pois, pela segunda década consecutiva, o crescimento demográfico do Estado ficou abaixo de 1% a.a., novamente a menor taxa de incremento do País, na comparação com os demais estados. Subjacente a esse comportamento, permaneceu atuando uma forte emigração rural, a tal ponto que, computados os anos 70 e 80, o contingente de população rural do Estado se reduziu à metade. Em contrapartida, o processo de urbanização aprofundou-se, delimitando com maior clareza uma espacialização concentrada da urbanização.

Os saldos migratórios estimados apontaram a continuidade dos processos da década anterior, não na mesma magnitude, porém, em níveis expressivos. Do ponto de vista regional, houve um acirramento da tendência expulsora das áreas rurais das regiões Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste e Centro-Sul, entre uma década e outra, sugerindo uma propagação da frente modernizadora das atividades agrícolas e dos seus efeitos excludentes por sobre o território estadual. Em termos urbanos, os saldos mantiveram-se positivos, ainda que, em muitos casos, declinantes, sobressaindo-se, no entanto, as regiões Maringá, Londrina e RMC, pois foram as únicas a apresentarem ganhos urbanos que compensaram as perdas rurais, resultando em saldos positivos, no total.

Os fluxos emigratórios interestaduais permaneceram elevados, destacando-se, ainda, a Região Sudeste, em especial São Paulo, como vetores importantes de destino, mas o peso das áreas fronteiriças – particularmente do Mato Grosso e de Rondônia – e dos estados sulistas, nesse processo, ampliou-se. As cinco regiões – Noroeste, Norte Pioneiro, Oeste, Londrina e RMC – que, no decênio anterior, haviam demonstrado predomínio de fluxos emigratórios interestaduais sobre os inter-regionais, mantiveram esse quadro,

passando a prevalecer, no entanto, também para as três primeiras, a origem urbana dos fluxos. Além dessas cinco regiões, outras duas, Sudoeste e Centro-Occidental, evidenciaram deslocamentos interestaduais proporções elevadas, fato que chamou a atenção, visto significar uma ampliação dos espaços paranaenses de origem de fluxos de mais longa distância, ao contrário de algumas tendências que afloraram mais claramente no País, nos anos 80, no sentido de encurtamento das distâncias nos movimentos migratórios.

Nas trocas inter-regionais (intra-estaduais), ainda intensas, os fluxos rurais/rurais decresceram substancialmente. A RMC permaneceu como área receptora de migrantes provenientes de quase todas as regiões do Estado, mas, no interior, registraram-se trocas expressivas entre regiões com proximidades geográficas. No âmbito intra-regional, passaram a prevalecer, nos anos 80, os deslocamentos intermunicipais de sentido urbano/urbano, notando-se um aumento substantivo da participação percentual da RMC no conjunto das trocas intra-regionais desse tipo no Estado, fato que ilustra ainda mais a intensa mobilidade migratória intermunicipal interna da área metropolitana.

O número de imigrantes interestaduais de última etapa elevou-se, entre as décadas de 1970 e de 1980, registrando-se um aumento dos fluxos procedentes das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do País, em contraposição a um declínio dos movimentos com origem nos estados do Sul, principalmente do Rio Grande do Sul. Entretanto, nesse contexto, observou-se um acréscimo bem maior do número de imigrantes naturais do Paraná que retornaram, de sorte que, computado apenas o efeito direto do retorno, a proporção desse movimento em relação ao total de imigrantes interestaduais de última etapa, que havia alcançado 13,6%, nos anos 70, atingiu 40,1%, nos anos 80.

Como era de se esperar, os fluxos mais volumosos de migração de retorno tiveram origem naquelas regiões que, anteriormente, haviam recebido maiores contingentes de paranaenses: Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, com destaque, respectivamente, para as UF de São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. No entanto, a Região Norte, em particular o Estado de Rondônia, também ampliaram suas participações como espaços de origem dos retornados. No que tange às áreas de destino, no território paranaense, as regiões Norte Pioneiro, Restante da Meso Norte Central, Centro-Occidental, Noroeste e Londrina sobressaíram-se absorvendo proporções de retorno de paranaenses iguais ou superiores a 50% do total de imigrantes interestaduais que receberam. Embora a

RMC, nos dois decênios, tenha recebido os maiores contingentes de naturais do Estado que a ele retornaram, não faz parte desse grupo, devido ao grande afluxo concomitante de não-paranaenses, realidade que a confirma como espaço de amplo poder atrativo.

A adição dos efeitos indiretos associados ao retorno de paranaenses ao Estado fez quase duplicar, em termos absolutos, a contribuição da migração de retorno para o estoque populacional do Paraná, no decênio 1981/1991. A proporção da imigração de retorno em relação à imigração total interestadual de última etapa elevou-se de 40,1% – considerando-se somente o efeito direto, tanto no numerador, quanto no denominador do quociente –, para 57,7% – ao se incluir os efeitos indiretos causados pelo retorno dos naturais, bem como aquele associado à continuidade reprodutiva do conjunto de imigrantes interestaduais de última etapa da década –, chegando a atingir percentuais próximos de 70% nas regiões Restante da Meso Norte Central, Norte Pioneiro, Noroeste e Centro-Ocidental. Desse modo, confirma-se não apenas a importância crescente desse processo no quadro migratório paranaense, mas também que, em diversas regiões e na média do Estado, mais da metade da imigração interestadual de última etapa no período 1981/1991 decorreu, direta ou indiretamente, de movimentos de retorno.

A análise dos dados relacionados à migração de última etapa e à migração de data fixa, para o quinquênio 1986/1991, e dos movimentos migratórios de curto prazo, captáveis por meio da combinação de ambos os tipos de dados, reforçou o papel de alguns espaços regionais paranaenses no cenário das migrações do Estado. As regiões RMC, Oeste, Londrina e Maringá destacaram-se como receptoras dos volumes mais expressivos de imigrantes de última etapa inter-regionais e interestaduais do período, ao passo que as regiões Oeste, Noroeste, RMC e Restante da Meso Norte Central originaram os fluxos emigratórios mais elevados, as três primeiras, com destino majoritariamente interestadual. Os saldos migratórios intranacionais de data fixa, por sua vez, resultaram positivos, no período 1986/1991, apenas para quatro regiões – RMC, Maringá, Londrina e Restante da Meso Metropolitana de Curitiba –, com ampla superioridade do saldo da RMC. Em contrapartida, os saldos negativos mais elevados couberam às regiões Noroeste, Restante da Meso Norte Central, Sudoeste e Norte Pioneiro, áreas que vêm se mantendo como fortes expulsoras de população, no Estado.

O quadro das categorias migratórias de curto prazo apontou as regiões RMC, Maringá e Londrina como as que evidenciaram as maiores probabilidades de apresentarem migrantes de retorno pleno, no quinquênio, ao passo que as relações entre emigrantes de passagem e volumes de imigração de última etapa, no período, ressaltaram as áreas perdedoras de população – Sudoeste, Noroeste, Restante da Meso Norte Central e Norte Pioneiro.

A década de 1990 parece configurar o início de um terceiro estágio da dinâmica demográfica paranaense, marcado por uma leve recuperação do ritmo de crescimento populacional, condicionada, principalmente, pelo declínio acentuado do ímpeto emigratório do Estado. A estimativa preliminar de saldo migratório dos anos 90, para o Paraná, evidenciou um resultado ainda negativo, indicativo de perda líquida populacional, porém bastante baixo. Por outro lado, a comparação dos dados referentes à migração de data fixa, para os quinquênios 1986/1991, 1991/1996 e 1994/1999, embora envolvendo fontes de dados díspares, sugere o forte declínio do número de emigrantes do Estado, entre o final dos anos 80 e primeira metade dos anos 90, e um reduzido saldo positivo, no último período, em função do aumento no volume da imigração.

A Região Metropolitana de Curitiba, no decênio 1990/2000, manteve um ritmo acelerado de crescimento, elevando ainda mais seu grau de concentração populacional, no âmbito do Estado. O saldo migratório estimado para a Região, relativo à década de 1990, se bem que bastante preliminar, retomou a magnitude dos anos 70, indicando a persistência do poder atrativo que a RMC exerce sobre as demais regiões paranaenses e, inclusive, sobre áreas externas ao Estado.

Em contrapartida, o mapeamento das taxas de crescimento populacional dos anos 90 ressaltou a ampliação da tendência, já delineada anteriormente, de surgimento de áreas de esvaziamento no interior do Estado, registrando-se a ocorrência crescente de municípios com decréscimos expressivos, até mesmo de população urbana.

No contexto dos fenômenos migratórios do Paraná, uma das facetas mais significativas, no período recente, parece se associar à migração de retorno. Há evidências nítidas de que, para muitos, a possibilidade de retornar se torna concreta, seja porque as oportunidades de sucesso e de ascensão social fora do Estado se estreitaram, seja porque o Paraná vem representando, crescentemente, um espaço vantajoso de inserção econômica e social. Frente às enormes perdas populacionais sofridas pelo Estado nas últimas décadas,

crece de importância o esclarecimento dessas tendências, pois a migração de retorno poderá ser um condicionante fundamental para a dinâmica de crescimento demográfico futuro das distintas regiões paranaenses, funcionando como um elemento de diferenciação regional.

Certamente, as indicações fornecidas no presente estudo, que poderão ser atualizadas mediante os resultados definitivos do Censo Demográfico de 2000, permitirão um razoável avanço para a fundamentação, em bases mais sólidas, de hipóteses prospectivas sobre a evolução do componente migratório das regiões do Paraná. No entanto, talvez se deva medir sua relevância, não tanto através do volume de respostas alcançadas, mas, principalmente, pela quantidade de novas questões suscitadas.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, Rosana (1992). **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas, 1992. 205p. Dissertação (Mestrado), UNICAMP.
- BAENINGER, Rosana (1997). Redistribución espacial de la población: características y tendencias del caso brasileño. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n. 65, p. 145-202, jun. 1997.
- BAENINGER, Rosana (1998). Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 67-81, jul./dez. 1998.
- BAENINGER, Rosana (2000). **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980-1996**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000. 200p. (Textos NEPO, 35).
- BANDEIRA, Pedro L. (1995). A economia da Região Sul. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luiz B. (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p.225-251, 332-340. (Federalismo no Brasil).
- BRASS, William; COALE, Ansley J. (1975). Métodos de análise e avaliação. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, n. 141, p. 45-116, jan./mar. 1975.
- BRITO, Fausto R. A. de (1997). **População, espaço e economia numa perspectiva histórica**: o caso brasileiro. Belo Horizonte, 1997. Tese (Doutorado), CEDEPLAR/UFMG.
- BRITO, Fausto R. A. de (2000a). Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XII, 2000, Caxambu. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. (CD Rom).
- BRITO, Fausto R. A. de (2000b). Minas e o Nordeste: perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1999, Ouro Preto. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 169-186.
- BRITO, Fausto R. A. de et al. (2002). Migrações de curto prazo nas Regiões Metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem – 1986/1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, 2002, Ouro Preto. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2002. (CD Rom).
- CANO, Wilson (1995). Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luiz B. (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p. 399-416. (Federalismo no Brasil).
- CANO, Wilson (1997). Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 101-141, jun. 1997.
- CARVALHO, José Aberto M. de; GARCIA, Ricardo A. (2002). **Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração no Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990**. Belo Horizonte : UFMG/Cedeplar, 2002. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/migracao/index.html>

CARVALHO, José Alberto M. de (1974). **Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1974. (Monografia, 8).

CARVALHO, José Alberto M. de (1982). Migrações internas: mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set. 1982.

CARVALHO, José Alberto M. de (1985). Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas: ABEP, v. 2, n. 1, p. 31-73, jan./jun. 1985.

CARVALHO, José Alberto M. de (1996). O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, Neide (Coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas: FNUAP, 1996. p. 227-238. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 2.

CARVALHO, José Alberto M. de (2000). O significado das matrizes de migrantes de última etapa, de migrantes de data fixa e da matriz-diferença entre migrantes de última etapa e de data fixa. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1999, Ouro Preto. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 15-34.

CARVALHO, José Alberto M. de et al. (1981). **A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia n. 12).

CARVALHO, José Alberto M. de et al. (1998). Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico brasileiro de 1991: uma análise preliminar de consistência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XI, 1998, Caxambu. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 1998. (CD Rom).

CARVALHO, José Alberto M. de; MACHADO, Cláudio C. (1992). Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas: ABEP, v. 9, n. 1, p. 22-34, jan./jul. 1992.

CARVALHO, José Alberto M. de; PINHEIRO, Sílvia de M. G. (1986). **Fecundidade e mortalidade no Brasil – 1970/80**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1986. (Relatório de Pesquisa).

CARVALHO, José Alberto M. de; RIGOTTI, José Irineu R. (1998). Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998.

CEDEPLAR (1999). **Projeção populacional das Unidades da Federação, Brasil, por sexo e grupos quinquenais de idades, 1990-2020**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1999. (mimeo. Trabalho realizado no âmbito do Projeto "Dinâmica Demográfica, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas". PRONEX/CEDEPLAR/UFMG, 41/96/0892).

CUNHA, José Marcos P. da (1987). A migração nas regiões administrativas do Estado de São Paulo segundo o censo de 80. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas : ABEP, v. 4, n. 2, p. 87-111, jul./dez. 1987.

CUNHA, José Marcos P. da (1994). **Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas : IFCH/UNICAMP, 1994. 300p. Tese (Doutorado), UNICAMP.

- CUNHA, José Marcos P. da; BAENINGER, Rosana (2000). A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1999, Ouro Preto. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.117-167.
- CUNHA, José Marcos P. da; RODRIGUES, Izilda A. (2000). A redistribuição espacial da população, segundo a situação do domicílio: novas considerações sobre o urbano e o rural no Estado de São Paulo. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1999, Ouro Preto. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.229-259.
- CUNHA, Sieglinde K. da C.; OLIVEIRA, Maria Aparecida (2002). **Padrão de especialização regional da indústria paranaense da década de noventa**. Curitiba: IPARDES, 2002. 72p. Documento interno.
- D'ANGELIS, Wagner R.; MAZZAROLLO, Juvêncio (1981). A migração brasileira no Paraguai. **Cadernos de Justiça e Paz**: CPJP do Paraná, n. 2, p. 7-28, jun. 1981.
- DINIZ, Clélio C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, v. 31, n.11, p. 35-64, set. 1993.
- DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Maurício B. (1990). Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: IPEA/IPLAN, **Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de 90**. Brasília, IPEA/IPLAN, 1990, v. 3, cap. 4, p. 61-199.
- FARIA, Vilmar E. (1997/1998). Government policy and fertility regulation: unintended consequences and perverse effects. **Brazilian Journal of Population Studies**, Brasília: ABEP, v. 1, p. 179-205, 1997/1998.
- FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. (1997). Industrialização e ação do Estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba (PR). **Revista RA'E GA**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 119-131, ago. 1997.
- FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. (1999). O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba. Concentração ou desconcentração? In: SPOSITO, E. S. (Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 1999. p. 137-151.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa (1987). O capitalismo revela sua face mais perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário de 1985. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 9, n. 12, p. 7-12, dez. 1987.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa (1988). **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988. 154p.
- FRIAS, Luiz Armando de M.; CARVALHO, José Alberto M. de (1992). Uma avaliação da fecundidade no Brasil, ao início do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 193-199 (notas de pesquisas), jul./dez. 1992.
- FRIAS, Luiz Armando de M.; OLIVEIRA, Juarez C. (1991). Níveis, tendências e diferenciais de fecundidade do Brasil a partir da década de 30. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 8, n. 1/2, p. 72-111, jan./dez. 1991.

FUNDAÇÃO IPARDES (1976). **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1976. 206p.

FUSSE, A. Y.; ESQUIVEL, S. P. L. (1997). Perfil dos investimentos industriais no Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 19, n. 3-4, p. 16-18, mar./abr. 1997.

GERMER, Claus (1987). Anotações sobre os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 1985. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 9, n. 12, p. 1-7, dez. 1987.

GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sergio B. de (1984). **Migrações internas no Brasil: 1872-1970**. São Paulo: IPE/USP: CNPq, 1984. 129p.

IPARDES (1982). **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, 1982. 72p.

IPARDES (1983a). **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba, 1983. 140f.

IPARDES (1983b). **Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990**. Curitiba, 1983. 105f.

IPARDES (1987). Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: CAETÉS, 1987. p. 125-167.

IPARDES (1991). **Diagnóstico da base produtiva do Paraná: anos 80**. Curitiba: IPARDES, 1991. 127p.

IPARDES (1992). **Projeção da população dos municípios do Paraná de 1990 a 2010: primeira fase – avaliação da projeção para 1985 e 1990 – análise retrospectiva e prospectiva**. Curitiba: IPARDES, 1992. v.1. Convênio FINEP/IPARDES. Documento interno, não publicado.

IPARDES (1997). **Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80**. Curitiba: IPARDES, 1997.

IPEA; IBGE; UNICAMP; IPARDES (2000). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Redes Urbanas Regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. v. 6; 206p. Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/NESUR, IPARDES.

KLEINKE, Maria de Lourdes U. et al. (1999). Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 95, p. 27-50, jan./abr. 1999.

KLEINKE, Maria de Lourdes U. et al. (2000). Movimento migratório na Região Metropolitana. **Metrópolis em revista**, Curitiba: COMEC, n. 1, p. 21-29, dez. 2000.

LEÃO, Igor Z. C. C. (1989). **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES: CONCITEC, 1989. 98p. (IPARDES. Coleção teses, 1).

LEÃO, Igor Z. C. C. (1991). Os anos 80 e o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 13, n. 7-8, p. 17-20, jul./ago. 1991.

LEE, Everett S. et al. (1957). Population redistribution and economic growth: United States – 1870-1950. **The American Philosophical Society**, Philadelphia, v.1, 1957.

LIBARDI, Diócles; DELGADO Paulo R. (1999). A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 95, p. 51-59, jan./abr. 1999.

LONGO, Luciene; MAGALHÃES, Marisa V. (1999). **Projeção da população do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba, por sexo e grupos etários, segundo hipóteses provável e máxima de crescimento – 1995 a 2020**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado na Disciplina Aplicação das Análises Demográficas, do Curso de Doutorado em Demografia, UFMG/CEDEPLAR.

LOURENÇO, Gilmar M. (1990). A economia paranaense nos anos 80. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 12, n. esp., p. 2-4, mar. 1990.

LOURENÇO, Gilmar M. (2002). **A inserção do Paraná na reorganização inter-regional da economia brasileira nos anos 90**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado), UFSC.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de (1994). O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 82, p. 5-16, maio/ago. 1994.

MAGALHÃES, Marisa V. (1996). **O Paraná e as migrações - 1940 a 1991**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado), CEDEPLAR/UFMG.

MAGALHÃES, Marisa V. (1998). Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1., Curitiba, 1997. **Anais**. Curitiba : IPARDES : FNUAP, 1998, p. 3-30.

MARTINE, George (1987). Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: CAETÉS, 1987. p. 59-79.

MARTINE, George (1989a). A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.3, n.3, p.46-56, jul./set. 1989.

MARTINE, George (1989b). **Migrações internas no Brasil – tendências e perspectivas**. Brasília: IPEA, 1989. (Texto para discussão, 17).

MARTINE, George (1992a). **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral**. Brasília: ISPN, 1992. 27p. (Documento de trabalho, 12).

MARTINE, George (1992b). **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília: Instituto SPN, 1992. 29p. (Documento de trabalho, 11).

MARTINE, George (1994). Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 1994.

MARTINE, George (1995). A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luis B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p. 61-91; 270-275. (Federalismo no Brasil).

MARTINE, George; BESKOW, Paulo R. (1987). O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: CAETÉS, 1987. p.19-39.

MARTINE, George; CAMARGO, Lísio (1984). Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 99-143, jan./dez. 1984.

MARTINE, George; DINIZ, Clélio C. (1991). Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n.3, p. 121-134, jul./set. 1991.

MATOS, Ralfo (1995). Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 35-58, jan./dez. 1995.

MEINERS, Wilhelm E. M. de A. (1998). Impactos regionais dos investimentos automobilísticos no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 94, p. 29-48, maio/dez. 1998.

MEINERS, Wilhelm E. M. de A. (1999). **Implantação da indústria automobilística e novos contornos da região de Curitiba**. Curitiba: s.n., 1999. 172p. Dissertação (Mestrado), UFPR.

MERRICK, Thomas W.; BERQUÓ, Elza (1983). **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington, D.C.: NATIONAL ACADEMY PRESS, 1983.

MOURA, Rosa (1998a). Concentração e exclusão na RMC. **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba: AGB, n. 3, p. 49-57, 1998.

MOURA, Rosa (1998b). Planejamento e segregação sócio-espacial na Região Metropolitana de Curitiba. **Experimental**. Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH-USP, n. 4/5, p. 57-69, 1998.

MOURA, Rosa (2001). Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 203-237.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes U. (1999). Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 95, p. 3-25, jan/abr. 1999.

MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa V. (1996). Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 88, p. 3-21, maio/ago. 1996.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de (1994). Quinze anos depois – comentários sobre o texto "Paraná – Economia e Sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 83, p. 5-15, set./dez. 1994.

OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de; SIMÕES, Celso C. da S. (1997). **O novo padrão demográfico**. Rio de Janeiro, 1997. (Texto para a edição especial "A Infância Brasileira nos anos 90", UNICEF/IBGE).

ORTIZ, L. P; GIRALDELLI, B. W. (s.d.). **Tábuas abreviadas de mortalidade para o Estado de São Paulo - 1975/76 e 1977/78**. s.n.t., mimeo.

PADIS, Pedro C. (1981). **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981. 235p. (Economia e planejamento: Série teses e pesquisas).

PAIVA, Paulo de T. A. (1980). **Algumas hipóteses sobre as relações entre proletarianização e fecundidade no Brasil**. Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Economia, Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia. Nova Friburgo, 1980.(mimeo)

PALAU, Tomás (1995). Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios. In: PATARRA, Neide (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 200-207. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1.

PATARRA, Neide et al. (2000). Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2000, p. 1-44. (Coleção Pesquisas, 4).

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana (1995). Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 78-88. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1.

PELLEGRINO, Adela (s.d.). **Migración internacional de latinoamericanos en las Américas**. Universidad Católica Andrés Bello; Centro Latinoamericano de Demografía; Agencia Canadiense para el Desarrollo Internacional (s.n.t.).

QUANDT, Carlos O. (1997). Inovação, competitividade e desenvolvimento regional: os desafios da reestruturação produtiva do Estado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 91, p. 9-32, maio/ago. 1997.

RAGGIO, Nádía Z. (1985). **Norte Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra**. Curitiba, 1985. 138p. Dissertação (Mestrado), UNICAMP.

RAGGIO, Nádía Z. (1987). Estrutura agrária paranaense e a crise. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 9, n. 3, p. 5-7, mar. 1987.

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO (2000). Curitiba : IPARDES, n. 99, jul./dez. 2000.

REYDON, Bastiaan P.; PLATA, Ludwig A. (1995). Migrações e os mercados de terras agrícolas no Cone Sul. In: PATARRA, Neide (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 160-171. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v.1.

RIBEIRO, José T. L. (1997). **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. Belo Horizonte, 1997. Tese (Doutorado), CEDEPLAR/UFMG.

RIBEIRO, José T. L.; CARVALHO, José Alberto M. de (1999). A imigração para Minas Gerais no período de 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 16, n. 1/2, p. 99-109, jan./dez. 1999.

RIGOTTI, José Irineu R. (1999). **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo**. Belo Horizonte, 1999. Tese (Doutorado), CEDEPLAR/UFMG.

SALES, Teresa (1996). Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 87-98 (notas de pesquisas), jan./jun. 1996.

SALIM, Celso A. (1995). A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, Neide (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 160-171. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1.

SAYAD, Abdelmalek (2000). O RETORNO : elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo : CEM, ano XIII, número especial, jan./2000.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa (Org.) (1994). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994. 154p.

UNITED NATIONS (1970). **Methods of measuring internal migration: manual VI**. New York: UNITED NATIONS, 1970. (Population Studies, n. 47).

URBAN, Maria Lúcia de P. (1995). Dilemas da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 84, p. 13-17, jan./abr. 1995.

URBAN, Maria Lúcia de P; BESEN, Gracia M. V. (1997). **Paraná: repensando sua economia**. Curitiba: IPARDES, 1997. Documento interno.

WAGNER, Carlos (1989). **Brasiguaios: homens sem terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

WESTPHALEN, Cecília M. et al. (1968). Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná – Departamento de História**, Curitiba: UFPR, n,7, p. 1-52, 1968.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto M. de (1994). **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p.

**ANEXO 1 - LISTA DOS 399 MUNICÍPIOS DO PARANÁ CONTEMPLADOS NO CENSO
DEMOGRÁFICO DE 2000, DO IBGE, CLASSIFICADOS SEGUNDO
A REGIONALIZAÇÃO ADOTADA NA TESE**

**LISTA DOS 399 MUNICÍPIOS DO PARANÁ CONTEMPLADOS NO CENSO
DEMOGRÁFICO DE 2000, DO IBGE, CLASSIFICADOS SEGUNDO
A REGIONALIZAÇÃO ADOTADA NA TESE**

REGIÃO NOROESTE

Alto Paraná
Amaporã
Cruzeiro do Sul
Diamante do Norte
Guairaçá
Inajá
Itaúna do Sul
Jardim Olinda
Loanda
Marilena
Mirador
Nova Aliança do Ivaí
Nova Londrina
Paraíso do Norte
Paranacity
Paranapoema
Paranavaí
Planaltina do Paraná
Porto Rico
Querência do Norte
Santa Cruz do Monte Castelo
Santa Izabel do Ivaí
Santa Mônica
Santo Antonio do Caiuá
São Carlos do Ivaí
São João do Caiuá
São Pedro do Paraná
Tamboara
Terra Rica
Altônia
Alto Piquiri
Brasilândia do Sul
Cafezal do Sul
Cruzeiro do Oeste

Douradina
Esperança Nova
Francisco Alves
Icaraíma
Iporã
Ivaté
Maria Helena
Mariluz
Nova Olímpia
Perobal
Pérola
São Jorge do Patrocínio
Tapira
Umuarama
Vila Alta
Xambê
Cianorte
Cidade Gaúcha
Guaporema
Indianópolis
Japurá
Jussara
Rondon
São Manoel do Paraná
São Tomé
Tapejara
Tuneiras do Oeste

REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL

Altamira do Paraná
Boa Esperança
Campina da Lagoa
Goio-Erê
Janiópolis
Juranda
Moreira Sales
Nova Cantu
Quarto Centenário
Rancho Alegre D'Oeste
Ubiratã

Araruna
Barbosa Ferraz
Campo Mourão
Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão
Farol
Fênix
Iretama
Luiziana
Mamborê
Peabiru
Quinta do Sol
Roncador
Terra Boa

REGIÃO MARINGÁ

Mandaguari
Marialva
Maringá
Paiçandu
Sarandi

REGIÃO LONDRINA

Cambé
Ibiporã
Londrina
Pitangueiras
Rolândia
Tamarana

REGIÃO RESTANTE DA MESO NORTE CENTRAL

Ângulo
Astorga
Atalaia
Cafeara
Centenário do Sul
Colorado
Flórida
Guaraci
Iguaraçu

Itaguajé
Jaguapitã
Lobato
Lupionópolis
Mandaguaçu
Munhoz de Melo
Nossa Senhora das Graças
Nova Esperança
Presidente Castelo Branco
Santa Fé
Santa Inês
Santo Inácio
Uniflor
Alvorada do Sul
Bela Vista do Paraíso
Florestópolis
Miraselva
Porecatu
Prado Ferreira
Primeiro de Maio
Sertanópolis
Doutor Camargo
Floraí
Floresta
Itambé
Ivatuba
Ourizona
São Jorge do Ivaí
Apucarana
Arapongas
Califórnia
Cambira
Jandaia do Sul
Marilândia do Sul
Mauá da Serra
Novo Itacolomi
Sabáudia
Bom Sucesso
Borrazópolis
Cruzmaltina

Faxinal
Kaloré
Marumbi
Rio Bom
Arapuã
Ariranha do Ivaí
Cândido de Abreu
Godoy Moreira
Grandes Rios
Ivaiporã/Ariranha do Ivaí
Jardim Alegre
Lidianópolis
Lunardelli
Manoel Ribas
Nova Tebas
Rio Branco do Ivaí
Rosário do Ivaí
São João do Ivaí
São Pedro do Ivaí

REGIÃO NORTE PIONEIRO

Assaí
Jataizinho
Nova Santa Bárbara
Rancho Alegre
Santa Cecília do Pavão
São Jerônimo da Serra
São Sebastião da Amoreira
Uraí
Abatiá
Andirá
Bandeirantes
Congonhinhas
Cornélio Procópio
Itambaracá
Leópolis
Nova América da Colina
Nova Fátima
Ribeirão do Pinhal
Santa Amélia

Santa Mariana
Santo Antonio do Paraíso
Sertaneja
Barra do Jacaré
Cambará
Jacarezinho
Jundiá do Sul
Ribeirão Claro
Santo Antonio da Platina
Conselheiro Mairinck
Curiúva
Figueira
Ibaiti
Jaboti
Japira
Pinhalão
Sapopema
Carlópolis
Guapirama
Joaquim Távora
Quatiguá
Salto do Itararé
Santana do Itararé
São José da Boa Vista
Siqueira Campos
Tomazina
Wenceslau Braz

REGIÃO CENTRO-ORIENTAL

Imbaú
Ortigueira
Reserva
Telêmaco Borba
Tibagi
Ventania
Arapoti
Jaguariaíva
Piraí do Sul
Sengés
Carambeí

Castro
Palmeira
Ponta Grossa

REGIÃO OESTE

Assis Chateaubriand
Diamante D'Oeste
Entre Rios do Oeste
Formosa do Oeste
Guáira
Iracema do Oeste
Jesuítas
Marechal Cândido Rondon
Maripá
Mercedes
Nova Santa Rosa
Ouro Verde do Oeste
Palotina
Pato Bragado
Quatro Pontes
Santa Helena
São José das Palmeiras
São Pedro do Iguaçu
Terra Roxa
Toledo
Tupãssi
Anahy
Boa Vista da Aparecida
Braganey
Cafelândia
Campo Bonito
Capitão Leônidas Marques
Cascavel
Catanduvas
Corbélia
Diamante do Sul
Guaraniaçu
Ibema
Iguatu
Lindoeste

Nova Aurora
Santa Lúcia
Santa Tereza do Oeste
Três Barras do Paraná
Céu Azul
Foz do Iguaçu
Itaipulândia
Matelândia
Medianeira /Serranópolis do Iguaçu
Missal
Ramilândia
Santa Terezinha do Itaipu
São Miguel do Iguaçu
Serranópolis do Iguaçu
Vera Cruz do Oeste

REGIÃO SUDOESTE

Ampére
Bela Vista da Caroba
Capanema
Pérola d'Oeste/Bela Vista da Caroba
Planalto
Pranchita/Bela Vista da Caroba
Realeza
Santa Izabel do Oeste
Barracão
Boa Esperança do Iguaçu
Bom Jesus do Sul
Cruzeiro do Iguaçu
Dois Vizinhos
Enéas Marques
Flor da Serra do Sul
Francisco Beltrão
Manfrinópolis
Marmeleiro
Nova Esperança do Sudoeste
Nova Prata do Iguaçu
Pinhal de São Bento
Renascença
Salgado Filho

Salto do Lontra
Santo Antonio do Sudoeste
São Jorge d'Oeste
Verê
Bom Sucesso do Sul
Chopinzinho
Coronel Vivida
Itapejara do Oeste
Mariópolis
Pato Branco
São João
Saudade do Iguaçu
Sulina
Vitorino

REGIÃO CENTRO-SUL

Boa Ventura de São Roque
Laranjal
Mato Rico
Palmital
Pitanga
Santa Maria do Oeste
Campina do Simão
Candói
Cantagalo
Espigão Alto do Iguaçu
Foz do Jordão
Goioxim
Guarapuava
Inácio Martins
Laranjeiras do Sul
Marquinho
Nova Laranjeiras
Pinhão
Porto Barreiro
Quedas do Iguaçu
Reserva do Iguaçu
Rio Bonito do Iguaçu
Turvo
Virmond

Clevelândia
Coronel Domingos Soares
Honório Serpa
Mangueirinha
Palmas

REGIÃO SUDESTE

Fernandes Pinheiro
Guamiranga
Imbituva
Ipiranga
Ivaí
Prudentópolis
Teixeira Soares
Irati
Mallet
Rebouças
Rio Azul
Bituruna
Cruz Machado
General Carneiro
Paula Freitas
Paulo Frontin
Porto Vitória
União da Vitória
Antonio Olinto
São João do Triunfo
São Mateus do Sul

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA OFICIAL

Adrianópolis
Cerro Azul
Doutor Ulysses
Almirante Tamandaré
Araucária
Balsa Nova
Bocaiúva do Sul
Campina Grande do Sul
Campo Largo
Campo Magro

Colombo
Contenda
Curitiba
Fazenda Rio Grande
Itaperuçu
Mandirituba
Pinhais
Piraquara
Quatro Barras
Rio Branco do Sul
São José dos Pinhais
Tunas do Paraná
Agudos do Sul
Quitandinha
Tijucas do Sul

REGIÃO RESTANTE DA MESO METROPOLITANA DE CURITIBA

Antonina
Guaraqueçaba
Guaratuba
Matinhos
Morretes
Paranaguá
Pontal do Paraná
Lapa
Porto Amazonas
Campo do Tenente
Piên
Rio Negro

ANEXO 2

TABELA A.2.1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO OBSERVADO (%)			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO VEGETATIVO (%)		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1940/1950	5,6	5,8	5,5	2,6	-	-
1950/1960	7,2	9,3	6,3	3,3	-	-
1960/1970	5,0	6,7	4,1	3,3	2,8	3,6
1970/1980	0,97	6,0	-3,3	2,9	2,3	3,2
1980/1990	0,93	3,0	-3,0	2,1	1,9	2,4
1990/2000	1,4	2,6	-2,6	1,7	-	-

FONTES: Para 1940/1950, 1950/1960 e 1960/1970: IPARDES (1983a); para 1970/1980, 1980/1990 e 1990/2000: dados básicos provenientes dos Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

TABELA A.2.2 - SALDOS MIGRATÓRIOS, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1970/1980

GRUPO ETÁRIO	URBANO			RURAL			TOTAL		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
00-04	86.897	84.431	171.329	-230.697	-225.278	-455.975	-143.800	-140.847	-284.646
05-09	77.001	75.229	152.230	-229.028	-221.196	-450.224	-152.027	-145.967	-297.994
10-14	91.275	94.503	185.779	-181.451	-188.362	-369.813	-90.175	-93.859	-184.034
15-19	74.591	92.031	166.622	-161.623	-183.329	-344.952	-87.032	-91.298	-178.330
20-24	62.861	77.679	140.539	-149.171	-157.471	-306.642	-86.311	-79.792	-166.103
25-29	61.384	61.391	122.775	-123.380	-113.542	-236.923	-61.996	-52.151	-114.148
30-34	51.717	46.037	97.754	-97.012	-78.803	-175.816	-45.295	-32.767	-78.062
35-39	36.138	33.384	69.522	-75.707	-59.515	-135.222	-39.569	-26.131	-65.700
40-44	26.992	24.896	51.888	-61.847	-49.305	-111.152	-34.855	-24.410	-59.264
45-49	19.786	21.253	41.039	-47.393	-42.079	-89.472	-27.607	-20.827	-48.433
50-54	16.436	18.219	34.655	-40.717	-35.011	-75.729	-24.281	-16.792	-41.073
55-59	12.996	15.517	28.513	-30.078	-27.146	-57.224	-17.082	-11.629	-28.711
60-64	10.245	12.085	22.329	-22.650	-20.653	-43.303	-12.405	-8.569	-20.974
65-69	8.441	8.652	17.093	-17.038	-14.926	-31.963	-8.596	-6.274	-14.871
70e+	9.160	8.366	17.526	-21.903	-18.655	-40.559	-12.743	-10.290	-23.033
TOTAL	645.921	673.672	1.319.593	-1.489.695	-1.435.273	-2.924.969	-843.775	-761.601	-1.605.376

FONTES DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

TABELA A.2.3 - SALDOS MIGRATÓRIOS, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1980/1990

GRUPO ETÁRIO	URBANO			RURAL			TOTAL		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
00-04	37.654	36.370	74.024	-113.413	-109.981	-223.394	-75.759	-73.611	-149.370
05-09	35.788	34.830	70.618	-113.019	-107.681	-220.700	-77.231	-72.851	-150.082
10-14	34.586	38.610	73.195	-89.974	-94.646	-184.620	-55.388	-56.036	-111.424
15-19	33.521	43.538	77.058	-92.970	-109.027	-201.997	-59.449	-65.490	-124.939
20-24	25.920	35.141	61.062	-106.063	-114.136	-220.199	-80.143	-78.994	-159.137
25-29	29.598	36.626	66.224	-88.929	-81.029	-169.957	-59.331	-44.402	-103.733
30-34	27.873	31.154	59.028	-56.832	-49.368	-106.200	-28.959	-18.214	-47.172
35-39	15.659	19.112	34.771	-41.577	-35.504	-77.081	-25.918	-16.392	-42.310
40-44	5.629	8.674	14.303	-33.553	-31.148	-64.701	-27.925	-22.474	-50.399
45-49	11.469	15.392	26.860	-24.598	-22.955	-47.553	-13.129	-7.564	-20.693
50-54	2.421	6.242	8.663	-24.835	-23.606	-48.442	-22.415	-17.365	-39.779
55-59	3.343	10.186	13.529	-19.844	-17.001	-36.845	-16.500	-6.816	-23.316
60-64	5.861	10.797	16.659	-13.870	-11.961	-25.831	-8.009	-1.163	-9.172
65-69	1.569	3.897	5.466	-12.073	-11.730	-23.802	-10.504	-7.832	-18.336
70e+	2.577	4.525	7.102	-17.486	-14.560	-32.046	-14.909	-10.035	-24.944
TOTAL	273.468	335.094	608.562	-849.035	-834.332	-1.683.367	-575.568	-499.238	-1.074.806

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos - IBGE (arquivos de microdados)

TABELA A.2.4 - SALDOS MIGRATÓRIOS, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1990/2000

GRUPO ETÁRIO	SALDO MIGRATÓRIO		
	Homens	Mulheres	TOTAL
00-04	-13.339	-12.806	-26.146
05-09	-10.883	-10.450	-21.333
10-14	-23.311	-22.572	-45.883
15-19	-20.175	-23.209	-43.384
20-24	-24.334	-21.313	-45.647
25-29	-15.159	-11.302	-26.461
30-34	-7.021	-5.149	-12.170
35-39	-7.936	-5.273	-13.209
40-44	-5.277	-4.653	-9.930
45-49	-4.565	-3.080	-7.645
50-54	-2.070	-2	-2.073
55-59	-3.022	-1.292	-4.314
60-64	-2.857	-1.778	-4.635
65-69	-5.358	-3.015	-8.373
70e+	-24.775	2.062	-22.713
TOTAL	-170.084	-123.831	-293.915

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos - IBGE
(arquivos de microdados)

TABELA A.2.5 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS (EM %), POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1970/1980

GRUPO ETÁRIO	URBANO		RURAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00-04	30,2	30,2	-99,3	-99,3
05-09	28,6	28,6	-97,5	-97,5
10-14	33,8	34,6	-78,2	-85,7
15-19	29,5	33,3	-79,8	-98,5
20-24	29,6	32,7	-101,1	-117,1
25-29	33,7	30,8	-109,5	-111,1
30-34	33,9	28,9	-105,8	-94,3
35-39	28,8	25,9	-92,8	-79,9
40-44	24,0	22,8	-80,4	-75,3
45-49	22,1	23,8	-74,2	-79,1
50-54	21,9	24,4	-75,8	-82,2
55-59	23,2	26,9	-74,2	-86,9
60-64	24,8	27,2	-76,4	-91,0
65-69	25,5	24,5	-71,4	-84,6
70e+	22,1	18,8	-84,5	-93,1
TOTAL	29,3	29,7	-90,3	-95,2

FONTES: Tabela A.2.2; Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

TABELA A.2.6 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS (EM %), POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1980/1990

GRUPO ETÁRIO	URBANO		RURAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00-04	11,3	11,3	-82,3	-82,3
05-09	10,7	10,7	-77,6	-77,6
10-14	10,5	11,8	-60,5	-67,8
15-19	11,2	13,8	-66,9	-86,9
20-24	9,1	11,5	-91,8	-110,4
25-29	11,2	12,6	-90,0	-90,5
30-34	12,2	12,5	-69,2	-66,4
35-39	8,0	8,9	-59,4	-55,2
40-44	3,5	5,1	-55,2	-58,2
45-49	8,9	11,5	-47,8	-50,3
50-54	2,3	5,8	-55,3	-63,1
55-59	4,0	11,1	-52,8	-53,8
60-64	8,5	14,1	-44,5	-48,5
65-69	3,1	6,9	-54,3	-67,8
70e+	3,7	5,3	-61,6	-60,5
TOTAL	9,3	10,9	-69,9	-75,6

FONTES: Tabela A.2.3; Censo Demográfico - IBGE (arquivo de microdados)

TABELA A.2.7 - TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS (EM %), POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO ETÁRIOS - PARANÁ - 1990/2000

GRUPO ETÁRIO	TAXA LÍQUIDA MIGRATÓRIA (%)	
	Homens	Mulheres
00-04	-3,0	-3,0
05-09	-2,3	-2,3
10-14	-4,9	-4,9
15-19	-4,2	-4,9
20-24	-5,6	-4,9
25-29	-3,9	-2,8
30-34	-1,8	-1,3
35-39	-2,2	-1,4
40-44	-1,8	-1,5
45-49	-1,8	-1,2
50-54	-1,0	0,0
55-59	-1,9	-0,8
60-64	-2,2	-1,3
65-69	-5,4	-2,7
70e+	-16,5	1,1
TOTAL	-3,6	-2,6

FONTES: Tabela A.2.4; Censo Demográfico - IBGE arquivo de microdados)

TABELA A.2.8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES E DOS EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA, SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM E DE DESTINO - PARANÁ - 1986/1991, 1991/1996 E 1994/1999

REGIÃO BRASILEIRA E ALGUMAS UF DE ORIGEM/DESTINO	MIGRANTES INTERESTADUAIS DE DATA FIXA ¹					
	Imigrantes			Emigrantes		
	1986/1991	1991/1996	1994/1999	1986/1991	1991/1996	1994/1999
Norte	7,9	6,4	1,8	6,6	4,2	3,0
Rondônia	77,1	59,5	72,4	74,7	63,8	88,9
Pará	13,5	18,3	22,7	13,9	18,0	1,8
Tocantins	2,2	3,0	5,0	3,6	6,9	5,1
Nordeste	4,3	5,8	4,4	1,5	2,0	2,5
Sudeste	43,8	46,4	49,1	50,3	48,5	52,0
São Paulo	83,2	82,8	84,8	90,9	89,9	87,7
Sul	27,4	26,6	27,6	22,8	29,7	31,2
Santa Catarina	64,2	68,6	70,3	75,4	78,7	81,5
Rio Grande do Sul	35,8	31,4	29,7	24,6	21,3	18,5
Centro-Oeste	16,7	14,8	17,2	18,7	15,7	11,3
Mato Grosso do Sul	33,0	36,4	60,0	30,8	32,2	29,3
Mato Grosso	56,8	52,1	24,4	62,0	57,0	42,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 10

¹ Refere-se aos migrantes que, ao final de cada quinquênio, tinham 5 ou mais anos de idade.

TABELA A.2.9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS EMIGRANTES					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Norte	9,7	11,5	6,6	10,5	12,0	13,0
Urbano	4,5	8,2	5,3	9,1	3,6	6,2
Rural	23,1	22,5	17,2	20,3	24,1	23,6
Nordeste	1,7	1,6	1,8	2,0	1,6	1,0
Urbano	1,2	1,5	1,6	1,9	0,8	0,7
Rural	2,8	1,9	3,8	2,7	2,6	1,5
Sudeste	62,4	45,1	62,2	44,0	62,5	46,9
Urbano	73,2	49,1	64,7	45,6	82,4	56,8
Rural	34,7	32,0	40,8	33,2	33,6	31,5
Sul	9,1	19,4	12,5	20,0	6,7	18,5
Urbano	9,8	21,5	12,8	20,9	6,5	22,7
Rural	7,2	12,6	9,2	14,0	6,8	11,9
Centro-Oeste	17,1	22,3	16,9	23,5	17,3	20,6
Urbano	11,2	19,7	15,5	22,5	6,6	13,5
Rural	32,2	30,9	29,0	29,8	32,8	31,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL Absoluto	1.197.598	873.965	499.018	529.206	698.580	344.759
Urbano	861.202	669.498	446.947	460.245	414.255	209.253
Rural	336.396	204.467	52.071	68.961	284.325	135.506

FONTE: Tabela 11

TABELA A.2.10 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA NO TOTAL DE EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

ALGUMAS UF E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS EMIGRANTES					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Rondônia	7,9	9,5	4,9	8,6	10,1	11,1
Urbano	3,8	6,8	4,1	7,4	3,3	5,5
Rural	18,7	18,4	11,1	15,9	20,1	19,7
Pará	1,3	1,2	1,0	1,1	1,4	1,2
Urbano	0,3	0,7	0,6	0,8	0,1	0,3
Rural	3,7	2,7	5,1	2,9	3,4	2,7
Tocantins	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Urbano	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1
Rural	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,1
São Paulo	57,0	40,5	55,8	38,8	57,8	43,2
Urbano	68,0	44,6	58,2	40,4	78,5	53,8
Rural	28,8	27,3	35,3	28,1	27,6	26,9
Santa Catarina	6,9	14,5	9,1	15,1	5,3	13,6
Urbano	7,3	15,8	9,3	15,7	5,2	16,2
Rural	5,9	10,2	7,7	11,4	5,5	9,6
Rio Grande do Sul	2,2	4,9	3,3	4,9	1,4	4,9
Urbano	2,5	5,6	3,5	5,2	1,4	6,6
Rural	1,4	2,4	1,5	2,6	1,3	2,3
Mato Grosso do Sul	8,3	6,0	9,1	6,7	7,7	5,0
Urbano	6,5	5,5	8,8	6,4	3,9	3,5
Rural	12,9	7,6	11,8	8,2	13,1	7,4
Mato Grosso	8,1	15,1	6,4	15,2	9,3	15,0
Urbano	3,8	12,9	5,2	14,5	2,3	9,5
Rural	19,0	22,3	16,4	20,1	19,5	23,4
Demais UF	8,2	8,1	10,1	9,5	6,9	5,9
Urbano	7,7	7,9	10,0	9,4	5,1	4,6
Rural	9,6	8,8	10,9	10,4	9,4	8,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL Absoluto	1.197.598	873.965	499.018	529.206	698.580	344.759
Urbano	861.202	669.498	446.947	460.245	414.255	209.253
Rural	336.396	204.467	52.071	68.961	284.325	135.506

FONTE: Tabela 12

TABELA A.2.11 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO DOS IMIGRANTES					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Norte	1,0	6,4	1,2	6,5	0,6	5,7
Urbano	1,3	5,9	1,4	6,0	0,6	5,6
Rural	0,7	7,7	0,9	8,9	0,6	5,8
Nordeste	5,9	4,1	5,2	4,2	7,2	3,6
Urbano	4,4	3,5	4,4	3,5	3,9	2,6
Rural	7,6	6,0	7,3	7,1	7,8	4,3
Sudeste	39,2	45,0	41,1	47,0	35,8	35,4
Urbano	48,6	51,8	46,7	51,5	65,3	54,3
Rural	28,4	25,3	25,4	27,2	30,2	22,3
Sul	47,9	28,0	46,0	25,9	51,5	37,9
Urbano	39,4	25,4	41,3	25,4	23,4	25,3
Rural	57,7	35,7	59,2	28,4	56,8	46,7
Centro-Oeste	5,9	16,5	6,5	16,3	4,9	17,3
Urbano	6,3	13,5	6,2	13,6	6,8	12,1
Rural	5,5	25,5	7,3	28,4	4,5	20,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL Absoluto	509.701	590.195	332.816	488.657	176.885	101.538
Urbano	273.580	439.682	245.308	398.057	28.272	41.625
Rural	236.121	150.513	87.508	90.600	148.613	59.913

FONTE: Tabela 13

TABELA A.2.12 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA NO TOTAL DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NA ORIGEM E NO DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

ALGUMAS UF E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO DOS IMIGRANTES					
	Total		Urbano		Rural	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Rondônia	0,3	4,7	0,3	4,7	0,3	4,7
Urbano	0,3	4,2	0,3	4,2	0,2	4,5
Rural	0,3	6,0	0,4	6,7	0,3	4,8
Pará	0,3	1,0	0,4	1,1	0,2	0,7
Urbano	0,5	0,9	0,5	1,0	0,1	0,8
Rural	0,2	1,1	0,2	1,5	0,2	0,6
Tocantins	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Urbano	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Rural	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
São Paulo	29,2	37,6	31,9	39,1	24,1	30,3
Urbano	39,4	43,9	37,2	43,3	57,9	50,0
Rural	17,4	19,1	16,9	20,7	17,6	16,6
Santa Catarina	26,3	17,9	29,3	16,7	20,6	23,4
Urbano	24,9	16,3	26,3	16,1	13,0	17,9
Rural	27,9	22,4	37,9	19,1	22,0	27,3
Rio Grande do Sul	21,6	10,1	16,7	9,2	30,9	14,5
Urbano	14,5	9,1	15,0	9,2	10,4	7,4
Rural	29,8	13,3	21,3	9,3	34,8	19,4
Mato Grosso do Sul	3,7	5,8	3,8	5,8	3,7	5,6
Urbano	3,5	5,1	3,3	5,1	5,0	4,6
Rural	4,1	7,7	5,1	8,5	3,5	6,3
Mato Grosso	0,9	9,0	1,0	8,7	0,7	10,5
Urbano	0,7	6,4	0,8	6,4	0,4	6,2
Rural	1,1	16,8	1,6	19,0	0,8	13,4
Demais UF	17,5	13,8	16,5	14,6	19,5	10,2
Urbano	16,1	13,9	16,4	14,5	12,9	8,4
Rural	19,2	13,6	16,5	15,1	20,7	11,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL Absoluto	509.701	590.195	332.816	488.657	176.885	101.538
Urbano	273.580	439.682	245.308	398.057	28.272	41.625
Rural	236.121	150.513	87.508	90.600	148.613	59.913

FONTE: Tabela 14

TABELA A.2.13 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE DESTINO - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E ALGUMAS UF DE DESTINO	EMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA											
	Situação do Domicílio de Origem no Paraná						Situação do Domicílio de Destino nas Regiões Brasileiras					
	Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural		Total	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
Norte	28,2	55,4	71,8	44,6	100,0	100,0	33,4	54,4	66,6	45,6	100,0	100,0
Rondônia	25,5	54,3	74,5	45,7	100,0	100,0	34,0	54,9	66,0	45,1	100,0	100,0
Pará	57,2	74,9	42,8	25,1	100,0	100,0	19,1	44,5	80,9	55,5	100,0	100,0
Tocantins	9,2	29,2	90,8	70,8	100,0	100,0	81,4	72,3	18,6	27,7	100,0	100,0
Nordeste	46,0	75,3	54,0	24,7	100,0	100,0	53,5	72,3	46,5	27,7	100,0	100,0
Sudeste	41,5	59,0	58,5	41,0	100,0	100,0	84,4	83,4	15,6	16,6	100,0	100,0
São Paulo	40,8	57,9	59,2	42,1	100,0	100,0	85,8	84,3	14,2	15,7	100,0	100,0
Sul	57,2	62,4	42,8	37,6	100,0	100,0	77,7	84,7	22,3	15,3	100,0	100,0
Santa Catarina	55,2	63,0	44,8	37,0	100,0	100,0	76,2	83,5	23,8	16,5	100,0	100,0
Rio Grande do Sul	63,6	60,5	36,4	39,5	100,0	100,0	82,5	88,3	17,5	11,7	100,0	100,0
Centro-Oeste	41,2	63,6	58,8	36,4	100,0	100,0	47,1	67,6	52,9	32,4	100,0	100,0
Mato Grosso do Sul	45,9	67,1	54,1	32,9	100,0	100,0	56,2	70,3	43,8	29,7	100,0	100,0
Sul												
Mato Grosso	32,8	60,9	67,2	39,1	100,0	100,0	34,0	65,5	66,0	34,5	100,0	100,0
Demais UF	51,3	71,2	48,7	28,8	100,0	100,0	67,0	74,5	33,0	25,5	100,0	100,0
TOTAL	41,7	60,6	58,3	39,4	100,0	100,0	71,9	76,6	28,1	23,4	100,0	100,0

FONTES: Tabelas 11 e 12

TABELA A.2.14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA DO ESTADO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM - PARANÁ - 1970/1980 E 1981/1991

REGIÃO BRASILEIRA E ALGUMAS UF DE ORIGEM	IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE ÚLTIMA ETAPA											
	Situação do Domicílio de Origem						Situação do Domicílio de Destino					
	Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural		Total	
	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991	1970/1980	1980/1991
Norte	67,4	69,3	32,6	30,7	100,0	100,0	79,0	84,5	21,0	15,5	100,0	100,0
Rondônia	49,2	67,3	50,8	32,7	100,0	100,0	69,0	82,6	31,0	17,4	100,0	100,0
Pará	72,7	70,9	27,3	29,1	100,0	100,0	82,6	87,7	17,4	12,3	100,0	100,0
Tocantins	67,6	92,6	32,4	7,4	100,0	100,0	77,5	91,3	22,5	8,7	100,0	100,0
Nordeste	40,0	62,9	60,0	37,1	100,0	100,0	57,5	84,9	42,5	15,1	100,0	100,0
Sudeste	66,5	85,7	33,5	14,3	100,0	100,0	68,3	86,5	31,7	13,5	100,0	100,0
São Paulo	72,4	87,1	27,6	12,9	100,0	100,0	71,4	86,1	28,6	13,9	100,0	100,0
Sul	44,2	67,5	55,8	32,5	100,0	100,0	62,7	76,7	37,3	23,3	100,0	100,0
Santa Catarina	50,9	68,1	49,1	31,9	100,0	100,0	72,9	77,4	27,1	22,6	100,0	100,0
Rio Grande do Sul	36,1	66,5	63,9	33,5	100,0	100,0	50,4	75,4	49,6	24,6	100,0	100,0
Centro-Oeste	56,8	60,7	43,2	39,3	100,0	100,0	71,5	82,0	28,5	18,0	100,0	100,0
Mato Grosso do Sul	49,7	66,0	50,3	34,0	100,0	100,0	65,6	83,2	34,4	16,8	100,0	100,0
Mato Grosso	43,8	52,5	56,2	47,5	100,0	100,0	71,4	80,0	28,6	20,0	100,0	100,0
Demais UF	49,3	74,8	50,7	25,2	100,0	100,0	61,4	87,3	38,6	12,7	100,0	100,0
TOTAL	53,7	74,5	46,3	25,5	100,0	100,0	65,3	82,8	34,7	17,2	100,0	100,0

FONTES: Tabelas 13 e 14

ANEXO 3

ANEXO 4

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)